

CYNTHIA GREIVE VEIGA

**CIDADANIA E EDUCAÇÃO NA TRAMA DA CIDADE:
A CONSTRUÇÃO DE BELO HORIZONTE EM FINS DO SÉCULO XIX**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa.Dra. Maria Stella Martins Bresciani.

Vol. I

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 12/08/1994 .



Campinas
Agosto, 1994



RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal desenvolver a tese de que nos pressupostos dos projetos urbanos elaborados ao final do século XIX, também estiveram embutidas as premissas de formação e educação do cidadão. Essas podem ser identificadas tanto nas práticas de urbanização e construção das cidades quanto nas práticas escolares.

Para desenvolvimento do argumento central utilizou-se a experiência da construção da capital de Minas Gerais - Belo Horizonte (1894-1897) - como forma de inserir o processo ocorrido no Estado no âmbito de outras reformas nacionais e mundiais.

Dois eixos fundamentais são enfocados neste estudo: o primeiro, em que se procura resgatar o processo de tensão dentro do qual as relações entre cidadania, cidade e educação foram se constituindo. Essa incursão se realizou tanto no aspecto conceitual quanto na concretização e materialização das novas relações sociais e culturais. O segundo eixo discute as formas através das quais as premissas elaboradas pelas elites proprietárias - em torno dos estereótipos, de homens e mulheres a serem formados para a modernidade urbana e cultural - se conflitavam com a interferência de sujeitos concretos, se fazendo e se formando em diferentes práticas sociais e materiais. O conflito instalado acaba por demarcar os limites políticos das propostas dos reformadores pedagógicos e urbanos, que, por sua vez, contribuem para o processo de sua desconstrução.

ABSTRACT

The main purpose of this research is to evidence that the principles which grounded the urban projects elaborated at the end of the XIX century also embodied the premises for the citizens' education and formation. The presence of such premises is detected not only in the urbanization projects but also in the educational and schooling procedures.

The building up of the city of Belo Horizonte (1894-1897) - the capital of the State of Minas Gerais - is used both as a basis for developing the central idea of this work and as a means of inserting that construction in a larger project of reforms taken place in Brazil and other foreign countries.

The text focuses on two fundamental aspects: the former describes the tension permeating the relations among citizenship, city and education. Such an incursion embodies both the conceptual and concrete aspects involving the new cultural and social relations. The latter, on its turn, is an attempt to discuss the various ways throughout which those premises - as elaborated by the propiator clites and mainly intermingled with stereotypes of women and men who would be formed to fulfill the demands of urban and cultural modernity - conflict one another in face of the presence and intervenience of concrete individuals who build themselves up from their distinct social and material relations. The installed conflict ends up by pointing not only at the political limits of the urban and pedagogical reformers but also at the deconstruction of their own previous principles.

Esta pesquisa é uma homenagem aos habitantes da cidade de Belo Horizonte que, através de diferentes manifestações, continuam, após um século de edificação desta capital, lutando pelos seus direitos à cidade e à escola.

SUMÁRIO

Página

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I: PRELIMINARES DE UM SONHO	44
A capital, um romance	45
A superposição de planos: o "ser feito" cidadão nos pressupostos do erguimento de uma cidade-capital	66
A revelação política dos técnicos	82
CAPÍTULO II: A CIDADE SUJEITO-EDUCADOR	108
A projeção do cidadão e da educação no projeto da cidade	109
A planta de Belo Horizonte	139
Consolidação da cidade e a projeção do cidadão e da educação	167
O olhar técnico-administrativo: gestão Aarão Reis ...	181
O construtor da cidade: gestão Francisco Bicalho	206

CAPÍTULO III: A CIDADANIA NA TRAMA DA CIDADE	217
"Uma ameaça agourenta à civilização"	218
Da dimensão folclórica à dimensão política	242
A cidadania na trama da cidade: concessão, conquista ..	283
CAPÍTULO IV: A ESCOLA COMO EXPERIÊNCIA URBANA: Possibi- lidades e limites na formação do cidadão	318
"Urbs e Civitas" - a cidade e a escola	319
A escola como representante da cidade	339
Formação de um novo homem: tensões e desafios nos projetos de extensão da escolaridade	386
"Uma estrutura coesa, uma estrutura de valores bem definida: instituições, papéis e rituais"	415
CONCLUSÃO	455
BIBLIOGRAFIA	469

INTRODUÇÃO

"As cidades também acreditam ser obras da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá a nossas perguntas."

(CALVINO, 1991)

"AS CIDADES E O CÉU"

"Convocados para ditar as normas para a fundação de Perízia, os astrónomos estabeleceram a localização e o dia segundo a posição das estrelas, traçaram as linhas cruzadas do decumano e do cardo, orientadas uma como o curso solar e a outra como o eixo em torno do qual giram os céus, dividiram o mapa segundo as doze casas do zodiaco de modo que cada templo e cada bairro recebesse o influxo correto das constelações oportunas, fixaram o ponto da muralha no qual abrir as portas a fim de que cada uma enquadrasse um eclipse lunar nos próximos mil anos. Perízia - asseguraram - espelhará a harmonia do firmamento; a razão da natureza e a graça dos deuses determinarão o destino dos habitantes.

Seguindo com exatidão os cálculos dos astrónomos, Perízia foi edificada; diversas raças vieram povoá-la; a primeira geração nascida em Perízia cresceu dentro de seus muros; e estes, por sua vez, atingiram a idade de casar e ter filhos.

Nas ruas e praças de Perízia, hoje em dia, vêem-se aleijados, anões, corcundas, obesos, mulheres com barbas. Mas o pior não é vê-los: gritos guturais irrompem nos porões e nos celeiros, onde as famílias escondem os filhos com três cabeças ou seis pernas.

Os astrónomos de Perízia encontram-se diante de uma difícil escolha: ou admitir que todos os seus cálculos estavam errados e que as suas cifras não conseguem descrever o céu, ou revelar que a ordem dos deuses é exatamente aquilo que se espelha na cidade dos monstros.¹

¹ Italo CALVINO, 1991: 130-1.

As **Cidades Invisíveis**, de CALVINO, em sua beleza literária, nos proporcionou o prazer de uma viagem instigante em torno do olhar do viajante veneziano Marco Polo. No seu percurso, deparamos não somente com Perínia, mas também com Dionizia, Zaira, Isaura, Zoé, Irene e tantas outras mais, que a fantasia e a imaginação nos permitir. Em cada uma a marca das ambigüidades e das contradições quase sempre reveladas no habitar, no desvelar a cidade.

O dilema dos astrônomos de Perínia é inspirador de uma reflexão a respeito das inquietações presentes na experiência das cidades. De um lado, o poder dos homens, a sua ciência e suas potencialidades de intervir deliberadamente no espaço físico social. A outra está relacionada a uma dimensão maior, a concretização da interferência se revelando nos reordenamentos material e cultural dos diferentes sujeitos sociais, onde vão se tecendo relações carregadas de contradições e conflitos.

A memória das cidades traz a marca dessa tensão, das idéias e ações empreendidas por seus habitantes. Sua referência física se concretiza pela ação dos homens e transforma-se em espaço de produção de relações sociais engravado em cada parte, em cada pedaço edificado.

Na cidade de ZAIRA, o viajante inspira-se no seu passado onde

*"(...) ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (...)."*²

A cidade de ANASTÁCIA está circundada por desejos, mas é enganosa

*"(....) se você trabalha oito horas por dia como mineradora de ágata onix crisófasos, a fadiga que dá forma aos seus desejos, toma dos desejos a sua forma, e você acha que está se divertindo em Anastácia, quando não passa de seu escravo."*³

Na cidade de ZOÉ, o viajante não consegue apreender o seu sentido e se pergunta... *"Mas então qual é o motivo da cidade? Qual é a linha que separa a parte de dentro da de fora, o estampido das rodas do uivo dos lobos?"*⁴

A pergunta do viajante também esteve presente nas premissas dos grandes reformadores urbanos do século XIX em torno da reorganização dos espaços físicos necessários à expansão de novas relações de produção. Tais empreendimentos nos sugerem, entre outras coisas, que a reorganização desses espaços conteve algo mais que arruamentos. Ou seja, a linha

² Italo CALVINO, op. cit., p. 15.

³ Ibidem, 1991: 18.

⁴ Ibidem, 1991: 35.

que separa o "lugar dos lobos e das rodas" pressupõe demarcação precisa de fronteiras culturais, deixando escapar um projeto de cidadania e educação em conformidade com as demandas da sociedade moderna em gestação. A concretização dessa sociedade desvelou seus limites, expostos pelas tensões e conflitos produzidos por novos sujeitos sociais também em construção.

Nesse contexto se revela o horizonte de nossa pesquisa, qual seja, o resgate dos pressupostos de cidadania e educação presentes no século XIX através da experiência da cidade,, mais especificamente da construção da capital mineira - Belo Horizonte - iniciada em 1894.

A ênfase de nossa pesquisa está na percepção de que a reorganização das cidades, as formas de incorporação política, social, econômica e cultural de seus habitantes, guardam uma estreita relação não somente com a produção teórica mas também com as formas como elas se concretizam. A análise dessas relações propiciaram-nos aproximar das contradições básicas inseridas no complexo processo que é o entendimento do fazer-se cidadão e a difícil discussão do acesso ao saber, tais como se colocam ainda hoje.

A pergunta inspirada em Zoé parece-nos instigante. O motivo da cidade moderna sugere delimitação e demarcação de funções, o espaço como *tabula rasa*, anterior aos homens e mulheres. Essa possibilidade constrangedora, entretanto, foi produzida no momento histórico onde as liberdades emergem como

condição humanizadora. Nesse sentido, cidade e educação guardam, entre si, as tensões postas pelo processo de gestação da modernidade. Os processos de tensão mencionados estabelecem possibilidade de liberar e reprimir, revelando-se como parâmetros de organização da sociedade.

A construção da capital mineira, no final do século XIX, não escaparia a esse contexto. Se o avanço da ciência foi o suporte necessário para tal empreendimento, o confronto exposto pelas novas funções acabou por colocar em questão a racionalidade que a desenhou. Tais contradições vão estar expressas no intrincado relacionamento entre o avanço industrial e as questões políticas presentes no mundo ocidental, ou, como afirmou HOBBSBAWN de maneira provocativa, "*(...) a revolução industrial (inglesa) havia engolido a revolução política (francesa)*"⁵.

Os conflitos presentes no processo de construção de Belo Horizonte vêm de encontro ao momento histórico de configuração da república brasileira, onde as possibilidades de ampliação da participação política se colocam lado a lado à reorganização das relações de trabalho e de produção. Delimitar os espaços de assentamento das novas relações, "separar a parte de dentro da de fora", mostrou ser o sentido da cidade, da incorporação política e cultural de seus habitantes.

⁵ Eric J. HOBBSBAWN, 1977: 22.

Dessa maneira, o estudo da construção da capital mineira nos proporcionou a aproximação com as contradições básicas do século XIX, onde a proeminência de variados conflitos é inevitável. A transformação do antigo arraial em cidade-capital se revela na produção do significado do novo tempo. Onde se edifica a cidade se constroem novas relações de propriedade, novos parâmetros culturais e vão se produzindo também outras relações sociais.

Belo Horizonte emerge não apenas como um objeto que se modernizou a partir de suas novas funções em contraposição à antiga capital, Ouro Preto, mas ainda pelos novos traços arquitetônicos que a configuraram. A nova capital se insere no contexto nacional e mundial das novas experiências sociais e urbanas, dos problemas engendrados, das respostas e discussões teóricas vivenciadas no final do século XIX. O projeto arquitetônico e a planta da cidade estiveram carregados de pressupostos que incluíam não somente a projeção do espaço físico, mas também a projeção de seus habitantes nas formas de se fixarem material e culturalmente na nova cidade. Esses reordenamentos evidenciaram os confrontos postos pela intenção modernizadora e racionalizadora presentes na lógica capitalista.

Nessa perspectiva é que centralizamos a temática deste trabalho. O objetivo é resgatar na experiência da construção da cidade, os pressupostos da produção do sujeito civilizado e educado. Nessa experiência, a cidadania e a

educação fora se fazendo nas premissas da própria cidade, revelando não somente novos marcos do entendimento dessa relação, como principalmente os limites da modernidade que esses temas invocam.

A temática da cidadania, sabemos, aparece como uma questão carregada de historicidade que remonta aos vínculos estreitos entre cidadão e **pólis** na Grécia clássica, cidadão e **urbs** na Roma Antiga. Entretanto, é nas experiências do século XIX que encontramos, de forma bastante relevante, o confronto entre uma cidadania racionalizada, produzida nas leis e constituições formalmente incorporadas à forma política republicana, e uma outra, de dimensão transgressora, que escapa e ultrapassa seu sentido estreito de partilhar direitos e deveres prescritos pelo Estado ou por seus representantes.

Tais contrapontos são revelados a partir das relações constituídas na própria cidade e nas formas de inserção e exclusão dos cidadãos da vida política e econômica. A formalidade que assume a relação entre a cidade e o cidadão, dá-lhe um caráter de estreiteza e de proximidade que, sabemos, não se realizou historicamente.

Pelo contrário, os habitantes que, aos poucos, irão constituir a população da capital vão vivenciar a concretização das práticas de formalidade e transgressão estabelecendo vínculos críticos com a cidade. A sua grande experiência estará na participação efetiva na delimitação dos campos entre as condições de ser ou não ser proprietário.

Dessa forma, a análise da construção da cidade possibilitou o acompanhamento próximo do processo de formação de uma elite proprietária com peso político nas definições dos rumos da capital bem como de uma classe trabalhadora, estabelecida nas cercanias da cidade, mas não necessariamente sujeita às novas regras disciplinares da modernidade.

Não obstante, a forma de assentamento material e cultural das classes pobres e trabalhadoras não foram típicas de Belo Horizonte, mas se inserem na trajetória de constituição dessas camadas a partir do século XVII no mundo ocidental. No contexto da constituição das classes trabalhadoras, aqui mencionadas, foram se desenvolvendo algumas práticas comuns por parte das elites proprietárias. Particularmente chamamos atenção para a estigmatização em torno dos não proprietários a partir de adjetivações que se referem às suas formas de comportamento e ações frente à expansão do capital. Por outro lado, foram se consolidando enquanto problema, as formas de absorção de uma mão-de-obra disponível na necessidade de mantê-la ocupada, retirar-lhe da ociosidade e dar-lhes um lugar social melhor delimitado.

Pobres, mendigos, loucos tornam-se um incômodo cada vez maior para o desenvolvimento das novas relações de produção. Dessa forma, os pressupostos dos projetos de urbanização da cidade se constituem juntamente com outros, tais como a organização policial e os presídios, a sanitização e a escolarização das populações: o objetivo é

preparar o terreno para as novas realizações. Embora desde o século XVII já existissem preocupações nesse sentido, é no século XIX que se sistematizam os saberes e as ciências voltados para as questões sociais, onde a educação necessariamente é um grande tema.

Historicamente, vemos surgir o conceito de cidadania e de educação firmados na objetividade conceitual da condição de homem livre ARBLASTER⁶, um estudioso do liberalismo, avalia as formas como as dimensões de cidadão estão intimamente relacionadas ao próprio movimento de redefinição de proprietários e não proprietários e toda influência que a teoria liberal clássica tem também na definição da linha que separa homens educados e não educados. Entretanto, é a própria experiência da urbanização, nos múltiplos desdobramentos das diferentes práticas sociais, que possibilita compreender que a dimensão de cidadania e educação ultrapassa os limites de sua conceituação, o que as elites intelectuais e políticas do final do século XIX não deixam de perceber.

Dessa forma, a pedagogia moderna emerge como uma discussão necessária no sentido de organizar os processos de socialização das novas formas de produção material e cultural. A organização escolar busca desmistificar não apenas tradições e superstições antigas, mas também as formas anteriores de estabelecimento das relações sociais e familiares. Constitui-

⁶ Anthony ARBLASTER, 1987.

se mais um espaço onde as pessoas devem estar ou trabalhando ou estudando. E ainda, um espaço de organização do saber universal.

Há que se ressaltar um elemento importante: na concepção liberal que permeou toda noção de sociedade em constituição, as possibilidades de libertação do indivíduo se colocaram em duas vias, seja na propriedade, seja na razão, de forma intimamente relacionadas. Estes são os pressupostos que conferiram a cidadania e à educação um novo lugar na história, sendo a cidade o agente impulsionador e materializador das duas dimensões. Nessa concepção, tanto a razão quanto a propriedade acabam denotando um entendimento idealizado das relações sociais na medida em que, ao constranger as coletividades nas suas formas costumeiras e anteriores de organização social, buscou idealizar indivíduo abstraindo-o do contexto social.

Nesse sentido, como afirma ARBLASTER⁷, no pensamento liberal os direitos e as demandas do indivíduo são anteriores aos direitos e demandas da sociedade, a razão e a propriedade são aquisições individuais. O homem racional e o proprietário se interpõem ao homem supersticioso e de práticas coletivas produzidos anteriormente; a cidade urbanizada é o local onde esse processo de mudança se realiza. Daí, os pressupostos de

⁷ Anthony ARBLASTER, op. cit.

configuração de uma educação e de uma cidadania que negam as práticas culturais e materiais do passado.

Entretanto, o ato de negar o passado e afirmar o presente acaba por revelar que os problemas maiores estavam nos conteúdos do presente e nas possibilidades e potencialidades do futuro. Dessa forma, as possíveis relações entre cidadania, cidade e educação acabam se caracterizando por um significado que se insere no âmbito mais formal, no qual as elites proprietárias do século XIX buscaram legalizar essas relações ao se defrontarem com novas coletividades, se fazendo e se constituindo e que tensionam o ideal individualizante da sociedade moderna.

As cidades nos aproximam dessa dimensão, não apenas como projeto, onde a cidadania e a educação emergem enquanto utopia da razão individualizante, mas também seu conteúdo nos sugere que, além da formalidade, há uma forte materialidade no processo de constituição das relações sociais que são construídas e permanentemente reconstruídas pela urbanidade. Materialidade esta que esteve fortemente presente no processo de pensar o cidadão e de pensar as formas de acesso ao saber produzido historicamente, a par das formalidades estabelecidas.

A pergunta que Marco Polo fez em Zoé nos parece novamente muito significativa. Buscar a linha que separa "o estampido das rodas do uivo dos lobos" tem uma ressonância profunda no contexto do século XIX.

Com a mesma inspiração essa questão esteve presente de maneira acentuada nas intenções de arquitetos e planejadores urbanos: seja o prefeito de Paris, HAUSSMANN, que empreendeu a modernização daquela cidade, seja Otto WAGNER, ao se preparar para o concurso que lhe deu acesso à posição de arquiteto responsável para o desenvolvimento de Viena, seja Aarão REIS, o planejador politécnico da capital mineira.

Está também presente no pensamento liberal que inspirou a pedagogia moderna: seja na perspectiva de liberar as populações pobres das antigas crenças e suas manifestações, prática onde a razão se impõe como linha divisória, seja na própria divisão do trabalho, onde os saberes e a razão vão se assentando diferentemente, tendo a escola como uma das instituições organizadoras. E ainda, na trajetória liberal de demarcar os direitos individuais, a liberdade e a participação na sociedade pelo crivo do ser ou não proprietário.

A cidade fixou essas diferenças; a repetição dessa simbologia foi necessária para sua existência moderna porém se constituir em espaço de tensões políticas, sociais e econômicas. Os confrontos foram se expressando no perfil de seus habitantes, nos processos distintos de formação e educação de sujeitos sociais. Nesse aspecto, foi a persistência das diferenças sociais, sem dúvida, o grande desafio encontrado pelos liberais do século XIX na medida em que seu conteúdo ultrapassou a estreiteza da individualidade, das paixões e desejos de cada um e se deslocou para diferenças

e sentimentos que são coletivos e ameaçadores do "equilíbrio natural da sociedade".

A instalação de cidades como BELO HORIZONTE ou as reformas urbanas empreendidas no mesmo período, seja no Brasil ou em outras cidades do mundo ocidental, vão propiciar experiências de confronto inusitadas, expondo as contradições da racionalidade moderna no entendimento das diferentes formas de inserção dos indivíduos na constituição da sociedade.

No ato de traçar ruas e avenidas, definir prédios e suas funções, ordenar as vias de comércio e produção econômica, alocar a população de acordo com suas posses, emerge algo mais que o pressuposto de desenvolvimento e progresso ou de regulamentação e normatividade do social.

No estudo das reformas urbanas em Paris durante o império de Napoleão III, PINKNEY ressalta que:

*"A reconstrução de Paris foi uma imensa e complicada operação, e esta história não é uma simples narrativa de planos, demolições e construções, mas uma complexa história de arquitetura e engenharia, limpeza e sanitização dos bairros pobres, emigração e crescimento urbano, problemas legais de expropriação e problemas humanos de altas rendas e desapropriações, finanças públicas e políticas poderosas, homens dedicados e exploradores."*⁸

⁸ David PINKNEY, 1972: 4.

Nossa ênfase está no sentido de que as diferenças estão expostas na materialidade, dentro da qual as cidades vão se redefinindo, nas formas de introduzir os seus habitantes, no entendimento de uma certa pedagogia que pretende ser necessária a essa inclusão.

E é nesse aspecto que o projeto pedagógico moderno e os projetos dos urbanistas se tocam: ambos planejam construir um ser humano do tipo ideal enquanto ser social civilizado. Pretendem passar a limpo a história humana calcada em superstições, misérias e ignorâncias e preparar os homens para o tempo novo, do progresso, da cultura e da riqueza. A intensa produção no campo do conhecimento, presente no final do século passado, evidencia que tais projetos são um desafio permanente, oriunda das novas diferenças nas quais a sociedade foi se constituindo.

Como já foi anunciado, nossa pesquisa permitiu inferir que os desafios não estão apenas no campo das idéias, mas também nas circunstâncias materiais dentro das quais o cidadão é gestado, a cidade se instala e a escola se assenta. Dessa forma, percebemos duas dimensões fortemente materializadas nas relações entre cidadania, cidade e educação. Primeiramente, a formalidade que estes temas assumem e concretizam como tal e, outra dimensão, onde a materialidade presente nessas relações expressa tensões e ansiedades que superam o seu caráter formal.

Nesse sentido é que os dirigentes políticos do século XIX enfrentaram as agruras dos fundamentos liberais postulados dois séculos antes e se viram obrigados a contemplar novos pressupostos estipulados pelos movimentos sociais (entre eles, a questão da democracia), ao mesmo tempo em que a sociedade se viu impregnada de individualismo. Dessa forma, liberar e reprimir guardam entre si uma grande proximidade. A cidade que se abre para circulações e movimentos é a mesma que expulsa as camadas pobres para as periferias e subúrbios. No mesmo sentido, a ciência, que possibilitou formas revolucionárias de interferência no meio físico, vê-se limitada nas instituições escolares através da normatização da experiência social sob diversos aspectos. Na verdade, os pressupostos liberais mais clássicos já continham em si as possibilidades da emergência desses paradoxos, as novas formas coletivas se tornam as circunstâncias desveladoras.

Com certeza, a burguesia enquanto classe em gestação, empreendedora de negócios, tem seus interesses voltados para a produção e apropriação do saber e da ciência, como também dos espaços físicos necessários para o livre curso das relações de mercado. Saber intervir na natureza física e social implicou a aproximação das relações de cidadania, cidade e educação na medida em que o saber da ciência e o espaço urbano foram se constituindo em elementos fundamentais para as relações capitalistas e o desenvolvimento das forças

produtivas. O liberalismo está associado a esse contexto e se funda no resgate do indivíduo, na idéia do homem criador e criativo, organizador de seu próprio mundo. E esse resgate, como sabemos, está relacionado ao momento do renascimento, do movimento protestante, ao início do capitalismo, à produção de um olhar menos religioso, menos espiritual sobre as coisas da natureza e da sociedade, contribuindo para "*criar um clima intelectual no qual encorajam o desenvolvimento dos estudos científicos e do mundo natural*"⁹, e que vai refletir enormemente nos pressupostos das reformas urbanas e reformas escolares durante o século XIX.

O divórcio entre o mundo religioso e o mundo secular tem como base a pressuposição de que os homens se individualizam a partir do que pensam, independente da fe que os conduz, produto inclusive de sua razão própria. Foi a partir dessa premissa que se estabeleceram as relações e comprometimentos do liberalismo com a liberdade, a tolerância e os direitos individuais, fundamentos para a emergência dos paradoxos de dois séculos depois. Embora não sejam específicos da tradição do pensamento moderno, os valores mencionados têm uma peculiaridade nesse momento por se constituírem como pressupostos da nova concepção burguesa de homem e de mundo. As circunstâncias materiais são a base nas quais esses se desenvolvem. A relação intrínseca entre indivíduo e razão

⁹ Anthony ARBLASTER, op. cit., p. 110.

produz valores que lhes são próprios e precisam ser concretizados para que o indivíduo se constitua moralmente. Daí o peso dado ao indivíduo em detrimento da sociedade.

As possibilidades da realização do indivíduo são mais reais que a realização da sociedade - os homens, na concepção liberal, têm sua opção e comportamento inspirados por paixões, apetites e desejos que são próprios de cada um. Nesse sentido, o indivíduo é mais concreto que a sociedade em que vive, pois as suas vontades e seus valores, enquanto frutos de seu pensar, têm mais chance de se realizarem do que enquanto vontade coletiva. Portanto, o pensamento liberal, ao enfatizar a necessidade de auto-realização dos homens, acaba por abstrair o indivíduo do contexto social, rompendo e invertendo as premissas básicas de entendimento da relação homem-sociedade constituídas tanto na Grécia clássica como no cristianismo medieval.

Podemos convir que são vários os enfoques existentes no pensamento liberal, havendo algumas linhas mais radicais, existentes, por exemplo, em HOBBS (1588-1679)¹⁰ e BENTHAM (1748-1832)¹¹, e um viés mais crítico, presente, entre outros, em TOCQUEVILLE (1805-1885)¹². Entretanto, a centralização na

¹⁰ Thomas HOBBS, 1979.

¹¹ Jeremy BENTHAM, 1974.

¹² Alexis de TOCQUEVILLE, 1969.

experiência individual como base para a organização social é praticamente relevante em todo liberalismo.

Como já havíamos anunciado, as circunstâncias materiais e as necessidades fundamentais para o desenvolvimento das relações de produção capitalista têm, na noção básica do indivíduo, as possibilidades de seu incremento. O individualismo envolve outros valores necessários para a sobrevivência em uma nova realidade onde se colocam em discussão as possibilidades da crítica à arbitrariedade divina. Nesse sentido é que os liberais rejeitam qualquer existência de influências exteriores que venham a interferir nas vontades individuais, já que os seres dotados de liberdade se vêem em condições de desenvolver plenamente as suas potencialidades.

Percebemos que, no pensamento liberal, os conceitos de liberdade e razão têm caráter mais propriamente conceitual que material. Dizem respeito às habilidades e potencialidades inerentes aos indivíduos e, dessa forma, a existência de qualquer constrangimento exterior os impossibilitam de serem indivíduos. A partir desses pressupostos se delineiam todas as relações entre o indivíduo, a propriedade, os direitos e o exercício da razão, bem como ficam esclarecidas as diferenças entre os diversos pensadores.

Entendemos que, de uma certa forma, a dimensão da racionalidade e da propriedade é fundamental para a constituição de todo o entendimento da organização social que

na prática de sua sedimentação estabelecera o acirramento dos conflitos no século XIX. As discussões a respeito das relações sociais, da cidadania e da educação sem dúvida passam pelo entendimento de como a concepção em torno da capacidade racional e do acesso à propriedade é colocado durante o período de gestação das formas capitalistas de produção.

Remetendo ao pensamento do século XVII, temos que a concepção hobbesiana de liberdade nos parece fundamental, embora o viés autoritário que o filósofo acaba assumindo o distanciasse de outros pensadores mais liberais. Assim afirma:

"Por liberdade entende-se, conforme a significação própria da palavra, a ausência de impedimentos externos, impedimentos que muitas vezes teriam parte do poder que cada um tem de fazer o que quer (...)." ¹³

Tais impedimentos estão relacionados tanto com os preconceitos, costumes e tradições inerentes à tradição do cristianismo medieval, cuja crítica é desenvolvida principalmente pelo liberalismo ilustrado, quanto com a dependência material de alguém ou de um corpo político, cujas discussões mais teóricas se acentuam a partir dos debates de PUTNEY em 1647, na Inglaterra¹⁴.

¹³ Thomas HOBBS, op. cit., p. 79.

¹⁴ Christopher HILL, 1990.

As regras da cidadania e do acesso ao saber se produzem originalmente, juntamente com as regras do acesso à propriedade. Na medida em que as crises e os conflitos sociais se aprofundam se torna evidente a impossibilidade concreta do estreitamento desses vínculos para a maioria das populações, alterando profundamente os próprios pressupostos da razão e liberdade humanas. Na verdade os "impedimentos externos" foram necessários para a efetivação da modernidade; a cidade, entre outros, emerge como sujeito maior deste processo a partir da abstração dos sujeitos reais.

Nesse contexto tem lugar o percurso de constituição das repúblicas do século XIX, as quais, sem exceção a república brasileira, estavam impregnadas tanto do pensamento individualista liberal, como também, através da assimilação dos movimentos populares, da ideia da construção de um corpo político, da nação, para garantir a sobrevivência dos direitos individuais. A ambigüidade dessa constituição estará presente não somente nas próprias dimensões teóricas que dão suporte às novas nações, como ainda na formalidade em que se constituem o cidadão e os direitos à educação em detrimento da experiência social.

Chegamos ao cerne deste trabalho, cujo objetivo maior é o resgate das tensões reveladas tanto no confronto teórico como nas práticas concretas em que as relações entre cidade, cidadania e educação foram se assentando em uma cidade brasileira no momento da implantação da república.

Como dissemos, trabalhamos com a hipótese de que o sentido dos empreendimentos urbanos ultrapassou os traçados da arquitetura e da engenharia: ao delimitar os espaços físicos e sociais recortaram-se as formas de inserção social e cultural de seus habitantes; a própria experiência da construção da cidade deixou escapar um projeto de cidadania e educação que foi se configurando de maneira tensa e conflituosa com os planos iniciais, revelando os próprios limites destes. Essa dinâmica mostra um processo através do qual a construção da modernidade se dá justamente com a sua desconstrução, provocada pela emergência de novos sujeitos sociais que se fazem e se constituem nesse contexto.

No primeiro capítulo, PRELIMINARES DE UM SONHO, anunciamos duas dimensões da experiência da construção da nova capital. A primeira, a experiência romanceada do período da edificação de Belo Horizonte, através do texto de Avelino FÔSCOLO, **A Capital**, publicado originalmente em 1903. A segunda diz respeito às primeiras discussões e ao processo definidor da escolha da localidade da construção da futura cidade. Os dois planos apresentam duas perspectivas de análise que se tensionam constantemente, quais sejam: a cidade enquanto espaço de sujeitos que se fazem e se constroem juntamente com ela e, por outro lado, a cidade enquanto o próprio sujeito da modernidade.

O texto de FÔSCOLO é marcado pela crítica à sociedade moderna, à urbanização e à ciência, em confronto com

as possibilidades abertas pelas mesmas mudanças. O autor revela os sentimentos de fascínio e medo de seus personagens desencadeados pela vivência do processo de desenvolvimento das forças produtivas e de reordenamento material e cultural das populações urbanas durante o século XIX. Permeiam o romance as ambigüidades postas pela mudança da capital, pela construção de uma cidade, onde as razões do progresso, o assentamento da racionalidade científica, da lógica econômica capitalista e de novas relações de propriedade acabam por produzir diferentes formas de entendimento dos novos rumos de organização social. As diferentes posições que seus personagens assumem perante o novo são indicadores de que a aproximação entre cidade, cidadania e educação não somente está carregada de tensão, como se situa nos limites da formalidade e da transgressão, tecidos pelas próprias ações dos diferentes sujeitos sociais.

A segunda dimensão não somente é anterior ao período compreendido pelo romance, como principalmente aponta para a presença dos pressupostos que antecedem a construção da nova capital; pressupostos que vão consolidar a perspectiva da cidade enquanto sujeito, dizendo respeito ao próprio movimento das reorganizações urbanas do século XIX e à ênfase na racionalidade científica enquanto normatizadora das relações sociais, políticas e econômicas.

As premissas das discussões preliminares a respeito da escolha e definição da localidade para assentamento da nova capital (constantes durante o período de execução do projeto e

construção da cidade) anunciam toda uma concepção de urbano presente nas reformas em outras cidades brasileiras e européias. Essa concepção diz respeito à elaboração de uma racionalidade exterior enquanto necessária para vir em socorro a uma irracionalidade interior - do antigo arraial, dos sujeitos sociais e das suas formas de inserção na cidade. A eleição da capital e da cidade como sujeito histórico do progresso e da modernidade, pelas elites, se insere em uma perspectiva na qual a função social da cidade é buscar formar a consciência da propriedade e do ser proprietário em seus habitantes, além de estabelecer também um vínculo formal nas relações liberdade-propriedade-cidadania e, assim, consolidar a materialização do privado frente à emergência do público.

As discussões em torno da escolha da localidade para se construir a nova capital não dizem respeito a uma mera querela política regionalista. Estão inseridas no contexto de fragmentação da tradição político-liberal e que através da emergência dos movimentos sociais, desenvolvem-se as ideias em torno da busca da harmonia, da imposição das nacionalidades e do resgate do Estado enquanto provedor do bem comum.

O que a superposição dos dois planos nos sugere é que as práticas sociais diferenciadas vão constituindo não somente campos conceituais conflituosos mas, principalmente, inserções distintas nas potencialidades do progresso em termos de melhorias sociais, revelando espaços de tensão entre o "ser feito cidadão" e o "fazer-se cidadão".

O segundo capítulo, A CIDADE SUJEITO-EDUCADOR, está centrado no resgate do sentido da urbanidade, suas contradições e limites, revelados não apenas na planta da cidade como nas diversas alterações ocorridas no antigo arraial durante a gestão dos dois engenheiros responsáveis, Aarão REIS e Francisco BICALHO. O que se pretende analisar é como o projeto da cidade traz no seu bojo os projetos de cidadania e educação incrustados na difícil situação das práticas liberais face à existência de novas demandas coletivas.

Longe de ser um romance, a capital vai se tornando cada vez mais uma realidade, que se impõem não apenas politicamente, mas em todos os sentidos. A organização espacial da cidade convive com o redimensionamento de critérios novos para o assentamento da população.

O esboço da cidade e o plano urbano se desdobram em definições de prioridades que se revelam nas delimitações urbano/suburbano, nas edificações centrais e bairros populares, nos equipamentos centrais e periféricos, no crescimento do centro em direção à periferia. Tais prioridades se caracterizam por possuírem uma lógica racional expressa nas relações de custos e gastos e, neste aspecto, não se traduz em ambivalências mas numa lógica inerente, ou melhor, circunstancial à concepção de cidade enquanto sujeito. A tensão entre o definitivo e o sólido, o precário e o fragil se revela enquanto constituintes da racionalidade moderna, cuja

monumentalidade maior estava inscrita nas possibilidades da realização individual e do "ser feito" cidadão.

Ressalvamos que essa não é uma realidade mineira, mas seus pressupostos estão nas diversas reformas urbanas empreendidas em cidades brasileiras e européias ao final do século XIX. Por outro lado, tais iniciativas não se constituem em meros transportes de modelos europeus à cidade brasileira. Engenheiros brasileiros como Pereira PASSOS, Saturnino de BRITO e Aarão REIS, entre vários outros, estão inseridos no contexto histórico mundial onde as discussões em torno das necessidades do reordenamento urbano se fazem presentes, de acordo com a realidade de cada cidade.

Sabemos que a produção teórica não ocorreu isenta de divergências. Tal qual enfatiza CHOAY¹⁵, ao lado do universalismo dos urbanistas progressistas, uma outra linhagem de reformadores urbanos voltou-se mais para as particularidades de cada cidade, como os culturalistas. Em Aarão REIS, o planejador de Belo Horizonte, estavam presentes tanto a perspectiva culturalista como a progressista, fazendo da cidade também um palco de tensão arquitetônica, entre outras. Por outro lado, PINKNEY¹⁶, ao estudar as reformas empreendidas pelo prefeito de Paris, HAUSSMANN, durante o II Império Napoleônico, mostra que naquela capital, o

¹⁵ Françoise CHOAY, 1979.

¹⁶ David PINKNEY, op. cit., 1972.

constrangimento material e cultural estabelece ligações profundas com a abertura de vias para circulação e movimento de mercadorias e idéias, o que foi comum a outras reformas urbanas, com a de Viena, através do progressismo de Otto WAGNER¹⁷.

Ao trazer para este capítulo a discussão dos traçados da cidade, nosso objetivo está em enfatizar o caráter universalizante dos vários empreendimentos urbanos onde não cabe uma concepção de recorte regional ou colonialista. As trajetórias das cidades construídas ou modernizadas são expressão da consolidação de novas relações de propriedades, do estabelecimento de marcos mais definitivos em torno da produção, apropriação e distribuição da ciência moderna e da intenção de "fazer o cidadão". A aproximação entre ciências e cidade, o urbano e a ordem, o progresso e as linhas retas, expressa na formação positivista dos engenheiros, está inserida num contexto amplo, ocidental, que busca tornar a cidade palco de coexistência de práticas extremamente diferenciadas: o liberalismo e o positivismo, revelados no conteúdo conservador e racionalista dos seus projetos. Entretanto, a concretização da cidade revela limites que vão além da demarcação espacial da população; tais limites são postos pela própria tensão expressa na trajetória de assentamento de diferentes sujeitos sociais.

¹⁷ Carl E. SCHORSKE, 1988.

O terceiro capítulo, A CIDADANIA NA TRAMA DA CIDADE, pretende discutir um pouco esse processo através do confronto das "duas cidades" - aquela da "racionalidade exterior" e a outra que vai se fazendo por vias da "irracionalidade", enquanto permanente ameaça à primeira. O incômodo dos pobres, dos desempregados, dos trabalhadores, enfim, do "povo avesso à disciplina", vai estar constantemente presente nas preocupações dos mentores das cidades, o que produz a própria concepção de cidade enquanto sujeito formador dos elementos pertencentes àquelas categorias sociais.

Dessa forma, são nos pressupostos da racionalidade exterior que sobressaem a ênfase na construção da civilidade aproximando práticas urbanas de práticas educativas. A civilidade se torna o elemento central no entendimento da formação/educação dos indivíduos - a cidade nos seus traçados e edificações é portadora de uma monumentalidade que pretende se fazer produtora e transmissora de saberes na solidez/precariedade, permanência e provisoriedade de suas edificações. O sujeito que transita na cidade vai sendo coisificado e objetivado no sujeito maior - a própria cidade. A repressão policial, as posturas municipais e outras iniciativas disciplinares aparecem no sentido de concretizar o processo civilizatório.

Para essa discussão tomamos, como ponto de partida, os estigmas colhidos de relatos de cronistas da época, com os quais as populações pobres foram recobertas, permitindo que a

aproximação entre pobreza e irracionalidade guardasse uma relação com a própria forma como foi sendo elaborado, universalmente, o sentido dado à noção de povo, a partir do final do século XVI e início do XVII, contexto de significativas mudanças sociais, econômicas e do surgimento do pensamento liberal.

Historiadores como RUDE¹⁸, HOBBSAWN¹⁹, THOMPSON²⁰ e HILL²¹, guardadas as devidas diferenças e somente para citar os mais conhecidos, nos mostram a presença de multidões se fazendo e se constituindo enquanto categoria social, apontando para uma racionalidade bem específica - o homem concreto na luta pela sobrevivência material e cultural. Nessa perspectiva vão se delineando entendimentos específicos das formas dignas e não dignas das populações se situarem na cidade, bem como fronteiras precisas entre os bons trabalhadores e cidadãos e aqueles que se recusam ao trabalho ou à lei e, nesse aspecto, quais as estratégias necessárias para incorporá-los ou excluí-los.

Não obstante, o incômodo produzido pelas multidões vai se dar de formas diversas frente a experiências

¹⁸ George RUDE, 1991.

¹⁹ Eric J. HOBBSAWN, 1975.

²⁰ E.P. THOMPSON, 1979.

²¹ Christopher HILL, 1990.

diferentes. BRESCIANI²² indica que, embora o sentimento de temor e medo seja equacionado na Inglaterra e na França, existiram diferenças nas concepções de multidão e cidadania relativas a cada experiência em específico, o que vincula também campos conceituais distintos no tratamento da questão. É entre as elites inglesas que vai sobressair o seu orgulho pelo progresso e desenvolvimento econômico e, dessa forma, os intelectuais que as representam vão enfatizar o equacionamento "ético e econômico" no tratamento dos pobres, com inspiração em LOCKE (1632-1704). De outro lado, as elites francesas, orgulhosas de sua realização, temem mais o potencial insurrecional de sua população, extrapolador da noção de liberdade presente nos seus projetos políticos, do que a pobreza indigente, sendo que seus olhares sobre as multidões se fazem com ênfase sob o ponto-de-vista "político e ético", próximo ao viés liberal rousseauniano.

De qualquer modo, as duas experiências se aproximam na ênfase do fundamento individualista da liberdade e dos direitos, seja para vender a força de trabalho, seja para fazer valer seus direitos sob a tutela da lei a partir das cartas constitucionais. Dessa forma, extrapolará os próprios países em questão, caracterizando os pressupostos básicos para a discussão das relações cidadania, cidade e educação nas diferentes repúblicas de final do século XIX. Nesse contexto,

²² Maria Stella H. BRESCIANI, 1992.

racionalizar as diferentes manifestações das multidões tornou-se o argumento fundamental das elites proprietárias, para que pudessem instituir um novo conceito para as populações não proprietárias, qual seja o conceito de povo, com costumes, afinidades e uma história em comum.

Entretanto, as relações da maioria da população com a cidade dá-se não apenas de forma conceitual, mas, principalmente, materializada no seu assentamento. E nesse contexto emergem possibilidades novas de inserção na cidade, como pode-se detectar nesta pesquisa, através das diversas queixas e reclamações da nova população da futura capital, encaminhadas às autoridades políticas, estabelecendo contradições e tensões com os pressupostos das elites. Tomando como referência os estudos de NUNES²³, vamos percebendo que a concretização da relação entre as populações e a cidade se faz mediatizada pela prática social e, nesse aspecto, são os habitantes que a exercem, constituindo-se enquanto sujeitos e produtores das relações sociais, possibilitando que a sua inserção na cidade ultrapasse a formalidade e se situe nas tensões do "fazer-se cidadão".

O quarto e último capítulo, A ESCOLA COMO EXPERIÊNCIA URBANA: possibilidades e limites na formação do cidadão, propõe-se a uma reflexão em torno das questões pertinentes à relação escola e cidadania. No conjunto deste

²³ Edison NUNES, 1989.

trabalho não se delimitou a ampla abrangência da palavra educação: ora fala-se em escola, ora em cultura, ora na dimensão pedagógica maior expressa nas relações sociais. Entretanto, a escola, enquanto espaço institucional de transmissão do saber, ganha profunda relevância no século XIX, especificamente no que toca a sua expansão, objeto deste capítulo.

A estrutura escolar de instrução elementar pública da capital, embora prevista no projeto arquitetônico, somente vai se organizar enfaticamente nas primeiras décadas deste século. Apesar da inexistência do equipamento escolar elementar público na recém-criada capital, percebemos uma grande proximidade entre os pressupostos da cidade sujeito-civilizador e da escola sujeito-educador. essa também é uma discussão ampla e de caráter universalizante, sendo que, inclusive, o projeto escolar que se instala posteriormente em Belo Horizonte, baseado na estrutura dos grupos escolares, durante o governo de João Pinheiro (1906-1910), obedece a essas premissas, qual seja, a necessidade de formar e educar as populações, nos princípios da unidade nacional, necessários para o pleno desenvolvimento do progresso.

Não obstante, assim como nas reformas urbanas, as reformas da escola, com o fim de localizá-la no novo tempo, não foram empreendimentos isentos de tensões e conflitos. Embora a sua destinação dissesse respeito à consolidação da harmonia, a experiência de sua constituição é carregada de

contradições, e que dizem respeito mesmo ao processo de idealização do cidadão a ser incorporado e integrado na cultura urbana. Processo esse que procuraremos demonstrar neste capítulo através do desenvolvimento de alguns itens.

As aproximações maiores entre cidade e educação se fizeram tanto no projeto urbano quanto nas diferentes relações sociais estabelecidas: na nova organização do trabalho, como também na edificação de lugares específicos para o progresso das mentes. Durante a construção da capital mineira, os símbolos da civilidade se manifestam na constituição de diferentes locais, como bibliotecas, cafés, clubes, entre outros, cujo objetivo estava na formação de novos hábitos sociais. Entretanto, eram insuficientes para o projeto maior da república, qual seja, a produção da opinião pública e unidade do pensamento nacional, de onde buscaram-se argumentos para a extensão da escolarização.

Não obstante, a questão da escolarização, da adequação da escola em novos tempos, teve como permanência em seus pressupostos uma difícil questão, presente ainda neste século - a temática da quantidade e da qualidade dos saberes a serem transmitidos pela escola e que estará intimamente relacionada à experiência social dos diferentes sujeitos na qual pretende-se educar. Neste aspecto, num movimento de longa duração, podemos detectar momentos distintos nos processos de produção das práticas escolares no mundo ocidental que, no seu desenvolvimento, possibilitam compreender melhor o processo de

constituição da centralidade da escola enquanto espaço priorizado de educação dos sujeitos urbanos.

Na verdade, a questão da escolarização, a princípio, não diz respeito a toda a população. Entre os séculos XVI e XVIII sua ênfase estará relacionada às necessidades do desenvolvimento da vida urbana e às experiências das categorias sociais a ela diretamente relacionadas, ou seja, negociantes, funcionários do Estado e profissionais liberais. Autores como VERGER²⁴, ARIÈS²⁵ e RAMA²⁶, entre outros, analisando diferentes situações históricas, apontam para uma definição em torno da função social das escolas neste período e que estarão em sintonia com os "representantes da cidade", ligados a ela tanto na política como na esfera da produção, ávidos por aquisição de novas habilidades urbanas e da demarcação de espaços culturais mais delimitados.

Não obstante, é na experiência das práticas escolares enquanto necessidade urbana, produzidas nesses séculos que se constituirão os pressupostos básicos da modernidade pedagógica. Essas premissas dizem respeito às preocupações relativas à racionalidade no emprego do tempo, de método e formas de aprendizagem, abrindo destaque para a necessidade de incorporação da ciência e da experiência vivida

²⁴ Jacques VERGER, 1990.

²⁵ Philippe ARIÈS, 1987.

²⁶ Angel RAMA, 1984.

em detrimento das religiosidades e formulações abstratas, e ainda à racionalidade contábil em torno dos custos e gastos com a educação. O objetivo é constituir uma certa homogeneização cultural, diferenciadora das pessoas comuns e necessária aos homens da cidade, em uma situação política cuja posse da propriedade e da razão são elementos constituidores do perfil civilizado.

Entretanto, se nesse contexto a ênfase da escola está na representação dos proprietários habitantes das cidades, temos que ao final do século XVIII e durante o século XIX, a partir das revoluções políticas e econômicas e da radicalização dos movimentos sociais, aprofundam-se as necessidades da escolarização voltadas para a sua extensão aos não proprietários, em torno da necessidade não apenas da moralização dos pobres, mas de sua socialização para novas relações de trabalho e para as novas regras da vida urbana. Dessa forma, a escola surge como espaço institucional, com novas funções sociais - a construção do perfil de um novo homem regenerado para o trabalho e para a cidade num momento onde, para as elites, as revoluções não são mais necessárias.

A propaganda em torno da escola pública, extensiva aos diferentes habitantes das cidades, vai estar colada aos pressupostos das reformas urbanas, no sentido de desqualificar as práticas populares como irracionais e implementar novos preceitos para a vida moderna e civilizada, que diz basicamente respeito à elaboração de um cidadão independente

racionalmente, cuja discussão dos direitos sociais deve cada vez mais ceder lugar aos deveres nacionais, onde todos devem se esforçar para a consolidação do "bem-estar social".

Para essa discussão trazemos para análise o campo conceitual, que em diferentes matizes vão sistematizar os pressupostos pedagógicos modernos, na busca da harmonia social, seja na versão mais liberal, seja na concepção positivista. Com ênfase na elaboração da última, apresentaremos as análises do próprio projetista da nova capital, Aarão REIS que, em um trabalho seu, **A instrução superior no Império**, de 1875, ao tecer as críticas às formas de educação vigentes no império, aponta as novas perspectivas necessárias para a formação do brasileiro moderno. Neste sentido, tanto em REIS, como no discurso de alguns representantes da intelectualidade liberal republicana, podemos perceber as suas preocupações integradas ao movimento mundial, cuja questão principal estará relacionada às formas de como institucionalizar o acesso ao saber, com o máximo de racionalidade contábil e pedagógica, de forma que não desestabilize a ordem e a harmonia sociais.

Dessa forma os projetos de escola pública vão se defrontar com a sua dimensão mais tensa. Na medida em que as elites a elegem como espaço instituidor do saber necessário à legitimação das repúblicas, com o objetivo de "formarem cidadãos e trabalhadores", fazem-no em um contexto onde os sujeitos sociais vêm se educando e se fazendo em diferentes práticas sociais, as quais deveriam ser anuladas e situadas em

um lugar unificado. A escola que se integrou a cultura urbana até o século XVIII, entatizando a incorporação das ciências e da experiência vivida dos homens da cidade, concretiza-se em finais do século XIX enquanto espaço que nega, exatamente, a experiência política dos trabalhadores, nas suas lutas pelos direitos políticos e sociais em troca da formação de um homem idealizado.

Nesse aspecto se revela enquanto instituição hierarquizadora dos saberes e limitadora das potencialidades da ciência moderna. Dessa forma, tal como as cidades constituídas ou reformadas, a escola vai guardar um significado mais de monumentalidade e de simbologia do que propriamente de acessibilidade a amplias camadas da população: como a cidade pretende ser uma das linhas que separa "o uivo dos lobos do estampido das rodas".

CAPÍTULO I

PRELIMINARES DE UM SONHO

"(...) Se você trabalha oito horas por dia como minerador de ágata ônix crisófasos, a fadiga que dá forma aos seus desejos, toma dos desejos a sua forma e você acha que está se divertindo em Anastácia, quando não passa de seu escravo."

(CALVINO, 1991)

A CAPITAL, UM ROMANCE

"- Vai a Capital? perguntou.

- Vou sim.

- Também eu e muito contente pela boa companhia. Assim tenho com quem conversar... vou apreciando a boa prosa do colega. Grande porcaria a tal Capital... uma verdadeira bandalheirópolis!

A ladroeira passeia infrene e nós outros, a classe do comércio, temos medo daquilo. Vamos e venhamos! Sou muito inimigo de censuras! Mas estávamos em condições financeiras para tal tolice? É uma nova La Plata, verá. E que tem feito o governo para remediar o mal? interrogou, sacudindo fortemente o braço do ouvinte.¹

Este diálogo é travado entre o caixeiro viajante Berrini e o negociante João da Cunha, na locomotiva que os levará à futura capital, Belo Horizonte.

No decorrer do texto percebe-se que não se trata tanto de um diálogo, mas do monólogo insistente de Berrini, contrariado com as mudanças trazidas pela República e a forma como as alterações econômicas trouxeram-lhe prejuízos para os negócios.

Os passageiros do trem, com o olhar fixo na paisagem ou no próprio cansaço, pouco davam atenção ao discurso do caixeiro viajante ou, então, estabeleciam uma interlocução muda com as opiniões por ele emitidas.

¹ Avelino FÓSCOLO, 1979: 64.

Entre eles, um entretanto se destacava, não por falar muito, mas por escutar e comprazer-se com Berrini - era João da Cunha. Ambos guardavam uma similitude no entendimento dos riscos trazidos pela modernidade e pelo progresso.

De outro lado, a fala insistente de Berrini incomodava profundamente dois outros passageiros, Sérgio, irmão de Cunha e Lená, esposa deste. Cunha e Lená eram mineiros e haviam se casado em condições adversas. Lená, filha de um rico casal fazendeiro, de noivado com um médico, havia sido violentada pelo primo caboclo e ficara presa às ameaças de impedimento da realização do casamento pretendido, tanto por coação do primo, como pela gravidez inesperada.

Posto o fato, o pai, por vingança, mutila a virilidade do caboclo e acaba por aceitar a proposta de Cunha, que a cortejava, de desposá-la, evitando uma inconveniência social. O pretendente, de outro lado, saíria ganhando com o rico dote da esposa, satisfazendo seus interesses por riqueza.

Sem o amor do médico, que se suicidara ao saber do acontecido e das circunstâncias nas quais se encontrava, embora posteriormente venha a perder o filho, Lená casa-se com Cunha, sem nunca tê-lo amado, como uma saída para sua situação, indo o casal viver em Sabará.

Com os problemas de mão-de-obra para a agricultura, oriundos da abolição, Cunha, a exemplo de muitos outros, havia comprado propriedades na futura capital a conselho do irmão e do sogro, e lá se instala mais precavido do que entusiasmado.

A esposa Lená, de sua parte, vê na mudança a possibilidade e a esperança do começo de uma nova vida, sem o tormento das lembranças do passado.

Sérgio, o irmão de Cunha, é radicado no Rio de Janeiro e, em uma visita do casal a esta cidade para tratamento de saúde, acerta sua vinda para Belo Horizonte e se instala como sócio do irmão em uma casa comercial. É nessa viagem que tem lugar a fala de Berrini.

Sérgio e Lená compactuam das mesmas impressões durante toda a viagem, o que, posteriormente, os tornam cúmplices de uma aventura amorosa desastrada. Para Lená, a vida na futura capital representava novos parâmetros, novas perspectivas, novas relações e encontrava em Sérgio um aliado para suas esperanças. Já para este, acostumado à urbanidade do Rio de Janeiro, a mudança abria caminho para riqueza, lucros e empreendimentos.

Cunha, mais resguardado, vai-se tornando cada vez mais avesso aos alvoroços em torno da capital, sua transferência para Belo Horizonte tinha como intenção conquistar o amor nunca correspondido da mulher.

Após uma exaustiva viagem, aos poucos, delineia-se a cúpula da Estação, o pórtico da capital.

"(...) Cunha encolhia-se a um canto, para não ver de perto aquele pesadelo, o horror do dinheiro ali enterrado. Sérgio e Lená punham-se a mirar, com as cabeças a se encontrarem quase, confundindo os hálitos,

e nos olhos o contentamento estrelajante a fitarem o primeiro degrau do que eles pregavam a opulência, o progresso mineiro. Nem viam em torno as cafúas, as casinholas achapanadas e horríveis.

- Muito original, muito! exclamou Sérgio.

- É bela! adicionou Lená.

- E para quê? para quê? pergunto-lhes eu agora, prorrompeu o Cunha, enterrar uma estação tão rica num lugarejo destes?

- Mas é a entrada... Quem vem à Capital leva uma boa impressão...

- Se todos fossem como você: um moço sem experiência da vida. As pessoas sensatas, as que conhecem a respeitabilidade do Estado, reprovam essas despesas loucas.

- Pelo amor de Deus, cale-se! É preferível a dar uma má idéia, murmurou Lená aos ouvidos do esposo.

*Ele passou os olhos em torno a ver se encontrava o Berrini que poderia substituí-lo tão bem: mas o caixeiro-viajante lá não estava.*²

João da Cunha, Lená e Sérgio são protagonistas do romance **A Capital**, publicado em 1903, de autoria do escritor Avelino Fôscolo (1864-1944).

Na trama que envolve essas personagens estão misturados não somente suas trajetórias, mas também os fatos concretos ocorridos durante a construção da capital. Acrescenta-se, ainda, a dimensão maior que foi o espetáculo ocasionado pela modernidade através das impressões, dos incômodos e das esperanças produzidos pelo reordenamento

² Avelino FÔSCOLO, op. cit., p. 70.

material e cultural ocorridos no mundo ocidental ao final do século XIX.³

FÓSCOLO⁴, o autor, era mineiro de Sabará, de infância difícil, filho de mãe solteira. Quando órfão, é entregue a um tutor e vivencia as diferenças em que é educado em relação aos filhos deste. Foge de casa e a partir daí experimenta uma diversidade de situações.

Participa de companhias de teatro mambembe e escreve peças. Estudou em Ouro Preto e Rio de Janeiro, sustentando-se com os ganhos no comércio, mas era acima de tudo autodidata, tendo inclusive aprendido o francês. Era leitor de autores condenados pela Igreja como Guerra Junqueiro e Eça de Queiroz e vai se tornando um entusiasmado militante da abolição e da república, o que o aproxima de outros textos, como os de Victor Hugo, Zola, Flaubert e Comte.

As leituras de FÓSCOLO o colocam no seu tempo. Ao combinar autores com perspectivas tão diferentes participa da

³ Este procedimento é utilizado pelos autores dos "romances sociais" e "realistas" do século XIX, em especial, Eugène Balzac, dando a seus livros forte impressão de verossimilhança.

⁴ Os dados do autor são muito bem trabalhados, juntamente com outras obras suas, por Regina Horta Duarte, em **A imagem rebelde, a trajetória libertária de Avelino Fóscolo**. Campinas: Unicamp, 1991.

Também encontramos alguns dados na reedição de **A capital**, em 1979, através do prefácio de Eduardo Frieiro, editado pela Imprensa Oficial.

mesma elaboração crítica da cidade, comum aos literatos do século XIX.⁵

Por outro lado, são as leituras de COMTE que o entusiasma enquanto suporte para propaganda republicana, para o fim da escravidão e no destaque à ciência moderna como instrumento para o bem-estar da humanidade. Como colaborador dos jornais **Folha Sabarense** e **O Contemporâneo**, transcrevia vários trechos das obras lidas como fonte para a exposição de suas opiniões políticas.

Quando FÔSCOLO escreve **A Capital**, entretanto, não o faz mais sob o ponto-de-vista entusiástico. Ali ele é extremamente crítico das mazelas republicanas. Sua vida havia tomado outros rumos. Ao casar-se com uma ex-aluna da Escola Normal de Sabará, filha de um farmacêutico na cidade de Taboleiro Grande, aí se instala como sócio do sogro e tem início uma nova experiência que diz respeito ao contato que passa a ter com o mundo fabril, a Companhia Cedro e Cachoeira, de produção têxtil, e o aproxima das condições de vida dos

⁵ Maria Stella BRESCIANI (1986), ao analisar a configuração da imagem literária produzida a partir das diversas experiências dos autores deste século, chama a atenção para as aproximações entre eles e o sentido dado aos sentimentos ambivalentes produzidos pela urbanidade, seu sentido assustador e fascinante "*(...) de uma perda irrecuperável assumida em nome do progresso (...) Na novidade e na perda, o registro da experiência histórica da transformação: homens anônimos, sem individualidade, agitando-se em obediência a um poder invisível que faz de seus dias um ininterrupto vai e vem de atividades cujo objetivo é a obtenção de um salário ou a reprodução ampliada do capital investido (...) O choque transformado em experiência, portanto mediatizado pelo campo de representações e de imagens formado pelo texto, em especial o literário.*" (Maria Stella BRESCIANI, 1986: 220)

trabalhadores, possibilitando uma percepção mais crítica da república que se instalara.

Dessa forma, vai se apegando ao movimento anarquista, tornando-se amigo do militante Edgar Leuenroth, assinando e lendo publicações como **A Lanterna** e **O Livre Pensador**, órgãos de difusão do movimento, e fundando em Taboleiro, seu próprio jornal, **A Nova Era**.

DUARTE comenta que:

"Jornal revolucionário, A Nova Era, levava o leitor a conhecer inúmeros textos de Tolstói, L. Reclus, J. Grave, E. Malatesta, dentre outros teóricos libertários. Denunciava a corrupção da República brasileira, atacava o regime capitalista e pregava a revolução. Noticiava todos os passos do movimento anarquista no Brasil e no mundo, atacava diretamente a Fábrica de Tecidos do Cedro."⁶

As personagens de **A Capital** transitam no enredo de forma que vão imperando, de um lado, as críticas acirradas ao progresso e à república e, de outro, os sonhos e as fantasias constituídas sobre um mesmo tema - a cidade.

A personagem João da Cunha é expressão do conservadorismo, onde a aquisição da riqueza é mais segura através de métodos tradicionais. Tem ao seu lado representantes também tradicionais do saber e da cultura como

⁶ Regina Horta DUARTE, op. cit., p. 70.

o professor aposentado, Pinto, e o charlatão Félix. Os três "matavam o tempo" no ainda pacato arraial (embora já houvesse a denominação de cidade), dentro do estabelecimento comercial de Cunha, discutindo sobre as situações por vir.

Assim, na narrativa de FÓSCOLO,

*"O Cunha e o Mestre pelos bens de fortuna acumulados e o Félix pelo seu charlatanismo,, esperavam ser na Capital, o que tinham sido no Arraial, autoritários, impondo a lei a seu bel-prazer, adquirindo fraudulentamente, o solo, formando grandes domínios (...)."*⁷

Cena típica de cidade de interior, os amigos entretinham o tempo travando questões hipotéticas sobre quanto ganhariam com a desapropriação de seus terrenos, não dando conta da nova lógica econômica que imperava através da transformação do lugarejo em uma cidade moderna,

*"(...) Firmes no respeito à propriedade, não podiam compreender outra maneira de se lhes apossarem dos bens a não ser pelo preço que impusessem. Embora lenta, a construção, vinte anos, pensavam, afluiria muita gente atraída pelo instinto do novo. Ocupadas as casas vagas, então erguer-se-iam outras, e como o solo era deles, seria a ocasião de almejada colheita."*⁸

⁷ Avelino FÓSCOLO, op. cit., p. 80.

⁸ Ibidem, p. 80 (grifos meus).

Entretanto, o rumo dos acontecimentos vai em outra direção. O valor que os amigos obtêm nas desapropriações não era suficiente para que adquirissem um outro imóvel na cidade, e com isso são obrigados a se mudarem para a periferia, fixando-se em Venda Nova. Cunha, entretanto, por ser melhor estabelecido através da riqueza adquirida por herança com o dote de Lená, permanece na capital, embora cada vez mais contrariado.

Pinto e Félix, nas suas visitas constantes a Cunha, fazem referência à tranquilidade do clima e às amizades presentes na nova morada, um lugar que lhes lembrava os "bons tempos do arraial". Nesse sentido, FÔSCOLO, através de seus personagens, esboça os contrastes presentes na vida de uma futura capital, já de uma certa forma movimentada, e do campo, como paraíso idílico.

Nas conversas na loja de Cunha se estabelecem as comparações, além de propiciarem espaços para os desabaços de Cunha, seus amigos e outros indivíduos descontentes com as mudanças. Confrontam-se, por exemplo, entendimentos diferentes das novas formas de lidar com a natureza física e com o saber médico em vários diálogos, nos quais se deparam as temáticas de confronto entre a ciência moderna e as práticas tradicionais.

Na personagem do Major Silva, assim se expressa o assunto:

"- Para mim, bradava ele, esses polígonos, triangulação, geodésicos, teodolitos é tudo uma ladroeira para comer o cobre do povo.

- Não blasfeme, Major! articulou a medo o charlatão. Quero crer que haja excesso; a técnica moderna, porém, tem suas exigências...

- Qual técnica e qual nada? Bravejou o outro. Com uma régua e um nível de pedreiro, gente prática, riscava-se tudo em poucos dias. Depois, para que inutilizar o que está feito? Tão boas casas temos nós...⁹

Entretanto, o autor vai deixar falar melhor as suas impressões é na personagem do charlatão Félix, esboçado como representante de uma cultura mais tradicional das práticas médicas. São as influências positivistas de FÓSCOLO que lhe permitem construir esse personagem e as suas relações com a cidade de forma instigante. A oposição entre as superstições e práticas duvidosas se defrontam com o "médico de Canudo", traduzindo toda uma dimensão das possibilidades educativas que a cidade pode inspirar.

João da Cunha, acometido de perturbações da vista e sem o amigo por perto, vê-se obrigado a solicitar um médico ("de canudo"), que o examinou e receitou. Sem confiança, escreveu e mandou chamar o amigo.

Félix o observou de forma solene:

"- Que prescreveu o facultativo?
perguntou.

O Cunha trouxe-lhe a receita.

Ele examinou-a com um sorriso irônico, sacudindo a cabeça num gesto de escárnio.

- Impagáveis, estes colegas.

⁹ Avelino FÓSCOLO, op. cit., p. 91.

- Não sabe o martírio a que me submeteu, amigo Félix. Proibiu-me o cigarro, veja você - a única distração que tenho neste claustro de Capital, aconselhou-me banhos de mar, como se eu pudesse ficar no Rio, deixar meus interesses aqui ao Deus-dará.

- E não é só isto, para que iniciá-lo com medicamentos, quando o amigo não tem mais do que uma constipação, uma infecção no sangue talvez... talvez a irritação produzida por este pó infernal, ou quem sabe uma simples perturbação nervosa?!¹⁰

O charlatão critica e subverte todos os procedimentos do médico: permite o cigarro, ironiza os banhos frios recomendados e manda Cunha jogar os óculos fora. Em troca receita um "colírio sulfobórico", que não fazendo efeito tempos depois, julga ter sido mal feita a manipulação,

"São as inovações, meu caro: estas farmácias modernas não merecem conceito. Se o meu colírio fosse criteriosamente manipulado, o amigo se libertaria deste funesto eclipse."¹¹

Tudo é culpa do progresso, da cidade...

Lená, a personagem adversa e defensora da modernidade, é a mulher que representa a República. Isto pode ser percebido quando expressa a idéia de renegar seu passado na esperança de começar tudo de novo, mas desencantando-se aos

¹⁰ Avelino FÓSCOLO, op. cit., p. 112.

¹¹ Ibidem, p. 114.

poucos, principalmente após a morte de Cunha e a desilusão amorosa com Sérgio.

FÓSCOLO delineia esta personagem enquanto símbolo de um futuro pleno de potencialidades. As mazelas do período imperial e da escravidão estão representadas em Lená pelo sofrimento da vida na fazenda do pai, o estupro, o suicídio do amado. A personagem é esperançosa de que uma outra vida, por construir em uma cidade, também por ser edificada, se fizesse numa perspectiva romântica muito próxima aos dos que viram a constituição da República de forma acrítica. A República surge como instrumento capaz de destituir a trajetória do passado, onde a desilusão da personagem abre as portas para a constituição do mito. Assim, Lená

*"Era antítese do marido; iam contrariando-se, paralelos sempre, mas em pólos diversos. Ela amava o progresso, o movimento, a vida, almejando uma capital ideal para o cérebro de Minas: muito grande, impulsionada à força potente da arte, da indústria, do comércio, erguendo-se soberana da modesta aldeia."*¹²

Estando sempre predisposta a fazer severas críticas ao tradicionalismo de Cunha e a seus amigos nas suas práticas arcaicas, maldiz do charlatão Félix e do fato de o marido não ter seguido as prescrições do médico. O agravamento da saúde de Cunha obriga-o a partir para o Rio de Janeiro e apesar do

¹² Avelino FÓSCOLO, op. cit., p. 85.

receio da "febre amarela, da bexiga, dos tísicos e gatunos", o casal segue viagem, de onde, além do tratamento, trazem o irmão Sérgio para estabelecimento de uma sociedade de negócios.

A aproximação de Sérgio e Lená se dá pelas vias da crença no progresso, na modernidade, a par da inescrupulosidade que Sérgio vai revelando. Seus interesses na nova capital iam além das expectativas de Cunha.

"- Estou resolvido a empregar parte do capital da firma em construções - casas modestas de aluguel... Dão melhor lucro e há menos perigo, menos trabalho, talvez. Que diz? interrogava à Lená.

- Esplêndido! Um negócio da China, apregoam.

... Imaginem que uma casa de custo de cinco contos, produz duzentos mil réis mensais. Em que lugar do mundo se encontra disto? Qual o negócio capaz de tal percentagem?"¹³

Para horror de Cunha, os negócios são levados adiante, com total apoio da esposa.

E aí FÔSCOLO constitui o espaço da crítica feroz à maneira como a nova lógica econômica, de ganhos fáceis e da busca inescrupulosa ao lucro, se impõe. Sérgio, aos poucos, se dá bem: contrai dívidas, consegue empréstimos do sogro de Cunha, faz falcatruas com o dinheiro

¹³ Avelino FÔSCOLO, op. cit., p. 124-25.

do irmão, e ainda consegue seu melhor negócio: casa-se com a irmã de Lená, Rosinha, e com um dote precioso.

A República, para desencanto de Lená, se constitui em cima das práticas anteriores: alimentada por um amor interesseiro por parte de Sérgio, este buscou conseguir dela apenas os empréstimos necessários para bancar seus empreendimentos. Dessa forma, o casamento de Sérgio e Rosinha desperta Lená de um sonho tão almejado: a capital, a modernidade, a nova vida.

*"Confundia na mente a Capital, o ser inerte a que emprestava uma alma, Cunha e Sérgio, como se um fosse o complemento indispensável do outro. Entretanto ambos desapareciam como nas visões do sonho, a cidade feérica tornando-se nebulosa, versando para um futuro longínquo, e ele, fugindo também, evitando-a quase..."*¹⁴

A morte posterior de João da Cunha, o romance de Sérgio e sua irmã, o desaparecimento gradativo dos amigos de Cunha e das prosas constantes ocorridas na casa de comércio, o erguimento de uma cidade cada vez mais estranha aos seus sonhos, o sentimento de ter envelhecido com o próprio sonho, tornam Lená uma pessoa amarga e desesperançosa.

Na fantasia da personagem, FÔSCOLO deixou pistas de alguém que sonhou edificar-se junto à nova Capital, como

¹⁴ Avelino FÔSCOLO, op. cit., p. 188.

participante de suas novidades, como cidadã integrada aos novos projetos. E o que surge é uma sensação de estranheza cada vez maior, principalmente pela presença de novos indivíduos na cidade, entre eles, os funcionários públicos, representantes de uma situação nova - a política se apoderando das pessoas, construindo ambições ou, na ótica do autor:

*"(...) havia alguma coisa de fúnebre, de tétrico para ela naquele funcionalismo atravessando as silenciosas avenidas, envolto de vestes pretas, como se viesse de um funeral, a gotejar o sofrimento daquele calor calcinante de verão. E mais triste ainda era a onda louca da política que dominava a cidade - ressaca feroz mudando tudo, tornando-se força vital de Minas."*¹⁵

Lená repassa toda sua vida, a cidade escapara-lhe por entre os dedos, como também a aposta no progresso e na vida moderna. Aquilo não lhe pertencia mais, só lhe pertenceu enquanto idílio.

João da Cunha e seus amigos, representantes do conservadorismo na reverência ao passado; Lená, a romântica defensora da urbanidade e de suas novas promessas; Sérgio e Rosinha, os vencedores, porque aceitaram e se fizeram nas regras da esperteza, anunciam as contradições e ambivalências que, na mira de FÔSCOLO, possibilitaram a redefinição de sua própria trajetória. A República desperta do sonho, vai

¹⁵ Avelino FÔSCOLO, op. cit., p. 206.

mostrando suas mil facetas, entre elas a possibilidade de um olhar crítico mais progressista.

É na personagem Almeida que FÓSCOLO coloca essa perspectiva. Passando um pouco à margem da trama central, Almeida respeitava as impressões de Cunha, colocava-se como superior às intenções corruptivas de Sérgio e tinha por Lená uma admiração toda especial,

*"Vanlorigava-se de ser um homem culto, perlustrando ao longe a ascensão gradativa que o espirito humano segue na conquista da ciência absoluta que será, também, a absoluta ventura. Fora conservador nos primeiros tempos, saltara depois para os arraiais republicanos e era agora socialista... mas socialista pendendo para o anarquismo teórico - declamava - que era a sua leitura favorita."*¹⁶

FÓSCOLO e Almeida parecem ser um só em várias passagens do romance. O autor o descreve como um homem inteligente, grande lutador das causas da mudança da capital e um entusiasta do progresso, estabelecendo boas relações com os membros da Comissão Construtora e com políticos. Traz um olhar diferente para entendimento do que a nova cidade poderia significar para a população do antigo arraial.

A paisagem humana em geral, traçada pelos horizontinos, fazia coro com as impressões dos membros da

¹⁶ Avelino FÓSCOLO, op. cit., p. 276.

Comissão Construtora e com os cronistas da época, como veremos posteriormente. Na descrição de FÔSCOLO, o autor fala de

*"Uns homens magros, esgrouviados, amarelos, de feições melancólicas, olhos amortecidos, cabelos mal cuidados, unhas grandes, negros de pó, pés mal resguardados, em vestes insuficientes. As mulheres porém eram bem conformadas em sua maioria destacando-se, apesar da singeleza do meio, da carência da arte tão necessária ao aformoseamento, algumas verdadeiramente belas."*¹⁷

A par das impressões que se faziam da relação entre o meio natural e o homem, FÔSCOLO introduz, através da personagem Almeida, uma questão comum tanto entre os liberais como entre positivistas, anarquistas e socialistas, resguardadas as suas diferenças: a dimensão formadora do trabalho.

A personagem alega a inatividade dos horizontinos que, habituados à mera subsistência e encontrando tudo de que precisavam nos solos férteis, acabavam tornando-os sem iniciativa, apáticos. E se as mulheres se mostravam superiores, tal característica tinha relação com a sua constante labuta em trabalhos domésticos, colocando-as sempre em atividade. A modernidade traz outros motivos que não a subsistência, situando o homem como constituidor de novas relações sociais, habilitando-o para uma vida mais saudável.

¹⁷ Avelino FÔSCOLO, op. cit., p. 90.

Almeida via com contentamento as transformações do velho arraial, a presença dos operários, as terraplanagens, o desenvolvimento do comércio. Nas tantas conversas no estabelecimento de Cunha sempre tinha uma boa resposta para aqueles que lamentavam as perdas, embora também fosse afetado pelos "gatunos". Dizia *"Isto é comum nas grandes praças, nos centros novos e importantes..."*¹⁸.

Estava sempre envolvido em vários negócios - empresariava companhias de divertimentos e teatros, comprava e revendia lotes, fornecia material de construção para os engenheiros e, para desespero de seus interlocutores, falava da abertura de uma "loja salomônica", uma associação secreta para pedreiros-livres, "coisa de maçonaria", deixando o charlatão Félix consternado.

*"- Ah! agora! são contra os padres, os tais maçons. Podem fazer tudo... Já começaram por derrubar o Santo Cruzeiro... É o ataque franco à nossa religião..."*¹⁹

Fazia parte dos planos de Almeida a obtenção de uma concessão para instalação de uma linha de bondes elétricos, *"(...) a única locomoção razoável, econômica, capaz de desenvolver e criar a grande cidade que castelamos"*, além de

¹⁸ Avelino FÓSCOLO, op. cit., p. 99.

¹⁹ Avelino FÓSCOLO, op. cit., p. 100.

um parque de diversões com jogos lícitos "amenizando nos dias de descanso as horas do povo que labora"²⁰.

No dia da inauguração da nova capital, incomodado com o discurso formal dos oradores, pensava além e deixou escapar suas impressões: "- Qual! Um parlapatão... medalhão! Eu amo o progresso, idolatro a mocidade, o novo, o misterioso, o inacessível"²¹.

Vai prosseguindo nas suas elocubrações e já tinha um novo plano - agora era a "Loteria dos Pobres", um recurso para beneficência. A festa de inauguração o inspirava como ninguém, a idéia da loteria possibilitaria não somente recursos para os seus projetos anteriores, como também para hospitais e asilos enquanto recursos para os pobres.

Almeida, porém, não somente não conseguiu realizar os seus projetos, como também não adquiriu riqueza promissora no comércio. Entretanto, nunca deixou de arquitetar novos planos. Das personagens que aos poucos foram se desencantando no desenrolar do romance, FÔSCOLO sempre teve a preocupação de trazê-lo sempre crédulo, esperançoso, expondo os seus próprios projetos enquanto possibilidades de uma nova reorganização social.

Na trama, entretanto, as outras personagens o consideravam louco, sonhador e, às vezes, até digno de pena;

²⁰ Avelino FÔSCOLO, op. cit., p. 131.

²¹ Ibidem, p. 168.

talvez um pouco o que o próprio FÔSCOLO tenha percebido das impressões que outras pessoas faziam dele.

À frente de tantos acontecimentos, e de todo pessimismo que toma conta do final do romance, fixado principalmente nas desventuras de Lená, é o Almeida quem tenta consolá-la. Vai-lhe mostrando que, apesar de todos os contratemplos, a experiência foi exemplo de coragem daqueles que sobreviveram, aponta-lhe uma fábrica, as novas relações de trabalho, a emergência do operariado enquanto consumidor em potencial, o futuro da indústria e do comércio, e mais um grande projeto - uma "cooperativa agrícola".

*"Exploraremos o solo pela lavoura, empregando os modernos métodos que se adaptam muito bem ali. Dividiremos o terreno em lotes, fazendo também divisão de trabalho, mas recolhendo o produto a uma caixa que se incumbirá de custear, conseqüentemente, as despesas da cooperativa... no fim de alguns anos, quando a colônia aumentar-se, com a aquisição de pequenas indústrias, formaremos a primeira povoação independente, vivendo do próprio trabalho, eliminando os parasitas, tirando da terra, a mãe comum, o necessário à subsistência e ao prazer."*²²

A personagem Almeida faz toda uma reverência à cultura moderna, à ciência, ao trabalho a serviço dos novos habitantes da cidade e, apesar do tom paternalista, deixa

²² Avelino FÔSCOLO, op. cit., p. 281.

escapar uma esperança - é ao cidadão que a cidade deve se prestar.

A aposta no futuro ou no passado deitam em raízes anteriores que reivindicam um certo tipo ideal de cidade, de cidadão e de sua dimensão cultural. O estreitamento ou não de seus laços está relacionado tanto com a experiência concreta na cidade quanto com a fonte conceitual que informa tais experiências.

As personagens de FÔSCOLO estarão presentes em toda trajetória deste trabalho. Entretanto, emergem como pessoas vivas que teceram as relações entre cidade, cidadania e educação, concretamente.

A SUPERPOSIÇÃO DE PLANOS: O "SER FEITO" CIDADÃO NOS PRESSUPOSTOS DO ERGUIMENTO DE UMA CIDADE-CAPITAL

A tensão que perpassa as personagens de FÓSCOLO está, sem dúvida, diretamente relacionada à definição de seus lugares na nova cidade: por um lado, a possibilidade de ganhos fáceis ou de uma vida mais livre e moderna, expressa nas personagens de Sérgio, Lená e Almeida; de outro o conservadorismo representado por Cunha e seus amigos.

Belo Horizonte, na sua história, nos revelou, através de seus habitantes, o drama nos quais os literatos buscaram inspiração - as possibilidades ou não de inserção dos habitantes na vida política e cultural. Essa dimensão está presente desde as discussões sobre a sua concretização, como também na elaboração da planta e nas concepções urbanas que lhe dão suporte.

O projeto de reformas urbanas foi constituído nas ambivalências que caracterizaram o século XIX, o cenário - a cidade e a complexidade de que é inspiradora. O empreendimento da construção da nova capital mineira foi, sem dúvida, uma experiência que produziu as ambivalências próprias e inerentes ao novo.

Os sentimentos de adesão e repulsa, ora mesclados, ora solidamente marcados, vão sendo constituídos não somente na individualidade de cada um, mas também enquanto uma expressão de conteúdo marcadamente social. Embutidas neles

está toda uma referência do pensar a sociedade e as relações dos habitantes com a cidade nas formas de sua inserção política, econômica e cultural.

As experiências vivenciadas durante o século XIX trouxeram a marca da síntese das experiências dos séculos anteriores em relação às profundas mudanças ocorridas com a divisão do trabalho, o progresso técnico e o surgimento da organização operária e dos movimentos sociais. O velho e o novo, alvo de pensadores, literatos e técnicos, foram se constituindo enquanto objeto de entendimento dessas transformações, deixando entrever nas suas produções sintomas de perplexidade, de dúvidas e anseios numa sociedade profundamente marcada por pessimismos e otimismo às vezes extremados.

A incerteza domina os sentimentos, principalmente no sentido das conseqüências trazidas pelas possibilidades das perdas aliada às novas referências da vida cotidiana que viriam ou não compensar as perdas. O contexto de tensão nas cidades revela posições ambíguas que ora evidenciam o que se perdeu, buscando ser retomado, e ora apostam no novo e nos grandes benefícios que trará.

As opiniões sobre a mudança da capital e construção da cidade se formam a partir da vivência concreta de novas experiências que tocam o cerne de homens e mulheres, a sua sobrevivência material e cultural em meio ao desconhecido.

A modernidade que se impõe no decorrer do século XIX com o novo desenho das cidades e as alterações profundas nas vidas de seus habitantes, foi, sem dúvida, o marco maior dessas experiências. Entre o olhar bisonho e conservador e o olhar do investidor e especulador produz-se uma gama de estereótipos dos próprios homens, atitude típica do medo e receio frente ao inesperado. A imagem da cidade emerge, assim como que numa constante interrogação que transita entre as possibilidades concretas de sua instalação e as formas de absorção por parte de seus habitantes, daquela urbanidade a se constituir.

Não foram poucos os que se viram amedrontados pelas novas possibilidades que a cidade colocava e, basicamente, esse temor passava pelas novas exigências postas pelo redimensionamento das formas de relação homem-sociedade-cidade. As ameaças não se circunscreveram somente à intromissão da lógica industrial no cotidiano das pessoas, mas atingiram também o campo político, o que, na verdade, significa terem se apoderado de duas dimensões bem próximas e inspiradoras tanto das reformas urbanas como das mudanças sociais e culturais.

Os conflitos a respeito das formas de designação dos lugares a serem ocupados na futura cidade-sociedade, aventados por FÓSCOLO, estarão presentes desde as discussões em torno do processo de escolha da localidade onde a capital seria erguida. O que esteve em discussão, como veremos, foi a

própria função social dos espaços urbanos, já que predomina a idéia da cidade enquanto lugar impulsionador do progresso e da civilidade.

Transformar um pequeno arraial em um pólo moderno para onde afluíssem as novidades da economia tem, na história de Minas Gerais, um sentido político significativo, porque revela as ambigüidades da política mineira e brasileira no momento de construção da República. É expressão de uma nova concepção do social, do cultural e da importância da ciência que emerge em confronto com práticas tradicionais de se pensar a relação dos indivíduos com a cidade.

Vimos que, no romance **A Capital**, o que mais angustiou Cunha e seus amigos foi exatamente o fato de acompanharem o surgimento de novas formas de inserção em uma cidade onde não mais havia lugar para eles, seja por se verem expropriados de suas propriedades, ou expropriados de seus valores e de sua cultura.

Essa situação de tensão é permanente no decorrer do século XIX, no mundo ocidental, já que a concretização das novas funções sociais da cidade passa pela discussão das formas de como destruir definitivamente laços culturais e sociais anteriores e produzir espaços diferenciados e bem delimitados para cada uma das diversas categorias sociais. Tudo isso, sem dúvida, implicava em acessos também diferenciados à cidadania, à cultura e à cidade.

Belo Horizonte, nesse sentido, pode ser considerada um laboratório de novas experiências, com a finalidade de construir a urbanidade de seus habitantes, de fixar a modernidade nas "Gerais", tendo seus pressupostos em necessidades concretas: a intenção política de redefinir a posição política, econômica e cultural do Estado republicano.

Nesse aspecto, é importante lembrar que as questões que envolveram o objetivo de transferir a capital mineira de Ouro Preto para outra localidade, datam do século XVIII, dos acontecimentos da Inconfidência Mineira. Pode-se perceber, através dos temas discutidos, que estavam em jogo elementos que se convencionou chamar modernidade, embora ainda sem as bases necessárias para a sua efetivação, tanto nas relações de trabalho, como nas relações de propriedade e, enfim, no próprio desenvolvimento das forças produtivas.

LINHARES, num pequeno folheto denominado "Mudança da Capital (Apontamentos históricos)"²³, provavelmente escrito no início do século, coloca em evidência os momentos em que esse debate se travou.

Logo de início afirma:

"A mudança da capital foi sempre objeto de sérias e graves cogitações, tanto de políticos como dos poderes legislativo e executivo da antiga Província. Não é, como muitos supõem, uma questão nova, pelo contrário, é mais que secular: remonta a

²³ Joaquim Nabuco LINHARES, s.d.

1789... A prova encontra-se no depoimento do conjurado Domingos de Abreu Vieira que disse que a capital se havia de mudar para São João d'El Rei, por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos."²⁴

Sem dúvida, nos deparamos com uma das primeiras facetas do olhar moderno, aqui no sentido da escolha de uma determinada localização, que se desdobra posteriormente numa série de discussões, e também no sentido novo da dinamização econômica, objeto de acirrados debates,

Outras tentativas de mudar a localização da capital ocorreram em 1833, 1834 e em 1851. LINHARES registra a seguinte fala do presidente da Província de Minas, José Ricardo de Sá Rêgo, e sua ênfase na necessidade de transferir a capital, então Ouro Preto, para pólos mais dinâmicos:

"(...) Em minha opinião qualquer outro ponto da província seria preferível a este para sede do governo, creio porém que nenhum apresenta mais razões de preferência do que as cidades de Mariana e São João d'El Rey; a primeira porque já possui a sede do governo espiritual... e a segunda, ainda mais pela... amenidade de seu clima, a fertilidade do seu solo, e a disposição para facilitar os transportes em toda a circunvizinhança da cidade (...)." ²⁵

²⁴ Joaquim Nabuco LINHARES, op. cit., p. 5-6 (grifos meus).

²⁵ Ibidem, p. 7-8 (grifos meus).

Uma outra tentativa frustrada ocorre em 1867, quando da apresentação de um projeto de mudança por Agostinho Francisco Paraízo. Segundo LINHARES, Paraízo propunha a mudança para as margens do Rio das Velhas, e assim justificava:

*"O atraso completo, em que nos achamos quanto às vias de comunicação, o esquecimento calculado, desse vasto, imenso e fertilíssimo território, que se chama norte (...) a navegação do Rio das Velhas, vai em poucos anos transformar nossos destinos, desenvolver nossa riqueza, e o que é mais, aumentar as rendas da província, que poderá acudir a todas as suas mais vitais necessidades. Entretanto que a capital aqui, em um lugar somente consumidor, sem nada produzir, conserva-se estacionária, ou antes decadente, absorvendo quase toda a seiva da província."*²⁶

Embora o projeto tenha sido amplamente discutido e aprovado em sessão da Assembléia Provincial, foi-lhe negada a sanção pelo então presidente da Província, José da Costa Ribeiro. Novamente, em 1868, a questão é retomada - o deputado Theodomiro Alves Pereira, em nome de uma "Comissão Especial de Leis não sancionadas", põe em discussão, através de um parecer, os motivos alegados pela presidência à não aprovação do projeto. Os dois motivos aventados - falta de verbas devido à Guerra do Paraguai e ser o local escolhido apenas vantajoso

²⁶ Joaquim Nabuco LINHARES, op. cit., p. 10-11 (grifos meus).

à área próxima e não a toda província mineira, são duramente criticados. A comissão alega que a província não podia ficar inerte em seus empreendimentos devido à guerra. Em relação ao segundo motivo, afirma que:

"(...) Não desconhecemos que os prejuízos da localidade, o hábito da centralização e as tradições históricas sejam violentadas no presente, mas acima do presente está o futuro e é nosso dever preferir o interesse de toda a província aos escrúpulos parciais de alguns filhos seus (...) das vantagens sem número que devem necessariamente provir de uma capital colocada no maior centro dos produtos à margem de rios propícios à sua exportação são razões que justificam o presente projeto."²⁷

Entretanto, o Parecer é longamente discutido e novamente derrotado.

Nos grifos das falas indicamos a emergência da racionalidade tão alentadora das reformas modernas que, num primeiro momento, lançam mão do pressuposto da necessidade de vias de circulação para o mercado, buscando no progresso e no futuro a justificativa de uma nova cidade.

A propaganda pela mudança da capital é retomada logo após a proclamação da República (inclusive com uma representação dos estudantes mineiros da Faculdade de Direito, pedindo a mudança) e dirigida ao governo provisório de Cesário

²⁷ Joaquim Nabuco LINHARES, op. cit., p. 14 (grifos meus).

Alvim. Ainda uma vez a autoridade furtou-se a uma definição sobre o assunto, delegando a resolução para o Congresso Mineiro.

Com a idéia de mudança e a necessária escolha da localidade emergem e se tornam explícitas as divergências da política interna de Minas Gerais. Entretanto, é importante ressaltar que o caráter político não diz respeito apenas às querelas internas e pessoais, como comumente é tratado o problema da mudança da capital, mas as discussões apontam para uma perspectiva mais ampliada de política, como tentaremos demonstrar.

Os grupos que aderiram à mudança, denominados "mudancistas", eram liderados pelo republicano mineiro João Pinheiro e os contrários, anti-mudancistas, eram em geral elementos ligados ou residentes em Ouro Preto que temiam uma derrocada total da cidade e reivindicavam mudanças e melhorias, não para outro local, mas para a própria capital de então. Por outro lado, as opiniões a respeito da escolha da localidade ser o Curral d'El Rey, já estavam em ascendência. Os interessados nesse sítio enviaram, ao então governador João Pinheiro um ofício pedindo a alteração da denominação para Belo Horizonte em 12 de abril de 1890, três anos antes da escolha dessa localidade.

A primeira ofensiva contra a mudança veio, como é lógico, da parte da maioria dos ouropretanos que, através de um requerimento do comendador Walter Heilbuth, conseguiram do

presidente do Congresso, Bias Fortes, o privilégio por 30 anos de arrasamento de terrenos dos arrabaldes de Ouro Preto para construção de 5.000 casas, a construção de um enorme viaduto que ligaria essa periferia ao centro da cidade e a alteração das formas de abastecimento de água.

A imprensa de Juiz de Fora logo promoveu uma manifestação de protesto contra os melhoramentos da velha capital, já que se colocava entre as pretendentes para acolher a nova. As pretensões das autoridades locais deixam entrever as tensões que iriam tomar conta do processo de escolha da localidade para se estabelecer a capital mineira.

Também durante as discussões do projeto constitucional, a questão da mudança da capital e da escolha da localidade estavam presentes nas manifestações de diversos políticos.

Viriato MASCARENHAS, congressista mineiro do Norte, que na votação final decidiu-se por Belo Horizonte, fez a seguinte defesa da mudança:

"Sou, pois, adepto da mudança da capital, não por considerá-la medida simplesmente de luxo - porém de necessidade, como a sociedade tem-se provado nesta casa (apoiados e apartes). Mas é preciso que o Congresso na solução deste importante problema - não perca de vista a questão econômica sob duas faces, representando uma, o capital que tende a anular-se: a

velha capital; a outra, o capital que tende a reproduzir-se: a nova capital."²⁸

Nesse sentido, prossegue a sua defesa relevando principalmente os custos da manutenção da atual capital que ainda assim não possui a infra-estrutura necessária em termos de prédios públicos. Por outro lado, acentua que a mudança de localidade

*"(...) far-se-ia, a meu ver, de graça, porque, se fosse por exemplo para o Belo Horizonte, onde o Estado possui uma légua quadrada de terreno, teríamos 360.000.000 de metros quadrados, que, vendidos a razão de 1\$000 cada metro, produziriam 36.000:000\$000, que dava para muito."*²⁹

Já Gama CERQUEIRA, congressista da Mata que votou contra a mudança para o sítio de Belo Horizonte, faz sua crítica voltada mais para os colegas que, no intuito de angariar votos para essa região, dissimulavam a já existência de especulação imobiliária nos terrenos da localidade.

E, assim, afirma:

"(...) mas o que vejo é v.v. excs. em manifesta contradição, porque ora dizem que as terras não terão procura, ora clamam que há sindicato e compras antecipadas, baseadas na projetada mudança da capital (...) Eu acho que o assunto é

²⁸ MINAS GERAIS. CONGRESSO, 1896: 165 (grifos meus).

²⁹ MINAS GERAIS. CONGRESSO, op. cit., p. 171.

*importante, e merece ser tratado seriamente e com mais isenção. Nem pode restar dúvida que, mudada a capital, esses terrenos subirão muito de valor, passando de rústicos a urbanos; (isto dá-se até na proximidade das estações de estradas de ferro) e a prova é que hoje em São Paulo vende-se um palmo de frente, nas ruas principais, por um conto de réis, e assim no Rio de Janeiro. Então esses fenômenos econômicos hão de falhar só na nova capital mineira? E atenda-se que orcei muito baixo o valor do terreno.*³⁰

Novos argumentos aparecem. Outro congressista resistente, que na votação final acabou se posicionando a favor de Belo Horizonte, coloca a questão da seguinte maneira ao confrontar os problemas da instrução pública com o empreendimento de uma nova capital:

"(...) E queremos ter bons professores, queremos reformar a instrução pública, pagando sessenta e oitenta mil réis a homens que de nada mais se podem ocupar!!

*Penso que, nestas condições, a ninguém será lícito pensar em novas despesas, e, entretanto, quando as mais sérias e urgentes necessidades pendem sobre nós, quando tudo temos que organizar, pensamos em construir cidades e palácios, pensamos em mudar a capital!! Penso que muito mais importante é prepararmos o povo pelo desenvolvimento da instrução para torná-lo digno de habitar essa capital, ideal na poética expressão do nosso distinto amigo, Gomes Freire.*³¹

³⁰ MINAS GERAIS. CONGRESSO, op. cit., p. 171.

³¹ Ibidem, p. 438 (grifos meus).

Evidencia-se, nos diversos debates travados, que o processo de mudança da sede da capital é uma discussão que se coloca no seio da nova Constituinte, onde se estão debatendo assuntos diversos como a discriminação de rendas dos municípios, alocação de funcionários públicos, poderes policiais e jurídicos, competência das diversas instâncias políticas, regime e qualificação eleitoral. É expressão das tensões já postas entre o liberalismo ortodoxo e a necessidade do Estado como interventor e regulador da economia dos assuntos sociais e políticos, em menor ou maior grau.

RESENDE³², em seu estudo sobre a dinâmica da política presente nas questões envolvendo a mudança de capital, ressalta que o advento da República acirrou as disputas internas entre mineiros da Zona da Mata e do Sul, representantes dos novos grupos econômicos e os representantes do Centro, berço da economia mineradora.

"Dotar Minas Gerais de um centro de atividade intelectual, industrial e financeiro", na afirmação de Augusto de Lima em 1891³³, implicava, para os interessados na mudança, a busca de um centro de integração política e econômica, sobrelevando a escolha da localidade como o ponto crucial.

Para os contrários à mudança, seus argumentos encontravam a justificativa não somente nas perdas previsíveis

³² Maria Efigênia Lage de RESENDE, 1974.

³³ Ibidem, p. 131.

à cidade de Ouro Preto, como também por não acreditarem numa possível integração através da nova Capital. O nível de tensão foi tal que os congressistas da Mata e do Sul ameaçaram, inclusive, com a possibilidade de uma separação territorial, caso a mudança não se consumasse.

Por outro lado, a extrema dependência econômica do Sul e da Mata, à qual as restantes zonas mineiras estavam submetidas, era a justificativa central dos mudancistas para a criação de um novo pólo econômico que equilibrasse todo o Estado. Há aí uma dimensão nova da política, que vai se despreendendo das particularidades regionais para um olhar mais ampliado. Tal perspectiva está relacionada aos pressupostos mais gerais da moderna lógica econômica, em torno do processo de consolidação de novas relações de propriedade - a definição do ser proprietário e as formas de aquisição de propriedade, estando em questão os requisitos para condição de cidadania.

Nesse aspecto, é importante ressaltar que os argumentos mais fortes em defesa do progresso material virão submetidos à garantia da propriedade, temática, aliás, já presente nos pressupostos fundamentais da própria concepção liberal de sociedade. LOCKE (1632-1704), entre outros representantes desta perspectiva, no **Segundo tratado sobre o governo**, publicado em 1690³⁴, vai postular e justificar a própria preservação da propriedade enquanto objetivo central

³⁴ John LOCKE, 1973.

de organização da sociedade política. Uma discussão que, como veremos posteriormente, aponta para outras, quais sejam: a relação dependência/liberdade e suas ligações com a concepção de progresso cultural, e a problemática questão dos não-proprietários.

Em fins de 1891, é aprovado o projeto que prevê a instalação de uma comissão para estudo das localidades indicadas, quais sejam: Barbacena, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Paraúna e Várzea do Marçal (região próxima a São João d'El Rey). A comissão é dirigida pelo engenheiro Aarão Reis, que posteriormente chefiará também a Comissão Construtora, nos anos de 1893 a 1895.³⁵

Com um grupo de cinco engenheiros, um médico higienista, um desenhista, um auxiliar administrativo, cinco auxiliares técnicos e um auxiliar de escrita, Aarão Reis parte para Barbacena, onde instala o escritório central, em 1892.

No todo quase um século se passou enquanto se debatiam questões sobre a mudança da capital. Nas discussões, as preocupações em introduzir elementos de progresso do Estado estiveram presentes em cada justificativa. Falou-se em uma vila bem situada, fartura de mantimentos, amenidade do clima, fertilidade do solo, transporte como corredeira do progresso.

³⁵ Ressalta-se que o planejamento e construção da capital mineira se efetiva em duas fases; a primeira, de março-1894 a abril-1895 sob a gestão de Aarão REIS e a segunda, de maio-1895 a dezembro-1897 sob a chefia de Francisco BICALHO, quando a capital é inaugurada.

Foram estes também os temas presentes nos sonhos de alguns personagens de FÔSCOLO. Lená, da janela de sua morada, assistindo ao burburinho e ao movimento de pessoas estranhas ao antigo arraial (a maioria de passagem, pensava), imaginava as grandes possibilidades de seu novo lugar na futura capital

*"(...) Só mais tarde, realizada a fantasia da cidade modelo, à irradiação do comércio, à força potente da indústria, viriam os habitantes definitivos e então, abrir-se-ia a estrada das relações, dos divertimentos familiares, desses meios enfim de amenizar a vida, desnublando-a de amargas reminiscências."*³⁶

Fazer-se na cidade grande e ser feito por ela são dois movimentos que vão se tensionando no desenrolar do processo de instalação da modernidade, onde as questões miúdas da política cedem lugar a argumentos mais consistentes. A afirmação do congressista mineiro MASCARENHAS, ao expor a necessidade da mudança da capital para um sítio bem localizado, deixa a pista de duas faces, uma *"(...) o capital que tende a anular-se: a velha capital; a outra, o capital que tende a reproduzir-se: a nova capital"*³⁷.

³⁶ Avelino FÔSCOLO, op. cit., p. 101.

³⁷ MINAS GERAIS. CONGRESSO,, op. cit., p. 165.

A REVELAÇÃO POLÍTICA DOS TÉCNICOS

A idéia de edificar, planejar, dar formas a espaços vazios constitui toda uma produção intelectual com proeminência no contexto do século XIX.³⁸

A idéia da edificação da capital, em terreno "limpo", antes de mais nada, deveria reconciliar Minas Gerais com o mundo, inserindo-o no novo tempo.

É na minuciosidade com a qual as cinco localidades foram estudadas que pretendemos resgatar a emergência de uma dimensão política diferenciada, que se pretende objetiva e científica. Principalmente levando-se em consideração que nas primeiras votações não é o sítio de Belo Horizonte o escolhido, mas sim a região de Várzea do Marçal, e que a própria vitória de Belo Horizonte foi apertada, com margem de apenas dois votos.

No relatório apresentado ao presidente do Estado, Afonso Pena, em maio de 1893, Aarão Reis descreve detalhes de cada sítio, fazendo questão de enfatizar que, pelo fato de não ser mineiro, sua imparcialidade era evidente.

³⁸ RAMA (1984), em seu trabalho *A cidade das letras*, ao discorrer sobre as relações entre cultura e cidades na América Latina, aponta que no momento histórico do processo das conquistas encontrou-se, nestes territórios, um momento único: "(...) nas terras virgens de um enorme continente, cujos valores próprios foram ignorados pela cegueira antropológica, aplicando o princípio de tabula rasa (...)." (RAMA, 1984: 24)

As formas de estudo das localidades seguem uma lógica de cunho marcadamente econômico, tendo nos procedimentos da ciência o seu suporte. Nos quesitos científicos para a escolha da localidade, deparamo-nos com uma perspectiva onde a sua definição deveria conter um futuro certo, sem os problemas já existentes em grandes centros.³⁹

De outro lado, na discussão dos teóricos perpassa toda uma dimensão pedagógica: a localidade deveria inspirar possibilidades de uma educação ampliada em várias dimensões, quais sejam: consolidação das relações de apropriação e exploração da propriedade, ênfase da higiene em seu sentido tanto cultural como econômico, alocação e disponibilidade da mão-de-obra e problemas relativos a gastos públicos. Na nova cidade deveria surgir um novo cidadão.

³⁹ Na Instrução de 09/12/1892 (ESTADO DE MINAS GERAIS, 1893) encontramos os seguintes quesitos para o estudo:

1. Condições naturais de salubridade.
2. Abastecimento de água potável.
3. Esgoto, drenagem do solo.
4. Facilidades de edificação e construção em geral.
5. Recursos de vida.
6. Iluminação pública e particular.
7. Transportes.
8. Despesa mínima para o indispensável previsto para uma população de 30.000 habitantes.

Vejamos a lógica que informa alguns dos quesitos analisados e registrados no Relatório. As condições de salubridade são estudadas do ponto-de-vista higiênico: análises físico-química e bacteriológica das águas e poeiras atmosféricas, moléstias mais freqüentes e estatísticas mortuárias.

Juiz de Fora, a "Manchester Mineira", tem vários pontos favoráveis, tais como conforto e meios de transporte, mas era inadequada sob o ponto-de-vista do médico higienista da comissão, José Ricardo Pires de Almeida:

*"infelizmente edificada em solo conquistado aos pântanos pelos transbordos do Paraibuna, sofrendo, portanto, todos os inconvenientes de sua má situação em terreno acidentado e úmido."*⁴⁰

São detectadas moléstias como paludismo, epidemias de varíola, sarampão, difteria, moléstias inflamatórias do aparelho respiratório, anemia, sífilis e uma série de outras. Entretanto, o médico ressalta que esses males podem ser resolvidos com os modernos recursos da técnica, como o aprofundamento do leito do Rio Paraibuna, estabelecimento de esgotos, calçamento de ruas para atenuar a irradiação solar e oxigenar a atmosfera, canalização de água potável, remoção e incineração do lixo. A ênfase do médico é maior na poluição

⁴⁰ ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit.

das águas do Paraíba e seus efeitos perniciosos durante a época de enchentes. Seus argumentos apóiam-se na legislação sobre a qualidade das águas de Paris, através de análises em torno da quantidade de elementos como amônia e sais minerais. Alertando para o custo econômico necessário à resolução destes problemas, afirma que,

*"(...) Juiz de Fora tanto se avanta pela civilização e atividade de seus habitantes, como resente-se dos males da origem de sua fundação e da ausência absoluta de emprego dos meios, que a moderna higiene aconselha para remoção das causas gerais de insalubridade."*⁴¹

Deve-se ressaltar que circulação é uma palavra de ordem presente no século XIX, não somente na esfera das relações de produção. A rejeição à estagnação orientará todos os projetos de intervenção na sociedade e no meio físico de tal maneira que a noção de progresso enseja tanto a circulação de mercadorias como também a do ar e da água. Uma nova lógica vai se impondo nas relações dos homens com o meio físico-social, alterando a própria sociabilidade urbana.⁴²

⁴¹ ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit.

⁴² No caso brasileiro essa ênfase vai perpassar outras reformas urbanas. Ver como exemplo, o estudo de Carlos Roberto M. de ANDRADE, **A peste e o plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito**. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1992. (Dissertação, Mestrado)

Barbacena, segundo Pires de ALMEIDA, é um dos lugares mais aprazíveis do Brasil; entretanto, como Paraúna, a irregularidade da topografia não permitiria a edificação de uma grande cidade em boas condições técnicas e higiênicas.

Já Várzea do Marçal apresenta problemas como a existência de um lençol d'água muito superficial causando dificuldades para canalização de esgotos além da necessidade de obras para evitar inundações. Assim se expressa o médico:

"Na Várzea do Marçal só poderá construir-se uma cidade higiênica levando-se a sua superfície, quando menos, a um nível de 3 metros acima da mais alta enchente, e nem pareça isso de somenos importância, e - o que é mais ainda - uma novidade sem fundamento: nas disposições modernas de todas as municipalidades que toleram construções ribeirinhas em terreno relativamente baixo, na França, Inglaterra, Itália, Alemanha e Estados Unidos, e até no Prata, consigna-se essa mesma cota para mais, nunca para menos."⁴³

Belo Horizonte possui condições técnicas significativas em todos os sentidos. Entretanto, o médico higienista relata em minúcias o problema das moléstias encontradas: o cretinismo e o bócio.

"Lamentamos que uma localidade, tal como o Belo Horizonte, que pela disposição de seu terreno, altitude média, clima temperado, abundância e qualidades físicas das águas,

⁴³ ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit. (grifos meus).

*facilidade de esgoto, uberdade do solo, por suas riquezas naturais, em suma, ouro, ferro, cristais, mármore de variadas cores, etc. impõe-se a toda a evidência, encerre também no seu sítio, o agente produtor do bócio e - conseqüentemente - o cretinismo!*⁴⁴

Para ele, expor toda uma população a esse mal é, no mínimo, irracional. Tal moléstia, de origem ainda não totalmente conhecida, estava sendo estudada na Europa, onde avançava-se um pouco nas formas de combatê-la através do tratamento da água.

Assim conclui:

*"Pergunta-se: havendo onde escolher lugar em boas condições higiênicas, apropriado para a nova capital, sem o grande ônus que, já pelo lado prático, já pelo lado econômico, traz o abastecimento por meios que reclamam tanto escrúpulo e sacrifícios pecuniários, valerá a pena aproveitar o B.H., que exige para o seu saneamento medidas extremas?"*⁴⁵

Tendo em vista as considerações feitas, o médico propõe a seguinte classificação: (1º) Barbacena, (2º) Paraúna, (3º) Belo Horizonte, (4º) Várzea do Marçal, (5º) Juiz de Fora.

Excetuando as moléstias, ressalta serem preferíveis, graças ao clima, *"Várzea do Marçal e Belo Horizonte como*

⁴⁴ ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit.

⁴⁵ Ibidem.

*futuras cidades de inverno e portanto de comércio e administração*⁴⁶.

As análises do médico higienista demonstram uma racionalidade subordinada ao aspecto econômico. Inclusive, em cada estudo é levantada a relação das despesas mínimas necessárias para a reordenação das condições não satisfatórias. Prática seguida também pelo relatório dos engenheiros. Onde, por exemplo, no que diz respeito ao ponto sobre o "abastecimento de água potável", Belo Horizonte e Várzea do Marçal aparecem em condições das mais favoráveis, as outras precisariam de gastos dispendiosos para o serviço de abastecimento.

O parecer dos engenheiros engloba não somente as condições técnicas, como também as condições de vida, trabalho, mão-de-obra e situação dos terrenos devolutos.

Várzea do Marçal aparece nesse sentido como melhor equipada:

"(...) a cidade que se estabelecer na Várzea do Marçal encontrará aparelhados todos os meios de vida que, fartamente, goza São João, aumentados dentro de pouco tempo pela influência benéfica que exercerá a capital do Estado sobre o favorecimento da zona, incremento das indústrias existentes, criação de outras, desenvolvimento de novas fontes de

⁴⁶ ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit.

produção pela exploração das riquezas naturais."⁴⁷

Essa cidade aparece também com potencial pecuário e agrícola, "*(...) como o oeste da República Norte-Americana, o oeste de Minas deverá sua rápida prosperidade à indústria pecuária*"⁴⁸.

O engenheiro José de Carvalho Almeida fala ainda da existência, nas imediações, de pequenas indústrias, armazéns e lojas sortidas "*de tudo quando constitui o conforto da vida e exigência do luxo*", além de um "*corpo médico ilustrado e inteligente, as farmácias dirigidas por profissionais competentes, podendo satisfazer todas as necessidades da clínica médica*"⁴⁹.

Em relação à propriedade de terrenos na Várzea do Marçal,

"(...) os atuais colonos não indenizaram o Estado do valor das terras e casas que lhes foram distribuídas, não tendo, portanto, adquirido direito de propriedade aos respectivos lotes."

E ainda,

⁴⁷ ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Ibidem.

"(...) são do Governo Estadual, por cessão que lhe fez o Governo Federal, entregando-lhe as colônias ali estabelecidas (...) a posse desses terrenos proporciona ao Estado de Minas área suficiente para a construção de todos os edifícios públicos (...) deixando larga margem para a edificação particular, que deles se utilizará por meio de aforamento ou compra, o produto de alienação dos lotes de terreno, que não forem necessários ao serviço público, será importante auxílio para as despesas exigidas pela instalação da nova capital."⁵⁰

Quanto às construções já existentes, nenhuma delas

"embarcará no arruamento da futura cidade, as do governo podem ser demolidas, mudados os poucos colonos para outro local, e as particulares, de valor exíguo, ficarão sujeitas ao arruamento que se estabelecer."⁵¹

Várzea do Marçal tem ainda a seu favor a abundância de materiais de construção, além de ser servida pela Estrada de Ferro do Oeste de Minas (EFOM) e Central do Brasil (EFCB), estabelecendo comunicação direta ou indireta com todas as vias férreas mineiras, fluminenses e paulistas.

Se na descrição de Carvalho ALMEIDA, Várzea do Marçal estaria em condições excepcionais para instalação de sede da capital, o que leva à decisão por Belo Horizonte?

⁵⁰ ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit.

⁵¹ Ibidem.

Na análise do sítio de Belo Horizonte, feita pelo engenheiro Samuel Gomes Pereira, pode-se detectar a condição de vários problemas. Excetuando-se o clima, em todos os outros quesitos encontram-se avaliações que de alguma forma confirmam impedimentos se comparados com Várzea do Marçal. As condições topográficas parecem ser o maior problema por não coincidirem, os terrenos mais planos, ora com a área de terrenos devolutos, ora com abastecimento de água. Assim, afirma o engenheiro em relação a Belo Horizonte:

"Encarando a questão pelo lado econômico da desapropriação deveria escolher-se para construir a nova cidade, os terrenos do Pinto; porém, o sub-solo à margem do Arrudas, nesta parte, não apresenta as mesmas condições de Belo Horizonte "povoamento central" e Santa Cruz, começando a encontrar-se água a 2 metros de profundidade da várzea, ao passo que naqueles lugares não foi encontrada até 5 metros de profundidade, mesmo na esplanada da rua de Sabará (...)"⁵²,

por outro lado,

"(...) A edificação no pentágono de Santa Cruz será mais econômica que no Belo Horizonte, por ser quase todo o terreno devoluto, porém as condições de alinhamento e nivelamento não são favoráveis a este último local (...)"⁵³

⁵² ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit.

⁵³ ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit.

Também salienta GOMES PEREIRA que nem todos os terrenos devolutos de Belo Horizonte poderão ser utilizados por serem muito acidentados. São, contudo,

"(...) riquíssimos em mármore de toda a espécie e em minerais de ferro. Por outro lado a exploração dessas riquezas e o produto da venda de parte das terras devolutas poderá indenizar o Estado nas despesas com desapropriações. Essas serão mínimas, pela primitividade das edificações locais e pelos ínfimos valores dos terrenos."⁵⁴

Segundo o engenheiro, a população local cultivava roças em terrenos do Estado, além de explorar madeira para construção e combustível. Nesse sentido, enfatiza ser *"(...) de toda a urgência que o governo do Estado ponha um paradeiro a este abuso (...)"*⁵⁵.

Há no relatório um estudo completo sobre sistemas de esgoto onde são avaliadas as formas de escoamento das águas em várias capitais mundiais, sugerindo GOMES PEREIRA que, na possível execução de algum dos modelos indicados tenha-se sempre em vista *"(...) dois fatores capitais: higiene e economia"*⁵⁶.

⁵⁴ Ibidem (grifos meus).

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Ibidem.

Apesar de reconhecer os problemas técnicos existentes, GOMES PEREIRA avalia positivamente as condições materiais do sítio: poucos gastos em desapropriações, abundância de materiais de construção e boas condições de salubridade. No último aspecto discorda profundamente do parecer do médico higienista PIRES DE ALMEIDA, ressaltando que

"(...) Não são conhecidas as epidemias, tem sido há 2 anos poupada pela varíola, que grassou com intensidade na sua vizinhança, dizimando o pessoal da construção do prolongamento do EFCB (...) Quanto a moléstias endêmicas, só se conhece o famoso bócio (...) o número de indivíduos atacados é limitadíssimo, tendo apenas encontrado oito durante 3.1/2 meses que estive em B.H., isto é, 0,3 por cento da população, que é de 2.600 almas, segundo as últimas estatísticas."⁵⁷

Segundo ele, o número de cretinos é em número ainda mais limitado, e a moléstia do bócio somente ataca pessoas indigentes e *"não se pode citar um único caso entre indivíduos que se alimentam regular e suficientemente"*.

GOMES PEREIRA indica ainda de forma positiva o estágio embrionário do comércio e da indústria, apontando para as potencialidades de implantação de formas modernas a serem solidificadas. Sua ressalva maior fica por conta da

⁵⁷ ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit.

inexistência de transporte ferroviário: nada, contudo, tão complicado que a técnica não dê conta.

O novo ambiente e a nova estrutura serão reveladores de uma nova relação, a do capital com o trabalho. Nas análises dos técnicos, a escassez de operários e a existência ou não de terrenos devolutos vão deixando claro que a construção de uma cidade no final do século implicava precisamente no assentamento dessa relação. Essa preocupação vem expressa no relatório,

"(...) como porém, há no Estado de Minas Gerais grande população esparsa, é possível que as obras da nova capital determinem a reunião, no ponto escolhido, de muitos trabalhadores e operários (...) É inquestionável que, na Várzea do Marçal e em Barbacena, a edificação da nova capital encontrará maior quantidade de terrenos devolutos não só para os edifícios e logradouros públicos, como ainda para vender a particulares em lotes medidos e demarcados, não é, porém, menos certo que, nas demais localidades, sobretudo em Belo Horizonte, as desapropriações poderão ser fartamente compensadas pela revenda dos lotes demarcados depois de organizado o plano da futura cidade."⁵⁸

A marca do progresso traz a combinação dos elementos indispensáveis e necessários para que a relação se estabeleça favoravelmente. Reformulam-se as concepções de propriedade e de força de trabalho nos moldes do liberalismo: ambas enquanto

⁵⁸ ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit.

mercadorias disponíveis e a segunda também enquanto categoria social a ser construída.

Na conclusão geral, Aarão Reis tece comentários para cada localidade e ao final se define:

"(...) Entre VÂRZEA DO MARÇAL e BELO HORIZONTE é difícil a escolha. Em ambas a nova cidade poderá desenvolver-se em ótimas condições topográficas, em ambas é facilimo o abastecimento d'água e a instalação de esgotos, ambas oferecem excelentes condições para as edificações e a construção em geral, e se na atualidade a VÂRZEA DO MARÇAL representa melhor o centro de gravidade do Estado e acha-se já ligada por meios rápidos e fáceis de comunicação, com todas as zonas - daqui a algumas dezenas de anos, BELO HORIZONTE, melhor representará, de certo, e mais diretamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro. É, porém, de notar que na VÂRZEA DO MARÇAL há muito maior área de terreno devolutos dentro do próprio perímetro da futura cidade e a execução das obras indispensáveis à instalação desta exigirá menor dispêndio, acrescente que, em BELO HORIZONTE será mister, desde logo, construir um ramal férreo de 15 km ligando-a à Estrada de Ferro Central do Brasil. (...)

Por todos estes motivos, já largamente desenvolvidos no presente relatório, é preferível que a nova capital seja edificada na VÂRZEA DO MARÇAL onde o Estado de Minas Gerais poderá - mediante projeto organizado com competência baseado em vários e cuidados estudos definitivos - erguer, dentro de 3 anos, e sem exagerados ônus para seus cofres públicos. - A primeira cidade da América do Sul, dominando cerca de 1.000 metros de

*altitude, todo o vasto planalto brasileiro.*⁵⁹

Nesta longa transcrição, percebe-se alguns elementos da modernidade em relevo através da ótica dos engenheiros de final do século XIX. A exclusão de cidades já constituídas, como Juiz de Fora (esta inclusive com experiências em termos de mobilização operária⁶⁰) cede lugar a outras por se fazerem em espaços "vazios". Várzea do Marçal e Belo Horizonte possuem características que são fortes sinalizadores da racionalidade moderna: a lógica de custos menores e a lógica de espaço do futuro.

Nesse sentido, HARDMAN nos chama a atenção para o fato de que

*"(...) na cabeça dos engenheiros brasileiros da segunda metade do século XIX, chegando até Euclides da Cunha, combinava exemplarmente elementos do positivismo e do liberalismo, disciplina do trabalho e visão transformadora da paisagem, parcimônia de gastos e modernidade urbano-industrial."*⁶¹

A comissão que estudou as localidades aprovou o relatório de seu engenheiro-chefe e elaborou um projeto de lei

⁵⁹ ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit. (grifos meus).

⁶⁰ Cf. Eliane de Freitas DUTRA, **Caminhos operários em Minas Gerais**. São Paulo: Hucitec, 1988.

⁶¹ Francisco Foot HARDMAN, 1988: 93.

que designava Várzea do Marçal como localidade da futura capital, sendo este projeto, embora com uma série de emendas, aprovado em um primeiro escrutínio. As discussões que se seguiram até a votação final retomam as questões políticas entre os mineiros das zonas da Mata e Sul e os do restante do Estado.

Como dissemos, o que a princípio parece uma mera querela política, vai assumindo tendo aos poucos significados maiores. Os representantes das zonas da Mata e Sul, sem dúvida apoiavam Várzea do Marçal. Entretanto, na votação final, Belo Horizonte ganha com uma margem de apenas dois votos, que ironicamente vieram dos grupos "anti-mudancistas".

Podemos indicar aí duas questões fundamentais, o fortalecimento das zonas prósperas através da escolha da região do Marçal acaba por assustar os representantes das zonas mais decadentes, e por outro lado, uma região mais central, no caso Belo Horizonte, aparece sob a tese de equilíbrio econômico e político do Estado.

RESENDE chama a atenção para o papel importante exercido pelo presidente do Estado, Afonso Pena, que pondera sobre a importância de se criarem condições para que os produtores das zonas do Norte do Estado levassem seus produtos aos centros exportadores.

Nesse sentido, a autora ressalta que,

*"Evitar que a capital fosse colocada em zona estrategicamente favorável à Mata e ao Sul, era evitar o agravamento do desequilíbrio econômico numa fase em que o separatismo, originado desse mesmo desequilíbrio, ameaçava constantemente a unidade política do Estado."*⁶²

O projeto da cidade vai se desdobrando nas suas diversas facetas. Belo Horizonte, enquanto futura capital, também é pensada na sua função social de recriar o movimento da economia do Estado, uma vez que estava totalmente fora do eixo das regiões economicamente fortes. E essa intenção realoca também a atividade política, o que vai caracterizar a cidade inicialmente por sua função administrativa. Em que pesem as constatações feitas em relação ao seu lento desenvolvimento industrial e comercial, na verdade essa não era sua função a curto prazo. Ressalta-se aqui o empreendimento enquanto uma pedagogia voltada para a imposição de novas rotas e trajetórias. A cidade se constitui como monumento político para atender às exigências de uma República em vias de consolidação. Por outro lado, os pressupostos da modernidade possibilitam a permanente invenção: em tudo se pode intervir, tudo pode ser reconduzido - os negócios, a política, o Estado, os indivíduos.

Os defensores do progresso e, principalmente, os positivistas, investirão nesses empreendimentos com intenção

⁶² Maria Efigênia Lage RESENDE, op. cit., p. 149.

de tornar objetivas e racionais as relações dos homens com a cidade. Sem os incômodos das heranças do passado, a eleição de um ponto quase que fictício, para onde convergissem uma nova política e uma nova economia, se impõe enquanto fatores de ordem.

Pode-se afirmar que Aarão REIS e os engenheiros membros da comissão construtora da nova capital, políticos como Afonso Pena e João Pinheiro, não são nomes ao acaso. Suas ligações se fizeram dentro de uma mesma linhagem, são expressão de uma elite política e intelectual gestora das circunstâncias modernas do capitalismo.

O parecer final de Aarão Reis a Afonso Pena é ambíguo num certo sentido, parecendo querer evitar confrontos políticos mais abertos com políticos da Mata e do Sul elege Várzea do Marçal, mas por outro lado afirma:

"(...) daqui a algumas dezenas de anos, BELO HORIZONTE melhor representará, de certo, e mais diretamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro."⁶³

Afonso Pena era um político de carreira com larga experiência na administração pública. Ex-aluno do Colégio Caraça e formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1874), esteve até o ano da proclamação da República

⁶³ ESTADO DE MINAS GERAIS, op. cit.

totalmente comprometido com o governo imperial ocupando várias pastas. Sua adesão à República se fez com o próprio movimento de sua instalação; inspirado nos atos políticos foi um "republicano de véspera".

Há de se ressaltar que Minas Gerais não teve em sua tradição bases muito fortes no republicanismo. O movimento da independência política no século XVIII e a simbologia na qual se inscreveu acabou se dispersando a partir da redefinição econômica do Estado durante o século XIX com ênfase na ruralidade através da pecuária e agricultura.⁶⁴

Embora as atividades econômicas se diferenciasssem profundamente, principalmente pela precariedade de transportes e comunicação, a ruralização da população mineira vai se constituindo uma característica maior do Estado. Com a afluência das culturas de café por volta de 1820, as zonas da Mata e do Sul despontam como o suporte econômico de Minas Gerais, trazendo características novas RESENDE comenta que houve o

"(...) aparecimento de uma mentalidade mais empreendedora que os interesses e os recursos do café propiciavam. A MATA rompeu com os hábitos de vida rural, modesta e frugal que dominavam o setor rural mais tradicional de Minas. Ao fato se acrescente o aparecimento de uma atitude menos conservadora que a dominante na área agrícola tradicional, resultado

⁶⁴ Cf. Alcir LENHARO, *As tropas da moderação*. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1848). São Paulo: Símbolo, 1979.

*natural das condições de formação e localização da MATA cafeeira.*⁶⁵

Ainda assim a população urbana é pouco significativa e o quadro político é não somente disperso mas também revela interesses divergentes entre as zonas mais dinâmicas do Estado e aquelas que representavam a decadência mineradora.

O nome de Afonso Pena como senador à Assembléia Constituinte Mineira e Presidente do Estado (1892-1894) surgiu no momento em que Minas Gerais vivia uma série de problemas - crise política no governo de Cesário Alvim, movimento separatista no sul e as tumultuadas discussões em torno da mudança da capital. O momento exigia equilíbrio interno e afirmação da autonomia do Estado frente à União, tendo em vista o apoio de Alvim à decretação do Estado de sítio por Deodoro durante a Revolta da Armada.

Afonso Pena se fez republicano nas próprias novas circunstâncias; apóia Floriano Peixoto em nome da ordem e condena as intenções arbitrárias do militarismo. É um dos fundadores e diretor da Faculdade de Direito em Belo Horizonte ainda no final do século XIX. É o Presidente da República em 1906, incorporando sem problemas o sentido maior da ordem e do progresso.

João Pinheiro, o governador de Minas Gerais que sancionou o decreto alterando, em 1890, a denominação de

⁶⁵ Maria Efigênia Lege RESENDE, 1982: 98.

Curral d'El Rey para Belo Horizonte, foi como dissemos, figura de destaque nas discussões a respeito da mudança da capital. Trata-se de um "republicano histórico" e principal líder do republicanismo em Minas Gerais.

Sua trajetória política é notoriamente marcada pela influência do positivismo, cujos princípios pôde aplicar quando se tornou governador do Estado pela segunda vez, entre 1906-1910. Nesse período é acentuada a importância de planejamento econômico e de gerência do Estado nas questões educacionais, enfatizando a necessidade de modernização e o apelo à ciência em socorro dos "problemas morais", na acepção positivista das questões sociais.

Aarão Reis⁶⁶, o engenheiro que coordenou os estudos das localidades concorrentes à sede da capital, sendo em

⁶⁶ Aarão Reis (1853-1936) era paraense e de família ligada à política. Teve sua formação escolar no Instituto de Humanidades, São Luiz (MA) e em 1864 seguiu para o Rio de Janeiro, onde continuou os estudos no Colégio Atheneu, ingressando posteriormente na Escola Politécnica, onde se habilitou como engenheiro geográfico (1872), bacharel em ciências físicas e matemáticas (1873) e engenheiro civil (1874). Foi professor nesta mesma escola, tendo lecionado as disciplinas Economia Política, Estatística e Direito Administrativo. Entre 1870 e 1873, empreendeu algumas obras no Rio de Janeiro e, posteriormente, tornou-se diretor da EFC do Brasil, além de ocupar vários cargos em postos de engenharia. Em 1911 elegeu-se deputado federal pelo Pará. Foi autor de várias obras como, entre outras, *A instrução superior no Império*, *Lições de álgebra elementar*, *A engenharia e as obras públicas no Brasil*, *A electrologia*, *Tratado de economia pública, finanças e contabilidade*, e os *Relatórios relativos à escolha da localidade e da comissão construtora da Nova Capital*, dos quais me utilizo largamente neste trabalho. Também dedicou-se à tradução de algumas obras como *A república constitucional* da Ed. Labriaye, e *A escravidão dos negros*, de Condorcet.

Cf. Dunshee de ABRANCHES (1918: 276-280), Abílio BARRETO (1936: 18-19) e Ivan LINS (1967: 265).

seguida o escolhido por Afonso Pena para planejar e construir a cidade, emerge não como político, mas como técnico.

Sua formação nos meios positivistas (as Escolas Politécnicas da Europa, particularmente França, e do Brasil, em São Paulo e Rio de Janeiro), coloca-o em contemporaneidade política com os engenheiros da época. CUNHA⁶⁷ ressalta que tais escolas no Brasil se constituíram em espaços privilegiados de divulgação das teorias positivistas com os seus professores, em sua grande parte, egressos da Politécnica de Paris, onde Augusto COMTE ministrava cursos livres.

SCHWARTZMAN chama a atenção para as características da "École Polytechnique" que combinava educação militar com o ensino de matemática e física e onde a elite administrativa francesa se preparava para dirigir a sociedade em todos os sentidos. A Escola Politécnica do Rio de Janeiro, por sua vez, tem sua origem na Real Academia Militar, fundada em 1810 com a vinda da família real. Passa a ser denominada Escola Central em 1858 e, finalmente, Escola Politécnica em 1874. Nesse sentido, o autor ressalta o fato de que, embora o seu ensino não primasse pela competência técnica, teve um papel fundamental

"(...) na criação de uma nova linhagem de intelectuais de elite, capazes de pôr em cheque a cultura estabelecida dos bacharéis e da Igreja, em nome da ciência

⁶⁷ Luís Antônio CUNHA, 1986.

moderna. A doutrina positivista deu aos engenheiros a certeza de que tinham o direito e a competência de gerir a sociedade, que se tornaria melhor e mais civilizada se o poder estivesse em suas mãos.⁶⁸

Outros autores, como KAWAMURA⁶⁹, afirmam também que a organização curricular das Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro e de São Paulo eram assemelhadas às escolas européias, embora sobressaísse o caráter teórico e genérico, o que levava muitos alunos a completarem seus estudos fora da Europa.

A relação das Escolas Politécnicas com o positivismo tem seus vínculos na crença do desenvolvimento da evolução humana, do progresso através da ciência. Originam-se num contexto e numa concepção histórica onde a ordem e a desordem são passíveis de serem redefinidas pela ciência, pelos traçados em linha reta, pela superposição de um plano ideal em um mundo real. Aarão REIS cercou-se de outros positivistas para a elaboração e consecução das obras da nova capital, entre eles Saturnino de Brito e Otávio Barbosa Carneiro, ambos envolvidos em uma série de projetos de reformas urbanas no Brasil.

A combinação de progresso econômico com racionalidade de custos aparece em Aarão Reis, como em seus contemporâneos, enquanto uma crença maior na reforma moral

⁶⁸ Simon SCHWARTZMAN, 1987: 51 (grifos meus).

⁶⁹ Lili Katsuco KAWAMURA, 1981.

através das reformas físicas ou urbanas, embora utilizando a cidade como camisa de força dos seus propósitos, o plano emerge enquanto tarefa educativa maior.

Além do mais, é uma elite intelectual que se sobressai por estar no comando direto das políticas mais gerais da cidade ou, como mostra SCHWARTZMAN, o engenheiro oriundo da Escola Politécnica do Rio de Janeiro,

"(...) Tinha competência para saber onde encontrar as riquezas minerais do país, ou que tipos de grandes projetos o governo poderia se interessar em empreender. Sabia francês, às vezes alemão e inglês, e era capaz de lidar com capitalistas e governos estrangeiros. Além disso estava equipado com sobrenomes que convinham e tinha os contratos necessários para obter as licenças, autorizações e concessões necessárias para seus projetos."
(SCHWARTZMAN, 1987: 53)⁷⁰

Belo Horizonte foi-se constituindo enquanto uma simbologia das possibilidades do moderno que combinou a

⁷⁰ Simon SCHWARTZMAN, op. cit., p. 53. Também Carlos Roberto M. de ANDRADE (1992), em sua dissertação já citada, afirma que "O engenheiro civil da virada do século XIX para o XX era pois um profissional com uma visão enciclopédica da engenharia, uma formação abrangente e embasada teoricamente e uma atuação em campos diversificados de engenharia" (ANDRADE, 1992: 101). Por outro lado, Alfredo BOSI (1992), ao chamar a atenção para as biografias e os ideais econômicos de numerosos engenheiros, urbanistas e militares de formação positivista afirma que: "O que marcou a carreira de todos foi a conjugação de saber e intervenção em políticas públicas", e prossegue: "A construção de Belo Horizonte, cidade planejada pelos comtianos Aarão Reis e Saturnino de Brito, é um paradigma dessa cultura tecnopolítica" (Alfredo BOSI, 1992: 292-293).

política com a técnica enquanto exaltação da nova racionalidade.

Nesse aspecto, a prática profissional dos engenheiros em obras públicas combinada com sua perspectiva positivista de organização social caracterizam a aproximação de uma sistemática científicista da própria política na qual a ciência é considerada na condição única para satisfazer as necessidades práticas e teóricas dos homens.

Alberto SALES, um intelectual que, como Aarão REIS, se insere no cientificismo positivista de seu tempo, aponta a estreita relação entre ciência e política, onde a atividade científica enaltece a "*(...) linha divisória entre o cognoscível e o incognoscível (...)*" e a atividade política estabelece a "*(...) ordem ao lado do progresso e compreende desse modo o problema político em sua totalidade*"⁷¹.

Dessa forma, retomando mais uma vez a expressão do viajante em ZOÉ, "*a linha divisória que separa o ruído dos lobos do estampido das rodas*" sugere uma dimensão onde a própria racionalidade está carregada da política. Entretanto, as práticas demonstrarão que essa relação estará também, por sua vez, carregada de conflitos.

FÔSCOLO, no romance, deixa falarem as tensões provocadas pela presença dos construtores.

⁷¹ Citado por Luiz Washington VITA, 1965: 89-90.

"Passaram-se meses. Já os trabalhos de terraplanagem estavam bem adiantados, haviam derrocado casas e as desapropriações tinham sido feitas. Numa das avenidas erguia-se um edifício novo, de cimento e ferro à prova de fogo e à prova d'água, como repetiam enfaticamente. Aldeias de cafúas desenrolavam-se às margens do Leitão, começando em cima e estendendo-se até a barra; do outro lado, no ribeirão do Arrudas, dominando a estação, surgia uma pequena cidade de choupanas, semelhante habitação de termites vermelhas e aglomeradas confusamente, onde passava a noite num brué medonho. Os trens silvavam no ramal, e nas linhas urbanas, um ruído ensurdecedor, incessante, desde pela madrugada até a morte. Quando o Cunha conseguia repousar estava zozzo, meio entorpecido por aqueles rumores. As primeiras falências, fatais nesses centros novos, tinham explodido de súbito e eram comentadas em toda parte (...)."⁷²

As necessidades práticas e teóricas dos homens que os adeptos dos postulados científicos positivistas acreditavam ser resolvidas pela ciência e pela ordem política, parecem já ter o seu futuro comprometido. Entretanto, como veremos no capítulo seguinte, no estudo do plano urbano e no processo de erguimento da capital, o esforço por parte dos engenheiros e políticos se dá no sentido de realizar a cidade enquanto sujeito político ativamente educador.

⁷² Avelino FÓSCOLO, op. cit., p. 97.

CAPITULO II

A CIDADE SUJEITO-EDUCADOR

"Os astrônomos de Perinzia encontram-se diante de uma difícil escolha: ou admitir que todos os seus cálculos estavam errados e que as suas cifras não conseguem descrever o céu ou revelar que a ordem dos deuses é exatamente aquilo que se espelha na cidade dos monstros."

(CALVINO, 1991)

A PROJEÇÃO DO CIDADÃO E DA CULTURA NO PROJETO DA CIDADE

O entendimento da cidade como espaço educador e formador de seus habitantes estará presente em diversos projetos que tratam das reformas urbanas a partir de campos conceituais diferentes. Este capítulo pretende analisar, através das ênfases que as diferentes produções do urbanismo sugerem, formas também diferentes na concepção da formação e educação dos diversos sujeitos sociais, reafirmando nosso argumento de que os planos urbanos projetam na sua materialização uma certa concepção das relações entre cidadania, cidade e educação.

O objetivo da análise é buscar na planta urbana de Belo Horizonte as dimensões pedagógicas nela inscritas, necessárias para o assentamento da futura população. Já destacamos que Aarão Reis se insere nas discussões urbanísticas de seu tempo e que, apesar das adaptações de modelos e particularidades históricas nas quais se efetivaram as projeções de novas cidades e as reformas urbanas no Brasil, seus pressupostos obedecem aos padrões considerados na época universais porque regidos pela razão moderna. Discordamos dos estudiosos que vêem nessa inserção dos intelectuais, literatos e técnicos brasileiros nos debates internacionais, uma busca de modelos exógenos a serem transplantados para uma realidade social, alheia ao meio em

que foram elaborados, idéias "fora do lugar"¹. Defendemos a hipótese de que a planta de Belo Horizonte não é pensada e executada através de mero transporte de paradigmas, mas da adesão ao que se considerava ser as "idéias mais avançadas" no âmbito da cultura ocidental.

As reformas urbanas empreendidas pelos engenheiros do século XIX, apesar de possuírem premissas diferenciadas, partem de uma mesma urgência: reordenar os espaços físicos necessários para a consolidação e desenvolvimento das novas relações de trabalho e produção.

Como observa PINKNEY² ao analisar as reformas realizadas por HAUSSMANN em Paris, tal empreendimento não pode ser encarado como uma simples história de construções e demolições, mas sim como um processo de confrontos abertos com as múltiplas implicações das reformas, as quais intervieram diretamente nas formas de vida das pessoas. Nessa perspectiva, os projetos de reordenação urbana revelaram mais do que um novo traçado para a cidade; expressaram também uma concepção de vida, de relações sociais, culturais e econômicas, deixando

¹ Este tem sido um tratamento comum dado aos estudos das reformas urbanas no Brasil no período e aqui em específico, à história da construção de Belo Horizonte, como pode ser constatado em diferentes trabalhos. Recentemente, a publicação do estudo de um brasilianista (Jeffrey D. NEEDELL, 1993) sobre o Rio de Janeiro também traz a mesma concepção engrossando as discussões sobre o "lugar das idéias". Enquanto crítica a essa versão, apontamos, entre outros, o trabalho de Carlos Roberto M. de ANDRADE (1992).

² David PINKNEY, 1972.

escapar, como previram seus autores, a alocação físico-espacial dessas relações.

ROCHE, em sua síntese da produção historiográfica sobre as cidades, chama a atenção para o fato de que

"(...) Na sua dismesura, a cidade moderna torna-se o campo fechado das contradições entre um espaço globalmente uniformizado e as fragmentações resultantes das relações de produção."³

Nesse aspecto, os questionamentos oriundos dos diversos planos de urbanização já não podem mais se limitar a uma discussão estéril das segregações conseqüentes da sua execução. Pelo contrário, as segregações e fragmentações são constituintes das experiências produzidas nas relações sociais estabelecidas no século XIX enquanto expressão de contradições profundas presentes na produção do espaço físico e das novas relações de produção econômica e cultural.

Por outro lado, a necessidade de conceber alternativas urbanas que se inscrevessem nessas novas relações, não partiram de um único pressuposto; a forma como o espaço físico é encarado parte de uma concepção dos habitantes e das relações que este espaço produz e guardam diferenças significativas entre si.

³ Daniel ROCHE, 1990: 91.

Ao analisar as idéias relativas aos planejamentos urbanos, CHDAY⁴ enfatiza duas posições político-filosóficas que predominaram na análise-avaliação das cidades já na primeira metade do século XIX, quais sejam: o modelo culturalista e o progressista. Aceitamos a sua ordenação, no sentido de resgatar que tipo de concepção de relações sociais estarão presentes nessas perspectivas urbanísticas e como se colocam para a planta da cidade de Belo Horizonte.

Segundo a autora, os primeiros empreendimentos urbanos não possuem ainda o status de ciência, de urbanismo, disciplina formada no final do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, o pré-urbanismo carrega uma expressão de utopia mais evidente do que a pretendida racionalidade científica dos empreendimentos dos arquitetos; embora a ciência do urbano também não deixe nunca de estar impregnada de uma dimensão imaginária de forte conteúdo utópico.

A constituição dos modelos culturalistas e progressistas traz como pano de fundo o cenário das alterações produzidas pela revolução industrial que, se num primeiro momento enfrentou o problema de como adaptar a cidade a essas novas exigências, no segundo, é a cidade, já com novas características, que se coloca como ponto de estudos para alguns dos indivíduos que a habitam. Dessa forma, passa a ser observada ou pensada sob dois pontos-de-vista que se

⁴ Françoise CHOAY, 1979.

contrariam, ou seja, o da preservação ou resgate de uma cultura perdida e o do progresso e do desenvolvimento que acabam por produzir, em alguns casos, verdadeiras utopias.

Durante a fase do pré-urbanismo, observa-se que a cidade não é pensada como processo ou problema, mas como um "objeto reprodutível"⁵, extraída da temporalidade concreta, por isso utópica. O estabelecimento de uma certa ordenação que garanta a realização dos negócios não tem o pressuposto implicado na confirmação da própria ordem capitalista, mas se informa na desordem capitalista passível de ser organizada.

O modelo progressista, através de alguns representantes como OWEN, FOURIER, RICHARDSON, CABET e PROUDHON, apesar das diferenças entre eles, aproxima-se na concepção que parte do indivíduo como ser da racionalidade, da ciência e, por isso, do progresso. As possibilidades de apropriação da natureza física com os recursos técnicos necessários para o bem-estar e desenvolvimento do indivíduo constituem a marca das cidades progressistas. Suas características básicas estão na amplitude dos espaços abertos entremeados pelas dádivas da natureza - o verde, o ar e a luz. É a circulação alimentada pelas exigências técnicas da higiene que faz a crítica se concentrar nas heranças artísticas do passado e na necessidade de uma estética adaptada às funções humanas. "(...) Uma classificação rigorosa instala em locais

⁵ Françoise CHOAY, op. cit., p. 14.

*distintos o habitat, o trabalho, a cultura, o lazer (...)*⁶. Uma rigidez extrema, que se contrapõe ao próprio princípio de mobilidade social aventado pela política moderna.

Já o modelo culturalista, representado, entre outros, por RUSKIN e William MORRIS, traz como pressuposto a crítica da perda da unidade orgânica da cidade em consequência do avanço da industrialização. O ponto de partida não é o indivíduo, mas o agrupamento humano e, por isso, rejeita qualquer traço de geometrismo, protótipos ou padrões. A cidade emerge como fenômeno cultural no sentido de manter relações com o passado, onde o estético predomina sobre as necessidades da higiene. O resgate das coletividades está impresso nas habitações comunitárias, na expressão democrática dos ideais coletivistas e na acepção de um industrialismo que propicie prazer e felicidade aos homens. A interlocução com o passado entremeia o risco do futuro imprevisível, uma vez que já se tem demonstradas as consequências deploráveis possíveis. O passado é mais sólido, mais concreto e melhor que o presente; precisa estar inscrito como ensinamento.⁷

⁶ Françoise CHOAY, op. cit., p. 9.

⁷ RUSKIN, citado por Françoise CHOAY, assim fala: "*Gostaria, pois, de ver nossas habitações comuns construídas para durar e construídas para ser belas; gostaria de vê-las com diferenças capazes de convir ao caráter e às ocupações dos seus moradores, com a capacidade de exprimir-se por eles e de contar a sua história.*" (Françoise CHOAY, op. cit., p. 126)

Por outro lado, William MORRIS, enfatiza as formas de trabalho tradicionais, seu caráter coletivo e dignificante: "*A arte popular, a arte que resulta da cooperação de numerosos espíritos, de temperamentos e de talentos diversos, onde cada um subordina sua atividade à da*

Entretanto, essa volta nostálgica ao passado, esse culto da história de outros tempos, como intenção de superar os problemas do presente, acaba por retirar, a própria cidade e seus habitantes, do processo histórico que os constitui.

Diferentemente dos modelos culturalista e progressista do pré-urbanismo, apontamos a crítica desenvolvida por MARX e ENGELS que trazem outros pressupostos para a análise da cidade. Esses autores, pelo fato de conceberem o espaço da cidade como espaço de conflitos e lutas sociais, conferem a ela uma função revolucionária onde a questão não é substituir uma desordem por ordem, mas onde a nova ordem já aparece como inscrita nos movimentos sociais e se consolida na luta por uma sociedade sem classes. Sem projetar a cidade do futuro, a própria nova sociedade resolveria os problemas urbanos mais profundos como a qualidade de vida dos trabalhadores e a separação campo-cidade.

Com o advento do urbanismo, enquanto especialização de um saber, como ciência de especialistas, de arquitetos e engenheiros, se faz presente a crítica às utopias anteriores. Ganha corpo o que concretamente vai se tornando cada vez mais urgente, a necessidade de interferência prática e objetiva no espaço urbano, numa dimensão que, colada à objetividade

comunidade, sem perder a individualidade, esta arte é inestimável e sua perda irreparável. (...) O trabalho inteligente, que produzia a arte verdadeira, era agradável: era um trabalho humano e não vexatório e degradante (...)." (Françoise CHOAY, op. cit., p. 131-132)

pretendida pelos urbanistas do final dos século XIX e início do XX, se propõe despolitizada, neutra e aplicável a qualquer cidade e/ou sociedade. Entretanto, os embates entre as perspectivas progressista e culturalista do urbanismo estarão enfrentando condições sociais e econômicas cada vez mais problemáticas, o que acaba por colocar o profissional do urbanismo frente à questão anterior, o fato de não poder se esquivar totalmente da utopia, como queria.

A idéia de modernidade incorpora-se totalmente ao modelo progressista, ao introduzir definitivamente a concepção de técnica e estética modernas com o sentido da eficácia. A Carta de Atenas, elaborada em 1933, é inspirada pelas quatro grandes funções humanas: habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito. O plano da cidade deve não somente absorver tais funções, mas ser educador delas. Nesse sentido, emergem algumas características da cidade progressista. Entre elas a fixação pela higiene e saúde, a funcionalidade das ruas e dos parques, a objetivação de cada função a áreas determinadas e específicas. Tudo é passível de planejamento: a moradia, o lazer, o trabalho; a rejeição ao passado é substituída pelo traçado geométrico, espetáculo da estética moderna, expresso no século XX, com variantes em Tony GARNIER, LE CORBUSIER e GROPIUS, entre outros.

Já o modelo culturalista tomou forma enquanto urbanismo anterior ao progressista. O seu primeiro expoente é Camilo SITTE, ardoroso crítico das reformas empreendidas na

Ringstrasse de Viena. Ao publicar **Der Stadtbeau**, em 1889, provocou fortes reações entre os progressistas, na forma obsessiva como tratou com insistência o resgate das formas estéticas do passado. Privilegia a importância dada à dimensão cultural da cidade em detrimento à sua dimensão material, como no pré-urbanismo. A consequência disso é a oposição às grandes metrópoles. Em sua concepção urbana, SITTE visa limitar o número de habitantes, fixando a sua quantidade. A chance da individualidade repousa no caráter diferenciado de como cada cidade ocupa seu lugar e sua função. O plano urbano deve respeitar as tradições dessas particularidades, não somente de cada cidade, mas também no interior de cada uma em separado, evitando qualquer simetria. SITTE privilegia, por exemplo, as ruas e os locais de encontro como ponto de orientação e não os edifícios e sua funcionalidade, como preconizaram os progressistas.

CHOAY⁸ chama a atenção, ainda, para as variantes contidas em ambos os modelos e também para a existência de pontos em comum, como veremos no exemplo da planta de Belo Horizonte, desenvolvida por Aarão Reis em 1894. Entretanto, a confrontação dos dois modelos também pode ser analisada mais de perto, a partir do estudo das reformas urbanas em Viena.

⁸ Françoise CHOAY (op. cit.) cita, por exemplo, que o culturalista Ebenezer HOWARD estabelece como o número máximo de habitantes para as cidades a quantidade de 30.000, mais 2.000 proprietários agrícolas e circunscritas por um cinturão verde que impedisse ajuntamento com outras aglomerações, uma característica que, como veremos adiante, estará presente na planta de Belo Horizonte.

SCHORSKE⁹ possibilita-nos a compreensão dessa contradição em seu conhecido trabalho **Viena fin-de-siècle**, através da análise das duas tendências conflitantes oriundas do culturalismo e do progressivismo, ou seja, as visões comunitarista e funcionalista expressas, respectivamente, em Camilo SITTE e Otto WAGNER. O palco no qual as duas perspectivas se produzem é o espaço que separava a antiga cidade interna e os subúrbios - a *Ringstrasse*. Uma enorme extensão de terra livre, símbolo de dois movimentos contrários, a muralha medieval que protegeu a capital imperial contra a pilhagem turca e após a revolução liberal de 1849, o vazio que permitiu a incorporação desordenada do subúrbio ao centro, do seu povo e de seus movimentos.

As primeiras edificações no anel mostram bem a sua posição conflitante não somente enquanto espaço físico, mas como espaço de uma cultura ainda carregada dos pressupostos do neo-absolutismo dinástico, e confirma sua função repressora. "(...) O que fora um cinturão de isolamento militar se converteu num cinturão de isolamento sociológico"¹⁰. A *Ring* é apresentada com os monumentos que expressaram as afirmações da burguesia liberal em ascensão com diversidade de estilos históricos adequados às suas funções, que foram desde o gótico maciço na *Rathaus*, ao renascentista, símbolo da cultura

⁹ Carl E. SCHORSKE, 1988.

¹⁰ Ibidem, p. 51.

racional, para a universidade e ao grego clássico para o *Reichstrat* ou o parlamento.

Mas não foi somente na monumentalidade que a burguesia vienense se afirmou; foi, principalmente, através do uso dos espaços livres enquanto mercadoria e investimento e nas formas de seu aproveitamento máximo, expressas principalmente nas construções residenciais e de escritórios. O processo de constituição das novas funções da *Ring*, que combinou monumentabilidade dos prédios públicos com funcionalidade e lucro para as habitações residenciais, deixaram entrever as contradições de uma classe em ascensão reveladas pela dissonância entre aspiração cultural e o conteúdo social numa sociedade liberal.

SITTE e WAGNER, sob o pontos-de-vista antagônicos, elaboram a crítica às formas assumidas pela *Ring*. O primeiro vai reclamar uma dimensão cada vez mais estética para as construções, enquanto o segundo vai exatamente criticar uma modernidade ainda velada por uma cultura mal definida. A polêmica dos dois arquitetos tem sua riqueza voltada para a revelação do processo de constituição das relações dos indivíduos com a modernidade então em gestação, com seus novos equipamentos e a emergência das novas funções.

As propostas de SITTE para a *Ringstrasse*, como dissemos, partem do modelo culturalista de entendimento do espaço urbano que contrapunha as dimensões do artístico e do moderno enquanto possibilidades antagônicas para a cidade. Tal

antagonismo se aprofunda na medida em que a ordem material vai se impondo à ordem estética. Toda sua proposta se faz no sentido de impedir tal aprofundamento, evitando qualquer traçado simétrico e enaltecendo as formas livres e naturais. Por outro lado, SITTE não combateu o historicismo evidente na diversidade de estilos dos prédios: combateu sim a forma como a modernidade os instalou, separando o homem do espaço. Por isso vai em busca da praça fechada, cercada por edifícios, enquanto teatro da vida comunitária, opondo-se à concepção progressista de lazer que toma sua forma nos amplos espaços abertos. Critica também o isolamento dos prédios e propõe ramificações e mais praças, com o objetivo de recriar o espírito de comunidade resgatado também através da reivificação dos ofícios artesanais e da vida comunitária.¹¹

SCHORSKE chama a atenção para o fato de que SITTE não aparece em sua obra como planejador urbano. O título de seu mais importante livro, **Der Städtebau**, revela a perspectiva artesanal do autor, "A construção urbana". Nesse sentido, a artesanaria, combinada ao comunitarismo, revela uma perspectiva paternalista para com as camadas populares no sentido de protegê-las dos especuladores e modernistas. Formar este homem de modo que o legado do passado possibilitasse estabelecer vínculos mais significativos com a cidade, era tarefa do

¹¹ Vale ressaltar que SITTE foi diretor da Escola de Ofícios do Estado em 1875 em Salzburgo, e em 1883 fundou e dirigiu uma outra em Viena, organizando uma série de ofícios como cerâmica e entalhe de madeira. (Carl E. SCHORSKE, op. cit.)

artista e não dos técnicos. Vinculos esses que não passavam tanto por uma gerência mais ativa da cidade, mas pela constituição de núcleos fechados onde os homens pudessem não apenas se encontrar, mas se reencontrar perante as perdas sofridas pelo avanço técnico da modernidade. Em *Der Städtebau*, SITTE afirma:

"(...) [O] artista, para seu propósito, necessita apenas de umas poucas ruas e praças principais, e todo o resto ele pode ceder de bom grado ao tráfego e às exigências materiais cotidianas. Que a grande massa de construções seja dedicada ao trabalho, e que a cidade apareça em roupas de trabalho; mas as poucas praças e ruas principais devem poder aparecer em roupas domingueiras - para o orgulho e alegria dos habitantes, o despertar de um sentimento de pertença (Heimatsgefühl), e para o desenvolvimento de sentimentos nobres e grandiosos na (...) juventude. É assim que era nas cidades antigas."¹²

Cabe ressaltar aí que da concepção comunitarista de SITTE emerge todo um entendimento da dimensão cívica da cidade, sem contudo opor-se radicalmente ao progresso. A ênfase nas edificações como memória de um certo passado que deve ser lembrado reafirma a concepção da cidade como espaço-educador, cuja função social seria despertar o sentimento de pertença como criador dos pressupostos da cidadania.

¹² Carl E. SCHORSKE, op. cit., p. 88.

Entretanto, a nostalgia reclamada por SITTE em seu projeto paternalista não teve vez em Viena:

*"(...) chocaram-se contra interesses estabelecidos e os valores que os sustentavam - o orgulho pelo primado da mobilidade e fluidez encarnado pela Ringstrasse."*¹³

Em 1893, Otto WAGNER ganha o concurso de projetos para o novo desenvolvimento de Viena, numa atitude oposta a SITTE. Imperando uma lógica totalmente racionalista no tratamento do espaço físico, a estética deixa lugar para *"as comunicações, controles sociais e sanitários e diferenciação do uso dos terrenos"*¹⁴.

As lógicas funcionalista e utilitarista predominam do traçado das vias ao traçado dos prédios. A idéia básica é o movimento, a circulação, o transporte. A cidade deve possibilitar a realização dos negócios com a máxima eficiência e rapidez possíveis. Na verdade, WAGNER tem como intenção tornar visível o mundo moderno e não escondê-lo sob as caramuças do passado. Seu projeto leva a marca da necessidade de auto-afirmação da elite urbana enquanto elite política e econômica às voltas com um liberalismo triunfante mas já em crise. O próprio WAGNER é uma expressão deste viés, sua

¹³ Carl E. SCHORSKE, op. cit., 88.

¹⁴ Ibidem, p. 89.

experiência de vida está relacionada com a do arquiteto-empresário, negociante, especulador. Compreende a cidade pelas vias de mercado, e essa foi sua ênfase educadora. Por isso despiu as fachadas de ornamentos desnecessários, separou prédios de moradia dos escritórios, constituindo instalações comerciais independentes, colocou os edifícios em reconciliação com a trajetória da rua, projetou sistemas ferroviários, estações, viadutos, pontes e túneis.

Se SITTE encontrava na artesanaria o ponto de reconciliação do homem com a modernidade, WAGNER, na mesma direção, vai buscar os materiais modernos como o ferro e o vidro para celebrar o feliz encontro do tecnológico com a cultura. A experiência como professor da mesma escola em que SITTE trabalhara, a Escola de Ofícios do Estado, em 1896, possibilitara-lhe uma consolidação maior de suas idéias. Basicamente, é aí que se busca o ponto de encontro entre a arte e a técnica e sua função social. Nesse objetivo constituiu-se uma associação, a "Secessão", para tomar contato com as inovações européias, principalmente a "art nouveau". Esse estilo trazia para WAGNER a possibilidade de a estética ir de encontro às questões do homem moderno. Basicamente, a necessidade da demarcação do rumo, da direção. "(...) projetou corrimãos de escadas, tapetes e parquetes com linhas marchetadas na direção principal do movimento (...)"¹⁵.

¹⁵ Carl E. SCHORSKE, op. cit., p. 101.

As incursões de SITTE e WAGNER nos confrontos e encontros com a modernidade são reveladoras de duas atitudes comuns no final no século XIX: o espanto e o fascínio pelo novo. O primeiro celebrou o passado como ponto de realização dos homens; o segundo, o futuro como guia e prosperidade.

Nesse sentido, SCHORSKE afirma que

"Aqueles mesmos fatores que SITTE considerava como os males necessários da construção urbana moderna - fatores econômicos, tráfego, higiene, etc. - WAGNER aceitava como base do planejamento positivo. Valorizava acima de tudo a uniformidade maciça abominada por SITTE, e desenvolveu conscientemente o potencial dela para o traçado urbano artístico (...) insuperável urbanista burguês que era, Wagner não duvidava que a "maioria dos homens preferia viver numa metrópole do que numa cidade pequena ou no campo"."¹⁶

Nesse aspecto, a perspectiva da utopia, presente nos projetos urbanos e na crítica a eles, indica a pretensão de educarem os cidadãos através da arte expressa na arquitetura e no planejamento das cidades, de modo a ser o espelho no qual o homem moderno dever-se-ia mirar. Entretanto, as tensões postas pela administração das relações capital e trabalho acabaram por ultrapassar tais pretensões, mostrando uma face mais real da cidade e um avanço significativo nas relações cidade e cidadão. Por outro lado, os movimentos pela participação

¹⁶ Carl E. SCHORSKE, op. cit., p. 111.

democrática da gestão urbana gerou também a emergência de outras facetas na formação dos cidadãos que não se limitaram a aceitar modelos pré-estabelecidos.

As temáticas trazidas pelos dois arquitetos austríacos, em seu confronto, revelam que a arte e a política estavam cada vez mais perto e que essa circunstância apontava para novos problemas postos pela tensão entre o liberalismo e a democracia que, aliás, se estendem pelo século XX.

Nesse contexto, onde o passado é mais político que cívico e o futuro possui potencialidades de conflito, emerge a real dimensão educadora dos urbanistas. Tanto o culturalista SITTE como o progressista WAGNER, pretendem retirar das ruas o potencial revolucionário dos homens. Se SITTE busca resguardar alguns espaços, estes são fechados, delimitados e inspirados em práticas comunitárias antigas não apropriadas aos movimentos modernos nos quais o confronto está na malhas urbanas. Ao procurar deter o fluxo dos homens em movimento, supondo a dimensão solitária dos translados, revela uma expressão comum entre os românticos do século XIX: a idéia de que o pobre precisa ser resguardado das pressões tirânicas dos modernos, a reconciliação cívica se fazendo através da roupagem domingueira das praças. Já WAGNER faz das ruas e praças exatamente o contrário: busca limpeza, transparência através da desobstrução física total, o homem moderno tem pressa, o sentido da rua e da praça é possibilitar-lhe a direção e o rumo necessários aos negócios e trabalhos

modernos, residindo aí sua ênfase na formação do cidadão. Todos os seus projetos de edificações tinham como meta constituir guia e rumo para a população, dos edifícios às praças. Nesse sentido rejeita os esquemas de distribuição geográfica de acordo com especificação das funções, colocando ênfase na circulação e transporte que agilizasse o deslocamento dos indivíduos para qualquer lugar. Suas edificações também possuem características de geometrismo: prédios e ruas se confundiam enquanto indicadores de direção dos habitantes em seu percurso.

Uma sociedade politicamente diferente da Áustria, a França também teve o seu momento de remodelações empreendidas pelo prefeito HAUSSMANN, na cidade de Paris que, em meados do século XIX, experimentava o "caos social" motivado pelos movimentos revolucionários e pelas mudanças político-sociais pós-revolução de 1789. Em HAUSSMANN é explícita uma relação de comprometimento com o Império, instalado a partir do golpe de Luís BONAPARTE, com as limitações inerentes a uma ditadura e o ressentimento quanto aos movimentos populares. O mesmo não ocorria em Otto WAGNER. Ele atuou no contexto do liberalismo vienense que realçava o nacionalismo como forma de coesão popular, em um período onde, paradoxalmente, *"O laissez-faire, ao qual caberia libertar a economia dos grilhões do passado, levantou os revolucionários marxistas do futuro"*¹⁷.

¹⁷ Carl E. SCHORSKE, op. cit., p. 126.

A crítica de WAGNER diz respeito ao vazio profundo expresso no imobilismo monárquico incapaz de administrar racionalmente as sociedades sob sua gestão. Para ele, a cidade racionalizada, funcionalizada, era o refúgio para aquilo que a política não havia dado conta - agilidade, fluidez, dinamização, enquanto condições de emergência do indivíduo em detrimento do imobilismo. Já para HAUSSMANN, a reforma de Paris foi uma vitória sobre os maus caminhos que impediam a circulação e a consolidação de um monumento imperial, mas foi também e antes de tudo, para alguns autores, um símbolo de vitória frente aos movimentos insurrecionais.

Acompanhando um pouco o percurso analítico de David PINKNEY¹⁸, buscaremos alguns suportes para as nossas análises. Primeiramente, importa ressaltar que Paris já havia passado por algumas reformas anteriores com o objetivo de embelezamento; porém, no século XVIII, já se previa que a cidade precisava de mais do que isso. Em 1739, VOLTAIRE confienciava ao Príncipe Frederick da Prússia seu desalento com o desperdício de dinheiro com fogos de artifício em Paris, quando a cidade necessitava de parques, fontes e mercados. Uma década mais tarde escreveu um ensaio sobre "Os embelezamentos de Paris", lamentando a falta de espaços abertos,

¹⁸ David PINKNEY, 1972.

*"o centro da cidade escuro, limitado, assustador (...) os mercados públicos situados em ruas estreitas desfilando miséria, espalhando infecção e causando uma desordem contínua."*¹⁹

Durante a Revolução, quando o governo se apropriou de grandes parcelas de terras confiscadas e ofereceu uma oportunidade para a reconstrução da cidade, uma comissão oficial denominada "Comissão de Artistas", esboçou um plano para o embelezamento e saneamento urbanos. Entretanto, apenas algumas ruas foram abertas na década de 1790, ficando para o primeiro Napoleão a continuidade do projeto, combinando a construção de ruas com o saneamento de cortiços.

As propostas de reformulação empreendidas meio século depois pelo sobrinho, Luís NAPOLEÃO, vão se dar em outro contexto. Embora não afaste a dimensão suntuosa do luxo, da beleza da cidade como movimento imperial, Luiz NAPOLEÃO sobe ao poder após as experiências radicais do movimento de 1848, primeiro como presidente, e logo depois, através de um golpe, como Imperador. A Assembléia é dissolvida e promulgada uma Constituição que faz dele próprio o príncipe-presidente, trazendo para a elite proprietária de Paris esperanças de tranqüilidade e prosperidade.

Dessa forma, a análise da reformulação de Paris guarda também um significado político e social, está no

¹⁹ David PINKNEY, op. cit., p. 31-32.

interregno de dois momentos de convulsão social, 1848 e 1871, bem como imersa nos debates a respeito de saúde pública, ocorridos na Grã-Bretanha, Alemanha e na própria França, nos anos de 1830, 1840 e 1850.²⁰

A base das reformas urbanas em Paris estavam no recorte e prolongamento de ruas que atravessassem a cidade de norte a sul, na extensão dos boulevares entremeados por novas praças, além da execução de um antigo projeto de seu tio: a construção de um mercado central amplo e acessível a todos os habitantes e a transformação do *Bois de Boulogne* em um espaçoso parque público para todos os cidadãos da capital.

A inspiração maior de Luís Napoleão proveio de duas fontes: dos reformadores sociais saint-simonianos que, durante a epidemia de cólera que atravessou a França em 1832, elaboraram um plano para abrir espaço nos bairros pobres e executar novas construções na cidade além da abertura e prolongamento de ruas. E também de seu exílio em Londres, no momento em que os ingleses estavam preocupados com os graves problemas da saúde pública e com o congestionamento de tráfego devido ao rápido crescimento populacional da cidade. É nesse sentido que a intenção de reformas requeridas por Luís

²⁰ David PINKNEY afirma que Luís Napoleão, ao objetivar a concretização de suas idéias a respeito de reformas urbanas, "(...) poderia ser situado propriamente na respeitável companhia de Edwin Chadwick, Lorde Shaftesbury e os fundadores da Associação das Cidades da Saúde na Inglaterra, e com Jacob Reiss e Robert Moses, que nas gerações posteriores lutou com problemas similares na cidade de Nova York" (David PINKNEY, op. cit., p. 40).

Napoleão vai além dos seus antecessores, que se empenharam prioritariamente no embelezamento de Paris.

Entretanto, os motivos ainda iriam mais longe. Segundo os historiadores críticos, monarquistas ou republicanos, o formato reto, longo e aberto dos boulevares continha uma intenção política maior: prevenir a construção de barricadas e facilitar o cercamento militar nos usuais centros de resistência. A experiência política dos seus antecessores entre os anos de 1827 e 1849 foi suficiente para entender a lógica de seus críticos.

Há ainda um outro aspecto a ser destacado: aquele relacionado às intenções de popularização de sua administração. Neste caso, as transformações de Paris possibilitariam, através da intervenção de seu governador e do Estado, mecanismos para afastar a pobreza e estabelecer o bem-estar social pela criação de novos empregos e constituição de uma cidade mais saudável para se viver. A idéia de limpar os bairros pobres, construir parques e jardins públicos, abrir ruas e facilitar o movimento do tráfego aparece como possibilitadora do surgimento de um homem novo, mais feliz, menos sedicioso e para tal empreendimento, Napoleão recorrerá a HAUSSMANN²¹.

²¹ HAUSSMANN era uma escolha perfeita. Protestante descendente dos soldados do primeiro imperador, serviu às causas bonapartistas ocupando cargos públicos e políticos desde 1831. Educado no Colégio Bourbon e na Escola de Direito de Paris, antes de empreender as reformas foi escolhido pelo imperador para ocupar o cargo de Prefeito do Departamento do Sena que assumiu em 1853. Este cargo conferiu-lhe grande prestígio e poder. Em

HAUSSMANN não apenas deu cumprimento aos planos do Imperador, como também acrescentou novas ruas, parques e construções públicas, além de suprir Paris com abundantes nascentes de água e com a construção do sistema de coletor de esgotos que pôs fim à contaminação do Sena no interior da cidade. Entretanto, não era arquiteto ou engenheiro, e é interessante que toma a notoriedade que em geral é dada aos especialistas, deixando clara, mais uma vez, a dimensão política pretendida por Napoleão neste novo empreendimento. Foram seus colaboradores principais, como engenheiros, Alphand Eugène BELGRAND e o arquiteto DESCHAMPS, homens que HAUSSMANN buscou durante a sua experiência em postos de administração política.

A abertura de ruas na reforma parisiense tinha como intenção o que inspirou todas as outras reformas de cidades - circulação e mercado. A erupção de novas relações econômicas e sociais sufocadas pelo recorte da cidade antiga se constituíram na motivação básica do plano de Paris:

1860 tomou lugar no Conselho de Estado, além de ganhar o título de Barão, o que nenhum membro do Conselho Municipal havia conquistado prestígio tão superior.

Como prefeito, HAUSSMANN tinha na sua autoridade não somente os usuais deveres do cargo, como assegurar a execução das leis nacionais em seu departamento, mas também todas as funções do governo municipal, comumente executadas por um conselho eleito junto ao prefeito. Como representante do Imperador na administração da capital, ele não tinha nenhum superior a não ser o próprio Imperador. Com poderes discricionários, permaneceu em seu posto durante 17 anos até sua demissão no princípio de 1870. (David PINKNEY, op. cit.)

*"Sua construção havia desapropriado as desagradáveis favelas em ambas as margens e na Cité, e na margem direita rompeu o principal centro de insurreição em torno do Conservatoire des Arts et Métiers."*²²

O plano da reforma previa o arruamento classificado em três redes que não continham em seu agrupamento apenas afinidades financeiras mas objetivos de manutenção da ordem pública. E há, ainda, na história da reurbanização de Paris, outros elementos que merecem ser apontados. Dizem respeito à experiência vivenciada durante o período da construção e não envolveram apenas o crescimento contínuo de trabalhadores na zona urbana que preferiram trocar, temporária ou definitivamente, a sua vida no campo. A própria redefinição do espaço urbano produziu, por sua vez, a redefinição da função social desses espaços. O aumento populacional de Paris não se deu apenas com a anexação da zona suburbana, mas também pelo constante processo de emigração de jovens do campo para a cidade. O que confirma problemas relativos a alocação e distribuição dos habitantes no espaço urbano. As desapropriações no centro a partir de 1850 e a alta de aluguéis forçaram milhares de pessoas a se fixarem nas redondezas, algo que *"Entre 1861 e 1872 os dez distritos irregulares somavam mais que 200.000"*²³.

²² David PINKNEY, op. cit., p. 58.

²³ Ibidem, p. 165.

As reformas urbanas em Paris fez com que os subúrbios perdessem a conotação meramente física para adquirirem uma conotação de peso marcadamente social e que não diz respeito apenas à exclusão, mas às potencialidades aí inscritas e que foram confirmadas na comuna de 1871. No comentário de um contemporâneo ao contrastar os anos de 1843 e 1852:

*"Nunca mais bandos de revoltosos vagaram pelas ruas, mas grupos de pedreiros, carpinteiros e outros artesãos indo para o trabalho; se as pedras de calçamento fossem retiradas não eram para construir barricadas mas para abrir o caminho para a tubulação de água e gás; as casas não foram mais ameaçadas por canhões ou fogo, mas pela rica indenização de expropriação (...)."*²⁴

As reformas empreendidas por HAUSSMANN, nos vinte anos do Segundo Império, nos conduzem para o centro da principal questão política do século XIX, qual seja: as relações entre liberalismo e democracia e os limites do progresso amparado pela lógica capitalista.

O processo de definição da dimensão jurídica e social da propriedade privada ensejou amplas discussões nas quais a teoria liberal que a fundamenta não esteve livre de contratempos e críticas. Por outro lado, os pressupostos do iluminismo do século XVIII se viram aprisionados pelos seus

²⁴ David PINKNEY, op. cit., p. 176.

próprios postulados: as relações entre cidade, cidadania e educação, tal como elaboradas conceitualmente, foram sendo questionadas pela presença incômoda de elementos pouco contemplados pelos discursos de grande parte da intelectualidade. Nesse sentido, ganha corpo a dimensão da cidade-monumento através das instituições e vias de circulação que liberam o mercado e as forças produtivas dos obstáculos postos pelo Antigo Regime, mas não democratizam o seu acesso. A lição que a urbanização das cidades no século XIX nos oferece é a da sua eficácia, algo que a aproxima um pouco da mesma simbologia da Igreja no período medieval e da suntuosidade da nobreza no século XVIII: o seu esplendor e magnificência inspiram obediência, respeito, temor e veneração, um exemplo de ordem e regularidade a ser imitado pelos mortais comuns.²⁵ A ciência do século XIX possibilitou a demarcação dos espaços com maior precisão; a simbologia buscou conter os seus habitantes no âmbito dos deveres sociais, de forma a impedir a luta pelos direitos plenos de cidadania. Nesse aspecto guarda a dimensão utópica e autoritária que os

²⁵ Podemos estabelecer esse paralelo a partir das afirmações feitas por MARIANA, ao analisar a educação da nobreza espanhola durante a contra-reforma, *"O príncipe, escreve Mariana, está colocado no cume das sociedades para que apareça como uma espécie de divindade, como um herói baixado do céu, superior à natureza dos demais mortais. Para aumentar sua majestade e conciliar-se em direção aos seus súditos está quase sempre rodeado por luxo e aparato, contribuindo não pouco para deslumbrar os olhos do povo e a contê-los nos âmbitos dos deveres sociais: por uma parte, seus vestidos de púrpura bordados de ouro e pedraria por outra, a soberba estrutura de seu palácio e por outra, o grande número de seus cortesãos e de suas guardas (...)"* (citado por Júlia VARELLA, 1983: 63) (Grifos meus)

próprios reformadores da cidade criticaram em relação à produção urbana dos séculos anteriores.

A cidade dos deveres vai não somente se revelando, mas se materializando como fachada, monumento. Na França, um decreto de 1852 mostra as preocupações de Napoleão e HAUSSMANN ao exigir dos proprietários a renovação da pintura na fachada de seus imóveis, com multa pelo não cumprimento. Também podemos perceber melhor essa simbologia se analisamos três aspectos da remodelação de Paris, quais sejam: os cortiços, os parques e o transporte de massa.

Se Haussmann e Napoleão destruíram os cortiços para dar lugar aos novos arruamentos nada fizeram para garantir que novas moradias precárias surgissem nos bairros periféricos ou para proteger as áreas residenciais da invasão da indústria, as suas regulamentações²⁶.

Por outro lado não foram poucos os esforços para a construção de praças e parques públicos enquanto espaços abertos para a população. Tal empreendimento tem tanto a característica de suntuosidade, como também de popularidade.

²⁶ PICOT, um pesquisador francês, afirma em 1896 e 1898, sobre os "arrondissement" de Lunéville e Marennes, que, "O operário aloja-se como pode, não como quer. Ele não tem escolha entre uma habitação espaçosa e outra exígua, não lhe oferecem mais que um ou dois cômodos, quase nunca três, qualquer que seja o número de filhos, é preciso que ele tome o que se apresenta e pague o que se pede. A exigência do proprietário prevalece sobre a oferta do locatário (...). O operário, ao consagrar 12% a 15% de seu salário à moradia, estando mal alojado, ao amontoar seus filhos em um espaço coberto demasiadamente acanhado, sujo, insalubre, aproveita todas as ocasiões para afastar-se de casa..." (citado por Roger-Henri GUERRAND, 1991: 365)

HAUSSMANN, com certeza, quis fazer das praças o que não fez com as habitações operárias, um lugar aprazível, símbolo da salubridade, onde os transeuntes pudessem ver, serem vistos, vigiados, longe dos entrechoques comercial e residencial, numa opção de lazer civilizada onde as pessoas se homogenizam.

Entretanto, a definição do urbanismo no final do século XIX, e principalmente no século XX, vai indicar uma preocupação maior quanto ao controle do uso desordenado da cidade, investindo com ênfase na moradia popular. GUERRAND²⁷ analisa algumas produções teóricas nesta área desde o início do século XIX. Muitos dos projetos inspiraram-se em FOURRIER e seus "Falanstérios": planos de habitação popular onde se agrupam várias famílias em edifícios com todos os equipamentos sanitários e de higiene instalados. Esses agrupamentos coletivos foram criticados principalmente após a Comuna de Paris em 1871, e no final do século XIX ganham força os projetos de habitações individuais na tentativa de resgatar a importância do lar e da família para a produtividade do trabalho.²⁸

O plano de HAUSSMANN não apresentou lacunas apenas no aspecto das moradias populares, também foi insuficiente no

²⁷ Roger-Henri GUERRAND, op. cit.

²⁸ Armand de MELUN, um dos relatores de uma pesquisa sobre habitação popular na 3ª República Francesa, afirma que "(...) *A propriedade traz consigo uma qualidade preciosa: torna quem a possuir mais ordeiro, mais trabalhador, afasta-o das distrações funestas, conserva-o em seu lar, no seio de sua família, e ocupa proveitosamente seus lazeres.*" (citado por Roger-Henri GUERRAND, op. cit., p. 382)

que diz respeito aos transportes. Apesar da criação da *Compagnie Générale des Omnibus* em 1854 e da utilização dos transportes a cavalos, o horário dos veículos não previa atender a grande massa dos trabalhadores. Também a despeito dos grandes gastos com aperfeiçoamento de ruas, esgotos, abastecimento de água e criação de escolas, estes não foram suficientes para resolver os problemas do crescimento demográfico. E foi exatamente o crescente afluxo de novos habitantes à cidade que trouxe o maior desafio às autoridades governamentais. As novas relações sociais, em seu caráter urbano e industrial, subverteu a ordem da cidade e nela reinstalou o confronto e a mobilidade indesejada da sublevação, com a Comuna em 1871.²⁹

As experiências de Viena e Paris, aqui avaliadas, remetem à idéia do príncipe governante, da cidade como monumento e simbologia, onde arquitetura e arruamentos se pretendem superior à "natureza dos demais mortais", os mesmos mortais que depois a despem, a desnudam, a desvelam enquanto espaço de luta de direitos. Também os debates que envolveram a definição da planta de Belo Horizonte trouxeram os mesmos argumentos dos reformadores europeus. Neles, as formas de

²⁹ "(...) As avenidas estratégicas e os quartéis construídos em pontos-chaves não preveniram que os partidários da insurreição da Comuna de Paris sustentassem uma resistência contra o exército regular em 1871, mais prolongado do que a batalha que os homens desesperados de Junho de 1848, desenrolada no labirinto das ruas antigas do centro da cidade." (PINKNEY, 1972: 214)

definição das relações privadas buscam educar os seus habitantes.

Tomando emprestadas, mais uma vez, as cidades de CALVINO, os viajantes que vão a Zirna trazem na memória o seu sentido:

*"A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente (...). A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir."*³⁰

³⁰ Ítalo CALVINO, 1991: 23.

A PLANTA DE BELO HORIZONTE

"Por que Belo Horizonte? Já vos articularam o reparo e eu insisto. O adjetivo estreita aqui o vago, o mágico, o incomensurável deste nome... Esta se devia chamar simplesmente a cidade do Horizonte, ou apenas o Horizonte, numa palavra indefinida como as perspectivas de sua vista. Duro Preto representa o coração da terra, as entranhas do trabalho, da luta, do sofrimento. Belo Horizonte, o céu, a vitória, a conquista, a coroa da jornada humana, a alegria de viver na contemplação inenarrável do universo, o êxtase da admiração entre as maravilhas da obra divina (...)." ³¹

A dimensão de horizonte no sentido figurativo de infinitude, de probabilidades abertas para desenvolvimento e progresso, cabe integralmente na escolha do sítio de Belo Horizonte para o erguimento da nova capital. Uma *tabula rasa*, onde tudo estaria por ser feito, passível de reordenamento em uma topografia, a princípio constrangedora, que é montanhosa e irregular.

Entretanto, apesar do caso particular que foi a construção de uma cidade-capital, processo pioneiro no urbanismo brasileiro, não podemos ignorar experiências anteriores de construção e reformas de cidades presentes na tradição urbana do país. Na virada do século parte das elites políticas realizaram empreendimentos significativos, no

³¹ Rui BARBOSA, 1947: 212 (grifos meus).

sentido de alterar o traçado urbano herdado do contexto colonial. Sobressaem as reformas do Rio de Janeiro gestadas por Pereira Passos e reformas de várias outras cidades tais como Campinas, Santos, Recife e Vitória, projetadas e algumas realizadas sob a direção do engenheiro Saturnino de Brito.³²

É, pois, importante lembrar que, apesar das possibilidades em aberto apontadas pela construção da "Cidade do Horizonte", enquanto campo neutro - como queria Rui Barbosa-, os técnicos que afluem a Belo Horizonte possuíam conhecimento e consciência suficientes do peso e incômodo do passado, não apenas limitador das relações econômicas, mas também do potencial social.

Dessa forma, na planta de Belo Horizonte, expressam-se tanto perspectivas contraditórias do traçado urbano, como também perspectivas conflituosas da concepção política de organização social. Com sua intenção formadora de bons cidadãos, seu perfil pedagógico deixa escapar um projeto de cidadania e educação que vai se concretizando na própria materialização da cidade, expondo as contradições implicadas nas relações entre as práticas liberais e democráticas numa República também impregnada por pressupostos universais, abstrações positivistas da noção de humanidade.

³² Entre outros trabalhos sobre o assunto, citamos o de Lilian FRITSCH & Sérgio PECHMAN (1985) sobre as reformas no Rio de Janeiro, e o de Carlos Roberto M. de ANDRADE (1992) em torno dos empreendimentos de Saturnino de Brito em várias cidades brasileiras.

Não obstante, na dimensão do campo neutro, prevalece uma prática liberal através da criação de condições para a instalação da propriedade privada, da especulação imobiliária, enfim, da produção do indivíduo proprietário - por isso pleno de direitos. Já na consciência do peso e incômodo da herança do passado por parte dos construtores e gestores da cidade sobressai uma prática positivista, no sentido de que não se repetissem os males sociais já conhecidos historicamente. Dessa forma, a função social da cidade se revelava enquanto espaço no qual os não proprietários tivessem não somente seus lugares físicos demarcados mas também os seus lugares sociais, políticos e cívicos já traçados, enquanto formadores de indivíduos, então plenos de deveres.

Aarão REIS, o engenheiro politécnico, conhecedor das reformas urbanas empreendidas em outras capitais, concebe uma planta de cidade cercada de nomes de especialistas conhecidos e experientes como, entre vários outros, Paul VILLON, Ascânio BURLAMAQUI e Saturnino de BRITO. Em seu desenho cabem as influências dos arruamentos e zoneamentos de HAUSSMANN, da trama ortogonal de L'ENFANT (elaborador do plano de Washington de 1791), a dimensão utilitarista de Otto WAGNER e a perspectiva culturalista da cidade em sua dimensão integradora, presentes em Camillo SITTE. Em maior ou menor medida, a presença de interlocutores contraditórios marca o sentido de erguer uma cidade monumento, na busca da implementação dos preceitos da ordem, higiene, modernidade. No

projeto, afluem, sem dúvida, os conflitos entre a ausência de conteúdo na dimensão do campo neutro e a experiência do passado, conferindo à cidade uma característica na qual a redundância e fixação de símbolos se fazem necessárias na intenção de combinar processos diferenciados na forma de alocação de sua futura população.

Inserir Minas Gerais no tempo da história constitui a base de uma nova era, através do estabelecimento de dimensões racionais no tratamento da propriedade, das relações de trabalho, das relações sociais e culturais. Um sentido novo da política implicado na tarefa de começar aparentemente do nada, transformar a região em oficina de trabalho e negócios configurando a concretização ideal da dimensão de progresso e de civilidade, no sentido de reeducar as pessoas, reorientar seus caminhos, "acordá-las" para a modernidade. A planta de Belo Horizonte traz a marca do redimensionamento material e cultural de uma população, também unindo a perspectiva pedagógica do príncipe com os recursos da ciência moderna, objetivando evitar erros do passado e abrindo caminhos para o futuro.

A instalação da Comissão Construtora em 1894 que, durante a gestão de Aarão Reis, se ocupará basicamente dos estudos da elaboração da planta da cidade, apresentada em 1895, far-se-á com ares de grande educadora. Na visão de seus membros, salta aos olhos a missão pedagógica de quem veio para mudar, transformar.

Segundo Fábio Nunes LEAL, Secretário da Comissão,

*"Não primam as cidades e povoados de Minas por belezas artísticas de qualquer espécie: o homem parece até hoje alheio ao instinto do belo, não aproveitando sequer os encantos de uma natureza tão rica de sublimes no assentamento dos seus lares: a veia de ouro ou de qualquer minério industrial, a queda d'água como força motriz, os gastos espontâneos ou humos cafeeiro ou a terra sã do milho eis as balizas únicas das preferências de sua localização no solo fertilíssimo de Minas. O conforto do corpo e o encanto do espírito não tinham até hoje ainda entrado como fatores nestes problemas da vida; a preocupação até estes últimos tempos limitava-se à garantia daquela que é a independência individual (...)."*³³

O que vai ser arrasado, entretanto, não será somente uma antiga forma de garantir a "independência individual", mas também toda uma forma de localizar-se no espaço físico e cultural da cidade. A situação do sítio de Belo Horizonte, sem dúvida, é, à primeira vista, plena de potencialidades interventoras sejam físicas, culturais, sociais ou econômicas. O antigo arraial se desenvolveu basicamente na margem direita do Arrudas, numa região de pouco declive, caindo para o eixo do ribeirão, tendo o arraial um aspecto de arruamento predominantemente plano contrastando com os sítios da zona de

³³ MINAS GERAIS, 1895: 12.

mineração.³⁴ Sua organização guardava a herança portuguesa de ocupação do solo, segundo MAGALHÃES,

"(...) a conformação da cidade derivava da configuração da rua, por sua vez, era determinada especialmente pela justaposição das casas, adaptando-se às ondulações do terreno, tendo como única referência a posição destacada da igreja. Onde acabavam as casas, acabava a rua: roça da rua, como é chamado o povoado, o casario enfileirado, linear, tortuoso (...). Neste modelo, portanto, a unidade urbana é a moradia, é a soma dos volumes das casas, que descreve a linha, que desenha bidimensionalmente o espaço. Por descuido (...) é a vida das pessoas que desenha a planta da cidade."³⁵

Por outro lado, o olhar dos técnicos para as práticas da população do arraial confronta os manejos primitivos dos recursos naturais com as potencialidades dos recursos científicos que a nova capital traria. Na descrição do arraial, o Secretário da Comissão Construtora, NUNES LEAL, assim afirma:

³⁴ O sentido básico de crescimento do arraial se fazia na direção Leste-Oeste, tendo como diretriz o eixo Arrudas/ ferrovia (EFOM) e sua concentração se fazia entre Largo da Matriz (Boa Viagem) e o Largo do Rosário. Tinha como principais ruas a General Deodoro na direção norte, essa praticamente uma referência e onde se instalou o escritório da Comissão Construtora, a Rua do Capão, que subia o vale do Acaba Mundo rumo ao sul; a Rua do Rosário em direção oeste e a Rua de Sabará, rumo ao leste. As ruas General Deodoro e do Capão, podemos dizer, estavam localizadas mais ou menos paralelas à futura Avenida Afonso Pena e a Rua de Sabará que terminava no Largo da Matriz tinha a direção da atual avenida Alfredo Balena. (Waldemar de Almeida BARBOSA, s.d.)

³⁵ Beatriz de Almeida MAGALHÃES, 1989: 38 (grifos meus).

"Esses ribeirões e nascentes são hoje aproveitados pela população já para sua pequena indústria, já passa a distribuição da água pelo arraial todo, sendo poucas as casas que não têm bica própria nos quintais. Aqui são os moinhos tocados por turbinas em rodas hidráulicas primitivas, ali uma fábrica de ferro de um sistema inteiramente colonial, que nem procurou arremedar o catalão, tendo como modelo, na espécie, um martelo de complicadas engrenagens e tirantes de efeitos nulos, com ação insuficiente e impotente para a abundância e facilidade do trabalho, que desafia a qualidade do minério e sua pureza."³⁶

Não obstante, amparados pela dimensão da *tabula rasa*, os novos gestores da cidade, ao iniciarem o processo de redefinição dos espaços privados, necessários para a efetivação de novas relações com os recursos naturais, já vislumbravam os seus resultados - uma cidade e uma população transformadas onde a própria planta da cidade desenhará a vida das pessoas. Na conclusão do Secretário LEAL, o futuro já se descortinava:

"Quem, no futuro, cortado já o arraial de largas avenidas, de espaçosas e belas ruas, armadas de palacetes de mármore da Gandarella, de ajardinamento de luxo, chácaras de primor, formoso parque, etc. ficará tendo lido esta pequena descrição, surpreendido de ter habitado nela uma população tão mesquinha, e não haver, há

³⁶ MINAS GERAIS, 1895: 13.

*muitos anos, sido escolhido este arraial para a construção de uma grande cidade.*³⁷

A lei de 17 de dezembro de 1893, que designa Belo Horizonte como local para construção da capital, oficializa o recorte do arraial, autorizando a divisão dos terrenos em lotes em suas respectivas funções, a determinação de terrenos para edificações públicas, as questões de desapropriações, concessão de diversos serviços a particulares, bases para construções de moradias para funcionários públicos, concessão de títulos de propriedade para ex-habitantes de Ouro Preto e autoriza crédito para as despesas decorrentes dos empreendimentos. Dessa forma, delega a Aarão REIS amplos poderes e autonomia na execução da planta e dos projetos necessários.³⁸ O regulamento da Comissão Construtora de fevereiro de 1894 prevê toda a organização necessária para a construção de uma cidade que comportasse 200.000 habitantes no futuro e, de imediato, uma população de 30.000 habitantes.

A ampliação do arraial, segundo o plano da nova cidade, deu continuidade à característica de arruamentos em

³⁷ MINAS GERAIS, 1895, p. 15 (grifos meus).

³⁸ No artigo 49 do Regulamento, o engenheiro chefe assinala que "A organização do projeto geral e parciais, das obras da nova capital, deverá obedecer as mais severas indicações e exigências modernas da higiene, conforto, embelezamento e elegância; porém sem exageradas preocupações de suntuosidade dispensáveis, salvo os monumentos artísticos que o governo deliberar serem exigidos e para cujos projetos poderá mandar abrir concorrência, estipulando para os que forem aceitos, prêmios ou preferência aos respectivos autores para a execução das obras por empreitada." (MINAS GERAIS, 1895: 21)

topos de colina em detrimento dos fundos de vale. Por outro lado, o plano de Aarão Reis procurou inverter o crescimento da cidade no sentido norte-sul tendo como eixo a avenida Afonso Pena, aproveitando os topos entre o ribeirão do Acaba Mundo e o córrego do Leitão e que, por algumas décadas, logo retoma seu sentido anterior, onde a rua da Bahia, ponto de ligação leste-oeste, constitui uma referência maior dadas as características de crescimento da cidade, como veremos.

A apresentação da planta definitiva deu-se em março de 1895 e foi aprovada em 15 de abril do mesmo ano. Nela, Aarão Reis divide em três a zona designada para a construção numa área de 51.220.804 m², sendo a área urbana de 8.815.382 m², a área suburbana de 24.930.803 m² e a área de sítios com 17.474.691 m²:

"(...) Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana de 8.815.382 m², quadrados, divididas em quarteirões de 120 x 120 m, pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. As ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação de veículos, o tráfego dos carros e os trabalhos de colocação e reparações das canalizações subterrâneas. As avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar à população. Apenas uma das avenidas - que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada à ligação dos bairros opostos - dei a largura de 50 metros, para constituí-la em centro

obrigado da cidade e, assim, forçar à população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida do contorno, que facilitará a conveniente distribuição de impostos locais, e que, e de futuro será uma das mais apreciadas belezas da nova cidade. A zona suburbana, de 24.930.803 m², - em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas e as ruas traçadas de conformidade com a topografia e tendo apenas 14 de largura - circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros, e é, por sua vez, envolvida por terceira zona de 17.974.619 m², reservada aos sítios destinados à pequena lavoura.³⁹

Os pressupostos de REIS, ao elaborar a planta da cidade, como dissemos, estão inseridos em premissas universais que, a par das diferenças ou ênfases em determinados traçados, se aproximam da perspectiva pedagógica e disciplinar de adaptar o espaço físico às exigências econômicas e sociais pela racionalização das vias de circulação através da abertura de grandes artérias, da preocupação com a higiene e salubridade, bem como com a redefinição da função social dos subúrbios.

A matriz gestada frente à necessidade de reformar várias cidades européias foi a base de várias reformas em cidades norte-americanas e de várias cidades brasileiras.

³⁹ MINAS GERAIS, 1896: 60.

Ressalta-se novamente aqui, que este fato não se limita a um mero transporte de idéias, mas à proeminência de uma realidade comum no Ocidente do século XIX: a necessidade de reformar ou construir cidades transmissoras e produtoras de novas relações sociais, econômicas e políticas.

No caso específico da planta de Belo Horizonte, observa-se a combinação de formas distintas de entendimento da reorganização dos espaços urbanos onde são evidentes as aproximações entre as concepções progressista e culturalista. Na prática dos arruamentos longos das avenidas e dos traços de geometrismo, as concepções se aproximam de HAUSSMANN e Otto WAGNER no sentido da abertura, da busca de luminosidade, da rua como percurso, do transporte como chave para o crescimento urbano. Há que se ressaltar, ainda, uma outra influência à qual REIS vai recorrer e que diz respeito às idéias do francês L'ENFANT e seu projeto de construção de Washington.⁴⁰

É no traçado da planta na zona urbana que emergem as características geométricas, rígidas, com integração da malha ortogonal através das ruas, e da malha diagonal através das avenidas, tendo como ponto de convergência diversas praças e

⁴⁰ As semelhanças entre o plano de Washington e a planta de Belo Horizonte estão na condição de cidade a ser construída e na projeção racional da malha urbana e na expressão de monumentalidade das avenidas que ligam pólos funcionais. (M. TAFURI, 1985)

Também Carlos Roberto M. de ANDRADE (op. cit.) chama a atenção para a influência de L'ENFANT em Saturnino de BRITO em empreendimentos similares à edificação da capital mineira, como no projeto do "Novo Arrabalde" de Vitória, em 1896.

espaços destinados a edificações públicas e futura zona comercial. O perímetro urbano foi delimitado pela antiga avenida 17 de Dezembro (que logo teve seu nome alterado, devido à sua própria função para a avenida do Contorno) tendo como referência central de crescimento urbano a avenida Afonso Pena, cortando a cidade de norte a sul. Para a consecução desse projeto grandioso, Aarão REIS idealizou uma forma de angariar fundos para os cofres municipais através de taxações e impostos a serem pagos pelos seus futuros habitantes.

Compreende essa área 24 praças, 21 avenidas e 63 ruas, destacando-se o aproveitamento de um terreno pantanoso e de má drenagem para um parque municipal que aparece como o pulmão da cidade. Este está instalado em uma área de aproximadamente 545.000 m², circundado por seis praças, tendo a área frontal voltada para a avenida Afonso Pena. O projeto inicial do parque incluía a construção de um cassino, um restaurante, pontes rústicas, observatório meteorológico, viveiros, etc. Bem defronte ao parque, na Praça da República (atual Afonso Arinos), foi idealizada a construção do Palácio da Justiça e do Congresso, e próximo a essas edificações, o prédio da Imprensa Oficial. Em posições diametralmente opostas no eixo da Afonso Pena, situou-se o Mercado (hoje Rodoviária) no extremo norte, e a Igreja da Matriz na Praça do Cruzeiro (hoje Praça ABC) ao sul, pólos funcionais e simbólicos que, como dissemos, são recorrentes a L'ENFANT.

Destaca-se, ainda, a Praça da Liberdade, com edificação do Palácio Presidencial, para onde o sucessor de Aarão REIS, Francisco BICALHO, trouxe também as diversas secretarias (no plano original, estas se colocariam no centro da cidade). Próximo a ela ficava o bairro dos Funcionários, destinado aos ex-habitantes de Ouro Preto, vinculados às agências do Estado, e aos futuros componentes do corpo burocrático da nova capital.

Percebe-se uma clara delimitação hierárquica de espaços, sendo a área acima do Parque mais nobre, enquanto que a região mais baixa, próxima à Estação Central (onde é ainda hoje), fica reservada ao matadouro, oficinas ferroviárias, tratamento de esgotos e cemitério (que na gestão de Francisco BICALHO foi transferido para a região suburbana onde se instalou o Cemitério do Bonfim).

Ressaltam-se ainda, no plano original da zona urbana, os projetos de um Quartel do 19 Batalhão da Brigada Policial (atual bairro Santa Efigênia), de um Ginásio que não chegou a ser ocupado para fim escolar, transformando-se em sede do Fórum e somente depois Escola Normal (atual Instituto de Educação) e um outro prédio escolar, que também não foi utilizado para este fim e sim para as reuniões do Senado, além de uma área reservada para hospitais, nos limites da avenida do Contorno, em direção noroeste.

A combinação de traços geométricos com edifícios imponentes, praças e parques presentes na planta de Belo Horizonte, possui influências do urbanismo de L'ENFANT e diz

respeito a uma terceira tendência alternativa ao modelo europeu na associação das dimensões culturalista e progressista em situações de cidades a serem construídas, como observa TAFURI⁴¹. Não obstante essa influência, podem ser observadas ênfases diferenciadas a cada parte da planta da cidade - o urbano, o suburbano e o rural⁴², onde o geometrismo e progressivismo que sobrecarregam a zona urbana se dilui nas demais. Por outro lado, é na inspiração dos culturalistas que sobressaem os espaços cívicos e a previsão do cinturão verde enquanto limite preciso da cidade, como vimos em HOWARD⁴³.

A zona suburbana, além dos limites da avenida do Contorno, localizava-se em terreno mais acidentado, de recorte

⁴¹ M. TAFURI, op. cit.

⁴² Cabe ressaltar que Aarão REIS, logo que chega à futura capital, fixa residência no local onde seria o futuro parque e é aí que idealiza a planta, sonha a cidade composta de três situações. No relatório, afirma que: *"A cidade será dividida em uma parte central urbana, e outra contornando a primeira suburbana. Uma extensa avenida de 35 metros de largura e cerca de 10 quilômetros de desenvolvimento, separará a área urbana da suburbana. Naquela, dividida toda em quadras ou quarteirões, de 120 metros de face, pelas ruas de 20 metros de largura, com um renque de árvores no centro, haverá uma grande avenida de 50 metros de largura, com duplo renque central de árvores, 3.200 metros de comprimento, ligando em linha reta o bairro comercial, junto à estação, ao alto do cruzeiro, onde está edificado o majestoso templo projetado pelo Dr. Magalhães, e várias outras avenidas, em diagonais, de 35 metros de largura, com duplo renque de árvores lateralmente. Muitas praças de tamanho e formas diversas, cortarão as ruas e avenidas, dando largueza para o efeito arquitetônico dos edifícios públicos, verdadeiros palácios esplendidamente situados. Assim o Palácio Presidencial, será erguido no centro da Praça da Liberdade, para onde convergem cinco avenidas; os Palácios da Administração e do Congresso ficarão frente a frente, na esplêndida Praça da Lei, circular e ponto de cruzamento das seis avenidas; o Palácio da Justiça ficará na Praça da Justiça (...)." (MINAS GERAIS, 1895: 99-101)*

⁴³ Françoise CHOAY, op. cit.

irregular, apresentando sete praças, três avenidas e 168 ruas. Diferentemente do perímetro urbano, aqui o traçado é adequado à topografia do sítio. Podemos destacar ainda que, se nas reformas européias aqui citadas, a intenção foi ampliar o centro através da incorporação dos subúrbios, no caso da capital mineira Aarão REIS previa o movimento de crescimento do centro para a periferia enquanto condição urbana a ser criada, o que não se realizará. Deve-se ressaltar ainda que, também como na Paris de HAUSSMANN, as condições mínimas para estabelecimento dos crescentes e novos núcleos de moradia operária mereceram pouca ou nenhuma atenção.

Já para a zona rural previa-se a instalação de colônias agrícolas, formando o cinturão verde abastecedor da cidade. Entretanto, tais colônias, em grande parte, tiveram um prazo curto de existência, sendo absorvidas pela zona suburbana, dadas as características de ocupação da cidade. A Fazenda do Barreiro, desapropriada pela Comissão Construtora devido à existência de mananciais necessários ao abastecimento de água da nova capital, foi a primeira aproveitada para fins de produção agrícola em 1895. MONTEIRO⁴⁴ fala da ocupação inicial desta colônia de 31 famílias, com 185 indivíduos, sendo 80 brasileiros, 71 italianos, 19 espanhóis, 10 austríacos, 4 alemães e 1 francês exercendo trabalhos no

⁴⁴ Norma Góes MONTEIRO, 1973.

cultivo de milho, feijão, batata, mandioca, café, cana e hortaliças.

Em 1898, após inauguração da capital, por lei de 1896 do governo estadual, são constituídos mais dois núcleos, o "Carlos Prates" e o "Córrego da Mata" (posterior "Américo Werneck"). No ano seguinte são instalados os núcleos "Afonso Pena", "Bias Fortes" e "Adalberto Ferraz". Entretanto, a alta dos preços dos lotes urbanos inverte o sentido original dado por REIS à ocupação da cidade, fazendo com que alguns núcleos, como o "Carlos Prates", próximo a bairros ocupados por operários como Barro Preto, Calafate e Prado, nunca chegassem a adquirir características de colônia agrícola.

Portanto, vamos perceber que há inversões significativas no projeto original, observadas na direção do crescimento da periferia para o centro e do sentido leste-oeste, ambas orientações contrárias às previstas pelo engenheiro chefe. Essas inversões estão relacionadas com o próprio processo de concretização da instalação dos indivíduos-proprietários, o que não se fez sem problemas.

A ocupação das áreas nobres, com edificações suntuosas, foi a primeira intenção de Aarão REIS enquanto forma de atrair recursos e investimentos para que a nova capital merecesse crédito. A maior parte das desapropriações se deu sob sua administração e tinha como intenção efetiva não somente a construção de prédios necessários para a edificação da cidade, como também a ocupação rápida do bairro dos

Funcionários Públicos. É dessa forma que grande parte dos antigos proprietários é forçada a retirar-se para as regiões mais afastadas do centro, indo para o subúrbio e para a zona rural, o que é confirmado na gestão posterior de Francisco BICALHO. Essa intenção sobressai em sua fala, ao referir-se à presença temporária de negociantes de todas as espécies durante o período da construção da cidade, os quais,

*"(...) por suas condições sociais e de fortuna eram elementos que deveriam ser francamente aproveitados para o núcleo da população definitiva."*⁴⁵

O processo de loteamento já prevê essa forma de ocupação no próprio regulamento da Comissão Construtora.⁴⁶ São definidas quatro regiões de ocupação prioritária: o bairro dos Funcionários, a área próxima à Estação Ferroviária, a avenida Afonso Pena e a avenida do Comércio (atual Santos Dumont), e na zona suburbana as áreas correspondentes hoje à Lagoinha e à Serra.

⁴⁵ Citado por Abílio BARRETO, 1936: 410.

⁴⁶ No regulamento, Aarão REIS faz o seguinte registro: "(...) Acham-se já designados na planta os lotes dados aos antigos proprietários do arraial, com as letras BH, e, bem assim, os quarteirões e lotes a reservar com as letras R e r, os lotes destinados aos empregados públicos, com a letra F, e os destinados aos ex-proprietários de Ouro Preto, com a letra P, marcados estes dois em número duplo metade na parte urbana, metade na suburbana, para escolha; tudo de acordo com o Regulamento e as ordens de V.Exa." (MINAS GERAIS, 1896: 60)

Como dissemos, algumas décadas depois confirma-se uma redefinição no sentido dado por Aarão REIS, redefinição basicamente relacionada à dificuldade nas vendas de lotes no centro urbano, à incorporação das colônias agrícolas na região suburbana e à localização dos assentamentos da população pobre. O valor dos lotes a serem vendidos em hasta pública são estabelecidos de acordo com a situação de cada um em relação à maior ou menor proximidade dos edifícios, das ruas principais ou de centro comercial, além de uma série de cláusulas que dizem respeito às formas de edificação, prazo, etc.

O funcionalismo e os proprietários de Ouro Preto tiveram acesso as propriedades através de sorteio, sendo também possível a compra de outros, com preços módicos e facilidades de pagamento. A construção de suas respectivas moradias ficou a cargo do Estado, descontado o valor, a longo prazo, de seus salários, favorecendo a povoação desta área em detrimento das demais. A totalização dos lotes destinados a alocação da população urbana ficou em torno de 3.659, dos quais 417 eram reservados e poderiam ser vendidos no prazo de 10 anos, 353 para os funcionários públicos, 597 foram doados aos proprietários de Ouro Preto, 114 foram concedidos em pagamento a ex-proprietários de Belo Horizonte. Os restantes 2.518 foram postos à venda, tendo o governo tipo grande dificuldade em vendê-los.

Abilio BARRETO cita que, de acordo com o noticiário do jornal "A Capital", de 10 de junho de 1897, dos lotes

colocados à venda (2.158), haviam sido vendidos apenas 210, restando um saldo de 1.948. Nota-se que a questão da venda dos lotes foi problemática, e não somente não reverteu fundos para o auto-financiamento da cidade, como pensava Aarão REIS, como se caracterizou por concentrar um grande número nas mãos de empreiteiros e comerciantes que, nas décadas posteriores, intensificam a especulação imobiliária.

Dessa forma, o lento processo de ocupação da cidade ou do centro, na forma prevista pelo engenheiro chefe, esteve diretamente relacionado ao processo de venda de lotes e a priorização da ocupação pelos funcionários públicos, levando os interessados a se instalarem na nova capital para adquirir propriedades na zona suburbana, onde os preços mais módicos e as exigências menores para as edificações os atraíam. Dessa maneira, o crescimento leste-oeste, tendo como eixo a rua da Bahia, justifica-se como comunicação entre o bairro comercial e a estação central e com as edificações públicas localizadas no centro e na Praça da Liberdade. Por outro lado, o crescimento periferia-centro vai se dando pela ocupação maior da área suburbana em bairros que vão se definindo pelos seus próprios ocupantes.

Rumo ao bairro dos Funcionários, mais ao sul, o bairro da Serra assume a característica de bairro mais nobre. A leste, o bairro Santa Efigênia é formado basicamente por uma classe média composta de militares devido à proximidade do quartel. Já os bairros Floresta, Lagoinha, Calafate, Barro

Preto e Carlos Prates, aos poucos se configuram como de ocupação operária, onde prevalece a iniciativa particular de construções de vilas e cortiços para serem alugados à população pobre.

VIEIRA indica que, nas décadas posteriores, o aumento dos bairros populares

*"(...) pelos quais a cidade se expande, torna cada dia mais problemática a produção de infraestruturas. Como alternativa para solucionar esse impasse, o Poder Público passa a tomar medidas, visando o adensamento da Zona Urbana, como a oferta gratuita de lotes para construção a curto prazo, o que propiciará um mercado de aluguéis e uma ocupação menos seletiva de algumas áreas."*⁴⁷

As tensões que perpassam a planta de Belo Horizonte, seja pela ocupação invertida da cidade, seja pela combinação de estilos contraditórios de concepção urbana, sinalizam para a aproximação também das concepções políticas e sociais contraditórias que informam o projeto da futura capital. Entram em conflito a perspectiva liberal do estabelecimento das relações de propriedade e participação política e a perspectiva positivista, de negação do indivíduo como base da sociedade, em favor da humanidade, com suas referências essencialmente morais e não políticas.

⁴⁷ Maria Auxiliadora de M. VIEIRA, 1986: 36.

Estarão presentes no projeto de REIS todas as vertentes políticas sobre as quais foram edificadas a República, sobressaindo a sua filiação à concepção positivista de sociedade. O engenheiro extrai do culturalismo as críticas ao individualismo, a dimensão hierárquica de sua organização, a condenação das classes trabalhadoras à irracionalidade e, positivamente, a busca do espaço como valorização de equipamentos humanos. De outro lado, as possibilidades de estabilização da cidade em seu contorno pressupõem ordem social e ordem geométrica. Para esse fim converge a ciência em sua dimensão progressista colada às preocupações com abertura de espaços, higiene e salubridade que viessem possibilitar o progresso e ainda a moralidade que teve na simbologia dos monumentos a sua referência.

Do ponto de vista do técnico, Aarão REIS não se preocupa com a origem dos problemas, mas com o fato deles existirem e exigirem soluções. Sua preocupação não se volta para as relações sociais e as formas como se constituem, mas em traçar um plano ordenado e colocar os habitantes nele, cada qual em seu lugar, com destinos objetivados. As suas ênfases, ao combinar os traçados sanitários e higiênicos com o traçado monumental em culto ao Estado, busca a síntese razão e patriotismo, ordem e progresso, ganhando relevo a aproximação de uma concepção culturalista com a concepção progressista do urbano.

É no sentido progressista que estarão as influências que ao final do século XIX abriram as cidades na perspectiva de que tráfego, circulação e higiene não se constituem um mal necessário, mas têm na boa disposição das edificações urbanas um sentido extremamente positivo. A positividade, no caso, está voltada para a concepção educativa da ciência enquanto necessidade moral da humanidade e disciplinadora dos espaços formadores de uma segunda natureza humana.

COMTE (1793-1857), no "Discurso sobre o espírito positivo", de 1844, assim se expressa:

*"A partir de agora, pelo contrário, todas as especulações reais, convenientemente sistematizadas, concorrerão sem cessar para constituir tanto quanto possível, a preponderância universal da moral, uma vez que o ponto de vista moral se tornará necessariamente o vínculo científico e o regulador lógico de todos os outros aspectos positivos."*⁴⁸

Tal concepção pode ser percebida na própria composição do corpo técnico da Comissão Construtora com a preocupação de vincular o olhar do especialista, do cientista com a ausência de interesses individuais próprios. O médico da Comissão, Dr. Cícero Ferreira, fala das intenções higiênicas como forma de

⁴⁸ Auguste COMTE, 1990: 69.

*"fortificar o nosso organismo, preparando-lhe a superioridade (...) retirar o homem do mundo nebuloso de miasmas e virus (...) adquirir elementos de resistência aos processos morbigênicos, maiores direitos à longevidade (...)."*⁴⁹

E após uma longa análise das condições de salubridade da futura capital, conclui que

*"As conseqüências higiênicas das circunstâncias expostas acham-se ligadas à ação benéfica da luz sobre o nosso organismo, dando-lhe mais robustez, formas mais harmônicas, mais vigor (...)."*⁵⁰

Aarão REIS, ao comentar a necessidade de edificar o cemitério, coloca-a como forma alternativa de superar a prática irracional anterior

*"que de forma alguma poderia coadunar-se com os hábitos de veneração pelos mortos do pessoal numeroso desta Comissão e dos demais cidadãos atraídos para aqui pelos trabalhos em via de execução."*⁵¹

⁴⁹ MINAS GERAIS, 1895: 17-18..

⁵⁰ MINAS GERAIS, 1896: 9.

Carlos Roberto M. de ANDRADE (1992) analisa em seu trabalho a permanência do tema na história urbana, no sentido implicado na ameaça de doenças e das pestes para o desenvolvimento da sociabilidade humana onde este assunto, auxiliado pelos progressos da ciência, entre outros, vai assumir, no século XIX, uma ênfase incisiva não somente restrita ao espaço europeu, mas presentes nos diferentes empreendimentos relativos a reformas e construções urbanas no mundo ocidental. A mesma temática é tratada por Margareth RAGO (1985), em suas análises sobre o cotidiano da cidade de São Paulo.

⁵¹ MINAS GERAIS, 1896: 9.

A dimensão moral está também nos traçados, onde REIS enfatizava a função pedagógica maior de orientação espacial/moral dos indivíduos. O efeito arquitetônico de impacto aparece não somente nas várias praças que cumprem a função de orientar o caminho das ruas mas também no aproveitamento dos topos para edificações públicas imponentes que buscam o efeito orgânico necessário para as formas de situação dos novos habitantes a serem fixados no espaço. Como o próprio REIS pretendia, a larga avenida Afonso Pena tem a função de tornar o

*"centro obrigado da cidade, e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir do centro à periferia, como convém à economia municipal, à manutenção de higiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos."*⁵²

Por outro lado, a simbologia adquirida pelo geometrismo e pela simetria com respaldo na ciência médica da higiene e salubridade, pode ser visualizada nas inúmeras avenidas e ruas retilíneas, contrastada pela avenida do Contorno, cujo tipo de projeção circular foi amplamente criticado pelos urbanistas progressistas do final do século XIX e início do XX. Entretanto, é nela que se expressa a ética da humanidade como ética do Estado, a abertura de ruas é estrangulada em seu sentido moral pelo contorno, pelo anel,

⁵² MINAS GERAIS, 1896: 9 (grifos meus).

que, na demarcação de espaços econômicos, sociais e políticos distintos, pressupõe hierarquização social e política.

COMTE, no "Catecismo Positivista" de 1852, afirmava que *"o caráter essencial de toda organização coletiva reside na separação dos ofícios e na convergência dos esforços"*⁵³. Se tomarmos a planta de Belo Horizonte, vemos que a separação efetiva-se na hierarquização dos espaços através da distribuição geográfica das funções: a sua realização está exatamente na convergência, nos espaços limitados. A avenida do Contorno é a demarcação do mundo urbano, civilizado, da realização da humanidade racionalizada. Também os outros espaços guardam características semelhantes, basicamente próprias de coletividade como o Mercado, o Hipódromo, o Zoológico e o Parque. A organicidade desses locais não pressupõe apenas a higiene, mas locais de encontro, de agrupamentos cívicos, locais comuns, públicos e ainda reportando às expressões de COMTE: *"As relações domésticas e cívicas tendem a conter os instintos das pessoas (...) favorecem o surto das inclinações benévolas"*⁵⁴.

Nesse aspecto, o culto ao Estado, do bem comum, se aproxima mais da dimensão culturalista, no sentido da reverência cívica, da hierarquização e da delimitação espacial, na medida em que a distinção social não se constitui

⁵³ Auguste COMTE, 1990: 255.

⁵⁴ Ibidem, p. 143.

propriamente na sua materialidade mas na espiritualidade, no sentido de comunidade que SITTE dá à sua teoria urbana e que COMTE dá à sua concepção de humanidade como conjunto dos seres humanos, e nos alerta,

"Esta palavra CONJUNTO indica-nos bastante que não se deve compreender aí todos os homens, mas só aqueles que são realmente assimiláveis, por efeito de uma verdadeira cooperação na existência comum. Posto que todos nasçam necessariamente filhos da humanidade, nem todos se tornam seus servidores, e muitos permanecem no estado parasitário, que só foi desculpável durante a sua educação."⁵⁵

Não obstante, se a avenida do Contorno envolve o espaço civilizado, higienizado, os espaços coletivos envolvem e resguardam o *ethos* comunitário, a base dos sentimentos nacionais, a união necessária à ordem e ao progresso. No Parque, em especial pela sua localização central, essa dimensão pode ser comparada com a do "útero materno" que gestou a cidade na tranqüilidade da natureza, tendo a terra como símbolo nativo. Todo o projeto do parque pressupõe preservação das plantas e aves nativas, onde os viveiros ali construídos seriam utilizados na própria arborização da cidade.

⁵⁵ Auguste COMTE, op. cit., p. 151 (grifos meus).

Paul VILLON, o arquiteto jardineiro, escolhido por REIS, concebeu um parque fechado e procurou aproveitar os acidentes naturais com o mínimo de interferência simétrica. Constituiu-se em um espaço amplo, embora delimitado, reduto da união comunitária.

Abílio BARRETO comenta que:

"A 8 de julho de 1897 toda a área reservada para o Parque estava sendo cercada com tela e já oferecia agradabilíssimo aspecto e na tarde de 26 de setembro teve ele o seu batismo recreativo.

Nessa tarde, grande novidade atraiu o povo de Belo Horizonte para o recinto do nosso grande logradouro público. É que a corporação musical CARLOS GOMES realizava ali a primeira retreta de uma série com que lhe deu animação durante algum tempo. Desde então, nas tardes de domingo e quintas-feiras, a melhor sociedade da capital nascente ia para ali, dar agradáveis passeios à pé ou de carro ou de charrete, sob o pretexto das retretas, ao passo que muitos rapazes e moças lhe percorriam em bicicletas, exercício esportivo que estava na moda.⁵⁶

Portanto, vamos percebendo que nas reformas e construções urbanas, sejam européias ou brasileiras, guardadas suas diferenças no processo de elaboração e concretização, há uma redundância de símbolos para aquilo a que se propõem, ou seja, a abertura de vias e arruamentos para darem lugar à edificação das relações indivíduo-propriedade e à ênfase na

⁵⁶ Abílio BARRETO, op. cit., p. 566 (grifos meus).

monumentalidade cívica dessas mesmas vias, dos prédios e dos lugares públicos que buscam resgatar um sentimento de coletividade passado em detrimento das novas coletividades de potencial marcadamente político. A repetição dessa simbologia é o pressuposto para que a cidade comece a existir enquanto fato.

Dessa forma, a concretização do projeto da capital mineira durante o período da construção pelos engenheiros e técnicos fixa uma concepção de cidadão e de cultura enquanto objetos da materialidade urbana: objetos presentes nas relações de trabalho, nos processos de apropriação ou expropriação da propriedade, na inclusão ou exclusão das diferentes práticas culturais e sociais nos novos ordenamentos da cidade.

CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE E A PROJEÇÃO DO CIDADÃO E DA EDUCAÇÃO

A metropolização de Belo Horizonte, segundo os estudos de VIEIRA⁵⁷, somente teve início em fins da década de 50 deste século, no sentido da dinamização populacional e econômica e do aparecimento da conurbação urbana que veio a constituir a Região Metropolitana de Belo Horizonte, contando em 1971 com 14 municípios.

Entretanto, a dimensão da cidade, no que se refere ao reordenamento material e cultural da população, se vê implantada desde a instalação da Comissão Construtora, em março de 1894. Já na construção da cidade através das contradições da racionalidade moderna expressa nas formas distintas de assentamento físico e social dos diferentes sujeitos urbanos, revelaram-se os pressupostos concretos e teóricos das elites políticas e proprietárias e seu entendimento das relações entre cidadania, cidade e educação. As primeiras impressões colhidas por alguns autores relativas aos meses iniciais de edificação da capital mineira, vêm de encontro à minha hipótese. No trabalho de BARRETO encontramos o seguinte registro:

⁵⁷ Maria Auxiliadora de M. VIEIRA, op. cit.

*"Correndo célere por toda parte a notícia das rendosas obras que se encetavam em Belo Horizonte, com perspectivas sedutoras de ganho abundante e fácil, crescia vertiginosamente a população local, com a chegada contínua de operários e outros elementos adventícios de ambos os sexos e de todas as nacionalidades, em maioria italianos, muito turbulentos, de reputação duvidosa, que iam improvisando cafúas e barracões para suas moradias sendo que alguns vadios ficavam mesmo perambulando pelas ruas, dormindo ao relento, dada a impossibilidade absoluta de encontrarem abrigo (...). Conseqüentemente ao crescimento da população, a vida local tornava-se cada vez mais complicada e perigosa, reclamando a ação de uma autoridade enérgica, criteriosa e previdente, que reprimisse os delitos e mantivesse a ordem e a tranqüilidade indispensáveis para o bom andamento dos trabalhos da construção da cidade."*⁵⁸

Os argumentos de BARRETO possuem proximidade com aqueles das personagens do romance de FÓSCOLO, no qual evidenciamos as tensões entre o progresso e a ordem. Se no progresso situam-se as possibilidades de ganhos fáceis, de novas relações proprietárias e novas oportunidades de trabalho, na esfera da ordem localizam-se os problemas em relação às "classes turbulentas" e à precariedade social e cultural dos moradores das favelas. Na perspectiva conceitual tais conflitos estão nos pressupostos das elites em seu entendimento da organização social enquanto fundamentada seja nas relações propriedade-indivíduo e liberdade-cidadania, seja

⁵⁸ Abílio BARRETO, op. cit., p. 347.

nas aproximações entre propriedade e moralidade. Nesse sentido, a consolidação da cidade busca materializar as concepções de sociedade produzidas pelos liberais e positivistas através da materialização da dimensão pedagógica do urbano.

Essa intenção afirma-se na planta da capital e nos desígnios dos construtores de Belo Horizonte: está presente na provisoriedade e precariedade dos subúrbios e na estereotipagem dos trabalhadores enquanto indivíduos irracionais. Novamente expressa-se na solidez e consistência da zona urbana, no geometrismo da rede viária, nas edificações, na fixação da população enriquecida e civilizada sob a perspectiva das elites.

Não obstante as impressões recolhidas por BARRETO a respeito do crescimento da população, dos problemas de moradia, do comportamento dos operários, as conseqüências e providências repressoras fizeram parte da vivência das grandes metrópoles do século XIX, nacionais e européias, onde as leis do mercado e do trabalho imperam sobre as péssimas condições de vida de grande parte das populações.

No trabalho **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, escrito por ENGELS em 1845, o autor fala sobre a precária situação vivida pelos operários da capital comercial do mundo, Londres. "(...) *Em Londres levantam-se todas as manhãs 50.000 pessoas sem saberem onde repousarão a*

cabeça na noite seguinte". Pior ainda a situação operária na Irlanda:

"(...) miséria em Dublin nada tem de específico, característico de cidade irlandesa, é, pelo contrário um traço comum a todas as grandes cidades do mundo (...)"

e mais:

"As outras grandes cidades portuárias não são melhores. Liverpool, apesar do seu tráfego, do seu luxo e da sua riqueza, trata ainda os seus trabalhadores com a mesma barbaridade. Um bom quinto da população, ou seja, mais de 45.000 pessoas, habitam na cidade em porções exíguas, escuros e mal arejados (...).⁵⁹

Também GUERRAND, analisando os espaços privados de Paris comenta, em relação às reformas urbanas empreendidas por HAUSSMANN, que *"(...) Às margens de suas brilhantes avenidas, os pardieiros prosperam sem peias"*. Citando o relatório de Louis LAZARE na "Revue Municipale", em fins de 1859, assinada que:

"Ao percorrer a cidade de Paris até as fortificações, registramos 269 ruas, cortiços, pátios, passagens ou vilas criados fora de qualquer ação, de qualquer controle municipal. Na sua maioria estas propriedades particulares, arbitrariamente

⁵⁹ Friedrich ENGELS, 1985: 45-47.

*governadas por seus detentores, são horrendas de se ver e confrangem o coração.*⁶⁰

Na análise de PERROT temos o quadro da organização da repressão e através da análise dos "Cômputos", onde a autora acompanha o comportamento do Estado em relação ao crime. São destacadas a migração, a imigração e a cidade como suspeitas da causa do aumento da criminalidade,

*"(...) enfim aqueles que as evidências acusam: o pobre e, particularmente, o operário. Eles enchem as prisões a tal ponto que passam a ser concebidas para eles, em função de seu nível econômico e cultural."*⁶¹

Embora ENGELS desfrute da privilegiada condição de ser um dos espectadores e analista da situação inglesa no momento em que as bases do capitalismo na sua forma industrial-concorrencial já se encontravam constituídas e os outros autores, nossos contemporâneos, se posicionem frente a uma França em vias de consolidação econômica, é evidente nas experiências analisadas em situações diferentes, a emergência das mesmas contradições urbanas. Também no Brasil os problemas não são diferentes, em que pesem as disparidades cronológicas na plena configuração das relações capitalistas.

⁶⁰ Roger-Henri GUERRAND, 1991: 358-359.

⁶¹ Michelle PERROT, 1988: 259

Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, entre outras, são palcos de problemas relativos à forma dos trabalhadores e pobres situarem-se na cidade, bem como as medidas policiais tomadas para "manter a ordem". CHALOUB refere-se aos aspectos da população pobre do Rio de Janeiro ao final do século XIX,

*"(...) que levava uma vida miserável e surrada, vagueando pelos cortiços, casas de cômodos e estalagem, moradias 'insalubres', 'lúgubres' e 'promiscuas', segundo alguns higienistas da época, alimentando-se parcamente e trabalhando extenuadamente de sol a sol, recebendo salários exíguos e vivendo na própria pele as agruras e dificuldades da pobreza."*⁶²

Também RAGO, analisando as formas de controle do cotidiano operário em São Paulo, afirma que *"Desde os fins do século XIX o operariado se aloja precariamente na cidade em habitações geralmente coletivas onde o aluguel é elevado"*⁶³. No aspecto das medidas contra a criminalidade, repete-se como no mundo europeu a suspeita de que a condição da pobreza é suficiente para a emergência de práticas criminosas.

Por outro lado, a constituição de Belo Horizonte como cidade não segue os números da densidade populacional de outras capitais brasileiras e muito menos das metrópoles

⁶² Sidney CHALOUB, 1984; 103.

⁶³ Margareth RAGO, 1985: 57.

européias.⁶⁴ A marca dos problemas do crescimento urbano estão basicamente nas formas como a população que aumenta questiona sua localização espacial e cultural no sentido de redefinir o seu lugar na cidade.

Os dados da população horizontina revelam-nos que ela aumenta seis vezes entre 1894 e 1897⁶⁵. Este crescimento, entretanto, é desigual em sua distribuição: 70% dos habitantes se localizam na zona suburbana e nas colônias agrícolas que

⁶⁴ Richard SENNETT acusa a população em Paris, ao final do século XIX, fixadas em 2.536.834 e em Londres de 4.232.118. (Richard SENNETT, 1988: 167-168)

⁶⁵ População de Belo Horizonte - 1894/1912

Ano	Número de habitantes
1894	2.600 (1)
1896	6.000 (1)
1897	12.000 (1)
1906	17.615 (2)
1912	38.822 (2)

Fontes: (1) BARRETO, 1936: 348, 724

(2) PINTO, Alfredo Moreira. Monografia de
BH. Belo Horizonte: Imprensa Oficial,
 1913.

são absorvidas pela periferia⁶⁶. Dessa forma reafirma-se o fato já apontado de que a população do centro, ocupado pelas elites e pelo funcionalismo, tem acesso às edificações e equipamentos necessários à vida confortável dos padrões civilizados, ao passo que a maioria da população localizada nos subúrbios é constrangida pela situação espacial e social, onde a carência de equipamentos básicos vai se fazer presente.

Não obstante, a suburbanização de grande parte da população reflete o seu lugar social. No recenseamento de 1912, segundo PINTO⁶⁷, encontramos a seguinte distribuição por ofícios:

Agricultores	1.444
Alfaiates	179
Copeiros	207
Cozinheiros	781
Criados	204
Carpinteiros	307
Carroceiros	346
Costureiras	159
Empregados no comércio	208
Funcionários públicos	847
Guardas civis	165

⁶⁶ Maria Auxiliadora de M. VIEIRA, 1985.

⁶⁷ Alfredo PINTO, 1913.

Lavadeiras	538
Marceneiros	148
Militares	596
Operários	2.715
Profissões diversas	108
Pedreiros	646
Professores	109
Pintores	150
Capitalistas	18

A partir desses dados podemos inferir com que características a cidade, na sua dimensão urbana e política enquanto capital, foi-se instituindo. Há aí toda uma configuração de que grande parte da população trabalhadora parecia estar a serviço dos funcionários públicos e daqueles que PINTO caracteriza como "capitalistas". O número de trabalhadores rurais e de operários, por sua vez, não deixa dúvidas quanto ao inchamento da zona suburbana da cidade.

Fica cada vez mais evidente que os problemas trazidos pela nova urbanidade escaparam à régua e ao compasso, mas confirmam o sentido maior dos empreendimentos em torno da construção da cidade. Os anos compreendidos entre a vinda dos engenheiros em março de 1894 até a inauguração da capital em 1897 mostram que o projeto e sua execução implicaram a produção do *ethos* urbano, embora a metropolização venha bem mais tarde. O que se busca consolidar é todo um tratamento

novo das relações sociais, políticas e econômicas, onde se expressam, com vigor, as leis do mercado e do trabalho.

Durante a construção da cidade, vamos percebendo o esforço para a concretização desse *ethos* através dos procedimentos revelados num processo tenso. Além das prioridades concretas estabelecidas para a ocupação do espaço físico, as elites políticas e proprietárias elaboram paradigmas conceituais de cidadania através da produção de estereótipos que depreciam os modos de vida das camadas pobres e trabalhadoras. Esses paradigmas vão, entretanto, se conflituar com a emergência de outras concepções de cidadania, produzidas nas entranhas da nova cidade, como pode-se observar através das queixas e da resistência de seus habitantes a um modelo urbano em consolidação.

Sob o ponto-de-vista da administração dos engenheiros, acompanhamos a concretização de suas concepções do social e do urbano no sentido de dar passagem às leis do mercado e do trabalho. Esse processo vai se dar em duas fases distintas: na gestão da construção da cidade empreendida por Aarão REIS e de seu sucessor, Francisco BICALHO.

A primeira fase compreende o período de março de 1894 a abril de 1895, e está relacionada ao momento de instalação da Comissão Construtora para os estudos que vão culminar com a elaboração da planta da cidade, com as primeiras edificações e com a execução de grande parte das desapropriações. A fase de REIS é marcada pelo financiamento e

interferência direta do Estado e pela elaboração dos mecanismos mais legais, tais como os regulamentos que prevêm a organização dos trabalhos. Nos diversos relatórios apresentados pelo engenheiro, percebemos toda uma concepção de cidade enquanto monumento político a serviço do Estado, no qual o engenheiro se coloca como seu intermediário, um técnico fiel extremamente detalhista, preocupado com gastos, procurando ser parcimonioso e ao mesmo tempo empreendedor, no sentido de aliviar os custos da construção.⁶⁸

O pedido de exoneração feito por REIS, em abril de 1895, não é carregado de muitos mistérios. Embora o engenheiro alegasse motivos de saúde, sua saída estará mais relacionada com circunstâncias de ordem política. Em ofício ao Secretário de Agricultura, em 29 de março de 1895, Aarão REIS comunica o seguinte:

*"Por se terem agravado os meus padecimentos, vi-me forçado a passar hoje a chefia desta Comissão ao 1º engenheiro, dr. Hermillo Alves, na forma do Regulamento, e rogo a V.Exc. permissão para ausentar-me por alguns dias em procura de restabelecimento."*⁶⁹

⁶⁸ Essa vinculação estava anunciada no próprio regulamento do Decreto (de 14/02/1894) que criou a Comissão Construtora na presidência de Afonso Pena. No artigo 1º do Capítulo I, vemos que: "(...) fica organizada a Comissão Construtora da nova Capital, que funcionará sob a direção geral, técnica e administrativa de um engenheiro-chefe de imediata confiança, pessoal e profissional do Presidente do Estado, que livremente o escolherá e nomeará" (Abílio BARRETO, 1936: 19) (grifos meus).

⁶⁹ Abílio BARRETO, op. cit., p. 247.

Ao reassumir a chefia da Comissão, em 24 de abril de 1895, alega novamente problemas de saúde ao pedir exoneração no dia seguinte. Na exposição de motivos, afirma estar *"coagido por pertinaz enfermidade, que exigia repouso e tranqüilidade absoluta por alguns meses (...)"*⁷⁰. Segue a exposição de um relatório minucioso dos empreendimentos e gastos ocorridos na sua gestão.

Outras fontes e fatos indicam motivos mais fortes de sua saída. Em que pese a gravidade ou não da enfermidade, na verdade Aarão REIS, como já foi citado, somente virá a falecer em 1936, ocupando inclusive, em 1911, o cargo de deputado federal pelo Pará. O que se tem de concreto é a mudança do Presidente do Estado, em fins de 1894, sendo eleito Bias Fortes, e problemas econômicos do Estado para financiar a construção, mudando um pouco as características da gestão de Aarão REIS, como veremos.

Por outro lado, no primeiro ano de aniversário da existência da Comissão Construtora, pouco antes de deixar os trabalhos, em ofício ao presidente Bias Fortes, REIS reafirma que:

"(...) no primeiro aniversário da organização desta Comissão, quando já ultimados os estudos definitivos, preparada a planta geral da nova cidade, quase pronto o ramal férreo e encetadas já ativamente várias construções - creio poder assegurar não faltarei ao

⁷⁰ Abílio BARRETO, op. cit., p. 258.

compromisso assumido, habilitando o governo transferir, como exige a lei, sua sede para a nova Capital dentro do prazo que termina em 17 de dezembro de 1897. Assim, queira dispor, como até hoje, da colaboração eficaz dos meus companheiros de todas as categorias e da confiança do Governo. "71

Os desentendimentos entre a nova presidência e Aarão REIS vão surgindo aos poucos. Havia a intenção daquela de reduzir os funcionários e de instituir cargos políticos na Comissão, desautorizando uma meta que REIS havia empreendido no governo Afonso Pena, de plena autonomia.

Ao ver o seu projeto de edificação do Palácio da Administração, que reuniria todas as repartições públicas, ser negado pelo Secretário de Estado, Francisco Sá, que propõe, por sua vez, projetos de três edifícios suntuosos, amplos e mais onerosos, REIS dá demonstrações de inquietude, vendo a sua confiança ameaçada. Dessa forma ele responde ao Secretário:

"(...) Assim me ajude nesse empenho a saúde, que já vai alterada e não sei se me permitirá insistir, por muito tempo, no excesso de esforço mental que me tem sido mister desenvolver para procurar corresponder à confiança do Governo de Minas Gerais. "72

⁷¹ Abílio BARRETO, op. cit., p. 236 (grifos meus).

⁷² Ibidem, p. 237.

A posição de REIS fica mais clara quando, já ciente de sua intenção, afirma no jornal de Sabará, "O Contemporâneo", de 15 de abril de 1895, o seguinte:

*"Tenho atravessado a minha vida de cabeça sempre erguida; e agora mesmo, tendo feito - para desempenhar-me da penosa tarefa que me foi imposta pela confiança de um estadista impoluto - até o sacrifício de minha saúde, dando 14 meses de insano labor ao Estado de Minas o projeto completo, com seus principais detalhes, da sua nova Capital, e assegurando-lhe a execução em cifra inferior à que os próprios otimistas fixaram -, retiro-me da direção dos trabalhos exatamente quando os especuladores de toda sorte, inclusive os politiquieiros, começam a entrar. Nem com uns nem com outros hei de pactuar. Não porque conteste o direito que assiste a qualquer cidadão de exercitar sua atividade no comércio e na indústria, mas porque não sei compreender e menos exercer a dualidade dos que especulam com suas posições oficiais."*⁷³

Por outro lado, Aarão REIS assiste a emergência dos problemas exatamente no momento do incremento das edificações, quando ficava evidente que a cidade era mais que um monumento político. Estava inserida numa racionalidade econômica explícita que ultrapassava a dimensão pública estatal.

É assim que vai se caracterizar a gestão de seu sucessor, Francisco BICALHO, homem de confiança do novo presidente do Estado, Bias Fortes, e que foi - poderíamos dizer - o construtor da cidade. Tão logo assume, vai tomando

⁷³ Abílio BARRETO, op. cit., p. 238 (grifos meus).

medidas de peso tais como: redução de funcionários, privatização da exploração de recursos naturais para materiais de construção e empréstimo em bancos estrangeiros.

O Olhar Técnico-Administrativo - A fase AARÃO REIS

Uma característica dos diversos projetos urbanos do final do século XIX se traduz na intenção de também projetar o cidadão num espaço a ser construído. O plano para a cidade de Belo Horizonte e o período da administração de Aarão REIS não podem ser separados de sua utopia de cidade. A marca de sua gestão, enquanto representante do Estado, se fez na insistência de toda uma postura voltada para a harmonia social, passível de ser materializada através do asseguramento de espaços e propriedades bem distribuídos, que na racionalidade de sua configuração propiciará também o desenvolvimento de bons comportamentos e costumes. Essa posição remete ao projeto iluminista do esclarecimento das mentes pela racionalidade e que, no decorrer do século XIX, cruza-se com as alterações no espaço físico pela técnica na intenção da formação de uma segunda natureza nos homens.

Vamos perceber que não se trata tanto do contraste entre a utopia e a concretude da cidade, mas, principalmente, do esforço em materializar a utopia. A construção da cidade cosmopolita partiu do pressuposto de que as pessoas, os

habitantes, sob o ponto-de-vista moderno, precisariam, para habitá-la, ser reeducados em seu sentido mais amplo. Nessa perspectiva, todo um projeto de educação, cultura e civilidade estabelece uma relação de unilateralidade com o urbano, onde os indivíduos devem se adaptar às novas circunstâncias já dadas. A gestão dos engenheiros é marcada pelas relações conflituosas inerentes ao esforço de garantir as condições do progresso subordinadas às regras da ordem.

A combinação desses dois objetivos caracterizou-se, basicamente, na administração de REIS pela efetivação das condições necessárias às relações de propriedade sob dois aspectos: definição dos valores do solo urbano e das formas de sua utilização, e a definição das relações de trabalho enquanto meio de produção a ser apropriado pelo Estado, através da Comissão Construtora.

As formas de configuração das relações propriedade-indivíduos marcam definitivamente a sociedade moderna. Dizem respeito à constituição da concepção liberal da sociedade, na qual a figura do homem livre prevê a ausência de dependências de qualquer espécie, e a propriedade se faz condição básica para o estabelecimento das liberdades humanas.⁷⁴ Nesse

⁷⁴ Nesse aspecto é importante ressaltar que, diferentemente de HOBBS (1561-1626), LOCKE (1632-1704) traz uma novidade na ampliação do conceito de propriedade, incluindo a categoria do trabalho como uma propriedade da própria pessoa. E, nessa perspectiva, fornece uma base moral à apropriação burguesa, na medida em que os indivíduos são livres inclusive para dispor de suas posses e, conseqüentemente, para alienação do próprio trabalho por contrato. A aceitação da situação de dependência é direito e opção de cada um, além de ser conferido aos

sentido, a mesma lógica presente na defesa da liberdade de mercado, empreendida pelos liberais, é estendida ao entendimento da conquista da liberdade pessoal e do direito à propriedade, na qual aqueles que, uma vez sendo livres ao se empenharem em seus negócios, não somente têm acesso à propriedade, mas garantem a sua própria liberdade pessoal.

As novas relações de propriedade e trabalho, possíveis através do reordenamento urbano, pretendem ser educadoras dos homens na conseqüente alteração de valores e costumes, confirmando a vontade utópica e autoritária dos engenheiros pelos pressupostos da ciência e da boa moral.⁷⁵

Entretanto, a relação de propriedade vinculada ao esforço individual no trabalho não foram historicamente confirmados para o conjunto da sociedade. As práticas que estabeleceram as relações de propriedade e a consciência dessas relações, por parte dos proprietários e dos não proprietários, confirmam a nem sempre direta proporção entre trabalho e propriedade.

elementos nessa situação uma certa incapacidade moral e racional de se auto-governarem. A situação de dependência é o que vai justificar a exclusão dos elementos não proprietários da vida política. (C.B. MacPHERSON, 1979)

⁷⁵ Nesse contexto, ganham relevo as dimensões positivistas de que os problemas da humanidade não mais de ordem moral do que política. Ou, na expressão de COMTE, no **Discurso do espírito positivo**, os problemas do século XIX devem ser entendidos "de modo que a sua solução possível depende realmente muito mais das opiniões e dos costumes do que das instituições, o que tende a extinguir uma atividade perturbadora transformando a agitação política em movimento filosófico" (Auguste COMTE, 1990: 56).

Nesse aspecto, a gestão de REIS possui uma dimensão política no processo de administração das obras que objetivaram a redefinição de uma circunstância de vida anterior, assentando as tensões da modernidade enquanto algo concreto e materializado no cotidiano de toda uma população.⁷⁶

Sob sua responsabilidade estará toda a superintendência dos serviços, além da nomeação dos operários, fixação de seus salários, imposição de penas disciplinares (minuciosamente estabelecidas), celebração de contratos, questões relativas à desapropriação, aquisição de materiais e instrumentos necessários para as obras, além da administração mais técnica dos trabalhos. Da centralização de poderes no engenheiro chefe sobressai toda uma caracterização no tratamento dos trabalhadores, no estabelecimento da hierarquização social e salarial, sendo vários os artigos do Regulamento da Comissão Construtora onde se destaca esta postura. Aarão REIS representa o patrão enquanto elemento intermediário e de confiança do Estado. No capítulo IV do Regulamento, tal função é acentuada através do controle do trabalho:

⁷⁶ Para tal empreendimento lhes são dados amplos poderes, senão vejamos o Artigo 11, parágrafo 15, capítulo III do Regulamento de 14/03/1894: *"Art. 11 - Será de exclusiva competência do engenheiro chefe (...). § 15º - A adoção de quaisquer medidas tendentes à disciplina do pessoal e à segurança, economia e desenvolvimento das obras; e, bem assim, de providências provisórias, nos casos omissos no presente regulamento quando exigidas pela urgência do serviço devendo em tais casos representar imediatamente ao governo para que este providencie de modo definitivo."* (BARRETO, 1936; 23)

"Art. 16 - § único. Os pagamentos das folhas do pessoal técnico, administrativo e auxiliar serão efetuados mediante recibos em duplicata passados nas próprias folhas pelos empregados; e os das folhas do pessoal operário e jornaleiro serão efetuados na presença do engenheiro e do apontador de cada turma, certificando este nas respectivas folhas, os pagamentos realizados com o visto do engenheiro."

As hierarquias sociais vão se produzindo no próprio cerne das relações de trabalho, constituídas sobre os pressupostos da racionalidade moderna. É dessa forma que as práticas do controle direto sobre os trabalhadores não qualificados desembocam numa série de conseqüências comuns ao final do século XIX. Diz respeito à criação da situação de flutuação no mercado de trabalho, insegurança no emprego, baixos salários e um persistente preconceito em relação aos "desqualificados".

THOMPSON⁷⁸, em análise da sociedade inglesa, chama a atenção para o fato de que, já na segunda década do século XIX, percebe-se um grande afluxo de mão-de-obra não qualificada e o estabelecimento de novas hierarquias de trabalho, bem como uma nova demarcação dos ofícios dignos e não dignos. Essa delimitação acompanhou toda trajetória de novos trabalhadores educados na nova organização do trabalho e na, também nova, organização urbana. É significativa a maneira

⁷⁷ Abílio BARRETO, op. cit.

⁷⁸ E.P. THOMPSON, 1987.

como este quadro se compõe na futura capital mineira, tendo em vista a limitação inicial da mão-de-obra e a própria organização da população anterior à chega da Comissão Construtora.

A relação com os trabalhadores envolvidos na construção da cidade manifesta-se como instituidora dos limites sociais: a benevolência monetária para com os trabalhadores mais qualificados, entre eles funcionários do Estado, e rigidez para os operários.

O Regulamento prevê, por exemplo, a tabela salarial do pessoal técnico e administrativo, enquanto o salário dos operários não qualificados é fixado pela arbitragem do engenheiro chefe. Senão vejamos, no Artigo 30, capítulo VII:

*"A admissão e dispensa dos feitores, operários, guardas, serventes e mais jornaleiros, serão de competência dos chefes de serviço, sendo previamente fixados pelo engenheiro chefe o número e os salários; a admissão, dispensa, fixação das diárias dos auxiliares, mestres e apontadores, serão de exclusiva competência do engenheiro chefe, sob proposta dos chefes de serviço."*⁷⁹

É nítido que as concepções de hierarquização das diferentes localizações físico-espaciais, expressas na elaboração da planta da cidade, guardam similitudes, entre outras, com o processo de hierarquização dos diferentes tipos

⁷⁹ Abílio BARRETO, op. cit.

de trabalho. Esse procedimento que aproxima formas hierárquicas na apropriação de propriedade e na apropriação da força de trabalho reforça a ênfase na dimensão moral dessas relações. Dadas as condições de acessos diferenciados à propriedade e ao trabalho, as hierarquias se constituem em instrumento moralizador da aceitação das condições de classe. Analisando o processo de configuração das formas de produção capitalista entre 1848 e 1875, HOBBSAWN⁸⁰ vai mostrando que, em meados do século XIX, a combinação do ideal liberal de ascensão social com a realidade dos trabalhadores urbanos acabou por produzir, principalmente na França e Alemanha, uma gerência específica de trabalho que se caracterizava por uma aproximação com o militarismo, através das hierarquias e da maneira burocrática no tratamento da organização do trabalho.

Entretanto, a esperança de deixar de ser classe trabalhadora, se servia para alguns, concretamente não se coadunava com o novo sistema econômico, como afirma HOBBSAWN: "*(...) era um axioma dos empregadores do século XIX que os salários precisavam ser mantidos o mais baixo possível*" e que, apesar das críticas empreendidas a partir de 1870, poucas mudanças ocorreram na gerência dos trabalhadores: "*(...) Poucos empregadores tinham a intenção de pagar mais do que precisavam*". Aliado a essa perspectiva, o autor chama a atenção, ainda, para o significado de ser pobre numa sociedade

⁸⁰ Eric HOBBSAWN, 1977.

hierarquizada, na qual o pensamento mais comum das elites era de que os trabalhadores deveriam ser pobres e terem o mínimo necessário para a sua sobrevivência, os aumentos de salários eram perigosos e indesejáveis: "(...) a inferioridade econômica era um índice adequado de inferioridade de classe"⁸¹.

Também o estabelecimento da Comissão Construtora revela as novas faces da organização do trabalho, deixando entrever as dimensões da modernidade através da redefinição das relações sociais entre os indivíduos e as categorias sociais às quais pertencem. Na alteração de alguns termos do Regulamento inicial, elaborado por REIS em outubro de 1894, pode-se perceber uma certa complexificação nas relações de trabalho entre os trabalhadores envolvidos com a construção da cidade.

Para este fim, no novo texto, expede as **Instruções Regulamentares** (08/outubro/1894), onde a continuidade dos serviços se afirma em duas direções. A primeira diz respeito à administração propriamente burocrática, ou seja, dá instruções para organização da papelada, arquivos, normas de compra de material, livros, notas, guias de pagamento, escrituração, horário de trabalho, descontos em folha, balancetes, tudo passa a ser criteriosamente controlado e velado em lei. A outra está relacionada a uma supervisão mais rígida dos

⁸¹ Eric HOBBSBAWN, op. cit., p. 230.

trabalhadores não qualificados no controle do tempo, da qualidade e nas formas de pagamento, claramente definidas nas regulamentações referentes à organização do trabalho - como por exemplo, a discriminação do tempo de trabalho em relação ao pessoal do escritório (9:30 às 16:00 horas) e ao pessoal operário (06:40 às 17:00 horas)⁸² e ainda no controle do uso desse tempo:

*"O ponto do pessoal operário será tomado em cadernetas abertas e encerradas pelo chefe da seção - quatro vezes por dia, pelos apontadores respectivos, à vista do pessoal de cada turma ou residência e transferido todos os dias, antes de terminado o serviço diário, da Divisão."*⁸³

Já quanto ao pagamento, a "Instrução" prevê, no artigo 48 do capítulo 6, o seguinte:

*"§ 1º - Para cada residência será organizada folha separada, com os nomes por extenso dos mestres, apontadores, feitores, oficiais, operários e jornaleiros, o número de dias de serviço de cada um com as frações indicadas por decimais, os respectivos salários, as multas e quaisquer reposições a descontar e o líquido a pagar a cada um."*⁸⁴

Além disso, reafirma a apropriação do trabalho pelo Estado, ressaltando que:

⁸² Citado por Abílio BARRETO, op. cit., p. 136.

⁸³ Ibidem, p. 141 (grifos meus).

⁸⁴ Ibidem, p. 137.

*"Nenhum trabalhador pago pelo ESTADO poderá se empregado em serviço puramente particular dos engenheiros, salvo em horas não dedicadas ao trabalho."*⁸⁵

Finalmente, o controle de qualidade passa pelo controle do comportamento dos operários, cuja tutela fica à guarda dos chefes de serviço, como previsto no Artigo 94, capítulo XI, a existência de um "livro talão de ocorrências" para cada turma.

A combinação dos artigos mencionados deixa clara uma dimensão econômica racionalizada, onde o trabalho vai se afirmando enquanto relações de mercado. O clássico ensaio de THOMPSON, "Tempo, disciplina e capitalismo", indica o sentido cultural dessas inovações, onde "(...) O tempo se converte em moeda (...)"⁸⁶. A racionalidade econômica que tais práticas expressam, implicou um reordenamento da cultura anterior que passa a ser marcada pelo controle, disciplinarização, hierarquia salarial e divisão do trabalho que certamente teve na cidade o local privilegiado para seu desenvolvimento.

Por outro lado, o tratamento dado pelo engenheiro chefe em relação às desapropriações é carregado do mesmo sentido de estabelecimento de novas coordenadas culturais e econômicas: nelas REIS combina habilmente a sua posição de representante do Estado. Nesse aspecto, é importante enfatizar

⁸⁵ Citado por Abílio BARRETO, op. cit., p. 146.

⁸⁶ Este ensaio encontra-se em E.P. THOMPSON, 1979: 247.

que foi comum em todo o século XIX a idéia de que os pobres deveriam se estabelecer nas periferias da cidade, dando lugar aos novos habitantes e transeuntes consumidores. Não está apenas expressa nas plantas de reformas das cidades por Otto WAGNER em Viena, e por HAUSSMANN em Paris; faz parte das concepções de toda uma geração de empreendedores urbanos - é constituinte das concepções modernas de sociedade.

ENGELS, ao analisar no século XIX as cidades industriais inglesas, constata que:

*"Todas as grandes cidades possuem um ou vários bairros de má reputação - onde se concentra a classe operária. É certo que é freqüente a pobreza morar em vielas escondidas, muito perto do palácio dos ricos, mas, em geral, designaram-lhe um lugar à parte (...) Estes bairros de má reputação são organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte mais feia da cidade (...)."*⁸⁷

O autor contemporâneo, GUERRAND⁸⁸, também afirma o desprezo da classe dominante para com os pobres como uma constante do século XIX. A distância material de ambas as classes incide sobre um pensamento renovado em relação às moradias; os imóveis mistos, freqüentes antes da Revolução Francesa, vão, aos poucos, desaparecendo. Analisando as

⁸⁷ Friedrich ENGELS, op. cit., p. 38.

⁸⁸ Roger-Henri GUERRAND, op. cit.

reformas empreendidas em Paris no século XIX, esse autor afirma que *"Sob o Segundo Império, Haussmann ocupa-se apenas dos bairros bons e constrange os proletários a um êxodo para a periferia"*. Salientando que esta não foi uma prática incomum, mostra que *"Pouco a pouco, em cada cidade de certa importância será possível distinguir setores internos com ruas bem habitadas e um gueto proletário (...)"*⁸⁹.

A reestruturação ou construção dos bairros de elite trazem marcada a identidade simbólica da posição social de seus habitantes através das edificações; à margem prosperam os cortiços e pardieiros. HOBBSBAWN comenta que, além do grande crescimento populacional da cidade no século XIX, sua marca alteradora maior corre por conta de suas múltiplas funções sociais,

"(...) a forma, imagem e estrutura mesma da cidade havia mudado, tanto sob pressão para construção e planejamento politicamente motivada (sobretudo em Paris e Viena) como pela fome de lucro das construtoras. Ambas não recebiam bem a presença dos pobres nas cidades que eram a maioria da população, embora reconhecessem que eram um mal necessário.

Para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser impedidas e cortadas por avenidas e bulevares, que levariam os pobres dos

⁸⁹ Roger-Henri GUERRAND, op. cit., p. 326-358.

bairros populosos a procurar habitações em lugares menos perigosos."⁹⁰

As práticas das desapropriações ocorridas em Belo Horizonte e o processo de ocupação das periferias pelos operários mostram serem semelhantes no empreendimento de Aarão REIS. Em um folheto impresso pelo pároco da igreja local, Padre Francisco Martins DIAS, em 1897, denominado **Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte**⁹¹, encontramos algumas das impressões colhidas pelo autor a respeito do processo de desapropriação:

*"O dr. Aarão Reis não merece a acusação que alguns lhe fazem de injustiça nas desapropriações. Mais de uma vez ouvimo-lo dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando (...)."*⁹²

Dessa forma, para os trabalhadores, não é somente a força de trabalho que se consolida nas relações de mercado; também a propriedade para os habitantes do antigo arraial ganha uma simbologia moderna, qual seja, seu valor enquanto mercadoria. Nessa perspectiva, BARRETO fala do profundo

⁹⁰ Eric HOBBSBAWN, 1977: 223-224 (grifos meus).

⁹¹ Francisco Martins DIAS, 1897.

⁹² Ibidem, p. 84 (grifos meus).

incômodo causado pelo problema das desapropriações. No seu trabalho afirma que, em início de abril de 1894,

*"(...) para evitar que, por meio de obras, consertos e mais benfeitorias fossem valorizados os imóveis que teriam de ser desapropriados, com gravame e ônus para o Estado, dr. Aarão Reis requisitou do governo a expedição de um decreto que (...) declarasse desapropriados os prédios, terrenos e mais benfeitorias existentes no distrito de Belo Horizonte compreendidos dentro do perímetro urbano (...)."*⁹³

As relações com as desapropriações se deram dentro do contexto de mercado, com a desvalorização das terras locais (o preço dos terrenos foi baseado no Imposto Predial de 1893), e supervalorização posterior na medida em que a Capital ia tomando forma. Ainda, segundo BARRETO, a maior parte da população transferiu-se para as periferias denominadas Calafate, Piteiras, Cachoeira, João Carlos, Bento Pires, Cardoso e Venda Nova, entregando suas casas a preços mínimos que, ou eram demolidas ou eram ocupadas por funcionários da Comissão que pagavam aluguel ao Estado. O comentário do Padre Martins DIAS é de que

"Para falarmos mais corretamente e juridicamente não devemos chamar propriamente desapropriações a essas que se fizeram em Belo Horizonte, mas sim

⁹³ Abílio BARRETO, op. cit., p. 54.

*verdadeiras transações de compra e venda, onde o comprador era o ESTADO na pessoa do Chefe da Comissão Construtora e os vendedores os proprietários deste lugar.*⁹⁴

Entretanto, o preço do progresso, embora nem sempre possa contentar a todos, segundo a impressão do Padre, traria as suas compensações. As periferias antes desabitadas foram se tornando cada vez mais populosas e, ainda,

*"O arraial, depois da saída de grande parte de seus habitantes e ao passo que iam chegando obreiros da nova cidade, foi-se logo transformando em uma verdadeira oficina de trabalho (...). As casas deixadas pelos seus ex-proprietários foram logo ocupadas pelas famílias dos membros da Comissão Construtora na Nova Capital; e como não havia cômodos para os demais obreiros da nova cidade, iam estes se acomodando como podiam, em barracões e cafúas que, a cada momento e por todos os recantos singram como cogumelos nas queimadas, em tempos de chuva."*⁹⁵

Na mesma direção pensavam as elites. Em exposição apresentada ao Presidente BIAS FORTES, Aarão REIS relata todas as dificuldades apresentadas até então para o transporte de materiais e mão-de-obra e destaca o processo complicado das desapropriações, enaltecendo sua atuação enquanto árbitro do processo:

⁹⁴ Francisco Martins DIAS, op. cit.

⁹⁵ Abílio BARRETO, op. cit.

*"Considero pois, o melhor e mais valioso serviço de quanto possa ter prestado ao Estado no desempenho desta tarefa, o fato de ter conseguido amigavelmente e sem atritos a desapropriação de - por bem dizer - todas as propriedades deste arraial, por uma verba muito inferior à que realmente era de esperar, tendo dispendido até esta data 'maio de 1895' 757:668\$716, restando apenas meia dúzia de pequenas propriedades para concluir-se a desapropriação total de toda a área abrangida pela projetada cidade."*⁹⁶

É relevante o deslocamento que se faz da dimensão da cidadania enquanto direitos para a especulação onde o engenheiro, ao prestar "relevantes serviços ao Estado", desfalca grande parte dos habitantes do seu título de propriedade, e sobretudo, num momento em que é exatamente a propriedade a garantia da qualidade do cidadão na maneira como se caracterizaram os ideais liberais. Essa tensão, como vimos, constituinte do contexto moderno, aponta para o sentido novo que a cidade daria às dimensões de cidadania. No relatório da exposição de motivos de sua exoneração o próprio engenheiro afirma que

"De fato, é incontestável que a fundação aqui da nova capital - beneficiando largamente os proprietários das circunvizinhanças, cujos terrenos e prédios tendem já a rápida e enorme valorização - tornava-se para os desta localidade, de considerável prejuízo, pois todos os terrenos, casas e benfeitorias aqui existentes tinham forçosamente de ser desapropriados e entregues

⁹⁶ MINAS GERAIS, 1896: 11.

*imediatamente à Comissão sem que tivessem seus proprietários adquirido, na nova cidade, lotes onde pudessem estabelecer-se. Acrescia ainda que (...) tais proprietários teriam de receber dos cofres públicos importâncias que, de modo algum, chegariam para a aquisição de um lote na futura cidade, e quiçá mesmo nas suas circunvizinhanças, sendo o prejuízo deles duplo - na bolsa e nas comodidades de que ficavam privados desde logo.*⁹⁷

Essa confirmação pode ser observada nos números e valores das desapropriações onde se revelam os múltiplos motivos dos empreendedores da cidade. Por outro lado, é significativo analisar os seus valores, principalmente se compararmos os preços das propriedades com os salários do pessoal qualificado da Comissão Construtora; pode-se, entre outras coisas, perceber o real significado dos "relevantes" serviços prestados pelo engenheiro. Tomando a tabela dos vencimentos fixadas em fevereiro de 1894, temos, por exemplo, que o engenheiro chefe percebe 2:500\$000; um engenheiro chefe de serviço, 1:200\$000; um chefe de contabilidade, 600\$000 e uma armazenista, 250\$000.⁹⁸

Já o valor das desapropriações, o número de desapropriados e tipos de propriedades adquiridas pelo Estado podem ser verificados nas seguintes tabelas:

⁹⁷ Abílio BARRETO, op. cit., p. 270.

⁹⁸ Abílio BARRETO, op. cit., p. 31.

TABELA 1

Desapropriações efetuadas pela Comissão Construtora da nova Capital

Valor da desapropriação (em réis)	Número de desapropriados	%	Acumulada do nº de desapropriações	% Acumulada
Até 250\$000	90	30.6	90	30.6
251\$000 a 500\$ 000	37	12.6	127	43.2
5001\$000 a 1:000\$000	58	19.7	185	62.9
1:001\$000 a 5:000\$000	87	29.6	272	92.5
5:001\$000 a 10:000\$000	6	2.0	278	94.6
Acima de 10:000\$000	16	5.4	294	100.0
TOTAL	294	100.0	-	-

FONTE: BARRETO (op. cit., p. 61-77).

TABELA 2

Propriedades adquiridas pelo Estado por meio de desapropriações efetuadas pela Comissão Construtora da nova Capital

Típos de Propriedades	Quantidade	Porcentagem
Casa	328	56.07
Sítio/Rancho	14	2.39
Chácara	3	0.52
Terrenos	110	18.80
Fazenda	4	0.68
Outros (*)	14	2.39
Lotes Permutados	112	19.15
TOTAL	585	100.00

FONTE: BARRETO (op. cit., p. 61-77)

OBS.: Em OUTROS foram observados: rancho de tropas, quarto, cafúas, moinhos, telheiros, fábrica, engenho.

Temos que 90% do valor das desapropriações giraram em torno do limite de 5:000\$000, sendo que, destes, 60% não ultrapassaram o valor de 1:000\$000. Constata-se também que o reduzidíssimo número das desapropriações que foram além de 10:000\$000 eram, em geral, de proprietários de chácaras e fazendas que guardavam os nomes importantes das famílias mineiras, como Virgílio Machado (vendeu fábrica de ferro no Arrudas por 45:000\$000), Cândido Lúcio da Silveira (casa e sítio por 13:600\$000), Antônio de Pádua Baptista Vieira (casas e terrenos no Barreiro por 30:000\$000), Manoel Pereira de Mello Viana (a fazenda do Barreiro por 75:000\$000), entre outros.

Aarão REIS não se revelou um grande empreendedor somente nas questões das desapropriações. Criou outras formas de ganho para o Estado, tais como a venda de fotografias, principalmente para propaganda, a fim de tornar a cidade conhecida para compradores de lotes. Também instituiu, pelo Aviso 63, de 5 de abril de 1894,

"(...) a arrecadação do imposto de selo de nomeação por meio de desconto nas folhas de pagamento, levando seu produto, como receita à caixa da COMISSÃO, de acordo com as instruções dadas no mesmo aviso."

O que não se restringia apenas aos funcionários públicos, mas a "*(...) todos os empregados desta comissão (...)*"⁹⁹, mesmo os temporários. E ainda empenhou-se na cobrança de aluguéis das casas desapropriadas e utilizadas pelos novos habitantes.

Por outro lado, o mesmo Aarão REIS que se sentiu ameaçado, como afirmou em suas intenções de exonerar-se, pelos "*polítiques e especuladores de toda sorte*", foi também conivente com toda uma estrutura criada *a priori* para os funcionários públicos. Ele expressa a benevolência para com salários e outros direitos, reafirmando que a monumentalidade da cidade política vai estar fincada e materializada na sua própria concretização espacial.¹⁰⁰

⁹⁹ Abílio BARRETO, op. cit., p. 269.

¹⁰⁰ No artigo 2º da Lei nº 3 de 17 de dezembro de 1893 (MINAS GERAIS, 1895) que designa Belo Horizonte como local para a construção da Capital, ficou determinado que:

"Parágrafo 6º: Ao estipular, nas concessões que fizer, condições para promover construções de casas destinadas aos empregados públicos de que trata o nº 7 do artigo 2º, de modo a facilitar-lhes o pagamento em prestações, que poderão ser deduzidas de seus vencimentos, se o requerem. Igualmente promoverá a construção de casas em condições higiênicas e de aluguel barato para os operários;

Parágrafo 7º: A conceder a título gratuito, aos atuais funcionários estaduais que por lei têm residência obrigatória na Capital, e que o requerem, um lote de terreno para construção de casa ou chácara, antes de serem postos em hasta pública, assim como transporte e ajuda de custo;

Parágrafo 8º: A conceder título gratuito a cada um dos atuais proprietários de casas em Ouro Preto, situadas no perímetro estabelecido para cobrança do imposto predial no exercício de 1890, um lote de terreno para edificação".

O que temos é que, se de um lado proprietários antigos vão sendo obrigados a entregar suas propriedades, de outro, esse empreendimento favorece a formação da cidade com novos proprietários, novos cidadãos.

Nos "Rascunhos de Ofícios Dirigidos às Finanças", expedidos pela Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, são vários os ofícios de expedição de títulos de lote a funcionários e proprietários de Ouro Preto.

"Apresento-vos o requerimento de D. Lucília Etelvina de Maria Jacque sobre concessão de lotes na nova capital. O nº 8, artigo 2º de Lei nº 3 adicional à Constituição, autoriza a concessão a título gratuito de um lote de terreno na nova capital, aos proprietários de casas em Ouro Preto (...)." (23/julho/1896)

Como também de casas para aluguel:

"De ordem do sr. Dr. Secretário remeto-vos duas relações de funcionários que pediam por aluguel casas das que estais construindo sendo a primeira aos que já se acham nesta cidade, podendo ser-lhes entregues as chaves das casas que ficarem construídas, e a segundo dos funcionários da Imprensa Oficial, para os quais deveis reservar as casas necessárias, podendo entretanto estas últimas serem provisoriamente alugadas a outras pessoas, enquanto não se transfere para esta capital esta repartição (...)." (5/março/1896)

No Decreto nº 818, através de seu Regulamento de 15/04/1895, estabelecem-se as condições de pagamento e os tipos de casa de acordo com o vencimento do funcionário. Para se ter uma idéia, o funcionário com vencimento anual de 14:000\$000 pagaria as seguintes prestações mensais com juros de 5% ao ano: se optasse pelo pagamento de 10 anos, uma mensalidade de 151\$000; de 20 anos, 94\$000; ou se preferisse pagar em 30 anos, sua mensalidade seria de 76\$000.

Entretanto, não serão estas as condições de vida das populações suburbanas. Se os funcionários vão adquirir sua propriedade pagando prestações de modo facilitado, as casas operárias serão não somente alugadas, mas ainda na ausência dessas acomodações, ficaria ao encargo dos futuros moradores o erguimento de cafús e barracões. Como já salientamos, as amplas possibilidades que são abertas ao progresso através das práticas de hierarquização social e espacial remetem os problemas das condições de vida dos operários para a preocupação pelo ângulo da ordem policial.

A suburbanização da cidade, o aumento da população através dos trabalhadores migrantes e imigrantes, considerados *"muito turbulentos, de reputação duvidosa"*, fez com que Aarão REIS tomasse providências em relação à nova situação. Foi escolhido um subdelegado de polícia, capitão Antônio Lopes de Oliveira, e o assentamento de algumas praças. Dessa forma, em ofício de novembro de 1894 recomenda o delegado a todos os chefes de divisões, nos seguintes termos:

"Certo de que V.S. bem compreende quanto é delicada e cheia de dificuldade a minha posição à frente dos trabalhos desta Comissão, que são executados em uma localidade afastada de pronta ação das autoridades do Estado, e onde só posso manter a ordem e a disciplina entre numeroso pessoal recrutado das camadas mais ínfimas da sociedade, dando à autoridade policial local a força moral e todo o prestígio de que carecer para suprir a deficiência de seus meios de ação material - dou por muito recomendado a V.S. que envide com o máximo cuidado os mais incessantes esforços para que todos os auxiliares de V.S. se compenetrem da necessidade que temos todos, no próprio interesse de nossas famílias, de prestigiar, por todos os modos e em todas as circunstâncias, a autoridade policial, de modo a que possa ela agir com resultado; em qualquer emergência difícil e imprevista que, quando menos esperemos, surja aqui. A ordem e disciplina garantem-se melhor pelo exemplo dos que estão em posição de compreender melhor as conveniências sociais do que mesmo pela força material. E neste sentido, muito poderá V.S. fazer em benefício comum, e apelando para o seu concurso eficaz conto que procederá V.Sa. com perfeita compreensão das circunstâncias atuais desta Comissão."¹⁰¹

Porém, a questão social entendida como questão policial, não era uma temática exclusiva de REIS, mas fazia parte do avanço das relações de produção capitalistas. JONES afirma em relação à sociedade inglesa que, ao final do século XIX, as políticas anteriores dos reformadores sociais e filantropos de advogar pela causa dos pobres, dadas as suas

¹⁰¹ Abílio BARRETO, op. cit., p. 349 (grifos meus).

precárias condições de vida, cede lugar para novas políticas de ação. A intensificação dos movimentos sociais e a permanência das crises econômicas vão substituindo o sentimento de compaixão pelo sentimento de temor e medo por parte das elites, os pobres vão se tornando "*uma agourenta ameaça à civilização*"¹⁰². Além do mais, ganham corpo as teorias de degeneração das raças, ou, na fala do engenheiro, das "*camadas mais ínfimas da sociedade*", pelas quais é iminente o perigo de contaminação dos espaços civilizados.

O período da gestão de Aarão REIS propiciou a inauguração de uma nova era para os horizontinos, estabelecendo as bases, pressupostos e condições da urbanização. Ao final de seu relatório, quando do pedido de exoneração, uma surpresa: a relação de todos os contratos celebrados pela Comissão Construtora durante a sua gestão.

Aí a certeza de que se estabelecia a nova relação dos habitantes com a cidade, **uma relação contratual**, expressa nos 101 contratos firmados em 14 meses¹⁰³, entre eles:

-- 20 de agosto de 1894 - Contrato permitindo a Antônio Alves Martins Júnior continuar a manter o seu estabelecimento comercial, à rua do Capão, na casa que foi de sua propriedade e é hoje do Estado.

¹⁰² G. Stedman JONES, 1971.

¹⁰³ Abílio BARRETO, op. cit., p. 301-309.

- 21 de setembro de 1894 - Contrato permitindo ao João Mialaret permanecer com a casa de barbeiro no prédio, à rua do Capão, que foi de Francisco e Antônio Albuquerque.
- 26 de outubro de 1894 - Contrato permitindo a João José da Cunha continuar a manter a padaria em parte de casa que foi de sua propriedade à rua do Capão.
- 6 de novembro de 1894 - Contrato permitindo a Antônio José Pires fazer algumas cafúas no terreno à rua General Deodoro, que foi de Guilherme Ricardo Vaz de Mello.
- 10 de abril de 1895 - Contrato alugado a Francisco Ferreira da Silva a casa sob o nº 127.

No romance, FÔSCOLO expressa com as personagens de João da Cunha e seus amigos o desencanto que foi para os antigos proprietários o estabelecimento das novas relações. Em uma passagem, a amargura de Cunha:

"Veio depois a desapropriação da vivenda e ele continuou a habitá-la pagando aluguel. Tinha agora um riso amargo constantemente aberto no rosto. Derrocado o castelo, evocado o sonho, aquela insânia tão em desacordo com o seu natural calmo e lento, ele dizia, decerto, para magoar aos adoradores de ídolo.

- Quanto pior, melhor!

Quem sabe? As vexações chegariam a tal grau que Lená, como os outros habitantes do velho arraial, agoniada, desiludida,

proporia a mudança: mas esse dia não chegava jamais. Assistia a tudo impassível. Quando o Cunha veio dizer-lhe que estavam sem casa, na rua, esperando o brado de revolta à feroz injustiça ouviu-lhe dos lábios razões para provar a necessidade do despotismo.

- É a lei fatal e imprescindível: destruir para reconstruir, melhorando, que bela empresa!

- Era demais! Não haveria portanto, estilete algum doloroso, embora, que conseguisse espicaçá-la na ira contra a cidade maldita? Estava então condenado a permanecer jungido à geena de que existência infernal? E aumentava-se diariamente a sua taciturnidade e seu terror.¹⁰⁴

O "Construtor" da Cidade - Gestão Francisco Bicalho

Francisco BICALHO assume a chefia da Comissão Construtora em maio de 1895 permanecendo nela até janeiro de 1898 quando, após a inauguração da cidade, a Comissão é desfeita e a continuidade dos trabalhos é assumida pela Secretaria de Agricultura. O novo engenheiro chefe também foi formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, diplomando-se em Engenharia Civil em 1871. Segundo dados de BARRETO¹⁰⁵, exerceu vários cargos ligados à profissão, entre eles, o de Inspetor Geral das Obras Públicas do Rio de Janeiro em agosto

¹⁰⁴ Avelino FÓSCOLO, 1979: 96-97.

¹⁰⁵ Abílio BARRETO, op. cit.

de 1901. Em 1903 ocupou o cargo de diretor técnico de várias obras da capital federal.

Ao tomar posse de seu novo posto, BICALHO tinha à sua frente o encargo de, em 32 meses, erguer as principais edificações que iriam materializar a cidade em capital. Do término do ramal férreo (que ligaria a capital à Estrada de Ferro Central do Brasil) à construção de ramais urbanos para trânsito de materiais diversos, à edificação dos palácios oficiais, palacetes e casas de funcionários públicos - tudo estava basicamente por ser feito.

A dimensão do empreendimento é algo bastante significativo, não somente pela precariedade material em que foram se dando as diversas construções - basicamente relacionada a dificuldades de transportes, com inclusive vários materiais vindos da Europa - como também pelo surpreendente aumento populacional que, como já ressaltamos, vai de 2.600 habitantes em 1894 a 12.000 no período da inauguração. Assim, Belo Horizonte já tem o seu cotidiano profundamente alterado a partir de meados de 1895, quando foi comum relacionar a cidade com a idéia de "oficina de trabalho", tanto no sentido de movimento, como na dimensão de um novo *ethos* ali instalado.

São várias as alusões de cronistas, visitantes e mensagens de políticos sobre o intenso trânsito de trabalhadores, sons das dinamites, o martelar incessante, movimento de terras e trânsito dos vagões nos ramais urbanos

para transporte de materiais. Nas páginas literárias, o trabalho é reverenciado como o impulsionador da nova era.

O poeta J. Jardim dedica nessa fase um hino a Belo Horizonte, o "Hino ao Trabalho":

*"Já o sol com seus lumes fulgentes
Desde a terra a dar vida e calor
Eia! Ergues, meus irmãos, e contentes,
Ao trabalho com alma e vigor!
(...)
É quem glórias a pátria conduz
Só trabalho dá frutos à terra
Só trabalho nobreza produz (...)."*¹⁰⁶

Como boas vindas à chegada da violonista Giulietta Dionese para uma apresentação na cidade, o jornal "A Capital" homenageia-lhe com os seguintes versos:

*"Benvinda seja, Dionese
À capital-oficina!
À orquestra do trabalho
Una-se à orquestra divina."*¹⁰⁷

E em homenagem ao Conde de Santa Marinha, o maior empreiteiro da cidade, o mesmo jornal afirmou em 15 de julho de 1897, que "(...), o Sr. Conde criou aqui uma verdadeira escola de trabalho".

¹⁰⁶ Abílio BARRETO, op. cit., p. 347.

¹⁰⁷ Abílio BARRETO, op. cit., p. 650.

Também João PINHEIRO, como presidente do Congresso Agrícola Industrial e Comercial que se realizou em Belo Horizonte no ano de 1903, e um dos que defenderam no Congresso Mineiro a mudança da capital, assim dizia:

"A nova capital, a mais formosa cidade brasileira, conquistou-nos o coração. Dir-se-ia a noiva do Trabalho ansiando pela realização de seus destinos, ponto de convergência que deve ser de novos esforços, centro de impulsão que será da nossa atividade (...)." ¹⁰⁸

Percebe-se que, se a gestão Aarão REIS teve a sua caracterização por semear os pressupostos da modernidade e da urbanidade, a característica básica da fase de BICALHO será exatamente a edificação e concretização de tais pressupostos. Dessa forma, é ampliada a racionalidade administrativa, pelas próprias características do seu período, com o trabalho definindo-se como a base conformadora do contorno social e econômico. Enquanto elemento central e pilar da cidade, o trabalho estabelece o delineamento da urbanidade inscrevendo no espaço físico as razões capitalistas. Nesse contexto, tomam forma com destaque as duas dimensões da cidade, tão comuns a outras metrópoles: o espaço oficial e o transgressor.

De um lado a cidade monumental como símbolo político e econômico e, de outro, a cidade subterrânea dos elementos

¹⁰⁸ O Congresso Agrícola Comercial e Industrial de 1903, 1981: 154.

"*ínfimos da sociedade*", onde os moradores estarão associados a uma conduta indesejada. Nesse período, mesmo antes de sua inauguração como capital, a cidade se afirma como centro de debate político, na medida que se impõem relações de trabalho essencialmente capitalistas em contraposição com o cotidiano do antigo Arraial. Por outro lado, a sua monumentalidade põe à prova a ciência como conquista de grandes homens, estabelecendo limites e hierarquias sociais quase intransponíveis.

Francisco BICALHO encontrou a cidade preparada para as edificações, de um lado varrida dos antigos habitantes, através das desapropriações feitas, de outro, varrida fisicamente, com o adiantamento das terraplenagens. Seu empreendimento objetivava a ocupação dos novos espaços com novos habitantes, novas edificações e novas vias de comunicação, enfim, executar a planta da cidade. Ressalta-se que, embora grande parte das edificações previstas tenham sido executadas em sua gestão, uma parcela significativa destas foi finalizada após a inauguração da capital, sofrendo inclusive alterações na sua localização.

A primeira providência de BICALHO foi modificar a organização da Comissão estabelecendo um caráter mais técnico no sentido dos profissionais responsáveis por cada divisão. Fazem parte dessas alterações, em relação à antiga, a mudança dos setores que cuidaram da elaboração das plantas e dos

trabalhos técnicos de campo, que são adaptados à nova realidade.

A 3ª Divisão, responsável pelo Escritório Técnico destinado à organização das plantas, recebe nova denominação de "Serviços Municipais", tendo como função

*"todos os serviços de ordem municipal, como: o tombamento; a distribuição e venda dos lotes pela forma determinada pelo governo; as posturas e a polícia municipal; a direção e fiscalização de serviços e estabelecimentos municipais, a higiene e salubridade públicas; a conservação dos próprios municipais e estaduais."*¹⁰⁹

As divisões de trabalho de campo passam a ser denominadas de "Serviços Técnicos", tendo como encargo o exame dos projetos, a contabilidade e custo de sua aplicação, além da construção de diversas edificações públicas e casas particulares feitas por conta do Estado. Também no novo Regulamento há a previsão de redução do quadro de funcionários, sendo dispensados inicialmente 45 funcionários nomeados, e redução do salário do engenheiro chefe de serviço que passa de 1:200\$000 para 1:000\$000.

¹⁰⁹ Abílio BARRETO, op. cit., p. 342. É na gestão de BICALHO que se tomam as primeiras providências efetivas em relação à saúde pública com a construção de um hospital de isolamento, além dos limites da avenida do Contorno, no bairro Calafate, gerando protestos por parte da população operária ali concentrada.

Além dessas alterações, ressaltam-se a transferência da responsabilidade pelas concorrências de aquisição de materiais, dos chefes de seção para um engenheiro, além do pedido de nomeação de um agente comercial para os "Serviços Técnicos" e de um profissional formado em Direito e outro em Medicina para a divisão de "Serviços Municipais".

Francisco BICALHO modifica ainda o sistema de empreitadas pelo de tarefa. As concorrências realizadas para algumas edificações, talvez pelo exíguo prazo que exigiam para as construções e pelas dificuldades de toda ordem, quase sempre eram negativas e quando ocorriam, sempre geraram problemas.

Nesse sentido BICALHO expõe, em seu Relatório de abril de 1896, que as vantagens do sistema de tarefas minimizavam os gastos das construções para o Estado, reduzindo-se basicamente aos custos dos materiais e da mão-de-obra.¹¹⁰ Sendo a Comissão monopolizadora dos preços de materiais e "proprietária" das vias de comunicação, não terá concorrentes:

¹¹⁰ Segundo o engenheiro BICALHO e na análise de BARRETO, os dois sistemas se distinguem nas formas de controle do andamento das obras. No sistema de empreitadas completas, eram os empreiteiros que fiscalizavam e contratavam mão-de-obra e forneciam material de construção, onde a Comissão Construtora ficava submetida à organização estipulada por eles. Já o sistema de tarefas de mão-de-obra, se constitui em um meio termo entre os serviços de empreitada e por administração, caracterizado pela empreitada direta da força de trabalho, onde a Comissão Construtora controlava, também diretamente, o uso de materiais e a qualidade do trabalho. (Abílio BARRETO, op. cit., p. 477-478)

"(...) pode até certo ponto, governar os preços do mercado e, portanto, obter os mesmos materiais por muito menor preço do que qualquer empreiteiro ou particular."

Por outro lado, a questão da mão-de-obra, basicamente no que diz respeito a salários, vai depender da capacidade do executor das obras, ou seja,

"(...) com o sistema de tarefas a mão-de-obra é contratada pelo seu valor contemplado nos orçamentos, acrescentando que a concorrência de que proviria aumento de salários acha-se também um tanto restrita pela ação direta que se tem sobre o tarefeiro que, baldo de qualquer direito, pode ser sumariamente substituído de um dia para outro."¹¹¹

Dessa forma, as obras, em quase sua totalidade, foram executadas pelo sistema de tarefas:

"(...) a Comissão fornecia todos os materiais necessários às construções e ajustava a sua execução com mestres tarefeiros, pelos preços incluídos nos orçamentos para a mão-de-obra, eliminando-se assim um dos motivos principais de contestações e dúvidas. Ao mesmo tempo, reserva-se inteira liberdade para, sem maiores formalidades, substituir por outro mais capaz o tarefeiro que não trabalhasse com a devida atividade e perfeição."¹¹²

¹¹¹ Abílio BARRETO, op. cit., p. 478 (grifos meus).

¹¹² Abílio BARRETO, op. cit., p. 478-479 (grifos meus).

Tal procedimento da gestão BICALHO difere do seu antecessor pelas características do período em que assume: a concretização da cidade-capital durante a execução dos trabalhos demanda a consolidação da apropriação da força de trabalho. Podemos dizer mesmo que na sua gestão definiram-se as novas funções da cidade com as elites dispendo plenamente do espaço físico e regulando as relações sociais a partir das relações de trabalho. Submetiam-se indivíduos "baldos de qualquer direito", com o beneplácito da Comissão Construtora, instituidora dessas novas práticas, nas quais "sem maiores formalidades" poderiam ser substituídos a qualquer hora.

A construção da cidade de Belo Horizonte efetivamente caracteriza-se por ter efetivamente o Estado como centralizador da economia urbana, como agente financeiro e gerente do capital. Sua ação se exerceu, através da Comissão Construtora, cuja função foi habilmente facilitada por BICALHO. Na perspectiva deste engenheiro, os objetivos da Comissão Construtora

"(...) não se reduzia a levantar somente os edifícios públicos, ou promover simplesmente a edificação da cidade oficial. Era mister ir em socorro da atividade particular, sem a qual decidida e animada, não era possível esperar-se resultado lisonjeiro por ocasião da mudança. Para isso era necessário o mais eficaz auxílio à iniciativa particular, com a sua intervenção e mesmo a sua ação direta e imediata no mercado de materiais

*de construção, constituindo-se ela própria fornecedora dos particulares (...).*¹¹³

Para edificar e escolher os habitantes da cidade, o engenheiro toma decisões de acordo com as conveniências e necessidades do momento. Isenta os empreiteiros particulares do pagamento de fretes, adquire materiais produzidos por pequenos produtores que se encontravam em dificuldades financeiras e, ao mesmo tempo, estabelece contratos com indústrias européias, facultando-lhes a "isenção de direitos adicionais e expediente que teriam de pagar os materiais importados para as obras da nova cidade". O objetivo único era

*"(...) para que nada faltasse aos próprios trabalhos e aos dos particulares, todas as providências eram tomadas pela Comissão no sentido de atrair para Belo Horizonte todos os elementos indispensáveis aos serviços."*¹¹⁴

Pode-se afirmar que a apropriação privada do terreno urbano e dos imóveis define a maneira como os empreendedores projetam a cidade enquanto elemento formador de uma realidade social a ser criada. Entretanto, já salientamos, essa prática não foi isenta de profundas contradições. A proliferação dos não proprietários, a concretização das relações de trabalho enquanto produtoras de submissão e pobreza deixam entrever

¹¹³ Abílio BARRETO, op. cit., p. 338.

¹¹⁴ Abílio BARRETO, op. cit., p. 467.

como se definiam essas categorias sociais em relação às novas formas de inserção na cidade.

Ao escrever as suas impressões sobre a capital que surgia, BARRETO afirmava:

"Já então o arraial ia assumindo aspectos de cidade. Aí já estavam funcionando a Coletoria Estadual, o Tribunal da Relação e a Repartição de Terras da Secretaria da Agricultura, com o respectivo pessoal, instalado em casas próprias. Numa sofreguidão indescritível, iam-se rematando casa de funcionários e particulares, que eram logo ocupadas pelos que chegavam e pelos habitantes da localidade, cujas habitações desocupadas iam ser demolidas. As cafúas e barracões provisórios ainda enxameavam por toda parte, além de dois verdadeiros arraiais compostos daquela espécie de habitações - a Favela e o Leitão (...)."¹¹⁵

Aqueles que nas impressões colhidas por JONES (1971) vão se constituindo "uma agourenta ameaça à civilização", sem dúvida revestem a cidade e os projetos urbanos de feições contraditórias em sua própria materialização.

CYNTHIA GREIVE VEIGA

**CIDADANIA E EDUCAÇÃO NA TRAMA DA CIDADE:
A CONSTRUÇÃO DE BELO HORIZONTE EM FINS DO SÉCULO XIX**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa.Dra. Maria Stella Martins Bresciani.

Vol. II

CAPÍTULO III

A CIDADANIA NA TRAMA DA CIDADE

"Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras cada segmento riscado por arranhões serradelas, entalhes, esfoiaduras."

(CALVINO, 1991)

"UMA AMEAÇA AGOURENTA À CIVILIZAÇÃO"

O processo de construção da capital mineira foi se fazendo nas práticas do assentamento de relações econômicas necessárias para o desenvolvimento e progresso da nova ordem capitalista, instituindo, nas formas de trabalho e nos processos de aquisição da propriedade, toda uma caracterização moderna das relações entre cidade, cidadania e educação. De outro lado, nos limites do direito à propriedade e no processo de utilização da força de trabalho, definiram-se também os limites dos direitos políticos e de acesso à cultura, de maneira que se efetiva a aproximação entre o processo de hierarquização dos espaços (sub)urbanos e a noção de espaços apropriados de formas (ir)racionais. Nessa perspectiva, ganha corpo a idéia da necessidade de uma "racionalidade exterior" que venha em socorro da "irracionalidade interior", substituindo práticas sociais tradicionais por práticas modernas, com o objetivo de alocar os indivíduos, tanto física quanto culturalmente, em seus devidos lugares políticos. A cidade se desdobra na sua intenção pedagógica.

As primeiras impressões colhidas pelos cronistas que vivenciaram o processo de edificação da capital confirmam a hipótese da cidade-educadora. Alfredo CAMARATE, um português que se fixou no Brasil e que, entre outros ofícios, exerceu o de jornalista, afirmava, em fins de 1895, no jornal **A Capital**, que:

"(...) Porque, confessemos uma verdade: não há povo mais avesso do que o nosso à disciplina municipal. Não porque deixe de ser bom, cordato, razoável; mas porque ninguém pode aprender o que se lhe não ensinar; e nós, desde o Rio de Janeiro até o alcantilado Ouro Preto, não temos visto senão municipalidades para rir e, com povo muito dado a risos e patuscadas, rimos e patuscamos delas e com elas!

Se não começarmos desde já a pôr em vigor algumas posturas, a edificação da nova Capital será um problema irresolúvel. Arraiarão mantas de toucinho nos degraus da majestosa escadaria do Palácio Presidencial; atarão as alimárias às colunas do Palácio do Congresso, como se elas fossem moirões de estribaria; apascentarão bois e vacas nos talhões de nosso majestoso Parque, se é que não lhe ativarem a cultura com estrumes gratuitos; e fornecidos de boa vontade, cortarão os cuidados "macadams", as ruas calçadas de pedra ou de madeira com as rodas desses monstruosos carros de bois e que se talham em gume como que expressamente para reduzir as ruas a talhadas de melancia, pintarão, finalmente o padre, a manta, o caneco e o diabo."¹

As observações de CAMARATE expressam os preconceitos de seu tempo em relação a uma população considerada infantil, rude e inculta; ou seja, muito necessitada das lições de civilidade. Entre uma norma estabelecida e uma irracionalidade explícita, a ação pedagógica encontra seu lugar. Ao afirmar, por exemplo, que a "majestosa escadaria" não é o espaço do "toucinho", bem como o "nosso majestoso parque" não é espaço para pastagem de animais, expressa com determinação a

¹ Abílio BARRETO, 1936: 568 (grifos meus).

possibilidade da invasão de uma certa categoria social, ao espaço civilizado - o "povo avesso à disciplina".

Por outro lado, expõe um conflito expresso na própria cultura material, marcada pela dicotomização entre as novas edificações - escadaria, palácio, colunas, macadames, arruamento - e a materialidade das práticas populares ao "arraiar mantas de toucinho", "apascentar bois e vacas", fazer o carro de boi percorrer lugares agora indevidos. Sugere, neste conjunto, a constituição de novas regras na utilização dos equipamentos urbanos modernos, e na definição dos lugares sociais das novas relações na sociedade. Confirma-se o que, especialmente a partir do no século XIX, constitui, na perspectiva das elites, a linha decisória do mundo civilizado, com base na capacidade ou não de assimilação, por parte da maioria da população, das novas regras da produção.

A planta da cidade de Belo Horizonte, bem como o processo de construção da capital, tornou explícita uma concepção urbana na qual se complementam uma monumentalidade dos espaços físicos e edificações centrais com a prática de expulsão de grande parte da população para os subúrbios na intenção de dar lugar ao novo. No que se assemelhou às orientações de outras reformas empreendidas no final do século XIX.² Essas práticas expuseram com ênfase questões anteriores,

² Walter BENJAMIN, em *Paris, capital do século XIX*, escrito em 1935 e publicado em 1955, assinala que "(...) HAUSSMANN trata de encontrar apoio para a sua ditadura e colocar Paris sob regime de exceção. Em 1864, num discurso na Câmara, expressa seu ódio contra a desarraigada

entre elas, sem dúvida, o crescente processo de desqualificação social, político e econômico enfrentado pelas camadas pobres e trabalhadoras que, através de uma também crescente mobilização, lutaram pelos seus direitos e espaços na sociedade.

Dessa forma, o projeto de cidadania e cultura expresso nos projetos urbanos disse respeito à demarcação dos lugares físicos, econômicos, sociais e culturais dos diversos sujeitos sociais de forma a resguardar e fazer sobressair os espaços da civilidade enquanto paradigma da sociedade moderna. Não obstante, trouxe com ênfase a justificativa da irracionalidade e da incivilidade como impedimentos para que grande parte da população tivesse acesso à propriedade e aos demais direitos políticos e sociais.

No Brasil, a versão já muito conhecida de Aristides LOBO³, sobre a forma como a República se tornou conhecida pela maior parte da maioria da população transformou-se numa espécie de caricatura da ignorância das camadas pobres e trabalhadoras no imaginário das elites brasileiras. Os temas

população da grande metrópole. Esta aumenta constantemente através dos seus empreendimentos. A elevação dos aluguéis empurra o proletariado para os arrabaldes. Através disso, os bairros perdem a sua fisionomia própria. Surge o cinturão vermelho (...) Assim, ele faz com que Paris se torne uma cidade estranha para os próprios parisienses. Não se sentem mais em casa nela (...)" (Walter BENJAMIN, 1991: 41)

³ Refiro-me aqui às alusões que esse propagandista da República fez em torno da posição de espectador do povo brasileiro, que "assistiu bestializado" a instalação do novo regime de governo, analisado, entre outros, por José Murilo de CARVALHO (1991) em seu trabalho **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi.

da irracionalidade e apatia emergem como características naturais de indivíduos ainda não preparados para a nova sociedade, o que justifica a sua exclusão. Um outro exemplo que confirma essa versão podemos encontrar no personagem de Monteiro LOBATO, o Jeca Tatu, criado em 1914, personagem carregada de características pejorativas. NAXARA, em seu trabalho sobre essa temática, afirma que

*"A figura do Jeca Tatu realizou a façanha de materializar, numa imagem forte, todo um pensamento sobre o brasileiro (...) sua figura era de um ser sombrio, comparada ao urupê, fugindo à luz, se desenvolvendo nos lugares escuros da natureza, sem nada do criador, sem iniciativas, parasita da sociedade."*⁴

No caso específico dos mineiros, encontramos no trabalho de SILVA⁵ uma referência clara aos tons pejorativos na própria construção da idéia de mineiridade. A autora reconstrói o processo de sua produção no imaginário das elites mostrando como se esboçaram os traços de uma população provinciana vivendo em cidades insalubres e mal supridas, mas habitada por um *"povo bom, honesto e trabalhador"*, embora *"rude"*. Dotado de grande religiosidade, o mineiro em geral é tido pelas elites como *"ingênuo, pouco afeito às grandes transformações, sossegado, mas capaz de detonar grandes revoluções como no caso da Inconfidência"*. Inclusive durante o

⁴ Maria Regina Capelari NAXARA, 1991: 19.

⁵ Regina Coeli Machado SILVA, 1989.

século XIX, todo o heroísmo do mineiro é enaltecido pelos republicanos que, inspirados em Tiradentes, colocam em Minas o berço da liberdade, "sem os excessos costumeiros de outros movimentos ocorridos em nações européias".

Também durante os debates em torno da Constituição Mineira são muitas as alusões à passividade do mineiro. Senão vejamos: durante a 19ª Sessão do Congresso Constituinte, em maio de 1891, Severiano REZENDE assim se expressava:

"O povo nada pede, coitado! (risadas) nem exige; o que deseja é que o deixem em paz, que não o carreguem de tributos e nem o obriguem a vestir uma farda (Apoiados): (...)

*É verdade que em algumas poucas cidades nossas, o espírito público age na compreensão de seus direitos e deveres, porém, força é confessar a generalidade quase do nosso povo que dá-se indiferente às coisas públicas, ignorando o que o vale e a responsabilidade que lhe cabe (Apoiados)."*⁶

A apatia da população ganha contornos em todos os sentidos, o olhar dos observadores vem do lugar do progresso. Na série de crônicas **Por montes e valles** publicadas no jornal **Minas Gerais**, CAMARATE expõe, na publicação de 25/03/1894, as suas impressões sobre a falta de espírito empreendedor dos mineiros.

⁶ MINAS GERAIS. CONGRESSO, 1896: 262-263.

"(...) O que, em todo caso, vai desde logo, é que o bom, hospitaleiro, mas inerte povo mineiro desta localidade, não se preparou para abrir os braços, com avidez e desafogo, à inesperada fortuna que lhe entrou pela casa a dentro. As poucas e mal fornecidas vendas não se premuniram nem de qualidade nem de quantidade de gêneros, proporcionados ao número e categoria dos recém-chegados; nem o êxodo de centenares de pessoas caídas aqui de todas as partes do Estado, despertou os desejos de ganância, tão fáceis de despertar, em qualquer parte do mundo (...)."

Até os hábitos alimentares e a monótona repetição dos mesmos pratos demonstravam, na perspectiva do cronista, a falta de imaginação, a inércia, a passividade e mesmo o tom conservador no dia-a-dia da população:

"Ao almoço, temos: feijão, arroz, carne de vento e, às vezes, fresca, batatinhas fritas e café. Ao jantar, em compensação, temos: feijão, arroz, carne de vento e, às vezes, carne fresca, batatinhas fritas e café! É aquela certeza (...) aquela certeza infalível (...)."⁸

O que o leva em crônica de 05/04/1894, a tecer comentários com relação à necessidade imperiosa de fazer a população aceitar os hábitos alimentares presentes pela ciência médica, ou melhor, a se submeter aos preceitos da higiene

⁷ Citado por Abílio BARRETO, 1936.

⁸ Ibidem, p. 38-40.

"(...) O tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria; havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos. Ora, esta fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente com a amenidade do clima, com o ar seco e batido quase constante pela brisa, com a natureza do solo que é magnífica e com a boa saúde e pantagruélico apetite dos que têm vindo e que, em mais de um mês de residência, já iriam percebendo sintomas e prenúncios de um mal-estar futuro (...). For muito pouco que eu entenda de higiene da alimentação conheço ainda o suficiente dessa ciência tão querida e explorada dos franceses, para que possa asseverar, sem medo de engano ou de cochilo científico, que um regime permanente de feijão, arroz com algumas raras surtidas de carne de vento, não pode levar ninguém a ostentar faces rubicundas e bochechudas de camponês minhoto, que recheia e alaga o estômago com carne, frutas e generoso vinho (...). Portanto, a palidez e magreza dos filhos cá da terra, é enfermidade (se é enfermidade) muito fácil de corrigir, e, neste caso, é que está aplicada acertadamente a sentença de um célebre médico, que profetiza que, para séculos vindouros, a higiene há de completamente substituir a medicina (...)."⁹

Esta era a opinião geral, também confirmada pelo secretário da Comissão Construtora, Fábio Nunes LEAL. Ao tecer comentários sobre o arraial em 31/10/1894, faz a seguinte referência à população local:

"(...) A população indígena é toda ela atrofiada e fraca, sem cores, nem alegrias (...). Aqui encontra-se um, a aquecer-se ao sol, em cócoras, no batente da porta, vestido de brim nacional ou

⁹ Citado por Abílio BARRETO, op. cit., p. 81-82.

*riscadinho de algodão, sem uma flanela a resguardar os membros hirtos de frio, com os pés descalços, as unhas roxas e avermelhadas do pó do solo, o cabelo preto mas desgrenhado e sem cultura (...).*¹⁰

Já em relação aos "ricos" e proprietários,

*"a inteligência nada como azeite, e é por isso que este outro tem o corpo sacudido e de forte arcabouço, tez morena e carregada, modos discretos e insinuantes, e uns olhinhos brejeiros, pequenos mas vivos e brilhantes a farejar os bons negócios que a fortuna descobre em toda a parte (...). Não se envolve nas pequenas questões da localidade, mas vai dominando o povo sem impor-se à sua confiança."*¹¹

As observações aqui trazidas, nas críticas desqualificadoras e pejorativas em relação aos hábitos e costumes populares, produtos de uma suposta irracionalidade, revelam-se enquanto diagnóstico de ausência dos pressupostos morais necessários para normalizar as relações entre a cidade, o Estado e as populações pobres e trabalhadoras. E, nesse aspecto, o tema da irracionalidade na qual as populações pobres parecem estar naturalmente ou circunstancialmente embebidas foi amplamente discutido e documentado, principalmente no século XIX. No Brasil, não foi, portanto, diferente, já que sobre o país pesavam a condição de ex-colônia portuguesa as relações escravistas do passado e a questão das misturas étnicas.

¹⁰ MINAS GERAIS. CONGRESSO, 1895: 14.

¹¹ Ibidem, p. 14-15.

Não obstante, os estereótipos em torno das populações pobres têm a sua origem nas sociedades ocidentais no momento da redefinição do caráter das propriedades a partir do século XVI, quando assume a condição moderna de bem adquirido por reservas acumuladas pelo trabalho e sustentado juridicamente. O processo que assegura o acesso à propriedade, delimita também a exclusão a ela.¹² Por outro lado, a maneira como as "multidões", o "povo", o "pobre" são estereotipados pelas elites proprietárias guarda profundo vínculo não somente com a forma conceitual de análise da sociedade, como também com as formas nas quais as "camadas perigosas" se assentaram material, política e culturalmente na sociedade. Surge daí, tal como nas reformas e construção das cidades no século XIX, a elaboração de uma cidadania e de uma pedagogia de aspecto mais monumental e simbólico, do que propriamente voltadas para a efetiva inclusão democrática de amplos setores da sociedade no processo de produção e na política. Os limites dessa

¹² Karl MARX, no século XIX, analisando a legislação contra expropriados ocorridos no reinado de Henrique VIII na Inglaterra do século XVI, faz a seguinte afirmação: *"Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformam em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa Ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem (...) A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prossequirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam"* (Karl MARX, 1975: 851) (grifo meu)

construção são os limites da cidade, "a linha que separa o estampido das rodas do uivo dos lobos". A monumentalidade expressa na cidade de Belo Horizonte, como vimos, esteve principalmente ligada aos processos de alocação de uma nova população de proprietários, comerciantes, negociantes e funcionários públicos.

De qualquer modo, a ênfase na suposta irracionalidade das camadas pobres e trabalhadoras é uma constante nos discursos dos adeptos do progresso e do moderno e trazem pistas do incômodo político provocado pelas práticas sociais desses setores da sociedade. Dessa forma, torna-se necessário resgatar o processo de produção do conhecimento, no qual a ênfase na desqualificação social e cultural dos não proprietários foi-se constituindo, na medida em que o próprio entendimento das relações entre indivíduo, propriedade, coletividade e democracia assumem historicamente sentidos diferentes.

O processo de instalação da dimensão concreta e jurídica da propriedade privada ensejou amplas discussões, nas quais a concepção liberal de sociedade não esteve livre de contratempos e críticas, da mesma forma que a racionalidade enfatizada nas teorias iluministas do século XVIII acabou sendo prisioneira de sua própria razão. De outro lado, percebe-se que as relações entre cidade, cidadania e educação, tal como elaboradas conceitualmente, foram se modificando frente à presença incômoda dos elementos não

contemplados nos discursos de grande parte da intelectualidade.

Foram as próprias bases do liberalismo clássico que, em maior ou menor medida, subsidiaram a discussão em relação aos direitos de propriedade e à exclusão social e política dos não proprietários. Nunca é demais lembrar que os pressupostos do liberalismo se formam num contexto de crítica às tradições, costumes e crenças calcadas no cristianismo medieval, nos quais onde os homens aparecem enquanto submetidos à vontade divina. A nova forma como a natureza passa a ser encarada, bem como as alterações que ocorrem com frequência na esfera da produção e circulação de mercadorias, propiciam um clima intelectual crítico com relação às tradições. O indivíduo como elemento possuidor de vontades próprias, movido por seus desejos e apetites, se coloca enquanto possibilidade de avanço e aperfeiçoamento da sociedade em todos os sentidos.

A liberdade humana se impõe aos poucos como condição necessária para o desenvolvimento das potencialidades de cada um, estando relacionada com a **ausência de impedimentos externos ou dependências de qualquer espécie**. ARBLASTER¹³ afirma que no coração dos conflitos políticos e nos argumentos do século XVII, estava uma difícil questão, central para o liberalismo: o problema da relação entre liberdade e

¹³ Anthony ARBLASTER, 1984.

propriedade, sendo a posse desta a qualificação essencial para a conquista de liberdades e direitos políticos.¹⁴

A ausência de impedimentos externos de qualquer natureza para a conquista da liberdade e dos direitos sociais vai constituir o fundamento básico para uma nova organização social e política da sociedade.¹⁵ Na verdade, a tradição liberal clássica, em seus pressupostos, não poderia admitir a participação de não proprietários no bojo das decisões

¹⁴ Assim John LOCKE (1973) afirma em seu **Segundo tratado sobre o governo**, no século XVII: "(...) Sendo a preservação da propriedade o objetivo do governo e a razão de entrarem os homens em sociedade, supõe e exige necessariamente que o povo deva ter propriedade (...)" (John LOCKE, 1973: 94). Utilizando os estudos de HILL (1988) na afirmação de que a expressão "povo", nesse momento não incluía todos os habitantes, vemos que a ausência de propriedade e, portanto, de motivos para defendê-la, leva os homens de um lado a se tornarem submissos a outros e portanto privados de sua liberdade inata, por outro, ficam excluídos do pacto social.

¹⁵ Essa questão aparece, de forma relevante, entre outros momentos, nos debates da futura constituição inglesa, na cidade de Putney. Os niveladores e os chefes militares, durante o século XVII, discutem a respeito das relações entre o direito de voto e o direito de propriedade. Dessas discussões evidencia-se que a "natural" associação entre propriedade e liberdade, não somente não era aceitável para toda elite política, como também sugerem as ameaças contidas na possibilidade do direito de voto ser estendida aos não proprietários. Christopher HILL (1990) comenta que "(...) a maioria dos Niveladores era favorável à propriedade privada e talvez não tivesse pensado bem em todas as implicações de frases retumbantes, como a de Leburne, de que os mais pobres têm um direito tão autêntico a votar (...) como os mais ricos e mais nobres" (Christopher HILL, 1990: 36). Ao passo que IRETON e outros seguidores argumentavam em torno das vinculações entre sufrágio e propriedade, pois na medida em que proprietários e não proprietários obtivessem as mesmas prerrogativas políticas, sendo os não proprietários os de número maior, poderiam perfeitamente votar leis que caminhavam na direção da divisão da propriedade dos ricos. Em que pesem as divergências dos ingleses, temos que os pobres e serviçais, enquanto dependentes de patrões e instituições de caridade, viram-se excluídos do direito de voto segundo decisão do Conselho Geral do Exército.

políticas da sociedade: dessa forma o Estado político vai se afirmando para aqueles desembaraçados dos "impedimentos do exercício da liberdade", resguardados que estão pelo poder da posse. Devem mesmo se unir em sociedade contra terceiros:

*"(...) não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se para a mútua conservação da vida, da liberdade, e dos bens a que chamo propriedade."*¹⁶

Por outro lado, a ênfase no indivíduo enquanto não mais submetido à vontade divina e portanto de uma certa forma livre para construir o seu próprio caminho, abre as possibilidades para o enriquecimento e, assim, a conquista da independência individual. É na conhecida obra de Adam SMITH, **A riqueza das nações**, de 1776, portanto em pleno século XVIII e em estreito diálogo com o pensamento iluminista, que encontramos uma reafirmação dos princípios liberais em torno do individualismo e das relações de mercado, enquanto lugar social onde estão postas as possibilidades de realização de ricos e pobres. FONTANA comenta que, na percepção de história da humanidade de SMITH, a sociedade industrial é o ponto de culminância da evolução humana,

¹⁶ John LOCKE, op. cit., p. 88. Em outro exemplo, John LOCKE (1973), discorrendo sobre o pacto social, faz a seguinte observação em relação aos escravos: *"(...) Tendo tais homens conforme disse, perdido a vida e com ela a liberdade, bem como a propriedade, e não sendo capazes de qualquer posse no estado de escravidão, não se podem considerar como fazendo parte da sociedade civil, cujo fim principal é a preservação da propriedade"* (John LOCKE, op. cit., p. 72.).

*"(...) bastara aguardar a sua plena culminação (...) para crer como a propriedade se estenderá aos mais baixos estratos do povo e também com o tempo, a todos os povos explorados do mundo, na medida em que sejam capazes de imitar os métodos de seus exploradores, as regras que têm engendrado a riqueza das nações. Toda ação política que vá além do mínimo necessário para preservar a propriedade privada ou assegurar o funcionamento do sistema é nefasta. Toda revolução é uma loucura."*¹⁷

Não obstante, a defesa do progresso material e da garantia da propriedade colocava SMITH na defesa dos grandes proprietários e de sua situação dominante na política: posição amplamente aceita e que, de resto, influencia os pensadores conservadores no século XIX. Não se pode esquecer, contudo, que foram nos momentos da Revolução Gloriosa, na Inglaterra do século XVII, e da Revolução Francesa, no século XVIII, que as questões relacionadas à inserção política e cultural dos indivíduos foram colocadas enfaticamente, sobretudo no que diz

¹⁷ Josep FONTANA, 1982: 94. Outro autor, Anthony ARBLASTER, ressalta que, de posições mais pessimistas em relação às vantagens do progresso material e da industrial ao lado das contradições reais que emergem ao final do século XVIII, aparecem outros economistas não tão entusiastas como SMITH. São eles, entre outros, MALTHUS e RICARDO. MALTHUS chamou a atenção para a necessidade de planejamento econômico tendo em vista o crescimento da pobreza. David RICARDO era seguidor dos passos de MALTHUS em alguns pontos, tanto no que toca ao crescimento da população, quanto na questão dos pobres. Nesse sentido, RICARDO acentuou principalmente as relações salário e emprego, colocando com ênfase as idéias malthusianas de que altos salários para os pobres produzem mais crianças. Assim afirma: "O preço natural do trabalho é aquele que é necessariamente suficiente para os trabalhadores, ou seja, para subsistir e perpetuar sua raça, sem aumentar, nem diminuir" (citado por Anthony ARBLASTER, 1984: 248).

respeito aos dois aspectos. O primeiro relativo ao triunfo dos direitos de propriedade mas não do acesso à propriedade; o outro relacionado ao medo da participação popular, o que, no século XIX, redonda em uma aproximação do liberalismo e do nacionalismo em nome dos direitos do homem e das nações contra o feudalismo e as arbitrariedades de toda ordem.

É pois, em análise ao primeiro aspecto, que os filósofos iluministas estimam a importância da indústria, do comércio, da ciência e das técnicas como força de destruição das arbitrariedades feudais, possibilitando maior independência entre os indivíduos enquanto base para uma sociedade racional. Entretanto, a preocupação dos filósofos não ia em direção à nivelação econômica, **mas, principalmente rumo à igualdade legal e formal**. O pensamento ilustrado, em geral, resgatou a discussão anterior em torno das relações entre propriedade e participação política na crítica aos antigos privilégios e colocaram a ênfase nas oportunidades, talentos e méritos dos indivíduos. Nesse sentido os indivíduos, diferentes entre si, são nivelados perante uma instância superior, a lei, cuja função é impedir arbitrariedades¹⁸. Vale ressaltar que, apesar de destacarem

¹⁸ Nota-se que Jean-Jacques ROUSSEAU (1712-1778) foi um dos poucos filósofos que questionou as consequências sociais da propriedade privada. Ao escrever o **Contrato social**, em 1762, tem como ênfase os princípios do direito político onde a idéia de vontade geral constitui uma intenção de entendimento do Estado como coisa pública, fazendo o governo submeter-se fielmente à vontade do povo como forma de crítica à utilização dos cargos políticos como coisa privada. Propõe, ainda, a partir dessa perspectiva, um processo de tributação com finalidades

com o entusiasmo instrução e ciência enquanto instrumentos de libertação da mente humana em detrimento das práticas supersticiosas e tradições anteriores, tal como em LOCKE, os projetos dos iluministas não incluem os pobres e trabalhadores no acesso pleno aos saberes produzidos historicamente.¹⁹

Dessa forma, durante o século XVIII, acirraram-se as discussões em torno das questões ligadas à incorporação dos não proprietários à vida política e cultural. Entretanto, as experiências dos movimentos sociais deste século e do século XIX fizeram emergir as contradições dos próprios pressupostos liberais e iluministas, na consciência de que os direitos do homem e direitos de propriedade não eram tão compatíveis como supunham.

Não obstante, a estigmatização em tons pejorativos dos pobres por parte das elites, embora tenha concepções diferentes nesses séculos, é suporte para sua

objetivamente públicas, redefinindo a idéia de bem comum como bem público - o Estado como representante da soberania popular. Sua concepção de sociedade em consonância ao pensamento liberal prevê a ausência de dependência como pressuposto de liberdade, mas, diferentemente de LOCKE, não entende as relações sociais como uma transação comercial onde cada um se preocupa com as suas posses em detrimento do outro, tal qual esse autor desenvolve no **Segundo tratado**. Em ROUSSEAU, sobressai uma concepção de igualdade que está na necessária distribuição de poder e riqueza de forma que "(...) *nenhum cidadão seja assaz opulento para poder comprar outro e nenhum assaz pobre para ser forçado a render-se*" (Jean-Jacques ROUSSEAU, 1989: 60).

¹⁹ Anthony ARBLASTER afirma que "(...) *A despeito da grande presença do universalismo na teoria iluminista, na prática e em termos políticos seu pensamento estava freqüentemente voltado para classes limitadas. Assim Voltaire uma vez falou a d'Alembert que educação não servia para as crianças dos trabalhadores (...) Não é o trabalhador que precisa ser ensinado, mas o bom burguês, o homem da cidade*" (Anthony ARBLASTER, op. cit., p. 189)

concepção iluminista da sociedade, enfatizando o trabalho como o melhor remédio para a miséria. Essa temática vai passar tanto pela concepção liberal de LOCKE, enquanto propriedade individual, deixando implícito o direito dos indivíduos alienarem-se ou não do produto de seu trabalho, quanto na concepção mais iluminista que associa as causas da pobreza como fruto da irracionalidade humana.

De qualquer modo, é importante ressaltar que o trabalho se constitui, sem dúvida, na motivação moral de justificativa para a sociedade capitalista nas delimitações e estigmatizações sociais comuns nesses séculos. A conotação moral aqui se coloca tanto em termos ontológicos como também enquanto fator de concretização de uma lógica econômica em gestação.²⁰

²⁰ Karl MARX, no século XIX, acentua nas "Leis sanguinárias", as medidas contra os expropriados na Inglaterra, já em meados do século XVI, de conteúdo marcadamente moral, das quais destacamos as seguintes:

"Henrique VIII, lei de 1530 - Mendigos, velhos e incapacitados para trabalhar têm direito a uma licença para pedir esmolas. Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados. Serão amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue lhes corra pelo corpo; em seguida prestarão juramento de voltar à sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos três anos, para se porem a trabalhar. (...)

(...)

Elizabeth, 1572 - Mendigos sem licença e com mais de 14 anos serão flagelados severamente e terão suas orelhas marcadas a ferro, se ninguém quiser tomá-los a serviço por dois anos; em caso de reincidência, se têm mais de 18 anos, serão enforcados, se ninguém quiser tomá-los a serviço por dois anos; na terceira vez serão enforcados, sem mercê, como traidores. (...)

(...)

Não somente é muito forte o conteúdo moral, como também a concretização dos espaços nos quais se implanta a lógica do trabalho na organização social. Nesse contexto constitui-se uma concepção onde a dependência dos pobres em relação a outros, seja do patrão ou da assistência do Estado, os tornam incapazes de levar uma vida racional, a terem experiências significativas e a constituírem corpo político, além de toda influência da tradição puritana inglesa em considerar a pobreza enquanto deficiência moral.

Por outro lado, nos registros de MARX em torno das "Leis Sanguinárias", vamos percebendo as distinções que posteriormente vão justificar diferenciações no tratamento à pobreza. Trata da delimitação entre os indivíduos não proprietários, mas trabalhadores e honestos, e aqueles que se recusam ao trabalho e acabam se constituindo um ônus econômico. Não foram poucas as intenções de pressionar esses últimos elementos a integrar a sociedade com o seu trabalho, que vão desde medidas mais severas como as expostas nas "Leis Sanguinárias", descritas por Marx, até a existência de instituições reeducativas como as casas de trabalho inglesas do século XIX, espaços de caridade e de correção.²¹

Jaime I - Quem perambule e mendigue será declarado vadio e vagabundo. Os juizes de paz, em suas sessões, estão autorizados a mandar açoitá-lo e encarcerá-lo por seis meses, na primeira vez e por dois anos, na segunda (...)" (Karl MARX, 1975: 851-853)

²¹ Em John LOCKE, encontramos exemplos de intenções bem definidas para o tratamento dos desempregados capazes de trabalhar, tais como: "Os administradores dos presídios (casas de correção) deveriam ser

GRANDMAISON²², nos debates da Assembléia Constituinte na França em 1789, traz elementos significativos para o entendimento da pobreza e sua relação com a participação política e a propriedade no século XVIII. SIEYES, citado pelo autor, faz a afirmação de que a **propriedade não tem apenas a conotação material, mas é portadora de qualidades morais e educacionais**. Vemos que a pobreza ou ausência de posses não é definida por critério material objetivo, mas em termos de uma atitude subjetiva perante a atividade fundamental do trabalho. As possibilidades de mobilidade social no cerne do liberalismo passa a ser uma questão de poder e querer ou, como GRANDMAISON analisa, *"libertado das tradicionais hierarquias o destino do homem estará no seu trabalho e ambição"*. É nesse sentido que também MONTESQUIEU, no século XVIII, afirmava: *"Um homem não é pobre porque não tem nada, mas porque ele não trabalha"*²³.

Nesse contexto estará presente uma dimensão mais assistencialista aos pobres, no sentido de criar as condições para o trabalho a partir de um olhar de pena, de caridade.

incentivados a transformá-los em estabelecimento de manufaturas, os juizes de paz incentivados a transformá-los em estabelecimentos de manufaturas de trabalho pesado. Os filhos dos desempregados acima dos três anos de idade eram um ônus desnecessário para a nação, deveriam ser obrigados a trabalhar, e poderiam ser obrigados a ganhar mais do que o seu próprio sustento." (John LOCKE, citado por C.P. MacPHERSON, 1979: 234)

²² Oliver Le Cour GRANDMAISON, 1988.

²³ Citado por Oliver Le Cour GRANDMAISON, op. cit., p. 180.

JONES²⁴ afirma que até 1870 a pobreza ainda não é propriamente um problema social, mas de caridade; estava associada a vícios, más influências e ociosidade, predominando toda uma imagem de desmoralização dos pobres nas quais o trabalho viria a ser uma força de recuperação.²⁵

Entretanto a crise social presente no contexto ocidental, em finais do século XIX, no que diz respeito a problemas de ordem econômica e política, tal como a emergência do socialismo, em que pesem as diferenças das localidades, acaba por acarretar novos sentimentos com relação aos pobres, não tanto um sentimento de culpa, mas de temor e medo. O povo não emerge aí como objeto de compaixão mas como o bruto, grosseiro, bêbado e imoral. A compaixão dos anos anteriores, nas palavras de JONES, cede lugar a um sentimento de *"agourenta ameaça à civilização"*²⁶.

²⁴ G. Stedman JONES, op. cit.

²⁵ Sem dúvida, a reedição da Lei dos Pobres em 1834, na Inglaterra, reforça a dimensão assistencial e repressora presente já desde o século XVI. Entretanto os marcos entre o pobre que trabalha e o que não trabalha vão ficando cada vez mais delimitados, sendo a assistência em gêneros e dinheiro suprimida, dando lugar a casas de trabalho. BRESCIANI comenta que: *"A Nova Lei dos Pobres de 1834 mantém o princípio de auxílio aos sem trabalho, mas modifica drasticamente as condições em que é oferecido. Todos os requerentes do auxílio público deveriam entrar nas Casas de Trabalho (Workhouses), cujo sistema de organização também é modificado. São suprimidas as Casas de Trabalho locais e as localidades (paróquias) agrupadas em associações (Unions) passavam a ter uma única e grande Casa de Trabalho supervisionada por um conselho de comissários, eleito pelos contribuintes da região abrangida pela Poor Law Union"* (Maria Stella M. BRESCIANI, 1992: 100)

²⁶ Nesse sentido há uma inversão no tratamento da questão, enquanto problema social, a prática da desmoralização cede para o entendimento dos sintomas de degeneração, nos mesmos caminhos explicativos antes

Não obstante, o percurso de tratamento das camadas pobres, que vai do assistencialismo à ameaça, remete a toda uma história anterior não somente relacionada às manifestações dos trabalhadores e desempregados, mas às mudanças nas práticas de inserção no social por parte destes setores, reafirmando a sua consciência de que, se num primeiro momento a pobreza aparece como um mal passageiro, passível de ser resolvido pelo progresso econômico tal qual afirmava Adam SMITH, as experiências do século XIX trazem a certeza de que a pobreza veio para ficar.

RUDE²⁷, em seu estudo sobre os movimentos populares na França e Inglaterra pré-industrial (1730-1848), vai

entendido como causas. Os vícios, as péssimas condições de moradia, a desorganização familiar, entre outros, são objetos de debates onde a ciência vai pontuando não tanto como sintomas econômicos ou morais, mas biológicos e ecológicos. JONES chama a atenção ainda para o fato de que a "ameaça agourenta à civilização" não estava apenas no plano da degeneração humana, mas combinada com a ameaça de revolução, principalmente a partir dos movimentos de radicalização presentes na Inglaterra e na França a partir de meados do século XIX. As práticas que se seguiram foram no sentido de conter a evolução de novas propostas já explícitas no movimento dos trabalhadores, sendo os esforços envidados no sentido de reformas amplas e de políticas sociais com interferência maior do Estado na regulamentação e ordenação social (G. Stedman JONES, op. cit., p. 284)

²⁷ Assim analisa o autor: *"Na sociedade industrial, as perturbações mais suscetíveis de significação histórica tomam a forma de greves e outras disputas trabalhistas, ou de reuniões públicas de massa e manifestações conduzidas por organizações políticas. Seus objetivos tendem (embora nem sempre) a ser bem definidos, voltados para a frente e bastante racionais, mesmo se apenas aceitáveis, à primeira vista, a um dos lados da disputa. E os participantes tendem, exceto em comunidades camponesas distintas, a ser trabalhadores assalariados ou industriais. Da mesma forma, a era pré-industrial tem um tipo próprio de agitação, cujos objetivos, comportamento, formas de ação e participantes são, mais ou menos, peculiares à sua época. Em nosso período de transição, a forma típica de protesto social é o motim da fome, não a gene do futuro ou o*

revelando que também houve diferenças significativas nas formas das manifestações populares no período de transição para a era marcadamente industrial, embora ressalte não ser a demarcação dos períodos e dos processos de manifestações demasiadamente rígidas. A alteração das formas de resistência popular estão dialeticamente relacionadas com as formas nas quais vão avançando as relações produtivas. Dos motins à greve vamos acompanhando toda a expectativa depositada na ruptura das formas tradicionais da política e do mercado. E há aí um movimento de inversão considerável no tratamento de uma e outra questão.

Se é significativo o avanço das formas de protesto popular na luta pelos seus direitos, é significativo também o crescente processo de conservadorismo quanto ao entendimento dos espaços a serem alocados em tais camadas sociais. Entre o iluminismo liberal e o positivismo, é relevante a emergência de uma dimensão conflituosa, nas quais vão se assentando toda uma abstração em torno da (des)qualificação das camadas pobres. RUDÉ, em seu texto, comenta como eram quase unânimes as associações pejorativas em torno dos revoltosos, inclusive entre historiadores liberais e estudiosos sérios dos movimentos populares. "Turba", "ralé", "bandidos", "canalhas", "vagabundos", "rebotalho da sociedade", "selvagens" são alguns

dos adjetivos dados aos elementos do povo no sentido de descaracterizar a sua perspectiva classista.

É interessante como nas impressões colhidas sobre os habitantes de Belo Horizonte há um primeiro momento de traçado pitoresco e até folclórico onde a vinda do progresso resolveria determinadas formas de se inserir no social; mas na medida em que a população vai crescendo o tom é outro. Aqui o Estado, representado pela Comissão Construtora e depois Prefeitura, vai interferindo deliberadamente na necessidade de conter os ânimos através da força policial; da reordenação na utilização dos espaços, através das posturas municipais e destruição das favelas; do controle das resistências dos trabalhadores e na imposição de normas e mercado de trabalho. Como veremos, o incômodo da pobreza vai se qualificando politicamente.

DA DIMENSÃO FOLCLÓRICA À DIMENSÃO POLÍTICA

A relação entre liberdade e propriedade, tal qual constituída nas práticas e campo conceitual das elites a partir do século XVII, suscitou questões extremamente relevantes que passam pela possibilidade da realização humana enquanto sujeito racional que interfere na ordem social e natural. Entretanto, as experiências sociais do século XIX colocaram em evidência as dificuldades enfrentadas por aqueles que ficaram excluídos do processo de emancipação na medida em que foram alijados de suas propriedades. Dessa forma, o projeto civilizatório ocidental em curso nesse contexto busca deslocar os problemas materiais vivenciados por amplas camadas da população para a dimensão do controle disciplinar.

Também no Brasil o debate político do século XIX concentra esforços no arcabouço de um projeto civilizador na qual, como viemos discutindo, a nova capital vem cumprir uma nova função social. Nesse aspecto é interessante notar que as observações pitorescas sobre a população horizontina, vão cedendo espaço para um olhar mais político, principalmente devido ao crescimento populacional e à presença de imigrantes.

Já analisamos que as preocupações com as potencialidades implícitas nos meios operários estiveram presentes na organização do trabalho da Comissão Construtora e na elaboração da planta. O engenheiro César de CAMPOS, por exemplo, responsável pela 5ª Divisão de Estudos e Preparo do

Sub-Solo, na análise sobre o processo de abastecimento d'água, faz o seguinte comentário em relação ao bairro do Pinto onde, segundo CAMPOS, apenas uma parte pequena da região poderia ser habitada, seja pela sua posição ou, por outro lado, pela dificuldade de abastecimento de água. Nesse sentido, ressalta que: "*(...) Acresce ainda a sabida inconveniência das aglomerações operárias de um centro populoso e governativo (...)*"²⁸.

Tal afirmação está em completa sintonia com as preocupações do século XIX, qual seja, o incômodo da presença coletiva de trabalhadores e a necessidade de interferência no processo de sua alocação espacial, cultural e política.

Em Minas Gerais, os primeiros sinais mais efetivos dos incômodos ocasionados por elementos oriundos das camadas populares emergem no século XVIII no período da mineração. SOUZA²⁹, em seu trabalho sobre o período, aponta a presença dos "desclassificados do ouro", onde o elemento "vadio" emerge através do crescente afluxo populacional para as áreas de mineração e pelo próprio caráter da exploração aurífera, que era itinerante e permitia um maior número de homens livres nas lavras, além de ter fomentado a criação de núcleos urbanos.

Ao termo "vadio" caberia toda forma de tipificações "negativas": "*(...) trabalhador esporádico, homem desprovido*

²⁸ Citado por Abílio BARRETO, op. cit., p. 153.

²⁹ Laura de MELLO e SOUZA, 1986.

de dinheiro, criminoso, ladrão, sublevado revoltoso e até mesmo potentado dissidente (...)"³⁰. Por não se inserirem num determinado padrão de trabalho e de sociedade são identificados como infratores, criminosos, ladrões e se constituem em camadas de uma certa forma intermediária entre os níveis até então bem definidos de senhores e escravos. Ou, como entendiam os representantes da elite proprietária, os "vadios" se caracterizavam por uma

"(...) certa individualidade na constituição da inserção na sociedade: os homens livres pobres se destoam dos homens de bem (e de bens) pela sua indolência, ignorância, pelos seus vícios, pela mestiçagem ou pela cor negra de sua pele; habitantes de uma terra rica e farta, esses homens nada faziam para dela conseguir frutos: preferiam viver de expedientes e esmolas, descuidando do futuro, repudiando as formas permanentes da atividade econômica e abraçando um modo de vida itinerante e imprevidente (...) homens incapazes de educação e princípio (...)."³¹

A presença crescente dos "vadios" nos núcleos de mineração trazem preocupações constantes aos políticos tanto no sentido de ameaça moral, como no sentido de se tornarem onerosos aos cofres coloniais. Conde de Valadares, governador

³⁰ Laura de MELLO e SOUZA, op. cit., p. 65.

³¹ Ibidem, p. 219 (grifos meus).

de Minas Gerais em 1770, faz a seguinte afirmação numa citação de SOUZA:

*"De mulatos, cabras e mestiços abunda esta capitania fazendo-se muitos deles pela sua vadiação e ociosidade dignos de se fazerem sair desta capitania ou de serem empregados em coisas úteis."*³²

As possibilidades da expulsão combinadas com a de utilidade constituem uma característica na manipulação dessas camadas. A sua utilidade nas regiões das minas se fazia proeminente pelas possibilidades e necessidades de uma mão-de-obra alternativa à escrava para

*"reprimir quilombos, vigiar índios do sertão, agriculturar terras longínquas cobertas ainda por florestas virgens, descobrir novos regatos auríferos (...)"*³³

Eram estas funções típicas para serem exercidas por trabalhadores itinerantes. Entretanto, ressalta um outro aspecto no sentido ambíguo com o qual é utilizado. Por vezes a caracterização do "vadio" se dá de forma totalmente heterogênea onde, ora todos são suspeitos e inúteis, ora apenas alguns. Tais indivíduos são alocados não somente no

³² Laura de MELLO e SOUZA, op. cit., p. 73.

³³ Ibidem, p. 216.

devassamento do sertão, em trabalhos de obras públicas e lavoura, mas principalmente como guardas privados e na defesa e manutenção de presídios. Não apenas criminosos e capangas podem ser um mesmo indivíduo, como também criminosos podem ser guardas de presos, sejam ladrões, outros criminosos ou escravos. Segundo SOUZA, essa prática sugere toda uma política de intimidação individual e conveniência política ao mesmo tempo que impossibilita uma identificação mais coletiva.

Se há identificação entre criminosos, ladrões, mulatos, negros, escravos, indolentes, ignorantes, etc., ela se refere à impossibilidade de sua inserção na sociedade. O que não deixará de levantar receios, como na fala de ESCHWEGE, no final do século XVIII:

*"Pelos traços característicos dessa raça de cor, mas livre, percebe-se que enquanto não for a mesma educada convenientemente, a fim de que aprenda a conhecer o verdadeiro valor do homem, não lhe será fácil, no próximo século, executar serviços até então a cargo dos escravos."*³⁴

As concepções de sociedade pelas elites do século XIX vão aprofundar as demarcações sociais entre vadios e trabalhadores, como entre maus trabalhadores e trabalhadores honestos, o que reflete no próprio processo de tratamento dessas categorias populares.

³⁴ Citado por Laura de MELLO e SOUZA, op. cit., p. 221.

O agravamento das condições de sobrevivência material, além do crescente afluxo das camadas pobres à cidade, pelos motivos comumente atribuídos como causa da situação miserável nas quais se encontravam, passam a ser entendidos mais como sintomas, como afirma JONES, "as condições selvagens e brutalizadas do pobre era resultado de longa exposição às degeneradas condições da vida na cidade"³⁵. O autor mostra também que a mudança no entendimento das causas da pobreza, enquanto um sintoma da vida degenerada nas cidades, desloca as análises do campo moral e econômico para o campo biológico e ecológico, como já afirmamos. Dessa forma, "vadios" ou desempregados são determinados primeiramente não por uma demanda irregular de empregos, mas por sua constituição medíocre, fraca que o incapacita para um trabalho regular.³⁶

Também o traçado da planta de Belo Horizonte sugere a intenção de separar maus e bons elementos e, na verdade, os registros do período fundamentam esse pressuposto. Na "Instrução relativa à repressão da vadiagem e outras medidas

³⁵ G. Stedman JONES, op. cit., p. 286.

³⁶ Arnold WHITE, intelectual inglês (1822-1888), dividiu a categoria dos desempregados em três, onde "Vinte por cento são genuinamente desempregados, outros quarenta por cento entretanto são fracos e incapazes.. Os restantes quarenta por cento contudo são totalmente degenerados: fisicamente, mentalmente e moralmente incapazes, não há nada que uma nação possa fazer para esses homens, exceto deixá-los morrer (...)". Assinala ainda que o maior problema não é propriamente a sua existência mas a ameaça de contaminar as classes imediatamente superiores, em seu potencial destrutivo. (G. Stedman JONES, op. cit., p. 288)

policiais", o chefe da Polícia de Minas, Bacharel Alfredo Pinto Vieira de MELLO expressa no artigo 200 a seguinte conceituação de "vadio":

*"(...) não exercem profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhem a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habitem, e aqueles que procuram promover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei ou manifestante ofensiva da moral e dos bons costumes. São considerados sem domicílio certo os que não mostrarem ter fixado em alguma parte a sua habitação ordinária e permanente, ou não estiverem assalariados ou agregados a alguma pessoa ou família."*³⁷

Em um folheto de Francisco Martins DIAS, encontramos o seguinte registro:

"(...) chegada contínua de operários e outros elementos adventícios de ambos os sexos e de todas as nacionalidades, em maioria italianos, muito turbulentos, de reputação duvidosa, que iam improvisando cafés e barracões, para suas moradias, sendo que alguns vadios, ficavam mesmo perambulando pelas ruas (...)." ³⁸

A cidade emerge, como bem analisaram MARX e WEBER, guardadas suas divergências teóricas, como local de mercado, fortalecendo espaços de produção e reprodução dos pressupostos

³⁷ OURO PRETO, 1894.

³⁸ Francisco Martins DIAS, 1897.

necessários à sua própria existência, sejam econômicos, políticos ou culturais. Ou, como CALVINO ao referir-se a ZIRMA: *"A cidade é redundante, repete-se para fixar alguma imagem na mente"*.

Messe sentido, a maior tensão está nos antagonismos gerados nela mesma: libertar-reprimir, incluir-excluir. Produzir e reproduzir espaços de vadiagem, de casas mal supridas, de condutas indesejáveis constituem parte de uma imagem maior a ser fixada, onde esses elementos se fazem constantemente lembrados e acabam por expressar o antagonismo de final de século, a combinação do individualismo liberal com a ênfase nas solidariedades nacionais e no bem-estar comum. A intenção da cidade planejada, se possui um caráter arbitrário de criar espaços onde terá lugar uma possível homogeneidade social e cultural, é frustrada pela heterogeneidade material, contínua e persistente, através da qual realiza sua monumentalidade.

Dessa forma, o modelo de cidadania e educação que o projeto urbano incorpora está relacionado à constituição de dois campos distintos, e diz respeito às práticas das prioridades e das provisoriiedades que se acentuam durante a construção da cidade, sendo intermediadas pelo Estado, através dos membros da Comissão Construtora.

A "cidade provisória" e a "cidade dos privilégios" possuem um sentido marcadamente político e está relacionada à materialidade na qual ambas vão se constituindo. A "cidade de

prioridades" prevê as condições de assentamento da propriedade privada onde o Estado interfere deliberadamente para a sua efetivação.

A "cidade provisória" é o espaço da irracionalidade, da precariedade das condições de vida e da acentuada repressão policial, onde os seus habitantes são responsabilizados pela própria situação em que se encontram, seja em decorrência da dependência material, como pensavam os liberais, seja pela "irracionalidade natural" dada a sua condição operária, como preferiam os positivistas.

Dessa forma, o modelo de civilidade impõe-se à cidade provisória, engrossando os estereótipos pejorativos, os limites entre maus e bons trabalhadores. Reafirma também a necessidade permanente de educação e disciplinarização dos indivíduos operários e pobres, mais no sentido da justificativa de sua exclusão física, política e social do que propriamente na ênfase de sua incorporação.

É assim que as observações em torno do "mineiro da carne de vento", "esgrouviados das costas" cedem, aos poucos, lugar para as impressões marcadas por outras adjetivações como "elementos turbulentos", "perniciosos" e de hábitos suspeitos, enquanto as prioridades para a elite proprietária são reveladas por uma política clara de favorecimentos.

Começando pelas formas das prioridades e privilégios, temos que são caracterizadas basicamente pela consolidação das condições para desenvolvimento da economia de

mercado e instalação das relações privadas.³⁹ Durante o processo de construção da cidade são bem vindos os indivíduos dedicados à iniciativa privada. A iniciativa empresarial assume conotação semelhante à de abrir vias de circulação no processo inicial de arruamento. Abrem-se vias, criam-se oportunidades para novas atividades econômicas e relações sociais que vão desde a implantação do corpo burocrático até as facilidades concedidas de forma mais direta aos empreendimentos privados.

Nos jornais abundam ofertas de serviços, vendas de casas, carroças, carruagens, construtores se oferecendo para construção, lojas de material de construção, armazéns, médicos, dentistas, advogados, farmacêuticos, professores particulares...

*"Emprego pronto de pessoal operário ou de qualquer ofício - Agência Geral, Rua São Paulo esquina da dos Carijós"*⁴⁰

³⁹ A interferência do Estado nesta perspectiva não é característica única do século XIX, foi-se constituindo nos séculos anteriores enquanto elemento presente na própria concepção liberal de sociedade. Ou, como afirma Eric HOBBSBAWN *"Na economia liberal clássica, o objetivo da intervenção para o capitalismo (...), é visto como um sistema auto-regulador e em auto-expansão que tende a maximizar a riqueza da nação"* (Eric HOBBSBAWN, 1978: 211). Não obstante os liberais desejassem que a interferência ficasse mais no âmbito do social e a economia ao sabor do livre mercado, outro autor, Anthony ARBLASTER, afirma que: *"É preciso que não fique dúvida de que os economistas clássicos admitiam um papel significativo para a atividade governamental nos assuntos tanto sociais quanto econômicos (...) mesmo quando o sancionamento dos princípios do mercado foram proclamados, houve uma considerável esfera de ação governamental"* (Anthony ARBLASTER, op. cit., p. 250).

⁴⁰ Jornal A CAPITAL, 12 de agosto de 1897.

"Funileiro - João Pinto Otávio encarrega-se de quaisquer serviços concernentes a sua profissão - Trabalho garantido preços módicos. Para tratar na Fidelidade, com José Inácio P. da Fonseca."⁴¹

"Chamamos a atenção dos leitores para o anúncio que hoje publicamos na 2ª página ao Sr. Antônio Carvalho (Saques para a Europa - Antônio Maia da Silva Carvalho, de combinação com a casa Souza, Alves e Comp., do Rio de Janeiro e agentes do Banco Aliança do Porto, faz saques para a Europa, garantidos 2 por cento). Como há aqui muita gente que, a despeito do câmbio a 7 e póses, [sic] consegue ajuntar dinheiro para enviar para a Europa, é de ver que o nosso anunciante vai ter freguesia, e é isso justamente o que ele quer. Sacudi, pois, os vossos mealheiros, oh! operários da estranja, e sacai para a Europa! O Carvalho faz esse serviço baratinho."⁴²

"A Tabacaria Oliveira inaugura hoje o vendedor automático de charutos. O freguês joga um nicoláu e... o charuto aparece."⁴³

Também o favorecimento da iniciativa privada pode ser percebido através da concessão de licenças para construção de moradia e vilas operárias, como se vê nessa citação:

"(...) cuidavam os Srs. Alberto Bressane Lopes e Comp. de construir uma vila de casinhas para pequeno aluguel nas ruas Grão Mogol e Alfenas, a fim de se atender a grande dificuldade sempre crescente de habitações da nova cidade. Nesse sentido fez uma proposta ao Governo do Estado por

⁴¹ Jornal AURORA, 5 de janeiro, 1897.

⁴² Jornal A CAPITAL, 12 de agosto, 1897.

⁴³ JORNAL DO POVO, 5 de dezembro, 1899.

*intermédio da Comissão, a qual foi informada favoravelmente no dia 6 de junho pelo Engenheiro-Chefe. Aceita pelo Governo, a proposta, em setembro era iniciada a construção de um grupo de 100 casinhas de tipos diversos, destinadas em sua maioria a operários e pessoas pobres. Por ocasião da mudança da capital estavam bastante adiantadas umas 15 casas das maiores, entre as ruas Rio Grande do Norte e Paraibuna, e a vila nascente, cujas habitações seriam para aluguel de 25\$ a 80\$000, tomou logo a denominação de Vila Bressane.*⁴⁴

A cidade de privilégios também pode ser identificada pelo movimento financeiro da Comissão Construtora⁴⁵ e nas prioridades de gastos nas edificações centrais. O fundo das receitas geradas na capital está relacionado com a própria

⁴⁴ Abílio BARRETO, op. cit., p. 623. Também em "Rascunhos de Ofícios dirigidos às finanças e diversos" (1898), os favorecimentos direitos à iniciativa privada são confirmados:

"Ao Dr. Prefeito da Cidade de Minas. Rogo-vos fornecer-me cópia de contrato firmado entre a extinta Comissão Construtora e o senhor Alberto Bressane Lopes para a construção de casas destinadas a operários e aos funcionários estaduais nomeados depois da expedição do decreto nº 818 (...)" (11 de janeiro, 1898).

"Para Alberto Bressane Lopes. De ordem do Sr. Dr. Secretário do Estado, vos devolvo as chaves das casas nº 29, tipo 1 da Lagoinha, e 5, tipo 5 da Rua Alfenas, facultando-os o direito de alugá-las até que sejam de novo reclamadas por esta Secretaria" (03 de fevereiro, 1898).

⁴⁵ Os custos da cidade nos anos iniciais foram sustentados basicamente com verba do Estado e das vendas auferidas pela própria Comissão Construtora (desapropriação, imposto de selo, transmissão de propriedades, venda de lotes, renda do tráfego do ramal, etc.). Em meados de 1896 é contraído um empréstimo com o Banco de Paris e dos Países Baixos e em maio de 1897 é apresentada a seguinte redação, a partir do Relatório de Francisco Sá, Secretário da Agricultura do Presidente Bias Fortes: "CRÉDITOS: 25.000:000\$000, DESPESAS: 17.515:873\$664, RESTAM: 7.484:126\$336" (citado por Abílio BARRETO, op. cit., p. 687).

redefinição do assentamento de novos proprietários e expulsão dos antigos, sobressaindo aí o capital arrecadado com vendas de lotes urbanos e suburbanos, aluguéis de casas velhas e transmissão de propriedades. Já que as despesas maiores recaem exatamente na edificação da infra-estrutura para os novos moradores privilegiados da capital. Ao observarmos o quadro abaixo, perceberemos a real dimensão da cidade-capital. Entre 74 fontes de despesas, destacamos algumas mais significativas.

QUADRO DA DESPESA DE 22 DE FEVEREIRO A 15 DE MAIO DE 1899

. Água - abastecimento definitivo	2.385:954\$244
. Assistência pública	19:020\$915
. Avenidas, etc. movimento de terras, inclusive Britador	1.999:160\$812
. Casa dos funcionários, dos Secretários e Chefe de Polícia	3.250:793\$143
. Congresso (fundações)	187:273\$701
. Casas para operários	79:455\$001
. Extinção de formigueiros	82:637\$350
. Secretaria de Polícia e Senado	133:736\$315
. Festejos e Recepções	84:501\$337
. Quartel	757:261\$172
. Ajuda de custo de funcionários	114:764\$803

Fonte: BARRETO (op. cit., p. 697-699).

Ainda em outro relatório, de fevereiro de 1894 a dezembro de 1896, encontramos, entre outras, a seguinte relação: despesas com a Colônia do Barreiro - 27:000\$000, despesas com ajuda de custo (para funcionários) da Comissão Construtora - 55.950\$000.

Os dados em si são reveladores do esforço de transformar Belo Horizonte no monumento aglutinador dos interesses comerciais, industriais e políticos, o que pressupõe a prioridade de determinados setores. É portanto, "natural", que outros apresentem problemas, como por exemplo, a "falta de dinheiro" para pagamento dos trabalhadores e da infra-estrutura suburbana. O maior investimento da Comissão Construtora foi com casas para funcionários públicos, enquanto "gastou-se" mais com extinção de formigueiros ou festejos e recepções do que com a construção de casas para operários. Também no relatório parcial repete-se a situação de o gasto ser maior com funcionários do que com os trabalhadores da colônia do Barreiro.

Há ainda uma política clara de favorecimento dos futuros habitantes, particularmente o funcionalismo. Nas correspondências à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas⁴⁶, após a inauguração da capital, encontramos uma pequena amostra que revela a apropriação do dinheiro público utilizado para consertos de casas de funcionários:

⁴⁶ Rascunhos de Ofícios dirigidos às finanças e diversos, 1898.

Em 11/01/1898: Carta ao Sr. Dr. Eduardo Porto onde os funcionários José Bernardes de Paula Aroni e Rodolfo Augusto Gomes pedem reparos em suas casas, assoalhos, portas, janelas...

14/01/1898:

"Recebi do Dr. José Coelho de Gomes pedido para que sejam tiradas goteiras em sua casa, sita à rua dos Aimorés, 6ª sessão, quarteirão 11, lotes nº 18 e 19. Apresentamos a reclamação, a fim de que seja tomada em consideração."

19/01/1898:

"Tendo o Sr. Carlos F. Meireles solicitado a conclusão da pintura de sua casa, sita à rua Piauí, quarteirão 32, lotes 9 e 11, peço-vos providencieis no sentido de ser satisfeita a reclamação apresentada."

22/01/1898:

"Peço-vos mandais substituir o papel de alguns cômodos da casa sita à rua Pernambuco no quarteirão 20, lotes nº 14 e 16, visto estar estragado, devido a infiltração de águas pluviais, e bem assim, retocar a fachada, cujo reboco está caindo."

28/08/1898:

"Peço-vos atender, quando for possível, as reclamações feitas por diversos

funcionários sobre suas casas, segundo a nota junta."

10/02/1898:

"O funcionário estadual Francisco de Paula (...) pede seja colocada na sua casa (...) uma torneira d'água em substituição a que ali foi posta provisoriamente. Para resolver o assunto peço-vos mandeis verificar e me informar se com efeito tal serviço foi feito provisoriamente, como alega o funcionário."

Não é preciso muito esforço para entender que tanto Aarão REIS como Francisco BICALHO utilizaram os símbolos altamente positivos atribuídos aos funcionários públicos para atrair novos elementos à capital. A intenção é povoá-la com indivíduos distintos e de respeitabilidade em contrapartida aos antigos habitantes, bem como possuir marcos que identificassem a sua função social, através de edificações suntuosas e casas de fachadas que impressionavam pelo seu estilo, modernidade e higiene.

A organização de uma cidade cujo elemento fundante é a burocracia e o funcionalismo tem suas implicações relacionadas com a própria constituição das repúblicas modernas. Segundo WEBER (1864-1920), um crítico da burocracia, o que vai caracterizar o funcionalismo moderno é a sua ocupação em um cargo (eleito ou nomeado) no qual a fidelidade e a confiança se desenvolvem sem os laços de servidão pessoal ao governante, mas no sentido de uma obrigação específica de

administração fiel em troca de uma existência segura, expressa entre outras pela vitaliciedade no cargo e por uma renda fixa.

Nesse sentido, a existência do funcionalismo pressupõe um sistema estável de tributação, o que concorre para a centralização e concentração dos meios materiais de administração nas mãos do Estado, que regulamenta e controla o orçamento, colocando a sua gestão na mesma lógica de uma grande empresa capitalista centralizada, cujos trabalhadores estão separados de seus meios de produção.

A administração dos serviços coletivos e públicos, por sua vez, torna-se mais burocrática quanto maior for sua área de atrito exposta pelas divergências políticas e econômicas internas ao Estado e nas suas relações externas com a sociedade civil, como afirma WEBER:

*"Entre outros fatores, as múltiplas tarefas da política do bem-estar social operam principalmente no sentido da burocratização, pois essas tarefas são, em parte, atribuídas ao Estado pelos grupos de interesse e, em parte, o Estado as usurpa, devido a sua política de poder ou a motivos ideológicos. É claro que tais tarefas são, em grande parte, determinadas economicamente."*⁴⁷

Esse autor chama ainda a atenção para uma outra característica da burocratização que, através da categoria do funcionalismo público, levou a uma "democracia passiva",

⁴⁷ Max WEBER, 1974: 248.

enquanto instrumento que transforma uma "ação comunitária" em "ação societária" racionalmente ordenada...

*"uma ação societária metodicamente ordenada e realizada, é superior a qualquer resistência de massa ou mesmo de ação comunitária (...) como instrumento de socialização das relações de poder, a burocracia foi e é um instrumento de poder de primeira ordem - para quem controla o aparato burocrático."*⁴⁸

Não obstante, é na "cidade provisória", que passamos a analisar, onde se revelam os conflitos maiores postos pelas práticas da moderna racionalidade. A pobreza extensiva e suas conseqüências são entendidas como produzidas pela própria incivilidade das camadas operárias e não vinculadas às relações de produção capitalista.⁴⁹ Nesse sentido, foram-se

⁴⁸ Max WEBER, op. cit., p. 264-265.

⁴⁹ ENGELS, no século XIX, descrevendo sobre a cidade de Manchester, enfatiza que "A própria cidade está construída de uma maneira tão peculiar, que podemos habitá-la durante anos, sair e entrar nela cotidianamente sem nunca entrevermos um bairro operário nem sequer encontrarmos operários, se nos limitarmos a cuidar de nossos negócios ou passearmos. Mas isto deve-se principalmente ao fato de os bairros operários (...) estarem separados com o maior rigor das partes da cidade reservadas à classe média (...)" (Friedrich ENGELS, 1985: 57).

Essa peculiaridade das cidades ocidentais tem, no seu sentido maior, tornar a segregação uma caracterização "natural" de classes incultas. Em Manchester, a zona central, tal como em Belo Horizonte, é protegida por um anel, cujos limites exteriores são destinados à habitação operária. Também HOBBSAWN (1987) enfatiza a segregação do trabalhador britânico tanto no sentido residencial quanto em termos de expectativa de vida onde há uma contínua demarcação entre o "que os operários fazem daquilo que as outras classes faziam" (Eric HOBBSAWN, op. cit., p. 287).

delineando fronteiras entre "maus" e "bons" trabalhadores a partir de suas condutas e formas de inserção na cidade: a provisoriedade mesma de suas condições de vida e trabalho foi considerada consequência da sua "má conduta", reforçando as adjetivações pejorativas.

Portanto, a construção da cidade-capital não se fez sem problemas. Ao contrário, foram os problemas que a caracterizaram enquanto espaço de tensão. Na observação de BARRETO, tal situação pode ser percebida na própria existência de:

"turbulentos bairros provisórios de cafés e barracões - Córrego do Sertão e Favela ou Alto da Estação, aglomerações humanas justamente consideradas a subúrbia da futura cidade."⁵⁰

A cidade enquanto espaço de alocação de uma nova categoria de trabalhadores produz também sua exclusão social numa dimensão menos folclórica e mais política no seu tratamento. Nesse sentido, a força policial e as posturas municipais não se constituíram como meros agentes repressores, mas acompanharam toda a simbologia política da cidade, do urbano e do moderno.

A necessidade de uma força de trabalho gera os seus problemas próprios, "naturais", quais sejam: o tipo

⁵⁰ Abílio BARRETO, op. cit., p. 351 (grifos meus).

preferencial de trabalhador, moradia, saúde pública, ordem policial. Nas crônicas de CAMARATE encontramos várias alusões à questão da ordem pública. Em 10 de abril de 1894, escrevia:

*"Outra coisa supponho desde já necessária, e essa suposição deriva exclusivamente da minha impressão pessoal: é haver aqui uma força policial, não para manter a ordem na povoação, porque aqui a gente é boa, ordeira e cortês para com todos; mas para manter um respeito aos que pela sizia e intriga, com fins inconfessáveis, pretendam inimizar os que estavam com os que chegavam."*⁵¹

A vinda de novos trabalhadores nacionais e estrangeiros que se estabelecem nos arredores da cidade e na colônia agrícola do Barreiro implicou uma redefinição política das formas de sua absorção pela cidade.

As preocupações com problemas criados pelas novas categorias de mão-de-obra aparecem de forma significativa nos debates da Constituinte Mineira. Nela são estabelecidas leis de normalização para trabalhadores estrangeiros e em 1893 é regulamentada a crescente entrada de imigrante no Estado, além de trabalhadores nacionais.

Gustavo PENNA, em uma publicação a respeito da situação econômica de Minas Gerais, afirmava que seu engrandecimento dependia entre outros da

⁵¹ Citado por Abilio BARRETO, op. cit., p. 80.

"(...) afluência do trabalhador estrangeiro que liberte as classes produtoras do estado da incerteza em que vivem pelo dia de amanhã, tornando a vida rural em nosso país o que deveria ser, isto é, a mais atraente, a mais tranqüila e a mais compensadora das profissões úteis (...) suponha o rápido povoamento do solo, o aumento considerável de nossa exportação, do valor da propriedade agrícola, das nossas rendas (...) a expansão industrial e do comércio (...).⁵²

O apelo à mão-de-obra estrangeira para Belo Horizonte se faz, principalmente, na fase da construção da cidade durante a gestão de BICALHO, tendo como objetivo não somente operários para construção civil, como para povoamento dos núcleos coloniais.⁵³ O afluxo de imigrantes na época da construção da nova Capital foi bastante razoável. BARRETO (1936) afirma que de janeiro de 1893 a 31 de maio de 1897

⁵² Gustavo PENNA, 1892: 2.

⁵³ Há de se ressaltar que a imigração em Minas Gerais como um todo não teve tradicionalmente a mesma ênfase como em outras cidades brasileiras. Norma Góes MONTEIRO (1973), em seu trabalho **Imigração e colonização em Minas Gerais**, ressalta que devido ao grande número da população escrava em meados do século, esta foi rapidamente absorvida pelos setores cafeeiros do Sul e da Mata. A contratação de imigrantes se deu mais no sentido de povoamento através da instituição de núcleos coloniais de vida efêmera e apenas com a grande expansão da década de 80 é que se começa a intensificação de pedidos tanto para lavoura como para construção de ramais férreos, com grande concentração principalmente na cidade de Juiz de Fora.

Em contrapartida, com a abolição e a república, o choque da ausência de mão-de-obra é relevante, verificando-se um crescente processo de despovoamento de determinadas regiões onde os libertos se deslocam para aquelas que ofereciam melhores condições, como São Paulo, Rio de Janeiro e Zona da Mata Mineira, principalmente em épocas de colheita.

havia entrado na hospedaria improvisada na nova Capital 1.543 operários de nacionalidade predominantemente italiana.

No Brasil, a questão do imigrante aparece conflituosa como problema e resposta. É resposta quando se adequa às circunstâncias de trabalho locais e preenche uma necessidade de mercado, além de fornecer pressupostos para teorias de eugeniização. É problema quando causa distúrbios e agitações. Encontramos nos ofícios e jornais várias alusões que confirmam estas hipóteses: da dimensão de trabalhadores brancos e bem intencionados à perspectiva de que viessem para alterar as práticas dos trabalhadores locais.

No jornal "A Capital", de 15 de outubro de 1895, encontra-se o seguinte anúncio:

*"Ama de leite de 21 anos de idade, italiana, residente nesta localidade, oferece-se para criar em casa. Dirigir-se à direção desta folha".*⁵⁴

O ofício de 12 de julho de 1895, anuncia a chegada de quatro moços franceses, pretendendo-se

"com eles organizar um campo prático de experiência e de trabalho em grande escala pelo arado, para o curso prático de lavradores e para a vulgarização do arado

⁵⁴ Jornal A CAPITAL, 15 de outubro de 1895.

cujo uso prático nesta zona ainda não existe."⁵⁵

Ainda em fins do mesmo ano (27 de dezembro) encontramos, entre vários outros, um ofício que noticiava a pretensão de "um fazendeiro, súbdito italiano, naturalizado brasileiro" que desejava mandar vir para o Brasil família e amigos seus da Itália e para isso pedia passagens grátis, com o seguinte comentário:

*"um caso de imigração muito interessante, porque trata-se de famílias verdadeiramente agrícolas, famílias de lavradores que querem vir para o Brasil, a chamado de patricios estabelecidos no Estado de Minas, já se destinam para Minas, para uma localização certa e já preparada."*⁵⁶

Por outro lado, são várias as alusões de cronistas da época sobre a atuação de elemento imigrante enquanto perturbador da ordem e principalmente como influenciador de atitudes infratoras por parte do "pacato" trabalhador local.

As impressões de Abílio BARRETO, ao chegar à nova Capital, dão notícia de que

"Nos primeiros tempos da nova capital italianos aventureiros aqui perturbavam a ordem e cometiam crimes, dando trabalho às autoridades. Estes súditos peninsulares

⁵⁵ OFÍCIOS, 1895.

⁵⁶ OFÍCIOS, 1895.

*que vinham à nova cidade certamente procurando trabalho ou alguma atividade lucrativa, várias vezes infringiram a lei.*⁵⁷

Não obstante, a provisoriedade das condições de vida e trabalho caminham paralelamente à definição da ordem policial e das justificativas de exclusão política das camadas pobres e trabalhadoras. Os limites de sua inclusão social, definem-se pela condição de vendedores de força de trabalho pois, uma vez cumprida a tarefa, sua absorção se dá na dimensão clandestina, marginal e provisória da cidade.

Em 16 de julho de 1895 um ofício fala da intenção do engenheiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital de construir um **barracão provisório** em Belo Horizonte, *"a fim de nele serem agasalhados imigrantes solteiros e algumas famílias também de imigrantes"*⁵⁸. Na colônia do Barreiro as situações não eram melhores. O ofício de 17 de setembro de 1895 relata as carências e péssimas condições da Fazenda onde *"(...) Estamos consertando a casa que antigamente seria de senzala da Fazenda para acomodação e alojamento de empregados"*⁵⁹.

A improvisação se faz presente dando lugar às denúncias das precárias condições das moradias dos trabalhadores. Em artigo de 1897, o jornal "O Pharol", de Juiz

⁵⁷ Abílio BARRETO, op. cit., p. 347.

⁵⁸ OFÍCIOS, 1895.

⁵⁹ Ibidem, 1895.

de Fora, crítico incansável da construção da nova Capital, acusava o Governo do Estado

*"pela indignidade de mandar seduzir e aliciar, na Europa, pobres imigrantes, milhares de operários e jornaleiros, que vieram enganados, tendo-se-lhes prometido emprego constante e bem remunerado, para depois deixá-los ao abandono, ao relento, sem agasalho, na miséria e sem lhes ter pago os salários!"*⁶⁰

Ao descrever os bairros operários, BARRETO diz que atrás da Estação de Minas,

*"(...) ia-se adensando uma povoação de cafúas e barracões de zinco, a que o povo denominava Favela ou Alto da Estação ou Morro da Estação (...) Tal qual aquele bairro improvisado, onde morava a gente operária, existia igualmente o Leitão, outro aglomerado humano de gente pobre, em rumo oeste do arraial. Estes dois bairros mescladíssimos e turbulentos, sobretudo à noite e nos dias de descanso, puseram a prova de fogo as energias e o valor do sub-delegado de política Capitão Lopes (...)"*⁶¹

Sem dúvida, as observações de BARRETO não passaram despercebidas pela Comissão Construtora que reclama a ação de uma autoridade

⁶⁰ Citado por BARRETO, op. cit., p. 397.

⁶¹ Ibidem, p. 370.

*"enérgica, criteriosa e previdente que reprimisse delitos e mantivesse a ordem e a tranqüilidade indispensáveis para o bom andamento dos trabalhos e da construção da cidade."*⁶²

Assim, em maio de 1894, na gestão de REIS, é criada uma sub-delegacia de polícia, tendo à frente o Capitão Lopes, responsável por manter a disciplina entre o *"numeroso pessoal recortado das camadas mais ínfimas da sociedade"*. Ao Capitão seriam dados toda "força moral" e prestígio como meios de suprir as deficiências materiais.

O jornal "A Capital", de 15 de outubro de 1896, concedendo "Honra ao Mérito" ao sub-delegado, releva:

*"Haverá por aqui quem não conhece o Capitão Lopes, digno delegado de polícia e não menos digno militar? Não, todos o conhecem e todos sinceramente estimam-no e respeitam-no (...) Ai da ordem pública na barafunda desse cosmopolismo individual em Belo Horizonte, se não fossem o tino, a prudência e a justiça do Capitão Lopes sempre cercada de merecido apoio (...) Terror dos velhacos, vagabundos e desordeiros, é ele um temível Henelick em Belo Horizonte (...)"*⁶³

Já no mandato de Francisco BICALHO, o crescimento da população exige reforço da repressão. Em ofício nº 140 de 27

⁶² Citado por BARRETO, op. cit., p. 348.

⁶³ Jornal A CAPITAL, 15 de outubro de 1896.

de setembro de 1895, faz o seguinte pedido ao Secretário da Agricultura:

*"O notável crescimento da população nesta localidade que naturalmente, tende a aumentar-se proporcionalmente com o desenvolvimento das obras públicas e particulares em via de execução com a entrega dos lotes já vendidos, permutados ou doados, torna-se preciso cuidar dos meios indispensáveis para a manutenção da ordem pública, felizmente até hoje completamente insuficiente para o serviço do policiamento e não oferece, quanto ao número, a menor garantia para a repressão de qualquer desordem de caráter mais grave que possa surgir. Nestas condições, peço a V.Exa. providenciar no sentido de ser reforçado com urgência, de mais doze praças de infantaria, morigeradas e, se possível, solteiras, devidamente armadas e municadas o mesmo destacamento (...)."*⁶⁴

E BARRETO acrescenta:

*"Ora, aqueles homens que, durante o dia, brandiam as ferramentas, esplanando o solo e construindo a cidade que aqui hoje admiramos, mal a noite caía, ajuntavam-se nas tavernas, que proliferavam por toda parte como cogumelos, e aí bebendo, fumando, jogando, discutindo, armavam freqüentes distúrbios. Mas bastava que surgisse ali o temido Capitão Lopes e tudo serenava, pois ele, sem nada temer, entrava nas tascas, entre os brigões, prendia-os, entregava-os aos soldados."*⁶⁵

⁶⁴ OFÍCIOS, 1895.

⁶⁵ Abílio BARRETO, op. cit., p. 352.

SENNET, em *O declínio do homem público*, afirma que "(...) *A civilidade existe quando uma pessoa não se torna um fardo para outras*"⁶⁶. As classes trabalhadoras e pobres emergem na sua incivilidade como fardo social, o que foi característico das condições de sua existência no final do século XIX. A dimensão de fardo, seja na perspectiva assistencialista, de ônus para o Estado, ou na perspectiva política, como ameaça, estará combinada com suas formas de inserção na cidade.

Nesse sentido, a sua conduta assimilada a hábitos "grotescos" como "beber", "fumar", "jogar", esbarra com o estilo burguês de vida, tornando-se a caricatura de uma classe. Da mesma forma, as turbulências dos imigrantes vão compondo estereótipos de raça: os italianos são os alvos principais, considerados pela sua "conduta violenta", ameaças em potencial ao "bom e pacato operário mineiro". E mais, os alojamento dos pobres e trabalhadores passam a constituir-se problemas que mesmo sendo próprios da lógica de mercado, associam-se cada vez mais a uma cultura de classe.

Também a situação de higiene era lamentável. O engenheiro chefe, em seu relatório de 1896, atesta que, tendo em vista a grande modificação da população,

⁶⁶ Richard SENNET, 1988: 329.

"levas inteiras de trabalhadores, nacionais e estrangeiros, acompanhados alguns de suas famílias, "produziram" verdadeiro simulacro de abrigos hipotéticos",

onde a ausência de hábitos de higiene estabelecia um vínculo direto com as más condições de vida e a doença:

"(...) A aglomeração de semelhante população, que não prima pelo amor à higiene, o acúmulo de detritos orgânicos e resíduos de toda a sorte, infectando o ambiente, a falta absoluta dos mais ligeiros elementos de confortabilidade e mesmo de asseio em suas habitações provisórias, constituíam outras tantas fontes para gravemente comprometerem a saúde pública (...) No meio de tantos elementos nocivos e perigosos, era de recear-se que alguma epidemia se desenvolvesse, trazendo o terror às classes operárias, o atraso para as obras encetadas e o descrédito para o local escolhido para a nova cidade (...)." ⁶⁷

A degradação urbana não é produto de seu projeto e função social, ela aproxima-se de uma cultura de classe que possui em sua própria constituição o potencial da incivilidade.

Os problemas trazidos pela epidemia de varíola e cólera, ocorridos durante a construção da capital, produzem

⁶⁷ Abílio BARRETO, op. cit., p. 575-576 (grifos meus). Também Sidney CHALLOUB (1990) analisa a situação dos cortiços no Rio de Janeiro, dando ênfase às elites na disseminação de maus costumes e focos de epidemias. Nos projetos citados pelo autor em relação às posturas referentes à questão das habitações operárias, nota-se uma forte preocupação com aquelas próximas à área central da cidade.

também a improvisação da assistência médica. O médico da Comissão Construtora, Cícero FERREIRA, cumpre, nas palavras do engenheiro BICALHO, sua "missão caridosa", supervisionando e desenvolvendo ele mesmo um intenso trabalho de sanitização física, de vacinação (*"quase que violentamente (...) malgrado a grande relutância"*) e da construção de um hospital de isolamento localizado nas imediações do bairro Calafate. Reconhecia, contudo, que o hospital construído em situação de emergência tinha característica que bem o recomendavam:

*"(...) com caráter provisório, um barracão de pau a pique e cobertura de zinco, em boas condições higiênicas e isolamento, aparelhado convenientemente para o fim a que se destina e ao qual poderá prestar-se por muito tempo."*⁶⁸

Pode-se notar que a mesma solidez requerida para edificar e estruturar a zona urbana, com seus palácios, avenidas, casas para funcionários, também se apresenta contraditoriamente nas iniciativas e empreendimentos relativos às camadas populares. As edificações tênues e provisórias da região suburbana contrastam com a sólida certeza das necessidades objetivas para o assentamento da nova lógica econômica.

⁶⁸ Abílio BARRETO, op. cit., p. 577 (grifos meus).

Limpar as áreas centrais, comprometedoras da ordem econômica e amparadas pelas teorias sanitárias e higienistas, é parte de um discurso que vê nessas áreas um meio cultural que precisa ser atacado, remediado, quando não prevenido. Por outro lado, a alocação dos pobres em áreas distantes que não comprometam a ordem vai se configurando como mal necessário.

DIAS redige, em 1897, impressões que cobrem o período do início das primeiras construções na nova Capital até vésperas de sua inauguração, testemunhando a projetada função social da cidade-capital:

"Do antigo arraial ainda existem muitos vestígios: - casas velhas, cafúas, choupanas, ruas estreitas e tortas, largos e praças irregulares - eis o que se nota ainda do velho Curral d'El Rey. Um centenas de cafúas e barracões que se vêem agrupados ou disseminados aqui, acolá, são tendas dos operários da nova cidade, e que são demolidos com a mesma facilidade com que são construídos, conforme as exigências do andamento dos serviços o reclamam. Belo Horizonte é hoje um contraste de velharias e novidades: ao pé de uma cafúa de barro coberta de capim ou de zinco eleva-se um edifício elegante e sólido; ao lado de um edifício velho do Curral d'El Rey surge um primoroso palacete da nova Capital, - junto de uma estreita e pobre rua, formada de casas e choupanas de todos os tons e categorias, que atestam a modéstia ou a pobreza dos antigos habitantes do Curral, estira-se desapontada, larga e extensa rua da nova cidade. Mas essas cafúas, essas velhas casas e essas ruas irregulares do Curral vão desaparecendo, pouco a pouco, ao passo que, como por encanto, surgem outras novas (...) Praça aos céus que sublime, poética

e bela seja também a metamorfose social e moral! (...).⁶⁹

As relações entre a "cidade de privilégios" e a "cidade provisória" ensejam um amplo campo de discussões no qual as condições materiais e culturais de existência das populações pobres sugerem a necessidade de um determinado projeto de cidadania e cultura justificado pela situação de dependência material e irracionalidade "natural" dessas populações. Nesse plano, o modelo e as práticas da cidade civilizada dão conteúdo a um projeto pedagógico que, nas palavras de DIAS, faz com que a cidade enseje também "a metamorfose social e moral". Não obstante, um campo conceitual é produzido em torno da análise do comportamento das classes pobres e trabalhadoras, justificando a não inclusão dos não proprietários aos direitos políticos e sociais.

É no início do século XIX que o tema das "multidões" no mundo ocidental vai ganhar um maior relevo, pelo incômodo causado por sua presença permanente nas ruas, seja dirigindo-se ao trabalho, seja ocupando os espaços noturnos degradantes ou se mobilizando em greves e manifestações de rua. As multidões nas ruas alimentavam contraditórios sentimentos de fascínio e medo, sentimentos de apreensão que estimulam os

⁶⁹ Francisco Martins DIAS, 1897 (grifos meus).

literatos e observadores sociais, a delas fazerem objeto de estudo.⁷⁰

Ao analisar alguns estudiosos da psicologia das multidões, COCHART ressalta que, apesar das diferenças entre TRADE, SIGHELE e LE BON, todos enfatizam a característica de perigo, de ameaça à sociedade. Para eles, as multidões se assemelham à parte do corpo social doente, degenerado. As diversas metáforas usadas para designar a ação das multidões remetem ao enfoque da psicologia coletiva, ao sentido de massa amorfa, constituída de indivíduos heterogêneos, homogeneizada pela condição coletiva de bandos indiferenciados, com a capacidade intelectual individual rebaixada. Portanto, massa irracional, primitiva, intuitiva ou, como afirma a autora,

*"Para TRADE e SIGHELE, a abordagem se faz nos termos herdados da psicologia: imitação, sugestão; ou da psicopatologia: loucura pela sugestão ou delírio a dois."*⁷¹

⁷⁰ Maria Stella BRESCIANI, ao analisar os escritos sobre as multidões nas ruas, revela que a pluralidade de comportamentos, os valores, o cheiro, são elementos que constituem pré-conceitos e redefinições no entendimento do estado de miséria. O incômodo trazido pela sua presença acaba por colocar uma questão central, qual seja, a exclusão ou inclusão das massas.

"A classe trabalhadora se localiza dentro dos limites da sociedade, conquanto esteja ainda num nível de moralidade bem abaixo daquele das classes altas; os vagabundos estão fora dela por se recusarem ao trabalho. A questão é como trazê-los para dentro, como fazê-los ingressar no social. Ou, no extremo oposto, como se livrar deles quando sua absorção se torna impossível" (Maria Stella M. BRESCIANI, 1992: 81).

⁷¹ Dominique COCHART, 1990-91: 124.

Cabe ainda ressaltar que os teóricos das multidões, presos a uma visão psicologizante, apegaram-se às explicações evolucionistas da humanidade colocando a "grande massa" no estágio selvagem do processo civilizatório como *"a parcela ainda animal da humanidade, aquela que não atingiu ainda a razão, a que permanece atada ao instinto e à afetividade"*⁷². Impossível deixar de traçar um paralelo entre esses teóricos e as impressões das elites mineiras aqui transcritas.

Nessa perspectiva, aprofunda-se uma prática de despolitizar as questões sociais, tratando-as sob um ponto-de-vista mais objetivo, mais científico. Ao mesmo tempo, em sentido oposto, exaltam-se as virtudes populares, da intuição e da emoção enquanto arcabouço do pensamento nacionalista. Sem dúvida há uma folclorização e infantilização das atitudes populares. Na análise das multidões, em sua perspectiva psicológica, sobressai o entendimento da incapacidade política como algo inerente ao povo, e a sua forma grotesca de manifestar-se é fruto de instinto, impulsos, desejos volúveis - o primado do inconsciente sobre a razão.⁷³

⁷² Dominique COCHART, 1990-91: 126.

⁷³ Já numa perspectiva mais sociológica vamos encontrar em Émile DURKHEIM e Max WEBER, intelectuais do final do século XIX e início do XX, uma análise diferenciada de comportamentos coletivos cujo eixo não se direciona na dimensão psicológica, mas em censura a ela. Émile DURKHEIM (1975, 1989) constitui sua crítica e ênfase no sentido de que as associações coletivas são de razões individuais e de motivação sócio-cultural. No entender do autor, as dimensões psíquicas não são anteriores às coletividades, mas geradas nela e a principal causa para isso está nas formas de distribuição de trabalho na sociedade a qual, segundo afirma, não corresponde à distribuição de talentos naturais. Em

De qualquer modo, a incorporação das massas na política e na sociedade se tornou um problema evidente nos debates do final do século XVIII e durante o século XIX. A polêmica quanto à qualificação do eleitorado estará colada à produção de estereótipos e à demarcação de limites estabelecidos pela propriedade e/ou pela racionalidade.

Polêmica antiga que remonta aos debates de meados do século XVII na Inglaterra e às discussões da Assembléia Constituinte na França no período subsequente à Revolução de 1789. A cidadania na França teve um de seus momentos de definição na lei de 22 de dezembro de 1789 quando se estabeleceu a qualificação progressiva do direito ao voto, de acordo com as taxas diretas pagas pelo cidadão⁷⁴. Na base da escala estariam os cidadãos passivos, incapazes de pagar a taxa mínima equivalente a três dias de trabalho e, assim, excluídos de qualquer atividade política; em seguida, vinham os cidadãos ativos, com direito a tomar parte nas assembléias primárias onde o conselho da cidade e os eleitores eram eleitos. Somente os cidadãos em condições de pagar o equivalente a dez dias de trabalho participavam nas assembléias eleitorais com função de eleger deputados, juizes

uma outra perspectiva, Max WEBER (1974) compreende os fenômenos sociais correlacionados aos interesses materiais. Nesse sentido o acesso ou não à propriedade é que caracteriza as situações de classe; as "ações de massa" não se dão de forma deliberada, mas a partir do reconhecimento por parte dos indivíduos dos contrastes das oportunidades de vida. Entretanto, tais práticas são circunstanciais e relativas a condições culturais em desenvolvimento.

⁷⁴ Oliver Le Cour GRANDMAISON, op. cit.

e membros dos departamentos de administração. Estar capacitado a pagar o imposto estipulado para a plena habilitação política equivalia a um prêmio ao qual o cidadão racional e virtuoso fazia jus. Por outro lado, ao homem pobre, não proprietário, restam as adjetivações aleatórias de imoralidade, irracionalidade, incapacidade.

As relações entre a participação ativa na sociedade e propriedade estiveram presentes também entre alguns ingleses próximos e/ou participantes do momento de independência dos Estados Unidos. Federalistas e republicanos discordavam na questão da participação popular: para os federalistas, que predominaram na direção política do país até o final do século XVIII, ser proprietário foi condição para a qualificação de eleitor.⁷⁵ Contudo, após 1800, as possibilidades da vitória da democracia republicana são otimisticamente consideradas por TOCQUEVILLE (1805-1859) devido a certas "especificidades da composição populacional das colônias inglesas do norte". Percebidas a partir de seu ponto-de-vista, a população possuía

⁷⁵ Bolívar LAMOUNIER ressalta que, durante as discussões em torno da Constituição Americana, os federalistas conseguiram sobrepor seus interesses mais conservadores devido ao número de eleitores restritos, "graças a exigência de propriedade para votar". Citando o federalista John ADAMS (1735-1826), expressa a dimensão restritiva da participação dos não proprietários da vida política: "os ricos têm o direito claro e sagrado de possuir suas grandes propriedades como outros têm o de possuir as suas, que são pequenas (...) Os ricos, por conseguinte, devem encontrar na Constituição uma barreira que os impeça de serem roubados (...)" (Bolívar LAMOUNIER, 1979: XI).

certa homogeneidade econômica⁷⁶, descontados segundo o próprio TOCQUEVILLE, a dizimação da população indígena e a exclusão dos negros escravos ou mesmo alforriados, base da economia do sul, da participação política e social.

Não obstante, o acirramento das contradições sociais, das lutas e movimentos no decorrer do século XIX traz à tona a questão das desigualdades econômicas, políticas e sociais. O homem abstrato do iluminismo e do liberalismo clássico recua frente as lutas pela sobrevivência, vividas pelas populações pobres e trabalhadoras.

Também o comportamento das elites se redefine ao constatarem não ser a miséria situação passageira, mas algo a ser enfrentado. Os movimentos populares, por sua vez, mostraram não serem movidos por impulsos, vários deles pautaram suas ações pelos projetos socialistas numa crítica aberta e acirrada ao capital. O impasse estava colocado: destruí-los ou criar condições mínimas de participação

76 "A fundação da Nova Inglaterra ofereceu ao mundo um espetáculo desconhecido, ali tudo era singular e original. Os emigrantes que vieram estabelecer-se nessa região pertenciam todos às classes abastadas da mãe-pátria. Sua reunião no solo americano apresentou, desde o início, o singular fenômeno de uma sociedade em que não se encontravam nem grandes senhores, nem povo e, de certa maneira nem pobres, nem ricos. Havia, proporcionalmente, massa mais importante de luzes difundidas entre esses homens, do que no seio de qualquer nação européia atual. Todos, sem nenhuma exceção, tinham-se tornado conhecidos na Europa através de seus talentos e ciência" (Alexis de TOCQUEVILLE, 1979: 193) (grifos meus).

política através do sufrágio universal masculino e concessão de algumas prerrogativas trabalhistas⁷⁷.

Na verdade, as elites proprietárias percebiam traços bastante racionais no comportamento das classes pobres e trabalhadoras, sentindo a sua ameaça não enquanto massa amorfa ou povo, mas enquanto categoria política. Nessa perspectiva, o Estado e a democracia como "males necessários" uniram burguesias liberais e conservadoras, tendo como suporte os bons ventos trazidos pela ciência e pela técnica, impulsionadoras do progresso e reformadoras da razão. As possibilidades de consolidação da sociedade do capital estarão no tratamento científico a ser dado às multidões e no desenvolvimento de técnicas que viabilizassem o progresso.

O positivismo e o darwinismo social buscaram apontar uma explicação mais "natural" para desavenças e desigualdades sociais, ou melhor, postularam que na luta pela sobrevivência permanecem os mais aptos, lei natural onde a hereditariedade é o peso fundamental.⁷⁸ Tais pressupostos permitiram a

⁷⁷ Eric HOBBSBAWN, analisando o período 1848-1875, afirma que "Já nesse tempo, os dirigentes dos estados avançados da Europa, com maior ou menor relutância, começaram a reconhecer não apenas que democracia, isto é, uma constituição parlamentar baseada em sufrágio universal, era inevitável, como também viria a ser provavelmente um aborrecimento inofensivo politicamente." (Eric HOBBSBAWN, 1977: 22)

⁷⁸ Nas palavras de Ruben George OLIVEN, analisando as alterações políticas do período: "(...) as novas orientações estariam enfatizando que é preciso criar novas lealdades voltadas não mais a um senhor ou região, mas a uma nação (hegemonia do nacional sobre o local), que é importante aceitar que o homem pode influir decisivamente no mundo (secularização e racionalização); que atitudes práticas são úteis (instrumentalidade) (...) que todos têm os mesmos direitos de oportunidades (democracia e

aproximação com o liberalismo no sentido de reforçar a meritocracia através da evolução natural de cada indivíduo. Embora seja esta uma categoria rejeitada por COMTE, ao conceito de "humanidade" cabe a mesma interpretação na medida em que, sendo a humanidade composta por estratos sociais já dados (a partir da sucessão dos três estágios), o proletariado já não tendo chances de elevação material, é potencialmente a classe mais favorável à elevação espiritual.⁷⁹

O liberalismo clássico sistematizou as relações homem-propriedade e atrelou a irracionalidade à situação de dependência material; já o positivismo, entendendo a dependência material como elemento constituinte do proletariado, busca as razões da sua intemperança nas motivações espirituais. Devido a essa concepção, os trabalhadores precisam ser reeducados para situarem-se socialmente. Entretanto, ambos os sistemas do pensamento acabam por ver no Estado um agente necessário para orientar e proteger os indivíduos contra "líderes demagógicos", aproveitadores de sua disponibilidade material ou espiritual. Nesse sentido, cresce a figura do Estado em relação à sociedade civil. Não obstante, o Estado, como mediador da

meritocracia) que a educação é um canal aberto de ascensão (mobilidade social) (...)." (Ruben George OLIVEN, 1984: 77)

⁷⁹ Assim afirma no **Discurso sobre o Espírito Positivo**: "Podemos garantir, porém, que a escola positiva terá muito mais facilidade para fazer este ensino salutar penetrar nos espíritos populares do que em qualquer outro, tanto porque a metafísica negativa não conseguiu enraizar-se muito neles, quanto sobretudo pelo impulso constante das necessidades sociais inerentes à sua situação necessária." (Auguste COMTE, 1990: 88)

questão social, se coloca em condição de facilitar ou não a inclusão política e cultural dos trabalhadores na sociedade, além de servir de referência para o setor privado no sentido de facilitar seu crescimento econômico e a formação de sua identidade política vinculada ao bem-estar social.

Efetivamente, na construção de Belo Horizonte a máquina estatal atuou como agente facilitador da delimitação dos espaços urbanos e suburbanos e da demarcação entre ignorantes e instruídos. A partir dessas linhas, o setor privado se desenvolveu e se concretizou através de especulação de lotes, da construção de moradias populares, da contratação de mão-de-obra qualificada ou não, da demarcação dos salários e, enfim, da fixação das formas de sobrevivência.

Após a inauguração da capital, a "cidade provisória" passa a ser continuamente ameaçada pelos especuladores, em busca da consolidação da racionalidade econômica. As habitações nas zonas periféricas, ora são toleradas discretamente na sua provisoriedade, ora são demolidas com a justificativa de representarem focos de perniciosidade moral ou econômica, elidindo-se o fato de que tais práticas são necessárias à expansão do mercado imobiliário.⁸⁰

⁸⁰ Abílio BARRETO comenta que *"Como bem previa a 3ª Divisão, as casas velhas, cafúas e barracões vieram a constituir sério obstáculo às obras da Comissão, pois quando chegava o momento de serem necessárias as demolições, para o andamento daquelas obras, surgiam os casos complicados, sendo algumas vezes precisa atuação enérgica (...)"* (Abílio BARRETO, op. cit., p. 571).

Segundo dados de GUIMARÃES⁸¹, houve uma intensificação na demolição das aglomerações operárias particularmente naquelas localizadas nas imediações da avenida do Contorno, onde passou a ser proibida a construção de edificações coletivas. Tal deliberação justificava-se tanto por questões de ordem sanitário-moral - ameaça de contaminação dos estratos sociais imediatamente superiores - quanto principalmente pela dificuldade de povoamento do centro da capital, devido ao alto preço das propriedades.

A presença de cafúas e barracões próximos à zona urbana comprometia a imagem da capital dificultando ainda mais seu povoamento: por outro lado a desocupação das áreas próximas à região central daria lugar à instalação de pequenos comerciantes e pequenos proprietários que impulsionariam o crescimento e a ocupação da cidade, reinvertendo inclusive ao longo dos anos a direção do crescimento (periferia para o centro), como já assinalamos. Junto a essas iniciativas, surgem as posturas municipais com dupla característica: normatizar as relações sociais na cidade e facilitar a iniciativa privada. Entretanto, a consolidação das relações de mercado mediada pelo autoritarismo político não se dará sem conflitos revelando a experiência também tensa das possibilidades em jogo na formação da cidadania.

⁸¹ Berenice Martins GUIMARÃES, 1989.

A CIDADANIA NA TRAMA DA CIDADE: CONCESSÃO, CONQUISTA

No ofício de 23 de outubro de 1895, expedido ao Secretário da Agricultura e Inspetor de Terras e Colonização, encontramos o seguinte registro:

"A Comissão Construtora da nova capital em Belo Horizonte está levantando um pequeno barracão na beirada da estrada perto do lugar chamado calafate. Este barracão destinado a servir de lazareto para receber variólogos, bexigentos, e doentes atacados de moléstias contagiosas (...) Consta-nos que vão ser levantadas casas, ranchos e barracões para imigrantes perto do calafate. Talvez será possível utilizar para este fim o barracão em questão, em lugar de utilizá-lo para lazareto (...)

O lugar chamado calafate está bastante povoado e todos os moradores protestam contra a colocação de um centro de infecção nas imediações deste povoado.

A maior parte das vizinhas alegam que já foram desapropriados de Belo Horizonte, donde tiveram de retirar-se depois de terem já sido desterrados (dizem eles) (...) Queixaram-se de serem perseguidos até agora pela ameaça de ser instalada no meio deles uma colônia de bexigentos, e já se acham apoderados de um verdadeiro pânico. Propõem também que seja utilizado como dormitório para trabalhadores e alega também que atrapalhará o comércio que transita pela estrada bem como o movimento de tropeiros.⁸²

⁸² OFÍCIOS, 1895) (grifos meus.

A construção da nova capital mineira foi, sobretudo, a experiência de grande parte da população em relação às novas condições concretas materiais com as quais foram se defrontando. Constituiu essa experiência não somente a edificação de palácios, os arruamentos de bairros majestosos, o novo parque, o cemitério, o matadouro, mas também a presença da repressão policial, das posturas municipais, dos aglomerados populacionais na região do Pinto e Alto da Estação, dos barracos, cafúas, epidemias, exploração de seu trabalho e ainda as mobilizações e resistências na luta por melhores condições de vida.

A tensão urbano/suburbano ultrapassa o meio físico e o traçado geométrico, a cidade se revela em múltiplos planos. ROCHE, analisando a historiografia sobre cidades, afirma que

*"(...) a cidade fascina quando começa a impor-se relativamente à distribuição no espaço dos empregos e da população (...) Na sua dimensão, a cidade moderna torna-se o campo fechado das contradições entre um espaço globalmente uniformizado e as fragmentações resultantes das relações de produção."*⁸³ (p. 89)

A história inscrita na cidade-capital revela durante o processo de continuidades e rupturas uma cultura material expressa na vivência de novas técnicas e novas relações de

⁸³ Daniel ROCHE, 1990: 89.

trabalho, na experiência do consumo, no contato com diferentes objetos de trabalho e nas alterações das relações sociais.

Pode-se resgatar a efetivação das tensões e conflitos no processo de consolidação da cidade, no qual as possibilidades de projetar um cidadão disciplinado e moderno acabam se defrontando com as interferências produzidas pelos diferentes sujeitos da cidade. Queixas e críticas denunciam formas de romper ou continuar práticas anteriores de experiência social.

O protesto dos moradores do bairro Calafate, entre várias outras manifestações sociais, nos atesta que a realidade social e material vivenciada por grande parte dos habitantes e expressa na provisoriedade urbana vão explicitar os conflitos da cidade e não somente a suposta inviabilidade de um projeto ou a incompetência política de geri-lo. A "politização da rotina"⁸⁴ dos novos habitantes revela problemas na construção e consolidação da cidade-capital e diz respeito à questão da incorporação ou exclusão social e política de amplos setores populacionais. A experiência da construção de Belo Horizonte mostra, através das freqüentes queixas dos moradores, os limites dos pressupostos teóricos de

⁸⁴ A expressão "politização da rotina" foi tomada de Sidney CHALLOUB (1989) em seu estudo sobre o Rio de Janeiro nas últimas décadas do império. Em seu texto, o autor mostra toda uma experiência urbana, na qual as condições materiais das relações escravistas impregnam a condição social do escravo. Dessa forma que também a "cidade negra" se vê impregnada, a partir das tensões aí geradas, colocando novas possibilidades para os seus sujeitos - a "politização da rotina", como afirma.

seu projeto e prática dos engenheiros, e também o estreitamento político das concepções de sociedade. Mostra ainda esses limites no campo das necessidades das populações trabalhadoras.

A manifestação de insatisfações por parte dos habitantes do bairro Calafate, de certa forma, não diz respeito apenas a uma reação em relação à instalação do lazareto. É uma atitude de clara percepção da relação de reciprocidade entre as novas formas de ordenação da propriedade e sua exclusão da cidade tornando-se, por isso, um incômodo político para as autoridades. Queremos chamar atenção para o fato de que a "cidade provisória" em si não é produtora de carências ou ainda "sujeito de carências". A ausência de equipamentos de infra-estrutura e de acesso à propriedade não são, por si só, geradora de resistências e novas carências. É necessário que sejam ativamente produzidas por quem as sofre.⁸⁵ Na medida em que nem sempre tais carências são necessárias para a consolidação da moderna racionalidade econômica, os problemas das contradições e conflitos urbanos, surgem agravados pelo potencial político implícito nos novos sujeitos que ameaçam a efetiva concretização do projeto de modernidade.

⁸⁵ Esse ponto de vista é muito bem desenvolvido por Edison NUNES (1989), em seu artigo "Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos", que retomaremos mais à frente.

A cidadania, enquanto "tramada" na cidade, nas experiências urbanas, nos confrontos e tensões entre diferentes sujeitos sociais, na "politização da rotina" de seus moradores, precipita nas elites a preocupação de assegurar o diferenciado acesso à propriedade e, ao mesmo tempo, de incorporar os "dependentes material e culturalmente" ao seu projeto de sociedade.

Não obstante, a cidadania considerada enquanto concessão, se constitui sobre fundamentos semelhantes aos da concepção de cidade enquanto "sujeito-educador" de indivíduos não preparados para a vida política. Na verdade, nas revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, consolidam-se na cena política as noções liberais de direitos e liberdades sem que sejam resolvidas as questões relativas à propriedade. Ao se defrontarem com as carências vividas pelas camadas pobres e trabalhadoras, as elites se vêem numa situação complexa ou, como indaga ARBLASTER, "*(...) eram os direitos do homem apenas políticos e legais ou continham igualmente um conteúdo social e econômico?*"⁸⁶

Durante a construção de Belo Horizonte, essa tensão se evidenciou sob diferentes aspectos, e podemos tomar como exemplo, entre outros, os diversos ofícios em que vários colonos de nacionalidades diferentes reivindicam propriedade ou, como fala o ofício de 16 de setembro de 1895, "*(...)*

⁸⁶ Anthony ARBLASTER, op. cit., p. 211.

*pretendem lotes da Colônia Barreiro, e querem se estabelecer como colonos*⁸⁷. A ameaça agourenta à civilização vai se concretizando enquanto ameaça política. Nesse aspecto, o aprofundamento das diferenças entre proprietários e não proprietários será a marca da sociedade moderna.

Aliás, já nos anos da Revolução Francesa, o inglês Edmund BURKE (1729-1797)⁸⁸ percebeu que a ação dos revolucionários não estava voltada para a extensão ou renovação das tradições e instituições existentes, mas para a sua destruição em nome dos novos e universais princípios e não apenas dos franceses, mas dos direitos dos homens. Alarmado com a possibilidade dos princípios revolucionários espalharem-se pelo mundo e, principalmente, contagiar os meios radicais britânicos, publica em 1790 **Reflexões sobre revolução na França**, um manifesto contra-revolucionário muito bem recebido pela opinião conservadora.⁸⁹

⁸⁷ OFÍCIOS, 1895.

⁸⁸ Anthony ARBLASTER, op. cit.

⁸⁹ Josep FONTANA, comentando a obra de Edmund BURKE, afirma que ele enfatizava os efeitos da organização social francesa no sentido de não dar a devida atenção aos homens de propriedade. Porém pensava que isto poderia ser corrigido com uma série de reformas, como haviam feito os ingleses em 1688. Entretanto, vai percebendo que as estratégias não iam nessa direção, sendo que os problemas estavam tão pertinentemente postos que talvez fosse difícil detê-los a tempo, de modo a colocar a propriedade privada da terra a salvo das aspirações camponesas, o que poderia despertar os ecos silenciados na Inglaterra em suas demandas mais radicais. Utilizando citação de FONTANA, BURKE acentua que "*nenhuma classe de propriedade está segura, enquanto se converta em objeto suficiente para tentar a avidez do pobre indigente*" (Josep FONTANA, 1982: 96).

Mesmo para os liberais ingleses como Thomas PAINE (1737-1809), igualdade de direitos não pressupunha igualdade de propriedade. Partilhavam ainda a idéia da necessidade de governo para assegurar os "mecanismos de auto-regulamentação" da sociedade. Seu radicalismo maior está no entendimento de que as revoluções eram necessárias para a concretização dos direitos do homem.

Argumentos vindos de diversas direções se encontram na questão crucial da propriedade. Benjamin CONSTANT (1767-1830), representante da intelectualidade liberal francesa e menos adepto de um individualismo exacerbado, afirmava serem a manutenção e garantias do direito de propriedade essenciais à consolidação da nova ordem: "(...) *todos os cidadãos possuem direitos civis, mas somente os proprietários de terra têm privilégios políticos*"⁹⁰. E mais, a liberdade enquanto privilégio político estará também associada à manutenção não somente dos direitos do indivíduo contra o despotismo, mas também contra o poder popular; a liberdade ilimitada, a democracia, foram consideradas uma ameaça à propriedade.

Numa outra posição crítica ao liberalismo, os pensadores românticos buscam modificar a sociedade através da mudança interior dos homens. Um certo tom saudosista aponta para o resgate da essência do homem nas coletividades e pregam

⁹⁰ Anthony ARBLASTER, op. cit., p. 233.

a idéia de uma nação solidificada em traços culturais comuns.⁹¹

A crença na bondade natural dos homens não corrompidos pela civilização faz autores, como MICHELET (1798--1874), na França, irem em busca dos laços de solidariedade existentes antes da industrialização. Crítico severo das circunstâncias nas quais a sociedade industrial se instituiu, ataca a exploração dos trabalhadores, a mecanização do trabalho e as novas relações humanas, embora não vá ao limite de desconsiderar a máquina como propulsora do progresso democrático, ou como afirmou, *"A maravilha do maquinismo seria dispensar homens"*.

O seu livro **O povo**, com edições em 1846 e 1866, é sem dúvida uma obra que expressa lucidez na análise das condições populares de vida. Ao criticar as formas burguesas de conceber as camadas do povo, faz dele o seu herói, que nas suas formas de vida, criticadas pelos preconceituosos burgueses, contém o germe de uma sociedade mais harmoniosa.

⁹¹ FONTANA afirma que, enquanto expressão dessa perspectiva, ocorre todo um movimento em que "(...) começa-se a publicar compilações de romances e a editar os contos e lendas populares (com os quais os irmãos Grimm, por exemplo, aspiram a devolver ao povo alemão um caudal de mito próprio). No terreno da literatura nos encontramos, também, com a recuperação do popular e do nacional, seja através de uma novela histórica que evoca um passado autoritário e glorioso, de um costumbrismo que incorpora a vida cotidiana das pessoas do povo, destacando suas peculiaridades locais, ou de uma narrativa e uma poesia que potencialize a paisagem, signo da individualidade nacional" (Josep FONTANA, op. cit., p. 116).

Em seu apego ao patriotismo, propõe que a solidariedade deve estar acima das contradições e alienações sociais. Homens de diferentes categorias devem trocar experiências e cultivar a amizade deixando de lado ódios, ressentimentos e invejas. A verdadeira democracia é, para ele, o amor à pátria.⁹²

Também no positivismo comteano há uma crítica ao individualismo liberal no sentido de priorizar a importância de um corpo social coletivo. O positivismo criticou ainda as "utopias subversivas" em suas investidas contra a propriedade. No **Discurso sobre o espírito positivo**, COMTE assinala que

"(...) o homem propriamente dito não existe, só pode existir a Humanidade, já que todo o nosso desenvolvimento se deve à sociedade, por qualquer ângulo que o consideremos. Se a idéia de sociedade ainda se afigura uma abstração de nossa inteligência, é sobretudo em virtude do antigo regime filosófico, pois, a bem dizer, é a idéia de indivíduo que pertence tal caráter, pelo menos em nossa espécie."⁹³

⁹² "Portanto, que homem e homem, homem e natureza se reconciliem, após esse longo divórcio, que todos os orgulhos desapareçam, que a cidade protetora baixe do céu ao abismo, vasto como o seio de Deus!

De minha parte declaro que se ela rejeitar o último que seja, e não lhe conceder cidadania, também eu não entrarei, mas ficarei na soleira."
(Jules MICHELET, 1988: 170)

⁹³ Auguste COMTE, 1990: 72.

O conceito de humanidade revela a intenção de inserir o homem enquanto indivíduo numa espécie biológica, natural, submetida a duas determinantes básicas: a ordem e o progresso. Cumpre à ciência social, até então situada no plano abstrato, teológico e metafísico, adotar a relação de objetividade com seus temas de estudo, aproximando-se, assim, das outras ciências, o que lhe assegura um procedimento científico, com objetividade e neutralidade.

É a partir dessa concepção de "objetividade" que COMTE analisa a situação do proletariado no conjunto da humanidade. Em sua análise não cabem questões de ordem material ou política, no que diz respeito às tensões postas pela luta e conquista por direitos civis e políticos. Seu enfoque privilegia uma perspectiva moral. Por constituírem a maioria da população e por estarem presos às necessidades básicas de sobrevivência são os trabalhadores os alvos por excelência da doutrina positivista,⁹⁴

"(...) é portanto entre os proletários que se deverá realizar melhor a propagação

⁹⁴ A concepção positivista das camadas populares em COMTE guarda proximidade com alguns de seus antecessores liberais, ilustrados e românticistas no que diz respeito ao tipo de saber que lhes é necessário. Como trabalhadores prescindem do acesso a estudos mais elevados; suas necessidades são espirituais e temporais, (...) o povo está naturalmente disposto a desejar que a vã tempestuosa discussão dos direitos seja enfim substituída por uma fecunda e salutar apreciação dos diversos deveres essenciais (...) trata-se, de fato, de garantir convenientemente para todos, primeiro a educação normal, depois o trabalho regular, sendo este, no fundo o verdadeiro programa social dos proletários." (Auguste COMTE, op. cit., p. 87) (grifos meus)

*universal da instrução positiva, condição indispensável para a realização gradual da renovação filosófica.*⁹⁵

A ênfase trazida pelos positivistas para o trabalho em sua função de "educador social" soma-se à importância atribuída aos deveres, despolitizando o debate sobre a cidadania e os direitos sociais. Na verdade os positivistas, em suas diferentes vertentes, reforçaram a idéia dos liberais de que as camadas pobres e trabalhadoras não estavam em condições de atingir a cidadania plena nas circunstâncias em que se encontravam de dependência mais moral que material.

A mesma questão se coloca no Brasil, em particular nas Minas Gerais, durante o debate sobre os projetos de República e na Assembléia Constituinte. Os discursos e debates a respeito da incorporação política da maioria da população não diferenciou, em Minas Gerais, da discussão de âmbito nacional. O momento de definição das instituições da república no Brasil encontra um contexto político mundial onde a palavra revolução deveria no mínimo ser evitada e a aproximação entre posições políticas diversas se dava em nome da idéia de primazia dos laços comuns superiores aos interesses individuais. A nação emerge como espaço de harmonização de interesses, sem contudo negar a estrutura individualista e privatista da sociedade.

No "Manifesto" dirigido aos mineiros, em 1893, Afonso PENA assim se expressa:

⁹⁵ Auguste COMTE, op. cit., p. 84.

*"As revoluções, mesmo vitoriosas, trazem males incalculáveis à vida econômica da nação. Que não acontecerá então, se as revoluções se sucederem de modo vertiginoso, como se quer fazer entre nós? Será a ruína completa da riqueza pública e particular, das classes produtoras, das classes que trabalham; a esterilização dos grandes elementos de riqueza natural que por todo o Brasil jazem à espera do trabalho vivificante para nos conduzirem à prosperidade sem igual, pois o trabalho só medra onde reina a paz, ordem, lei (...)."*⁹⁶

A conciliação entre a propriedade privada e a democracia acontece no campo formal da meritocracia e no estabelecimento de condições máximas de realização do indivíduo proprietário, quais sejam, a ordem e a lei. Dessa forma, a concretização da República, segundo as elites, não se dá numa intenção de ruptura, mas de evolução natural da humanidade, com apelo à modernização e à necessidade de o país acompanhar a escalada mundial do progresso, garantindo a ordem para o desenvolvimento das novas relações de propriedade e de trabalho. A reorganização administrativa do poder demonstra ser condição básica para o desenvolvimento e a assimilação de novas técnicas, para a implantação do industrialismo e a efetivação das vias do progresso.

O Manifesto do Congresso Republicano Mineiro, publicado no jornal "O País", Rio de Janeiro, em 08 de dezembro de 1888, fala da situação de um país abatido e

⁹⁶ COLETÂNEA DE ASSUNTOS MINEIROS, v. 8, n. 1, s.d.

prostrado moralmente, e dá lugar a manifestações de descontentamento em todos os setores sociais além de movimentos pró-República em várias províncias. Denuncia largamente a corrupção vigente e enfatiza que

*"(...) Ao passo que outros países sem ter por si nem as riquezas naturais que possuímos, sem ter um solo ubérrimo como o nosso, prosperam rapidamente sob o regime republicano, espantando o mundo com o seu adiantamento e progresso, o nosso Brasil definha e vê suas forças estagnadas."*⁹⁷

Não obstante, o discurso republicano elaborado pelas elites proprietárias e intelectuais coincide, no tom cauteloso, com o debate mundial do final do século XIX, tendo em vista os caminhos, alternativos e indesejados apontados pelos movimentos sociais. A composição dos políticos republicanos mineiros se dará num clima de intensos confrontos entre os que se proclamavam representantes legítimos da nova ordem, os republicanos históricos, e os chamados "republicanos da semana passada" ou "adesistas de última hora", o que reflete na organização da comissão encarregada de discutir o ante-projeto da Constituinte Mineira e da organização do Congresso Constituinte. Ser "adesista de última hora" não levou ao sentimento de derrota, nem constituiu empecilho para participação da organização da nova ordem durante os debates

⁹⁷ BARRETO, op. cit., p. 62.

da Constituinte. Pelo contrário, em sua defesa se colocaram acima das particularidades pessoais, e numa posição de defesa dos interesses do país. Assim, por exemplo, expressa-se o ex-monarquista, deputado Severiano de REZENDE:

*"Se no tempo da monarquia, Sr. Presidente, servia às instituições com toda dedicação e entusiasmo mesmo não era porque daí viessem-me proventos, favores pessoais, honra e fortuna (...). Fui monarquista, repito,, por convicção, desprendimento e abnegação patriótica (...). Nestas circunstâncias, nem eu, nem os meus companheiros de crenças julgamo-nos incompatíveis de bem servir o nosso país na nova situação: não era a república criada para os republicanos, era novo governo que se implantava na nação e cujo objetivo não podia ser outro do que promover a felicidade pública (Apoiados) (...)."*⁹⁸

Nos anos iniciais da República a organização do Congresso Constituinte Mineiro, caracterizado pelas disputas entre republicanos de todos os matizes, vence a política de conciliação de João Pinheiro, Bias Fortes e Cesário Alvim. Segundo REZENDE⁹⁹, na chapa por eles organizada, dos 72 candidatos, apenas 36 acatavam o ideal republicano de propaganda.¹⁰⁰ Dessa forma, o projeto de Constituição do

⁹⁸ MINAS GERAIS. CONGRESSO. 1896: 264.

⁹⁹ Maria Efigênia Lage de REZENDE, 1982.

¹⁰⁰ Sua organização mantém algumas características de continuidade onde "Os 24 senadores constituintes, portanto, eram a escolha ainda que formalmente considerada, de uma aristocracia, um colégio eleitoral

Governo terá como característica básica o conservadorismo e o centralismo expressos na eleição indireta para presidência e vice-presidência do Estado, nomeação de prefeitos e exigência de eleitorado qualificado para o Senado. Acompanhando os debates percebe-se também uma discussão acirrada em torno de temas cruciais: a autonomia municipal e a discriminação das rendas do Estado, a questão da inelegibilidade de pessoas vinculadas à função pública (incompatibilidade de dois cargos) e a questão das eleições diretas, objeto de dúvidas por parte de alguns deputados.

O deputado Severiano de REZENDE, por exemplo, em sessão do dia 23 de maio de 1891, ao levantar a polêmica entre voto popular e nível de instrução, assim expressa seus temores:

"Essa soberania popular tão endeusada na aparência serve somente de anteparo às opiniões individuais: e penso que nem mesmo ela pode revelar-se, porque faltam ao povo os requisitos que a instrução dá, habilitando-a a agir por si (Apoiados) (...) O votante não compreende ainda que a função do voto é um dever e um nobre

restrito e qualificado a partir dos critérios de uma certa renda anual (voto censitário), de títulos honoríficos ou intelectuais, ou ainda da participação nos Conselhos Municipais. Além disso, a política de dissolução das Câmaras Municipais, substituindo-as por Intendências Administrativas, nomeadas pelo governador, aliada à composição das Juntas encarregadas do processo eleitoral prevista no Decreto Federal 511, de autoria do próprio Cesário Alvim, e ainda o total controle do Centro Republicano de Ouro Preto, encarregado da elaboração da chapa oficial dos candidatos, asseguravam ao governo a certeza da eleição não apenas dos senadores, mas também dos 48 deputados constituintes de sua escolha, corporificando a política de conciliação" (MINAS GERAIS, Assembléia Legislativa, 1989: 30)

direito, em virtude do qual, como cidadão de um país livre interfere na administração, no governo, que deve representar a sua vontade, a sua soberania (Apoiados). ¹⁰¹

O deputado Viriato MASCARENHAS faz a seguinte intervenção: "*Eduquemos o povo, levando-o às urnas*". E REZENDE responde: "*Não é levando às eleições o povo que havemos de educá-lo e incutir-lhe o ânimo e compreensão de seus deveres e direitos; é na escola, obrigando-o a aprender a ler e escrever (...)*" ¹⁰².

Entretanto, em todas as discussões uma questão é unânime e comum: vincular o acesso à cidadania plena, à instrução e ao trabalho, usando os mesmos argumentos da dependência moral e material. Ou como expressa a Constituição em relação ao direito de voto:

"São excluídos de votar nas eleições do Estado:

- I. Os mendigos*
- II. Os analfabetos (...)* ¹⁰³

As discussões em torno da ampliação da participação política se dão no mesmo compasso em que se definiu a organização republicana, fiel à certeza da evolução natural com a gradativa qualificação da população para assumir os

¹⁰¹ MINAS GERAIS. CONGRESSO, 1896: 262.

¹⁰² Ibidem, p. 243.

¹⁰³ Ibidem, p. 482.

direitos políticos mais amplos. Embora os positivistas mais ortodoxos não vissem com bons olhos as eleições, boa parte deles enfatizava a necessidade de preparar o proletariado para ser incorporado à sociedade. Assim mesmo não estando preparados para assumir cargos políticos, a prática do sufrágio universal daria lugar à preparação moral e à formação da plena consciência de cidadania à população.¹⁰⁴

Segundo os positivistas, o povo devidamente preparado proporcionaria o equilíbrio de uma nação, impedindo arbitrariedades de toda espécie, ocasionadas pelas desordens. Ao colocarem a Nação e seus interesses acima dos interesses e divergências individuais, as relações sociais são despolitizadas e seus críticos ganham o rótulo de inimigos do país. Os que colocam em risco um certo projeto político, econômico e cultural de sociedade devem certamente ser excluídos.

Em discurso de inauguração da cidade de Belo Horizonte, o Secretário Francisco Sá saúda a contribuição do ex-Presidente de Minas, Afonso PENA e afirma que

¹⁰⁴ Auguste COMTE, no **Discurso do espírito positivo**, enfatiza que "(...) Se o povo está agora e deve continuar no futuro, indiferente à posse direta do poder político, jamais pode renunciar à sua indispensável participação contínua no poder moral; este, que é o único verdadeiramente acessível a todos, sem perigo algum para a ordem universal, trazendo-lhes, pelo contrário, uma grande vantagem cotidiana, autoriza cada qual, em nome de uma comum doutrina fundamental, a exigir convenientemente das mais altas potências seus diversos poderes essenciais." (Auguste COMTE, 1990, p. 88)

*"(...) a URBS está criada, faltando porém, a CIVITAS (...) que venha rápido também, para ser o baluarte da inteligência do patriotismo e da confraternidade."*¹⁰⁵

Por sua vez, é nessa tensão que as classes pobres e trabalhadoras foram se fazendo sujeitos de direito. Sua ação, na cidade, foi além da pretendida demarcação urbano/suburbano, fazendo com que a "CIVITAS" se tornasse uma questão de direito e não de punição ou dever. Apesar das constantes referências à irracionalidade ou despreparo político de amplas camadas da população,¹⁰⁶ sua presença enquanto sujeito ativo em práticas concretas, materiais e culturais revelou carências, apontou pistas para a construção de perspectivas diferenciadas nas práticas políticas, de forma a negar a dimensão da concessão de direito em proveito da idéia de conquista. A redefinição da concepção liberal de sociedade, o deslocamento da ênfase das condições materiais para as condições morais da população

¹⁰⁵ Citado por BARRETO, op. cit., p. 734.

¹⁰⁶ José Murilo de CARVALHO resgata a forma como a minimização da capacidade social e política do povo aparece também durante as movimentações ocorridas no século XIX na cidade do Rio de Janeiro, em confronto com experiências mais concretas, ressaltando que "A afirmação da inexistência do povo político, de apatia total da população era claramente exagerada. A história da cidade desde a independência indicava intensa participação popular nos acontecimentos políticos sobretudo durante o Primeiro Reinado e a Regência. Mesmo durante o período mais tranqüilo do Segundo Reinado, houve momentos de agitação popular, como durante a crise que levou ao rompimento com a Inglaterra e em especial durante a Revolta do Vintém em 1880 (...) Mais perto da República, a campanha abolicionista também teve momentos de intenso envolvimento popular em comícios, demonstração perante a Câmara, desfiles comemorativos" (José Murilo de CARVALHO, 1991: 70).

foram, em parte, resposta respeito aos problemas postos pelas camadas não proprietárias da sociedade.

As formas de mobilização social vêm sendo há bom tempo estudadas e discutidas com amplitude, tanto na historiografia ocidental quanto na historiografia brasileira.

Concordamos com MARSON¹⁰⁷ quando afirma que as discussões sobre as lutas sociais não podem se prender a análises que aprisione suas formas de manifestações a julgamentos ou confirmações de paradigmas postulados *a priori*. As tensões nas quais as experiências sociais se situam sugerem também conflitos nas formas de demonstrar insatisfação e/ou concordância com determinadas situações políticas, sociais e econômicas. Nesse sentido, o resgate desse processo de contradições mostra que a cidade se torna cada vez mais um espaço constituidor de prioridades, privilégios e precariedades sociais.

As tensões urbanas, em seu duplo aspecto, dizem respeito primeiro à produção da cultura material que, principalmente a partir do século XIX, redefine os espaços políticos e sociais de pobres e trabalhadores. Refere-se, em seguida, à experiência vivenciada com a utilização de novos instrumentos e técnicas, com a objetivação do espaço e do

¹⁰⁷ A ressalva do artigo de Adalberto MARSON (s.d.) **Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais** vem no sentido de explicitarmos a temática da cidadania não apenas enquanto atreladas às organizações partidárias ou a determinadas formas de entendimento da resistência popular, como MARSON coloca em sua crítica às análises em torno dos movimentos sociais e de sua subordinação a certos paradigmas.

tempo, enfim, com as formas de se produzir e reproduzir na sociedade. Essas tensões se revelam nos conflitos entre as possibilidades infinitas que o progresso material aponta e a prática política que pretende estabelecer limites e contornos da incorporação social.

Conflitos originados da modificação de formas tradicionais de vida são evidentes na ação da Comissão Construtora e no seu projeto de transformar um arraial em cidade-capital. Durante o período da construção alteraram-se profundamente as relações dos moradores com suas propriedades e formas de trabalho. Entretanto, esse processo não foi feito sem problemas: o projeto pedagógico-modernizador da Comissão encontrou obstáculos não tanto de caráter administrativo-burocrático, mas basicamente nas novas práticas às quais a população foi submetida.

Através da correspondência e de ofícios dirigidos à seção de Finanças da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas podemos ver com mais nitidez os problemas vivenciados. Um ofício de 10 de março de 1894 fala, por exemplo, das

"dificuldades de transportes dos materiais e ferramentas pela EFCB, impedindo que os trabalhos relativos ao preparo do leito do ramal férreo ficassem terminados dentro dos prazos estipulados nos contratos celebrados sendo que este último fato coagiu-me a proibir o aumento do pessoal

jornaleiro, interrompendo por isso os prazos. ¹⁰⁸

Também diversos ofícios expedidos pela Secretaria da Agricultura e Inspeção de Terras e Colonização retratam as dificuldades financeiras e materiais, tais como, atrasos de pagamentos e problemas com aquisição de materiais de construção. O ofício de 23 de setembro de 1895, ao falar do número de trabalhadores instalados na colônia do Barreiro e dos impulsos que as obras tomaram, reconhece que entretanto,

"(...) este movimento representa uma despesa bastante aviltada não só em salários e jornais, como também em ferramentas, carretas e conduções." ¹⁰⁹

A 27 de outubro de 1895 registram-se as conseqüências do constante atraso na remessa de dinheiro, como o pagamento de trabalhadores, carreiros, e demissão de empregados.

"(...) As dificuldades de pessoal e de materiais podem ser vencidas por um único meio: este meio é a pontualidade e de prontidão nos pagamentos." ¹¹⁰

¹⁰⁸ MINAS GERAIS, 1896: 26 (grifo meu).

¹⁰⁹ OFÍCIOS, 1895.

¹¹⁰ Ibidem (grifo meu).

Ao lado dos problemas de natureza mais administrativa, evidencia-se a existência de interlocução com novos sujeitos em novas relações de trabalho expressa na preocupação de pagamentos a trabalhadores e de sua pontualidade. Ainda em ofício de 16 de dezembro do mesmo ano, a questão da liberação dos recursos é recolocada:

"(...) O Sr. Joaquim Soares de Souza Batista, Regente agrícola, atualmente empregado nesta colônia, pede-me consultar-vos para saber se será possível que eu esteja autorizado a fazer-lhe o pagamento dos ordenados que tem ele para receber, não somente dos ordenados já vencidos de alguns meses atrasados, como também dos ordenados futuros (...)".¹¹¹

Os problemas financeiros parecem acompanhar a execução do projeto, enfatiza a comunicação de 21 de dezembro de 1895:

"(...) Para reduzir ainda mais (as despesas) é preciso dispensar uma parte do pessoal empregado (...). Para liquidar as despesas correspondentes, precisamos agora diminuir bastante o pessoal empregado, foi o que já principiei a fazer e que vou continuar logo que eu receber dinheiro e que puder pagar a este pessoal os seus jornais atrasados, para ir pagando e dispensá-los a um tempo, até proporcionar as despesas aos moldes do orçamento e das

¹¹¹ OFÍCIOS, 1895 (grifos meus).

disposições organizadas em nosso ofício (...).¹¹²

Problema que, em ofício de 27 de dezembro, é reafirmado já com novos contornos:

"(...) comunico-lhe que tem havido lá certas manifestações de descontentamento de uma parte do pessoal, em consequência da demora dos pagamentos atrasados (...) Por isso é preciso dispensar e desfazer uma parte do pessoal de trabalhadores, porém como eles tem dinheiro para receber é preciso primeiramente pagá-los e até lá as despesas vão correndo (...)."¹¹³

As reivindicações dos trabalhadores colocam os responsáveis pela construção frente a dilemas tais como o expresso no ofício do dia seguinte:

"(...) A situação torna-se assim crítica e até um certo ponto perigosa, porque ficamos sem dinheiro para pagar e dispensar estes trabalhadores, e aos poucos vão ir a faltar os materiais e ferramentas para ocupar utilmente estes trabalhadores, operários e oficiais (...) Sem poder satisfazer as exigências de trabalhadores que reclamam o seu dinheiro legitimamente ganho, e no caso de trabalhadores cujos serviços não sejam satisfatórios ficamos sem poder pagar e despachá-los, e precisamos às vezes

¹¹² OFÍCIOS, 1895 (grifos meus).

¹¹³ Ibidem (grifos meus).

continuar a aquentá-los com
resignação.¹¹⁴

Dessa forma, torna-se importante evidenciar que na dinâmica das tensões urbanas explicitam-se as tensões sociais mediadas pelas novas práticas que dão conteúdo às carências sociais e até surgem as possibilidades de superá-las. As novas práticas, porque não previstas, confrontam-se com a versão educadora da cidade na medida em que não prevê a produção de novos sujeitos, mas a sua mera reprodução através dos valores civilizatórios fixados *a priori*.

Essa dimensão está muito bem posta na análise que NUNES faz em relação ao conceito de carência e às conseqüências para o estudo dos movimentos sociais urbanos. Seguindo seus argumentos, temos que os movimentos sociais não se dão apenas enquanto situações de emergência, mas a própria situação de emergência é produzida pelas práticas vivenciadas pelos diferentes sujeitos sociais¹¹⁵. Na verdade, a experiência urbana com as alterações que trouxe nas relações de propriedade e de trabalho, revelou as possibilidades de se

¹¹⁴ OFÍCIOS, 1895 (grifos meus).

¹¹⁵ Edison NUNES (1984) utiliza basicamente o referencial teórico de três autores: Karl MARX, E.P. THOMPSON e BARRINGTON MOORE. Embora assuma e confirme o alto grau de generalização na associação que faz entre autores com ênfases de análises distintas, NUNES os aproxima na contribuição, embora diferenciada, que trazem para a análise das relações entre a cidade e seus sujeitos, mediatizados pela prática social.

estabelecerem outras relações com a cidade no que diz respeito à própria tensão entre a concessão e a conquista de direitos.

Retomemos um pouco a situação exposta no romance de FÔSCOLO, onde as personagens Cunha e seus amigos imaginavam saírem vencedores no espaço da cidade ao imporem preços e valores. Na verdade, foi a suspensão das reciprocidades vivenciadas pelas populações do antigo arraial que propiciou a percepção da exploração e da expropriação de direitos tradicionalmente vivenciados, ou como afirma THOMPSON (1979), analisando as manifestações inglesas no final do século XVIII, são "*confrontações entre uma inovadora economia de mercado e a economia moral tradicional do povo*"¹¹⁶.

As diferentes manifestações sociais, expõem alterações nas formas pelas quais as populações relacionam-se com o poder político: ao terem suas práticas de reciprocidades substituídas pelas novas relações de propriedade e trabalho modificam também as formas de se relacionarem com o poder político e econômico. As experiências sociais formaram não apenas a "consciência de consumidor" à qual se refere THOMPSON¹¹⁷, mas também a consciência do valor da força de

¹¹⁶ E.P. THOMPSON, 1979: 47. Em outra citação, o autor coloca essa questão, referindo-se às práticas políticas de final do século XVIII, na seguinte perspectiva: "*A propriedade assumia seu valor, em maior parte dos casos, somente dentro de uma determinada estrutura de poder político, influências, interesses e dependência*" (E.P. THOMPSON, op. cit., p. 21).

¹¹⁷ Ibidem, p. 21.

trabalho, com exigências do cumprimento do pagamento de salários.

Não obstante, essas experiências são vivenciadas de forma bastante complexa, dada a própria ambigüidade em que às vezes se encontram os sujeitos sociais. Em manifestação ocorrida nas imediações da nova capital, nos encontramos com as tensões postas pelas novas relações sociais e econômicas. Embora a citação seja longa, achamos relevante a sua transcrição pelos problemas que seu conteúdo sugere. Senão vejamos:

"Exmo. Sr. Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão, muito digno presidente do Estado de Minas.

Os abaixo-assinados, cidadãos brasileiros, residentes na fazenda do Rótulo, município de Santa Luzia do Rio das Velhas, distrito de Pau Grosso, únicos que por saberem ler e escrever por este meio vos dirigem e os cidadãos presentes, em número superior a duzentos, em sua quase totalidade, vêm respeitosa e perante V. Exc. representar contra a miséria e a fome a que se sentem ameaçados se expulsos e desterrados forem os habitantes da fazenda do Rótulo de suas casas e choupanas.

Não remontaremos a origem da questão do Rótulo, nem tão pouco lembraremos as diversas fases por que tem ela estado por ser tudo isso conhecido e já estar divulgado em publicação da imprensa; limitar-nos-emos à descrição da nossa situação precária e a pedir-vos remédio para os nossos sofrimentos.

A fazenda do Rótulo, exmo. sr., atualmente de propriedade de uma companhia inglesa,

tem 1.300 alqueires de terras de cultura e uma população de 500 almas.

Os seus moradores (...) hão construindo moradias, casas, pequenos engenhos, moinhos, feito pastos, cercado terrenos, feito enfim todas as obras e benfeitorias necessárias à profissão de lavradores e indispensáveis à vida, durante muitos anos pagaram eles arrendamento das terras sem protestos, nem queixas enquanto era modesto e razoável; agora porém, exmo. sr., os proprietários da fazenda, além do arrendamento comumente exigido, pretendem explorá-los e quase escravizá-los, querendo que se lhes paguem o uso e gosto das benfeitorias feitas pelo povo, que se lhes paguem assentamento de pastos cercados e techados pelo povo; que se lhes paguem a licença para criar porcos, gado e qualquer outro animal.

O povo oprimido e perseguido, à falta de recursos com que possam satisfazer a tão exigentes senhores tem se recusado a atendê-los o que tem provocado contra ele as iras, os ódios e as perseguições dos proprietários ricos e poderosos.

O povo obediente à lei e às autoridades espera, exmo. sr., que o vosso governo não será indiferente à sorte de 500 habitantes que se vêem ameaçados de mandato de despejo, de expatriação de seus lares, condenados a vagarem à procura de terras, de trabalho e de pão para as suas famílias (...) pedimos que a exemplo do que se pratica com os estrangeiros que procuram nossa pátria, nos sejam concedidos a título oneroso, pequenos lotes divididos e demarcados, de acordo com nossos recursos e haveres pedimos que por utilidade pública sejam os proprietários desapropriados e o povo libertado da nova escravidão, que para vergonha do grande Estado de Minas Gerais surgiu a 100 km de sua capital (...) Seguem assinaturas, 20 de novembro de 1889. ¹¹⁸

Os argumentos deste documento revelam que as tensões entre a concessão e a conquista de direitos dizem respeito aos conflitos entre uma dada qualificação (propriedade ou razão) necessária ao acesso civil, ao espaço e equipamentos urbanos e à qualificação política constituída nas novas práticas sociais. Entretanto, são as novas relações estabelecidas entre sujeitos sociais, poderes políticos e nova ordem econômica, em detrimento de relações anteriores, que acarretam manifestações de descontentamento na medida em que ultrapassam os limites postos pelas experiências sociais anteriores, mas que também, por outro lado, buscam a construção de outros limites de obediência e desobediência como sugere MOORE JR¹¹⁹.

De qualquer modo, são essas experiências reveladoras das possibilidades de ação dos sujeitos que, diferentemente dos pressupostos da cidade-educadora, apontam práticas de insatisfações com os limites morais e legais das formas de expansão de novas relações de mercado. Esse fato implica na reelaboração de sua trajetória na cidade como expressão de uma sociedade civil emergente e das potencialidades presentes no conteúdo de suas manifestações, quais sejam o sentimento de pertencimento à cidade e o perigo político que inspira.

Cabe resgatar, ainda, a produção das carências urbanas, enquanto atividades dos sujeitos, e não como decorrentes da estrutura das cidades já dadas. São vários os

¹¹⁹ Citado por Edison NUNES, op. cit.

registros que informam queixas diversas dos moradores da cidade, seja durante a construção ou logo após a inauguração.

A vinda de numerosos trabalhadores acarreta problemas de moradia. Em relatório de 1896, o engenheiro chefe atesta que

"Sendo absolutamente insuficientes as casas aqui existentes e, apesar do contínuo levantamento de cabúas e pequenas barracas pelos próprios operários para sua residência, tornava-se isto causa de grandes embarços, originando queixas nessa classe."¹²⁰

Também no **Jornal do Povo**¹²¹, inaugurado em dezembro de 1899, aparecem várias críticas às formas de concretização das novas reciprocidades estabelecidas entre os habitantes da cidade e o poder político local. Senão vejamos.

Em edição de 06 de dezembro de 1899, comenta-se o descaso com que se encara a qualificação profissional:

"A título de economia, rufada estridentemente em telegramas à imprensa do Rio, a população sertaneja ficou privada de instrução; o ensino agrícola

¹²⁰ Abílio BARRETO, op. cit., p. 396 (grifo meu).

¹²¹ Este jornal, em edição de 07 de dezembro de 1899, assim se posicionava: "(...) Não nos surpreende a distribuição que no gabinete do Sr. Chefe de Polícia se faz entre o repórter desta folha e o do pessoal amigo do governo. O serviço público é para muita gente coisa privada de que se dispõem segundo as inclinações e preferências pessoais. Também esse jornal apareceu a despeito dos situacionistas e há de viver apesar da "boa vontade" governamental".

*foi posto em pandarecos; a colonização só é feita, nos arredores da terra do compadrio; o ensino profissional posto à margem, a repartição da higiene abolida e (...) j'en passe et des meilleurs.*¹²²

Também os preços dos produtos de primeira necessidade merecem críticas dos editores do jornal em 7 de dezembro de 1899:

"Em Juiz de Fora, o preço da carne verde, noticia a Gazeta de Cataguases, está custando quinhentos réis. Aqui na Capital, bem perto de invernadas, este gênero não está nada barato e não é nada bom.

*O convênio estabelecido com a prefeitura é, pode-se dizer, letra morta. Se o Dr. Bernardo Monteiro se dignasse de providenciar (...).*¹²³

Ainda nesse mesmo dia, os editores criticam a precariedade das instalações do cemitério na nova cidade:

"Com sua mal segura e fragilíssima cerca de arame, com aquela inverosímil porteira de madeira mal-lavrada e sem pintura, o cemitério público da mais bela cidade mineira, apavora e enche de consternação todo aquele em cujo peito a flor do sentimento ainda não se estou de todo (...)."

¹²² JORNAL DO POVO, 6 de dezembro de 1899.

¹²³ Ibidem, 7 de dezembro de 1899.

As queixas quanto à precariedade da infra-estrutura da cidade são constantes e, ainda na mesma edição, denuncia-se que

"Em conseqüência das chuvas havidas nestes dias desabou ontem à rua Santa Rita Durão o prédio de propriedade do italiano José Fóla - será de toda conveniência que o Sr. Dr. Prefeito mande fiscalizar as construções em antes que se dêem mais desabamentos."

A monótona repetição de reivindicação de melhorias nos equipamentos da cidade estende-se, na seqüência dos dias. Na edição de 08 de dezembro de 1899, os editores falam da

"(...) necessidade de guarda-mão na ponte provisória da estrada de ferro, que dá passagem para a estação (...)."

"(...) A ponte na estrada do Calafate, com as grandes chuvas nestes dias, está tão estragada que não dá passagem quer a peões, quer a veículos. Se o Dr. Bernardo Monteiro quiser providenciar, os moradores do encarporado bairro ficarão muito gratos (...)."

"(...) O canal principiado e não acabado, na avenida Afonso Pena, perto da Relação, com os aguaceiros destes dias, está completamente cheio, não havendo escoamento para águas. Como nos parece que naquele local muito transitado não se pode fazer Nova Veneza e sendo o canal, como está em perigo, quer para os transeuntes, quer para a saúde pública, chamamos

atenção para o Sr. Dr. Bernardo Monteiro e vários. ¹²⁴

Nas queixas e reivindicações da população encontram-se expressas expectativas de que os bens materiais da cidade ou os equipamentos coletivos urbanos sejam partilhados por toda a população; expressam também a consciência do cidadão.

A edição de 12 de dezembro de 1899 comenta que

"(...) Criou a prefeitura o imposto do lixo, mas não consta que sejam varridas e menos irrigadas, no verão, as ruas desta cidade (...)."

Em 14 de dezembro de 1899,

"(...) Os moradores da rua da Varginha e mediações pedem ao Sr. Dr. Prefeito mandar construir uma ponte, pois não gozam desse melhoramento, o que os obriga a um longo percurso. ¹²⁵"

Na publicação de 17 de dezembro de 1899,

"(...) A nossa cidade tem-se mostrado agitada nesses últimos tempos. O povo geralmente contrariado pelos impostos exorbitantes que os nossos governantes lhe põem às costas, parece resolvido a mudar de rota; fazer valer os seus sagrados direitos por meio do voto. Os lavradores e

¹²⁴ JORNAL DO POVO, 8 de dezembro de 1899.

¹²⁵ JORNAL DO POVO, 12 de dezembro de 1899.

*comerciantes daqui foram convidados por uma comissão de colegas, para unirem-se no dia 15 do corrente, a fim de cuidar de seus interesses profundamente ofendidos pelas várias e desparatadas medidas tomadas pelos que dizem-se representantes do povo (...).*¹²⁶

A rotina das reclamações assume um contorno diferente quando, a 24 de dezembro de 1899, uma notícia atesta uma população realmente "agitada",

*"O Sr. José Ayres, subdelegado de polícia no Calafate, queixando-se ontem de haver sido ameaçado por alguns habitantes daquele bairro, o Dr. Chefe de Polícia fez imediatamente seguir para ali o subdelegado Capitão Lopes a fim de manter o prestígio daquela autoridade."*¹²⁷

NUNES enfatiza em seu texto que a precariedade ou ausência de equipamentos urbanos em si não produz a percepção de carências. Tal compreensão somente é possível através da elaboração de sentimentos originados na experiência social. A percepção das diferentes privações por parte da população, no sentido daquilo que precisa para viver, supõe a "prática sensível" de sujeitos que a sentem. Portanto, não é a cidade em si, através da prática autoritária e excludente de seus engenheiros e gestores que geram carências - estas são mediatizadas pelas atividades dos sujeitos que a habitam e

¹²⁶ JORNAL DO POVO, 17 de dezembro de 1899.

¹²⁷ Ibidem, 24 de dezembro de 1899.

sentem-se excluídos nela. Dessa forma, os processos e as formas das interferências dos diferentes sujeitos sociais vão recriar as relações entre cidade e cidadania.

A cidadania "tramada" na cidade expõe tensões e contradições que avançaram para além dos limites físicos demarcados: entre a "cidade provisória" e a "cidade de privilégios", justificando a afirmação do orador Francisco Sá durante a solenidade de inauguração da capital, onde "(...) a *URBS* esta construída, faltando porém a *civitas* (...)". Na edição de 12 de dezembro de 1899, os editores do **Jornal do Povo** falam, dois anos passados dessa comemoração, lembrando que:

*"(...) Dois anos se passaram e força é confessar, mágoa que isso causa embora a CIVITAS ainda é uma visão longínqua quando, entretanto, a despeito da pouquidade de capitais, a URBS prossegue, aumenta-se (...)."*¹²⁸

Entretanto, as formas pelas quais os sujeitos sociais atuam sobre o social evidenciam-nos que a incorporação política e cultural dos indivíduos na sociedade pelo trabalho, instrução, boa conduta, moradias higiênicas e demais requisitos modernos, são atravessados por distintas perspectivas de entendimento das noções de *URBS* e *CIVITAS*.

¹²⁸ JORNAL DO POVO, 12 de dezembro de 1899.

A separação entre esses termos, feita pelo orador, inexistiu para grande parte dos moradores da cidade. Contudo, foi na perspectiva de enfatizar a CIVITAS, na concepção das elites, que se esboçou um outro projeto pedagógico específico referente à instituição escolar.

CAPÍTULO IV

A ESCOLA COMO EXPERIÊNCIA URBANA: POSSIBILIDADES E LIMITES NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

*"Mas então qual é o motivo da cidade?
Qual é a linha que separa a parte de
dentro da de fora, o estampido das rodas
do uivo dos lobos?"*

(CALVINO, 1991)

"URBS E CIVITAS" - A CIDADE E A ESCOLA

Em uma nota do jornal *A Capital*, de 21 de dezembro de 1897, seus editores afirmavam, em relação à inauguração da cidade, que aquele empreendimento

*"Foi a vitória do progresso contra a rotina, da razão contra o preconceito, a inteligência contra a obsecação (...). O progresso não está unicamente em desenvolver a riqueza pública e a particular sob o ponto de vista restritamente material, consiste em atender, promover e realizar todos os interesses de ordem material e moral. (...) Queremos dizer que não bastam para satisfazer a todas as necessidades do organismo humano, considerando no seu complexo material e moral, a simples exuberância da vida material, é essencial a vida intelectual (...). Em uma capital, como esta, há de ser em futuro muito próximo, nós o esperamos confiadamente, os Poderes Públicos do Estado, que vivem ou devem viver mais diretamente da opinião e para a opinião, o executivo, o legislativo, conseguirão naturalmente essa aparição democrática sem a qual o regime, por nós adotado, jamais será o que desejamos que ele seja e o que ele deve ser - o governo do povo pelo povo (...)."*¹

Como viemos analisando, o potencial transformador implícito ao progresso urbano e ao das mentes diz respeito basicamente à necessidade da emancipar material e culturalmente os indivíduos de "práticas atrasadas". O

¹ Jornal A CAPITAL, 21 de dezembro de 1897 (grifos meus).

objetivo é, sem dúvida, a formação de um homem de novo, afeito aos marcos civilizatórios que terão na capital um espaço pleno de simbologias. A "nova intelectualidade" se constitui no cotidiano da cidade, por meio de mudanças trazidas pelo empreendimento da construção da capital; institui novos hábitos, funda a civilidade preconizada, contrastando-a com o provincianismo e as práticas interioranas a serem anulados.

Cronistas, literatos, editores de jornais, referiam-se com entusiasmo às mudanças trazidas pela *urbs*. CAMARATE, em relato no jornal **O Contemporâneo** de 06 de maio de 1894, afirmava que

*"(...) Todos da localidade se ufanavam por possuírem um padeiro francês, por se matar bois todos os dias, por terem carpinteiros de verdade, boticários (perdão, farmacêuticos), bandos de turcos bufarinhando ninharias de toailete e um cemitério provisório."*²

Um outro cronista, AZEVEDO JÚNIOR, em edição do jornal **A Capital**, de 24 de julho de 1897, fazendo referência aos cafés e restaurantes inaugurados na cidade dizia que o novo *cook* do Grande Hotel "*(...) conhece a fundo a arte de preparar um filet aux petit pois (...)*" e ainda, que no Café Mineiro

² Jornal O CONTEMPORÂNEO, 6 de maio de 1894.

"(...) tinha-se a impressão de estar em movimentado estabelecimento de grande cidade".³

Também FÓSCOLO, em seu romance **A Capital**, traz passagens significativas no sentido do progresso das mentes na nova cidade. Em um diálogo entre Sérgio e seu irmão Cunha, a enfermidade contraída por Lená traz à tona o caráter constrangedor da imposição de novos comportamentos:

"- Não te incomodes, providenciarei tudo e o médico não tardará. Tinha graça, agora num caso sério, a gente entregar-se a essa gralha, arriscar assim uma existência!

- Mas o Félix tem trinta anos de prática, conhecesse esse clima como ninguém; era quem nos cuidava antes dos invasores.

Será o que quiseres; não estamos porém, no Curral d'el Rei, isto é Minas, a Capital e a própria natureza evoluiu como vês.

- Tens razão, tenc. E o Cunha abaixara a cabeça, curvando-se àquele progresso - um espectro perseguindo-o sempre, desorientando-lhe as idéias.⁴

A experiência urbana, sem dúvida, foi constituidora dos comportamentos signos e símbolos de um novo homem, necessários às novas relações produzidas na cidade, tecidos no confronto entre práticas anteriores e práticas novas. O pacato arraial de intensas festividades religiosas, das prosas em vivendas, da carne de vento, do charlatanismo médico, vai aos

³ Jornal A CAPITAL, 24 de julho de 1897.

⁴ Avelino FÓSCOLO, 1979: 198 (grifos meus).

poucos cedendo lugar para a fixação de novos hábitos sociais e culturais, que nesse final do século XIX faz com que diferentes grupos se localizem diferentemente na cidade.

Os editores do jornal **A Capital**, de 21 de abril de 1897, referindo-se às comemorações da Semana Santa, com um número de participantes estimados em "4.000 almas", disseram "*(...) que o povo em vez de se estender em alas, seguia-se dos grupos destacados um dos outros, desordenadamente*"⁵. No entender dos redatores, essa era uma expressão do novo cosmopolitismo, não guardando mais a festividade a expressão austera e enternecedora dos anos anteriores.

Nesse sentido, a *urbs* instalada, e nela os novos habitantes, distribuindo-se diferentemente, produziram símbolos concretos da nova *civitas*, buscando nesse esforço homogeneizar as práticas heterogêneas da fixação material e cultural de seus sujeitos. São vários os empreendimentos para constituir os marcos simbólicos que denotassem o progresso das mentes e instituíssem a civilidade; um passado de atrasos deveria ser substituído, nas falas e nos eventos, pela concepção linear do progresso, isenta de conflitos e contradições.

Em visita à cidade, em janeiro de 1897, o ministro da Bélgica, Conde de Van den Steen, observa:

⁵ Jornal A CAPITAL, 21 de abril de 1897.

"Quando se pensa que ainda dois anos atrás Belo Horizonte não passava de uma pobre aldeia isolada, fica-se absolutamente maravilhado do que ali se vê agora (...)" Referindo-se ao grande empreendimento e às dificuldades de toda ordem, diz-se impressionado com as várias manifestações do progresso:

"(...) Encontra-se em Belo Horizonte um club fornecido dos principais jornais e publicações ilustradas, assim como duas folhas locais mui bem redigidas, intituladas Belo Horizonte e A Capital. A atividade intelectual e a literária desenvolvem-se na proporção da atividade material."⁶

Desde a instalação da Comissão Construtora, Aarão REIS e os demais membros buscaram registrar o sentido histórico-pedagógico do empreendimento. Na introdução da **Revista Geral dos Trabalhos** (MINAS GERAIS, 1895, 1896), que publicava coletâneas organizadas de vários documentos, o engenheiro chefe acentua a sua intenção em editar a memória da construção da cidade "(...) para que ninguém se esqueça de como era este arraial antes da chegada da Comissão Construtora".

Além da publicação da revista e de jornais, surgem também na capital, durante a sua construção, outros empreendimentos culturais como o Clube Recreativo (1894), no qual a diretoria, composta por alguns membros da Comissão, se

⁶ Abílio BARRETO, op. cit., p. 637-638 (grifos meus).

propunha a realizar "bailes, jogos de damas, xadrez, bilhares, representações teatrais (...) além de manter uma sala de leitura para uso de seus sócios"⁷. São ainda inaugurados o Clube Esportivo (1895), a Corporação Musical (1896), o Teatro (1896), o Phonografo (1896), o Museu de Mineralogia (1894) e a Biblioteca (1894) que, segundo dados de BARRETO, contava, em 1895, com 840 volumes e em 1896, com 2.064.

Em reunião, os membros da comissão empenhados na instalação da Biblioteca, afirmavam:

"(...) Na América do Norte, como sabeis, as maiores instituições congêneres à que ora empreendemos, tiveram idêntica origem e hoje assombrom o mundo inteiro, com sua grande e pujante riqueza. É o primeiro cuidado daquele povo, ao fundar suas cidades, levantar, junto aos templos, as escolas, as bibliotecas e os museus, oferecendo desde logo aos seus habitantes, conforto ao corpo, luz ao entendimento, tranquilidade à alma."⁸

Frente a tão explícita intenção pedagógica, este capítulo busca resgatar na organização da *urbs* e no sentido dado à *civitas* os pressupostos dos colégios e da instrução pública. Enquanto inscritos na experiência da cidade e nas tensões entre "ser feito" e o "fazer-se cidadão", o projeto escolar, tal como o projeto urbano, expressa conflitos no

⁷ Abílio BARRETO, op. cit., p. 93.

⁸ Ibidem, p. 173 (grifos meus).

processo de constituição da sua função social, sugerindo a permanente ultrapassagem de sua utopia (de)formadora.

A dimensão do saber escolarizado, na forma como concebido pelas elites proprietárias no século XIX, teve, entre outras funções, a de simbologia monumental do marco civilizador que delimita o "uivo dos lobos do estampido das rodas". Num momento em que outras simbologias não são por si suficientes para essa demarcação, tornam-se freqüentes os apelos ao progresso material, unido ao progresso intelectual, enquanto pressupostos do regime "do povo pelo povo", como dizia a nota do jornal que abre este capítulo. A educação escolarizada, fixando e repetindo novos valores, tornava-se o árbitro das possibilidades de inserção política e social à cidade.

Embora já expressa no projeto arquitetônico, a estrutura escolar da instrução pública e dos colégios da capital somente organiza-se após a inauguração da cidade e, mais particularmente, nas primeiras décadas deste século. É interessante observar que o prédio onde fora prevista a instalação do Ginásio, na Praça Benjamin Constant, teve sua ocupação alterada após ser concluído em 1898.. No edifício instalou-se o Tribunal da Relação e demais departamentos do Fórum, e só posteriormente, em 1906, foi ali instalada a Escola Normal da Capital (atual Instituto de Educação). Na planta da cidade também estava vagamente previsto um Prédio Escolar, para ensino das primeiras letras, localizado na Praça da

República. Ao ser concluído, em 1897, acabou destinado às reuniões do Senado e, posteriormente, à Câmara dos Deputados.⁹

Por outro lado, as escolas privadas e religiosas foram ocupando amplos terrenos cedidos pelo Estado e instaladas em prédios considerados, alguns ainda hoje em dia, verdadeiros monumentos arquitetônicos - entre eles, o Colégio Santa Maria (1903), o Colégio Izabela Hendrix (1904), o Colégio Arnaldo (1912) e o Colégio Batista (1916).¹⁰ Dentre os empreendimentos públicos sobressaem a Faculdade de Direito, transferida de Ouro Preto para a capital em 1899 e a Escola de Odontologia, fundada em 1907.

No período da construção da cidade a instrução ocupava espaço muito mais modesto. BARRETO e MOURÃO indicam a existência, em 1896, de um curso primário misto dirigido por duas professoras. Este curso foi transformado, anos depois, em escola leiga de educação secundária, o Colégio Cassão. Também durante a construção é fundada pelo padre Francisco Martins Dias uma escola feminina, o Colégio Progresso, onde se criariam, posteriormente, aulas noturnas para operários.

As experiências escolares iniciais, alimentadas pela experiência urbana, motivarão o surgimento dos grupos escolares voltados para a instrução elementar, empreendimentos que em Minas Gerais resulta de iniciativas tomadas durante o

⁹ Cf. Abílio BARRETO, *op. cit.*

¹⁰ Paulo Krüger Corrêa MOURÃO, 1962.

governo de João Pinheiro (1906-1910). Entretanto, o que interessa neste capítulo é resgatar em diferentes práticas e matizes conceituais, os pressupostos da escolarização implicados na cidade.

Como já indicamos, no século XIX a urbanidade passa pelas premissas pedagógicas das instituições escolares; ou seja, a *urbs* e a *civitas* são possíveis quando mediadas pela escola, num processo que desdobra as mesmas características da cidade como espaço de organização do saber, de privilégios e exclusões, e de relações de trabalho. Enquanto parcela do tecido social, a experiência da escola não diz respeito apenas ao repertório de reformas, leis e projetos de intenções, mas expressa as profundas alterações nas concepções de vida e sociedade e mais -- nas formas de sobrevivência material e cultural que se impõem no mundo ocidental.

Essas mudanças não se fizeram sem conflitos que, por sua vez, desenharam a escola sobre os mesmos traçados da cidade. Dessa forma, os pressupostos da escola pública, tal como se expressaram no século XIX e se mantêm até os dias atuais, não se dissociam dos conflitos entre a sua base conceitual e as formas nas quais se efetivaram. Ou seja, não se trata da justaposição de formas pensadas a formas concretizadas.

A modernidade, como vimos analisando, caracterizou-se basicamente pela tensão entre essas formas. A alteração da função social dos colégios, já a partir do século XVI, nos

aponta para a dimensão de conflitos que estarão presentes em torno dos empreendimentos para a concretização de agências de ensino público em fins do século passado.

Atender às necessidades de uma certa homogeneização cultural passa, entre outros, pelo processo da constituição de uma determinada cultura. A cidade e a escola não constituem apenas respostas a essa necessidade; ambas vão se formando e se instituindo, como parte dessa cultura. Com isso, queremos enfatizar que a história da escola e a dos projetos pedagógicos, não podem ser separadas do redimensionamento cultural maior da sociedade enquanto relações de mercado, realização da propriedade e das individualidades.

Nas práticas escolares vão-se delineando os espaços que a escola ocupa, seja como produtora de hierarquia social, seja como monumentos físicos, políticos e econômicos da cultura e de suas instituições.

A partir dessas práticas poderemos abrir caminhos para desmistificar uma concepção de educação como mera reprodutora do conhecimento ou como núcleo do processo de formação do cidadão. Essa concepção esteve presente nos diversos viéses teóricos que procuraram explicar a escola; posições diferentes e que, entretanto, não podem ser tomadas isoladamente, pois formam um conjunto maior de discussões onde a grande questão não se limitava ao processo de formação dos indivíduos, mas tinha principalmente em mira o processo de

formação de uma cultura, de uma sociedade, uma nação, uma "civilização".

Dessa forma entendemos que a escola moderna e os colégios, em seus processos de constituição, representaram durante muito tempo mais uma concepção de cidade do que foram as próprias populações.

O que queremos dizer com isto?

Basicamente que as várias instituições escolares se constituíram em meio aos conflitos da cidade estreitamente ligadas aos processos de produção, organização e distribuição do conhecimento. As discussões centrais, postas pelos liberais clássicos em torno do individualismo, da propriedade e da experiência, disseram respeito à produção de uma nova cultura que pressupõe a racionalização dos saberes, a elaboração de formas de assimilação das novas relações de trabalho e de novos compassos do tempo. JOVELLANOS, representante da ilustração espanhola, afirmava que

"(...) A urbanidade é um belo verniz da ilustração e seu melhor ornamento, porém, sem a instrução não é nada, é somente aparência. A urbanidade doura a estátua, a educação forma."¹¹

Nessa perspectiva produziu-se uma geração de "pedagogos" e filósofos que buscaram entender as necessidades

¹¹ Citado por Júlia VARELLA, 1988: 254.

urgentes de uma sociedade em gestação, onde os preconceitos e a submissão à religião e aos ditames da Igreja não se coadunavam com novas formas de vida em constituição. Enquanto expressão de urbanidade, os "discursos" sobre a escolaridade vão estar em sintonia com os representantes das cidades. Os elementos a ela diretamente ligados, tanto na política como na esfera da produção, a princípio não precisaram temer o assédio dos pobres; seu conteúdo limitava-se à representação do modo urbano de uma determinada categoria social.¹²

O Iluminismo, no século XVIII recolhe experiências anteriores, apropriando-se do saber e da ciência, consolidando sua autonomia em relação às crenças e preconceitos, à cultura contemplativa e livresca e estabelecendo vínculos maiores com o trabalho, o progresso e o Estado. Ou, como enfatiza LERENA,

"Participando e expressando fielmente o espírito de sua época, o pensamento dos iluministas descansa na crença de um possível aperfeiçoamento contínuo do indivíduo, através do aperfeiçoamento do meio social, isto é, através da busca de instituições cada vez mais adaptadas às necessidades dos homens. Fazendo destes a medida de todas as coisas, humanistas e antropocêntricos, os iluministas proclamam

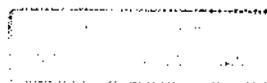
¹² As tensões inicialmente constituídas a partir dos séculos XVI e XVII podem ser analisadas, entre outros, pela emergência dos colégios burgueses na França e pela rica experiência inglesa, quando coexistiram com as tradicionais Universidades de Oxford e Cambridge. Dentre essas, destaca-se a experiência do Gresham Collège, mantido por fabricantes onde se exercitava o conhecimento moderno da língua nacional e as escolas fundadas e supervisionadas por grêmios de comerciantes, o que retomaremos adiante. (Christopher HILL, 1980)

*a terrenalidade de suas preocupações e de seu pensamento.*¹³

Esse movimento crítico pressupõe a educação como meio de racionalização da vida dos homens. Entretanto, no momento em que o assédio dos pobres já começa a se fazer mais evidente, despontam as tensões que terão lugar mais efetivo no século XIX: a educação como instrumento de trabalho e formação da nacionalidade e as vias diferenciadas de acesso ao saber. Não obstante, são as experiências da Revolução Francesa, no final do século XVIII, que colocam o tema da formação do cidadão, enquanto pressuposto necessário para sua inclusão política na sociedade. É nesse contexto que também a temática da democratização da escola, nos seus limites legais e formais, ganha destaque principalmente nos debates da Constituinte Francesa.

Por outro lado, durante o século XIX, a presença das multidões vai se tornando temida em todas as frentes, expressando já uma cultura urbana em crise, em conflito. Dessa forma, urbanismo e pedagogia não se tornam campo de conhecimento e de atuação ao acaso, não pretendem mais dourar ou reformar estátuas e edifícios já corroídos e deformados pelo tempo, mas querem lhe emprestar novos desenhos, novas texturas, novos contornos simbólicos, pelo menos mais sólidos que os anteriores. Entretanto, a tenuidade que caracteriza

¹³ Carlos LERENA, 1985: 58 (grifos meus).



tais intenções revelam que, como os muros da cidade, "(...) os muros de nossas escolas são mais fortes que muitos aspirantes a reformistas educativos pretendem crer"¹⁴.

As formas como a cidade, as relações sociais, a produção econômica se materializaram no final do século XIX expuseram conflitos cada vez mais acentuados. Na simbologia dos muros que são erguidos, as crises, em seu sentido de fase e transição, vão se tornando lugar comum e constantes. A ilusão das reformas se impõe com a intenção de relegar o passado e dar início a um novo tempo.

As experiências dos habitantes dos subúrbios nas cidades se traduzem com a conotação de fardo social e cultural; sobre elas se estruturou uma temática frente à qual diferentes pontos-de-vista propuseram soluções diversas para os problemas da formação de um novo homem. Sobre essa questão, o pensamento educacional guarda proximidade com o urbanismo; este pressupõe moldar a cidade (escola) para os indivíduos, aquele quer moldar os indivíduos para a cidade (escola). Também como no urbanismo, seus técnicos expoentes não apontam para uma revolução social; pregam, antes, a homogeneização e o equilíbrio.

Por outro lado a discussão da escola não se limita, como nos debates sobre a cidade, ao binômio tradição-moderno, mas carrega ainda outras tensões e conflitos. Por trac da

¹⁴ Robert E. YOUNG (1990: 9).

solidez dos "muros" surgem elementos mais convincentes a serem resgatados para o entendimento dos pressupostos da educação escolarizada. O processo de organização do saber nas escolas assumiu forma hierárquica, que redundou não apenas nas práticas formadoras de precariedades e privilégios, no que atendeu às diferenças materiais dos sujeitos sociais e a sua inserção diferente na cidade. Por outro lado, também se organizou em resposta às relações de trabalho concretas, nas quais a administração da força de trabalho se deu em meio aos mesmos conflitos postos em outras instituições. As diferentes práticas escolares, confrontadas aos seus discursos, permitem entender os limites formais nos quais se tentou compartimentalizar e conformar os saberes social e historicamente produzidos com base na moderna concepção de cultura.

Queremos enfatizar com isso que se por algum tempo a escola representa a cidade a partir das práticas de uma determinada categoria social, a grande lição trazida pelas experiências sociais de fins do século XVIII e do século XIX é que, tanto a cidade como a escola, tornaram-se impensáveis sem considerar-se a população como um todo. Isso fez com que o grande desafio no projeto desses espaços, tenha sido o de se verem obrigados a confrontar-se com o seu próprio conteúdo: as lutas pela cidadania. Entretanto, uma questão permanece ainda não resolvida neste fim de século: a escola, "sujeito educador" que procura formar os cidadãos, defronta-se

constantemente com sujeitos-indivíduos se fazendo em diferentes práticas sociais.

Nos próximos itens buscaremos analisar os momentos diferenciados em que se constituem as relações entre cidade, cidadania e educação, no sentido de ampliar a compreensão da questão anunciada, ou seja, a problemática da incorporação/exclusão de parcelas da população, da experiência social. Levaremos em consideração o contexto das discussões em torno da escola pública, tal qual se colocam no século XIX, bem como as dimensões simbólicas que a escola vai assumindo, ao confinar estreitar a cidadania aos limites mais formais.

A ESCOLA COMO REPRESENTAÇÃO DA CIDADE

Segundo VERGER¹⁵, é a partir do século XVI, num contexto onde predominavam os internatos e as universidades constituídas ao redor do corporativismo e da cristandade, que tem início um processo de discussão em torno das necessidades escolares para os habitantes das cidades ocidentais. O colégio antes tradicionalmente um lugar de recolhimento destinado a albergar estudantes pobres, sobretudo das faculdades de artes e teologia, sofre, juntamente com as universidades, transformações significativas já ao final do século XV. Tais alterações estão, sem dúvida, relacionadas as acentuadas mudanças na constituição social, à emergência dos Estados, e ao reordenamento econômico.

O autor acentua que tais mudanças podem ser observadas em três direções - nas formas suntuosas que os prédios vão ganhando; nas formas de recrutamento, onde os alunos pobres, antes a regra, vão se tornando exceção, e na organização do ensino. Nesta organização os colégios, cada vez mais se destacam enquanto local de ensino em detrimento da função de albergue, equiparando-se muitas vezes às faculdades de arte e teologia, que mantiveram, contudo, sua função de organizar os exames e colar graus.

15 Jacques VERGER, 1990.

Outro autor, PETITAT¹⁶, destaca quatro características fundamentais dos colégios enquanto ruptura com as práticas das faculdades de artes tradicionais: "*espaço, tempo, seleção de elementos sócio-culturais e estruturas de poder*"¹⁷. Acompanhando as alterações ocorridas a partir do século XVI, o autor afirma que os colégios se tornam instituições importantes para abrir a possibilidade de uma certa homogeneização cultural das elites urbanas emergentes enquanto elemento de diferenciação das "gentes comuns". Este processo se acentua nos séculos posteriores e relacionado-se com o recuo da sociabilidade comunitária e com a delimitação mais precisa e consciente dos diversos lugares especializados. De certa forma, os colégios expressaram essa mudança de hábitos; a reunião dos estudantes em um local único e com função definida traduzia uma racionalidade já presente em outros espaços sociais e políticos, no Estado ou nas relações mercantis. Diz respeito a uma certa centralização no controle dos estudos, da reordenação do uso do tempo, não somente no planejamento, mas também na dimensão do estudo compulsório, sujeito a medidas, e ainda à seleção do currículo voltado às belas letras e na instituição de uma autoridade educacional.

O rigor nos colégios, presente no controle administrativo e na organização pedagógica, aos poucos produz

¹⁶ André PETITAT, 1989.

¹⁷ Ibidem, p. 23.

uma dimensão disciplinar que contrariava a liberdade usufruída pelos escolares até por volta do século XIII. (ARIÉS¹⁸, VERGER¹⁹). Dessa forma, associar competência com disciplina e regulamentos esteve no cerne da sociedade de mercado, seja no que diz respeito à aquisição de conhecimentos, ao aspecto de diferenciação social, ou ainda ao desenvolvimento mesmo das relações de produção. É a própria objetivação da aprendizagem que dá sentido à freqüência aos colégios através da hierarquização dos conteúdos, cumpridos em determinadas etapas pelos alunos, diferentemente das escolas medievais, onde a presença dos alunos ocorria de forma menos sistemática. (HAMILTON²⁰)

É importante ressaltar que essas características disciplinares acompanham as tensões em meio às quais vão se demarcando os campos públicos e privados, tornando regra o reconhecimento do lugar social de cada um. As modificações da estrutura dos colégios fazem parte das diversas reformulações sócio-políticas ocorridas entre os séculos XVI e XVIII. O colégio é parte desse novo mundo social e, como sugeriu ARIÉS²¹, participa, entre outras coisas, da construção do individualismo. Novos costumes e hábitos demarcam o lugar do

18 Philippe ARIÉS, 1987.

19 Jacques VERGER, 1990.

20 Alexander HAMILTON, 1992.

21 Philippe ARIÉS, 1991.

indivíduo e o lugar do coletivo. Por outro lado, o surgimento de novas formas de convivência permitiu a identificação dos indivíduos com seus pares, afastando-os tanto das multidões como da solidão.

A experiência da redefinição do espaço privado é extremamente significativa tanto no âmbito individual, quanto no social, já que possibilita um aprofundamento do entendimento da nova noção de esfera pública e de seus significados na constituição da própria cultura urbana. A demarcação de territórios vai se fazendo cada vez mais presente através de uma construção imaginária de espaços fechados, dando lugar à crítica e às formas de interferência entre o exterior e o interior: do Estado para o comércio e a propriedade, da religião para a ciência e a educação, da rua para a família, uma crítica que se aprofunda nos séculos posteriores.

Os colégios e instituições de ensino não são meros desdobramentos desse processo e sim elementos constituintes. A necessidade de formação de indivíduos auto-suficientes e independentes tem a sua expressão na cidade, onde a diferenciação dos gestos, dos hábitos, das posturas, das formas de trabalho, da sociabilidade confere uma individualidade única, necessária à vida material e cultural. É nesse sentido que a licenciosidade anterior, expressão de fronteiras imprecisas, cede lugar à constituição da disciplina, da ordem, da repressão. A interferência inverte o

sentido anterior e cabe aos espaços privados, à família, à escola, entre outros, dar o tom ao espaço público, aos hábitos da rua e da cidade.

ARIÈS²² expõe alguns traços característicos da escola até o século XVI, quais sejam, a ausência de graduação do ensino, a simultaneidade dos ciclos de aprendizagem, a mistura de idades e a liberdade dos escolares. Nos séculos posteriores evidencia-se o esforço em inverter esse procedimento pedagógico. Já em fins do século XVI:

*"(...) A relação extremamente rigorosa entre a idade dos alunos e a formação orgânica, que os reúne, outorga a cada ano de idade uma personalidade própria: se tem a idade de seu curso, e a cada curso corresponde seu programa, a seu local e seu mestre uma fisionomia particular."*²³

Nesse processo, que num sentido amplo abarca a desorganização do mundo feudal, a consciência dos homens altera-se pelas novas possibilidades da valorização da razão estreitamente colada às novas possibilidades de trabalho, da ciência e do saber, que em momentos de tensão, forneceram subsídios para que se questionassem os preconceitos e a sujeição a Deus. De outro lado, a ênfase nas disciplinas, como forma de auto-regulação, auto-preservação e auto-governo, faz

²² Philippe ARIÈS, 1987.

²³ Ibidem, p. 240.

delas elementos fundamentais para a constituição de valores éticos e morais, tais como virtude, honestidade, generosidade. Valores estes necessários à inserção das individualidades no mundo social e na civilidade.

Não obstante, foi nesse mesmo contexto que determinadas estereotípias fixaram-se no sentido que mantiveram até, pelo menos, o século XIX. Entre elas a de que os pobres, pela sua condição de dependência material e espiritual, são incapazes de opiniões independentes para representar a cidade. Fracos de juízo, ignorantes, presos a paixões, eles precisam de uma razão maior (Estado ou Deus) para sobreviverem. Esse preconceito deu ensejo a que também os caminhos para a educação se diferenciasssem a partir das desigualdades materiais e sociais. O ensino das belas letras, das ciências, da destreza do corpo e da alma foi se delineando paralelamente à aceitação pela nobreza de novas funções administrativas, nas quais *"as letras devem ser companheiras das armas na arte de governar os pobres"*²⁴ e ao esforço da burguesia para diferenciar-se do povo comum. Por outro lado, a perspectiva de uma educação voltada para o "enriquecimento espiritual da pobreza" se produz no contexto das revoltas de camponeses e das "ralés da cidade", contra impostos diretos do Estado, e nos motins da fome. VARELLA²⁵ comenta que, a partir

²⁴ Júlia VARELLA, op. cit.

²⁵ Ibidem.

do século XVI, o conceito de pobreza sofrerá uma importante alteração no sentido semântico, "da pobreza física se passa à pobreza da alma". Convivem com essa concepção a proximidade dos males que lhe são inseparáveis, a ociosidade e a vagabundagem inspiram a proliferação de asilos, albergues, orfanatos onde a caridade religiosa se torna um instrumento de educação. O surgimento dos colégios e das pedagogias de caridade guardam sobretudo uma estreita relação com as formas nas quais as relações de trabalho foram se alterando, nos quais os processos de produção da riqueza geram, em contraponto, a pobreza.

Entretanto, as possibilidades de intervenção do trabalho e destreza humana no mundo físico e social constituem-se numa dimensão fundamental para a produção da cultura moderna²⁶. Ciência e trabalho emergem como um processo único. É nesse sentido que HILL, discorrendo sobre BACON, acentua que "*(...) no exemplo dos artesãos ele via um modelo para a experimentação científica (...)*"²⁷.

²⁶ John LOCKE, no **Segundo Tratado**, como vimos, analisa a existência da propriedade como anterior à sociedade, pois, gerada pelo trabalho, as suas fronteiras são fixadas pela própria capacidade do ser humano, por sua vez limitada pela razão. Torna-se importante resgatar em John LOCKE o sentido dado pela aproximação razão e experiência, que de uma certa forma apontam para as relações entre ciência e trabalho. N. ABBAGNAMO afirma que a perspectiva empiricista de John LOCKE "*(...) Em realidade é resultado da convicção de que a filosofia deve mover-se estritamente dentro do horizonte dos problemas concretos que não transcendem ao homem. A experiência de que falava LOCKE não é mais que o mundo onde o homem vive e atua e na qual deve radicar solidamente*" (N. ABBAGNAMO, 1975: 334).

²⁷ Christopher HILL, 1987, p. 279.

Na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, as fronteiras imprecisas da magia e da ciência constituem-se material rico para o entendimento das novas perspectivas que os estudiosos se colocavam na busca de novas formas de se aproximarem do mundo físico e humano. Utilizando-nos de dados apresentados por HILL²⁸, compreendemos que as tensões entre magia e ciência produziram um novo sentido nas relações homem e saber. COMENIUS, entre outros intelectuais do século XVII, apontava para "as potencialidades democráticas da nova ciência. Sua ênfase, segundo HILL,

"(...) incluía a defesa de uma enorme ampliação das oportunidades educacionais, de novos métodos pedagógicos, empregando o vernáculo em vez do latim, enfatizando as coisas em vez das palavras, a experiência em vez dos livros, a proposta de que toda a informação científica existente fosse difundida e divulgada a todos (...). A ciência deveria orientar-se para o aprimoramento das condições de vida dos homens."²⁹

Por outro lado, é o mesmo COMENIUS que faz a seguinte afirmação na sua obra máxima, **Didactica Magna**, concluída em 1638:

²⁸ Christopher HILL, op. cit.

²⁹ Ibidem, p. 279 (grifos meus).

"Aos que não de doutrinar, como reis, príncipes, magistrados, pastores de igrejas e doutores é tão necessário que estejam imbuídos de sabedoria como dotada de olhos para guiar o caminho (...). Da mesma maneira, os súditos devem ser ilustrados, para saber, prudentemente e sabiamente, obedecer, não sendo obrigados como um asno, mas voluntariamente por amor."³⁰

Evidentemente, as potencialidades da ciência já carregavam consigo as formas e processos de produção e distribuição do conhecimento.

Os estudos de astrologia, alquimia e magia natural se constituem em maneiras radicais de entendimento dos mundos físico, social e divino. O seu radicalismo se dá principalmente na busca do aprimoramento da vida dos homens, ou seja, como enfatiza HILL,

"Os herméticos ansiavam por reviver a prisca theologia, o saber mágico e intemporal dos Antigos; os seguidores de Paracelso queriam usar a experiência dos artesãos para fundar uma nova ciência química e alquímica; e os astrólogos (...) de algum modo tentavam esboçar uma ciência social, uma ciência do homem na sociedade."³¹

³⁰ Jean Amos COMENIUS, 1954: 101 (grifos meus).

³¹ Christopher HILL, 1987: 278.

É importante ressaltar que a ciência no século XVI não foi monopólio de acadêmicos, mas, antes, produção de mercadores e artesãos. Na Inglaterra, por exemplo, efetivou-se um movimento de educação de adultos com grande parte dos livros escritos na língua nacional, produzidos na sua maioria por autodidatas e dirigidos aos trabalhadores.

Há um sentido largamente utilitário da ciência constituída nesse período em contraste mesmo com as universidades. Por outro lado, boa parcela dos acadêmicos daí oriundos, tem seu interesse voltado para a experiência e a habilidade dos artesãos comuns, alguns defendendo inclusive a superioridade dos conhecimentos destes frente ao que eles tinham aprendido nos livros. HILL³², em outro estudo, afirma ainda ter havido um estreito entendimento entre os acadêmicos científicos mais eminentes da Inglaterra e os técnicos para os quais escreviam, assim como a cooperação entre os mesmos na tarefa de educação dos adultos.³³

Nesse contexto, tem lugar a interessante experiência do Gresham College, fundado pelo comerciante Thomas Gresham, com objetivo de lutar contra o catolicismo e cujo controle estava nas mãos de comerciantes como ele. A clientela do

³² Christopher HILL, 1980: 35.

³³ Cabe ressaltar que a política de expansão comercial da era TUDOR (1485-1603) estava sustentada pela expansão dos conhecimentos das matemáticas, da navegação e da geografia, acompanhados de um movimento de tradução de obras clássicas para o inglês, em geral efetuados por homens que se situavam entre a "*chusma canalhesca e os sábios ilustrados*" (HILL, 1980: 43).

colégio era constituída em sua grande maioria por burgueses e o ensinamento se dava na língua inglesa, distribuído em sete cadeiras: teologia, direito, retórica, música, medicina, geometria e astronomia. Havia uma forte ênfase para o ensino prático e temas do uso diário. HILL afirma que, além de oferecer educação gratuita a adultos, o Gresham College se tornou um lugar de reunião e intercâmbio de idéias com efetiva influência no desenvolvimento científico inglês, seja através das produções ali ocorridas, seja pela forma de veiculação dos conhecimentos, através dos almanaques que

*"(...) continham com freqüência páginas de astronomia, cosmografia e astrologia, assim como explicações sobre as marés e eram o suficientemente baratos (1 penny) para circular amplamente entre as classes inferiores. Além da Bíblia, eram o único que liam muitas famílias."*³⁴

Entretanto, desde cedo os almanaques e a extensão do saber popular suscitavam oposições de conservadores políticos e religiosos. O próprio Colégio de Gresham atuava de forma precavida para evitar confrontos maiores com as tradicionais Oxford e Cambridge, deixando as primeiras cátedras sob sua recomendação. Isso não impediu que exercesse forte influência nas reformas daquelas instituições provocando, posteriormente, seu distanciamento em relação à clientela mais popular.

³⁴ Christopher HILL, 1980: 65.

HILL chama atenção ainda para outros lugares onde discussões e ensinamentos científicos se davam de forma mais livre, quais sejam: o Grêmio dos Cirurgiões, o Colégio dos Médicos, a Sociedade dos Boticários e várias escolas fundadas e supervisionadas por grêmios de comerciantes. Destoando das tradicionais universidades, tais instituições retratavam o mundo da cidade, no seu caráter utilitário e prático. Os artesãos aderem à razão e à experiência em detrimento das Escrituras. Dessa forma uma tensão se instala entre os *"artesãos mecânicos que apoiavam a nova ciência e os homens ilustrados que a desprezavam"*³⁵. O cientista expulsa paulatinamente o universo milagroso; uma revolução intelectual estava em marcha, o progresso da cidade se torna solidário ao progresso da ciência³⁶.

³⁵ Christopher HILL, op. cit., p. 65.

³⁶ Esse tipo de conflito pode ser entendido através da análise das diferenças entre o Colégio dos Médicos, aberto a graduados universitários, o Grêmio de Bombeiros, Cirurgiões independentes e dos Boticários, que podiam receitar aos pobres. As rivalidades dessas instituições estão relacionadas não somente à forma como compreendiam a estrutura do conhecimento como também ao entendimento da produção e distribuição do conhecimento. O tradicional Colégio dos Médicos não via com bons olhos o "curandeirismo" e o acesso ao saber médico que obtinham alguns indivíduos que somente falavam ou liam o inglês.

A prática em geral exercida pelos cirurgiões e boticários se confronta com uma hierarquia que se estabelecia entre o médico, o chefe que dita as normas e estes que exerciam concretamente a medicina. Se os cirurgiões e boticários vão se tornando independentes, uma ameaça se faz à relação de autoridade estabelecida. Monopólio econômico e monopólio do conhecimento vão caminhando juntos na produção da cultura urbana. A diferenciação social é reclamada no sentido de demarcar as fronteiras imprecisas. (Ibidem)

Em meados do século XVIII, a astrologia, adotada por "ranterers analfabetos", pelos defensores da alquimia e da química, "desqualificados" como "fanáticos por drogas", é cada vez mais hostilizada pelos conservadores da Igreja e da política. A questão maior não estava nas mudanças trazidas pelas formas nas quais relacionavam com o saber social e o físico, mas principalmente nas formas de expor tais conhecimentos a plebeus: mecânicos, chapeleiros, sapateiros, latoeiros, moleiros, pedreiros, etc. Essa questão vai fazer parte da discussão dos filósofos iluministas do século XVIII, num esforço de traçar pressupostos mais racionais para a função social da escola.

Basicamente, a ênfase recai tanto na forma específica de organização e distribuição do conhecimento, quanto nos custos e gastos da educação. A carreira escolar começa a ser pensada na sua dimensão utilitária, no retorno que possa dar à sociedade. O que os ilustrados reclamam é, principalmente, uma educação útil e liberal, em crítica aberta às universidades, a seus graus e diplomas. A relação entre educação e trabalho vão se estreitando não somente no sentido técnico de conferir habilidades, mas no âmbito maior da sociedade - se constituem processos de produção das individualidades e da cultura urbana.

Assim, a educação diferenciada para ricos e pobres e todo o investimento, principalmente na educação dos filhos das famílias economicamente ativas da cidade refletem a

diferenciação social e as necessidades práticas e concretas de uma política em gestação. As experiências dos séculos anteriores, como a de algumas instituições inglesas, passam a ser enormemente questionadas quanto à demarcação do lugar social dos indivíduos.³⁷

Entretanto, a diferenciação escolar foi, nesse momento, mais enfática junto à nobreza do que aos estratos burgueses, que viam nas chances de uma educação para todos os homens a possibilidade de humanização da sociedade. Mas temos que convir que o projeto das elites proprietárias não era hegemônico, na verdade não havia uma hegemonia de classe que pudesse dar conta de um pensamento unificado em torno dos objetivos da escolarização. As resistências da nobreza e da elite urbana tinham em comum o reconhecimento das tensões quanto ao conteúdo da educação e às formas de sua extensão.

³⁷ Essa temática, já lançada anteriormente, pode ser observada novamente em John LOCKE. Jean CHÂTEAU, citando uma de suas publicações, **Some thoughts concerning education**, afirma que "LOCKE somente se interessava pela educação dos filhos da burguesia acomodada. Para os pobres, para as classes trabalhadoras, sugere a criação de escolas do trabalho, obrigatórias a partir dos três anos de idade, onde os meninos sejam alimentados exclusivamente com pão (no inverno) e um pouco de aveia - porque não comem outra coisa em seus lugares - e lá confeccionem suas próprias roupas aprendendo assim um ofício útil. Estudarão somente religião e moral, e desde a sua mais tenra infância tomarão o costume de freqüentar regularmente a igreja aos domingos." (Jean CHÂTEAU, 1959: 127)

JULIÁ³⁸, ao analisar a experiência francesa pré-revolucionária do século XVIII, indica as preocupações da monarquia com a proliferação dos centros escolares tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto à retirada dos trabalhadores de seus lugares. Entretanto, as investidas dos nobres em dificultar o surgimento de novas escolas, nem sempre se fizeram eficazes, exceto no período da expulsão dos jesuítas nos anos de 1762-1764.

A intenção da nobreza era vincular todos os colégios às universidades e aqueles às escolas elementares no sentido de criar uma organicidade e direção de ensino sob o controle da Universidade de Paris. A esse projeto de hierarquização escolar juntava-se também a correlação com o tamanho e importância das cidades na classificação e alocação das escolas. A resistência a esse plano se deu em relação à tradicional autonomia exercida pelos colégios como também em vista dos critérios imprecisos para a definição de centros de maior ou menor importância.

Nesse aspecto, JULIÁ comenta que um dos critérios possivelmente confiáveis para definir o tamanho de um centro parece ter sido o número de professores de latim, além da densidade populacional e função social da cidade. Embora esta não fosse uma relação de números iguais ou de correspondência

³⁸ Dominique JULIÁ, 1988.

unilateral, expunha as contradições nas quais a cidade e seus habitantes se encontravam às vésperas da revolução.

O peso demográfico foi, sem dúvida, um fator essencial na implantação dos colégios e na determinação dos tipos de centro. Nas grandes cidades predominavam os Colégios de Pleno Exercício, ao passo que nas cidades médias perfilavam os Colégios de Humanidade (com três até cinco cursos) e os Colégios Menores (contavam com dois regentes de latim). Por outro lado, ser a cidade sede administrativa, de tribunal de primeira instância ou do bispado era indicativo da existência do equipamento escolar encabeçado pelos Colégios de Pleno Exercício, enquanto que as Regências Latinas (um regente de latim) se situavam em 70% em localidades carentes de qualquer função administrativa.

Examinando as cidades com mais de 5.000 habitantes que não contam com os colégios de primeiros tipos (a de pleno exercício e a de humanidade) deparamos cidades com funções específicas. Na verdade, cidades onde a modernidade se produz: as cidades portuárias, industriais, metalúrgicas e têxteis. Nas primeiras introduz-se um tipo de educação específica que substitui os colégios, a escola de hidrografia. Enquanto nas industriais "(...) a indústria têxtil quando monopoliza as energias artesanais de uma cidade pequena ou média, parece impedir a expansão dos centros escolares"³⁹.

³⁹ Dominique JULIÁ, op. cit., p. 76.

A autora chama ainda a atenção para um outro aspecto significativo que diz respeito à proliferação dos colégios de humanidades no século XVIII, enquanto as de pleno exercício têm a sua origem e fundação no século XV. Essa intensificação deu-se juntamente com o crescimento da burguesia nas cidades, que preferia mandar seus filhos para a escola da cidade, evitando gastos com viagens a cidades distantes ou, simplesmente, adiava a ida deles para uma etapa posterior de complementação de estudos. Por outro lado, o crescimento dos colégios de humanidades e dos colégios menores (que foi mais contínuo e estável do século XVI até a revolução) acabou por precisar com mais clareza a função social dos colégios de pleno exercício que, liberados do ensinamento elementar, vão se elitizando.

Além da organização dos colégios, um outro tipo de instituição ganha destaque na contínua redefinição das cidades: são os internatos - colégios ou pensões privadas que proliferavam significativamente na França após 1750. JULIA comenta que:

*"(...) sua característica era de plena independência em relação aos colégios existentes e a divisão em seu seio de um ensinamento próprio muito mais orientada para as disciplinas científicas."*⁴⁰

⁴⁰ Dominique JULIA, op. cit., p. 86).

Com essas instituições, mesmo que a propaganda fosse além da prática efetiva, colocava-se em questão o monopólio do latim na educação. Entretanto, só após os anos da revolução de 1789 a carreira clássica sofreu restrições mais definitivas.⁴¹

A formação dos indivíduos ganha ênfase diferenciada na medida em que se aprofundam as hierarquias sociais e se acentuam as relações modernas de trabalho a partir do século XVIII.

LERENA indica que:

*"(...) o ensino popular se constitui em uma das primeiras preocupações da época: dotar as pessoas simplórias de uma rudimentar habilidade face a seu trabalho, a seus hábitos cotidianos e enfim, a necessidades da vida prática."*⁴²

A extensão e, posteriormente, a secularização do ensino guardam uma similitude com a perspectiva civilizatória da expansão dos mercados e das relações sociais. A qualidade e

⁴¹ Os internatos - colégios, abertos pelos Irmãos das Escolas Cristãs, tiveram uma experiência rica e foram orientados para filhos de comerciantes, com ensinamentos práticos, tais como matemática, hidrografia e desenho. Satisfaziam as aspirações educacionais das classes comerciais dirigentes no sentido de substituir a rotina clássica da educação pela aprendizagem técnica e prática. A sua organização, financiada por comunidades de artes e ofícios e por doações de subscritores que conferiam bolsas de estudo, possibilitou a abertura de cursos gratuitos de desenho, conhecimento necessário para a maioria das artes mecânicas. Tais iniciativas estão coladas ao próprio pensamento iluminista que, a par do constante questionamento em relação à inclusão-exclusão dos pobres, buscaram sem dúvida a aproximação entre o fazer e o saber. (Dominique JULIÁ, op. cit.)

⁴² Carlos LERENA, 1985: 51.

a quantidade de conhecimento passam a ser pensadas não numa lógica pedagógica em específico, mas na lógica moderna da racionalidade e economia, das necessidades dos indivíduos enquanto sujeitos diferentes ou, como afirmou o presidente do parlamento de Paris, Rolland D'ERCEVILLE:

*"Cada um deve ser levado a receber a educação que lhe é própria. Cada terra é suscetível de um cuidado e um produto específico, não de qualquer, não todo espírito demanda o mesmo grau de cultura, não todos os homens possuem as mesmas necessidades nem os mesmos talentos, sendo em proporção a estes e aqueles, como deve ser regulada a educação pública."*⁴³

A experiência do século XVIII buscou aproximar no homem a razão da ação e acabou se defrontando com a constante tensão dos lugares sociais e das individualidades. Seu sentido maior esteve no resgate das relações do homem com a natureza, com sua sobrevivência. Daí, a preponderância dada à propriedade e à razão como produtoras do cidadão. Por outro lado, abre espaço para uma avaliação desqualificadora dos não-proprietários, na medida em que vincula essa situação econômica à irracionalidade.

Nesse aspecto, o acesso à educação para todos reproduziu em seu âmbito específico as mesmas restrições já existentes ao acesso de todos à propriedade. Em geral, os

⁴³ Carlos LERENA, op. cit., p. 62.

filósofos iluministas tinham não somente consciência dos problemas, como também constantemente enfatizavam que o ensino das letras e ciências não se prestava a toda sociedade. VOLTAIRE (1694-1778) assinala, no **Dicionário Filosófico** (1764), que:

"Todos os camponeses não serão ricos, e não é preciso que o sejam. Carecemos de homens que tenham seus braços e boa vontade. Mas até estes homens, que parecem o rebotalho da sorte, participarão da felicidade dos outros. Serão livres para vender o seu trabalho a quem quiser pagá-los melhor. A liberdade será propriedade. A esperança certa de um justo salário os sustentará. Com alegria educarão sua família em seus ofícios laboriosos e úteis."⁴⁴

Dessa forma a aproximação entre conhecimento e ação representa um avanço importante no entendimento das relações sociais, ao mesmo tempo em que por elas se vêem constrangidas. É importante ressaltar a íntima conexão entre a experiência propiciada pela diversificação urbana e as necessidades aí geradas. Utilizando novamente VOLTAIRE, que afirma nas **Cartas Inglesas** (1728):

"(...) Em geral, os homens possuem o espírito de sua posição. Por que ordinariamente, nossos magistrados, nossos advogados, nossos médicos e muitos de nossos eclesiásticos conhecem mais as

⁴⁴ VOLTAIRE, 1973: 278 (grifos meus).

letras, têm mais gosto e espírito do que os outros profissionais? É que realmente sua condição social consiste em ter um espírito cultivado, como a do comerciante consiste em conhecer seu negócio."⁴⁵

A condição social dos trabalhadores, através da experiência do usufruto livre de sua força de trabalho, geraria o espírito de sua posição?

De certa forma podemos identificar aí os pressupostos das casas de trabalho, dos orfanatos, das escolas profissionalizantes e da instrução elementar que expressam o próprio constrangimento da experiência social dos não proprietários.

Não obstante, o acirramento dos conflitos sociais do século XIX revelaram que a experiência e a razão possuem vínculos mais profundos. O próprio VOLTAIRE, falando sobre os limites na concessão da propriedade e os problemas que podem ocorrer caso não os perceba, afirma que "*(...) os povos que se policiam por último ultrapassam freqüentemente os mestres de quem receberam as lições*"⁴⁶.

Os filósofos iluministas produziram uma verdadeira apologia em torno das nova formas de se relacionar com o mundo físico e social, depositando aí as esperanças da harmonia, da paz, felicidade e progresso. Nesse sentido os investimentos em torno da educação ultrapassaram a escola e vão se localizando

⁴⁵ VOLTAIRE, op. cit., p. 47 (grifos meus).

⁴⁶ VOLTAIRE, op. cit., p. 278.

também na necessidade de reordenamento familiar, nas intimidades, no convívio social devidamente polido, espaços produtores da civilidade.

De outro lado, são tensas as relações com os pobres como acentua ARBLASTER:

"Politicamente, entretanto, VOLTAIRE expressava como vários de seus burgueses contemporâneos o exemplar temor das classes baixas, mob ou a canalha, para usar sua própria expressão. DIDEROT tomou com um desdém similar a respeito l'homme peuple, o homem do povo, e d'HOLBACH foi explícito sobre quem estava e não incluído em sua concepção de povo: Pela palavra povo não me refiro ao populacho estúpido o qual sendo desprovido de ilustração e bom senso, pode ser a qualquer momento instrumento e cúmplice de demagogias turbulentas que desejam transtornar a sociedade. Todo homem que pode viver respeitavelmente da renda de sua propriedade e todo chefe de família que possui terra têm a obrigação de ser estimado como um cidadão."⁴⁷

Outro aspecto importante que a popularização das escolas traz, diz respeito ao próprio significado dessa popularização do saber. Tomado o termo povo tal qual concebiam os filósofos, é evidente a propaganda em torno da modernização e expansão da escola, mesmo com cautela. Junto a esta, outra questão sobressai - a escola como espaço de trabalho, com alterações significativas em sua organização interna, onde a

⁴⁷ Anthony ARBLASTER, 1987: 190.

formação do professor vai passar pela modernização, não somente no sentido de domínio dos novos saberes, mas principalmente de domínio de sua função social.

JULIÃO analisou o número de regentes de latim como critério significativo para tipos de centros escolares. Nesse aspecto enfatiza que o processo de laicização do ensino produziu novas necessidades:

"(...) o aparecimento de um recrutamento por concurso que selecionava os regentes em função de uma competência definida em termos de exercícios escolares e já não segundo uma exemplaridade moral, e o desenvolvimento de um mercado nacional de emprego que se organizou conforme os procedimentos idênticos: gestação, garantia de carreira e aposentadoria assegurada.."⁴⁸

Nesse sentido é significativa a forma como, em uma passagem de **O Sobrinho Rameau**, de DIDEROT (1713-1784), a personagem expressa sua dúvida em relação à existência de professores capazes de transmitir novos conhecimentos. Em sua argumentação, DIDEROT expõe que tal capacidade não está apenas no conhecimento de uma verdade acabada, mas no processo mesmo de entendimento, dos limites da razão e das formas como a virtude, a honestidade, a coerência de caráter predispõem os homens para usufruto pleno de sua racionalidade. Como exemplo, DIDEROT provoca Rameau a explicar a forma pela qual se dá a

⁴⁸ Dominique JULIÃO, 1988, p. 90.

prática de seu ofício. Na descrição Rameau, não somente descreve seu comportamento descompromissado de iniciante, como ainda responde ao filósofo, explicando a prática de então, nos seguintes termos:

"(...)
 - EU [Diderot] - E hoje, é diferente?
 - ELE [Rameau] - Santo Deus! Creio que sim. Chego. Sério, apresso-me em tirar meu regalo, abro o cravo, experimento as teclas. Estou sempre apressado; se me fazem esperar um pouco, grito como se me tivessem roubado uma moeda. Daqui a uma hora deverei estar noutra lugar;; em duas horas em casa da Sra. Duquesa tal (...).⁴⁹

Não obstante, a filosofia iluminista não era homogênea; ROUSSEAU (1712-1778) aponta limites para o liberalismo e crítica asperamente a individualização da sociedade. Dessa forma também estabelece parâmetros diferenciados para as relações entre educação e sociedade. Uma leitura atenta de **Emílio**, escrito no século XVII, a despeito das críticas feitas em relação ao seu puerocentrismo e subjetivismo, temos um autor extremamente cético em relação à sociedade em que vive. Sua obra é a metáfora que utiliza para a crítica às relações sociais corrompidas e corroidas.

⁴⁹ DIDEROT, 1973: 35 (grifos meus).

A educação de Emílio no campo, o seu negativismo em relação às grandes cidades, a crítica à educação dos colégios, a ênfase na aprendizagem em contato com a natureza e a artesanaria não dizem respeito propriamente a uma negação da modernidade, mas aponta para questões que se apresentam extremamente pertinentes, principalmente em relação à insensibilidade no tratamento às questões sociais, como ficará evidente no século seguinte.

Para ROUSSEAU, o contrato social deveria ser a grande proposta pedagógica para os homens; aí se estabelecem as relações entre educação e sociedade. Sua obra **Emílio** é a demonstração dos processos educativos que preparam os indivíduos para o pacto social. Nesse aspecto, temos não somente uma crítica aberta ao individualismo liberal, como também possibilidades abertas para uma sociedade democrática. A crença ilimitada no progresso, tal qual colocaram vários expoentes do Iluminismo, encontra fortes críticas em ROUSSEAU, não como negação da ciência ou do progresso, como dissemos, mas no sentido de que sua consolidação pressupõe relações democráticas.

A educação de Emílio, na importância que atribui à aquisição de maturidade para auto-governar-se, indica a formação necessária para a vigência plena do contrato social. O recuo ao campo, o elogio à vida simples da província contrastados com a corrupção dos costumes urbanos e constituem não somente crítica à sociedade individualizada,

mas apontam para os próprios limites do contrato e do Estado. Seu aluno Emilio tem, exatamente por isso, um caráter idealizado.⁵⁰

Entretanto, para a maioria dos pensadores iluministas, a sociedade individualizada e a cidade privatizada deveriam constituir o espelho no qual todo bom burguês deveria se mirar. Um dos representantes mais importantes do iluminismo liberal, KANT (1724-1804), permite conhecer um ponto-de-vista onde a construção do indivíduo, da individualidade e do individualismo possui uma ampla dimensão pedagógica. A possibilidade de auto-determinação racional, de construir a si mesmo, traz positividade ao indivíduo não como antítese à sociabilidade, mas como progresso.

Em *O que é ilustração*, KANT afirma que:

"A ilustração [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele é o próprio responsável. A menoridade é a incapacidade de fazer uso do entendimento sem a condução de um outro. O homem é o próprio culpado dessa menoridade quando sua causa reside não na falta de entendimento, mas na falta de resolução e coragem para usá-lo sem a condução de um outro. Sapere aude! Tenha coragem de usar seu próprio entendimento! - esse é o lema da ilustração."⁵¹

⁵⁰ Por outro lado, é o mesmo ROUSSEAU que afirma: "O pobre não precisa de educação; é obrigatória a de sua condição, não poderia ter outra (...) é menos razoável educar um pobre para ser rico do que um rico para ser pobre (...) Escolhamos portanto um rico, teremos certeza, ao menos de ter feito um homem a mais (...)" (Jean-Jacques ROUSSEAU, 1992: 29).

⁵¹ KANT, citado por Régis de Castro ANDRADE, 1991: 84.

KANT enfatiza na auto-determinação do indivíduo pensante o sentido da ilustração, colocando nele e na sua capacidade de uso da razão as possibilidades de uma sociedade justa. É preciso acrescentar que KANT não está pensando na sociedade democrática, mas na liberal. Nesta, o Estado garante liberdade aos sujeitos individuais e sua legitimidade se dá através da vontade geral, um dever moral de aceitar o Estado, suas leis e seu governante enquanto condição de preservação das liberdades individuais.

Em KANT, a vontade é a razão prática, que não relega de forma alguma os aspectos subjetivos. A própria razão conduz à necessidade de alguns imperativos que objetivem as vontades e necessidades das pessoas, como afirma na **Fundamentação da metafísica dos costumes**:

"A representação de um princípio objetivo que constrange a vontade é chamada um comando (da razão) e a fórmula desse comando chama-se imperativo. Todos os imperativos se exprimem pelo verbo dever."⁵²

O princípio da moralidade encontra-se nos imperativos categóricos onde direitos e deveres constituem uma coisa só. O fundamento das regras, enquanto imprescindíveis para manter as liberdades, deve ser buscado na própria

⁵² KANT, citado por Régia de Castro ANDRADE, op. cit., p. 95 (grifos meus).

racionalidade humana, na sua potencialidade para o conhecimento, de forma que ultrapasse os seus impulsos e intuições. A partir desses pressupostos constitui-se um pensamento sobre a formação do indivíduo baseado no conceito de formação geral (Bildung).

De qualquer modo, a discussão dos filósofos esteve colada a uma cidade em ascendência. Seu objetivo é a formação do cidadão e dos homens diretamente ligados às coisas da cidade - não dizia respeito a toda a população. Nesse sentido, faz-se importante resgatar um aspecto presente na estruturação do pensamento educacional das elites urbanas: as tensões entre educação para o trabalho e/ou para a cidadania; expressão da heterogeneidade das relações das elites com a cidade e conseqüentes diferenças em suas propostas para a educação. A especialização dos setores econômicos e administrativos da cidade repercute na progressiva especialização dos processos de formação dos indivíduos. Como vimos, a idéia de formação geral carrega uma concepção na qual a tônica está na formação de hábitos culturais que encontram seus limites no próprio homem, ou seja, na sua capacidade de tornar-se independente. Dessa forma, as relações entre educação e cidadania vão, a partir do século XIX, sendo cada vez mais limitadas, dado que o projeto iluminista se vê constrangido por outra exigência que aproxima trabalhadores e cidadãos.

HERRMAN⁵³, em seu trabalho sobre a ilustração alemã, demonstra como as relações das elites com a cidade e suas ocupações projetam ênfases diferentes no entendimento da formação humana. Distinguindo "burguesia proprietária" de "burguesia culta", o autor nos revela os imperativos e as necessidades dessa burguesia cultivada na condução da educação ilustrada para seus filhos. Com relação à burguesia proprietária, a ênfase recai na educação dos trabalhadores. Segundo o autor, este grupo novo e ainda reduzido na Alemanha, se distingue da nobreza e da burguesia culta por uma

*"tendência à inovação, capacidade organizativa, domínio sobre a mão-de-obra livre, utilização da técnica mecanizada, expansão a mercados estrangeiros, cálculo do risco empresarial."*⁵⁴

A educação para a industrialização pressupõe não somente as "escolas de indústria", mas uma concepção mais ampla de formação que passa pelo auto-controle e auto-coação. Aprender a trabalhar, desde cedo, o trabalho como "segunda natureza", precisava combinar com uma forma de se posicionar socialmente. O conteúdo do trabalho ultrapassa as habilidades técnicas; mesmo a precária instrução elementar diz respeito a um modo individual de estabelecer-se na cidade, de buscar

53 Ulrich HERRMAN, 1988.

54 Ibidem, p. 127.

superar a pobreza a partir da introjeção de novos valores - rapidez, eficiência, pontualidade.

Se a "burguesia proprietária" era ainda reduzida na Alemanha durante o século XVIII, não é o caso da "burguesia culta". Sua característica está não no fato de possuir bens, mas de possuir saberes especializados, cada vez mais necessários a partir do século XVI. Diz respeito aos indivíduos que possuem uma relação bem concreta com a cidade - funções estatais, civis ou eclesiásticas - e que se esforçam por distinguir-se da "pequena burguesia" (pequenos artesãos), ganhando cada vez mais prestígio frente à nobreza. Seu compromisso com o Estado é a manutenção da ordem e, como enfatiza HERRMAN, apresenta um duplo aspecto no seu projeto educativo:

"(...) a ilustração de todos os seres humanos como luta contra a superstição e sua educação para aplicação e a utilidade pública, e por outra parte a formação de cidadãos para inculcar-lhes um hábito cultural específico que os distinga de outros grupos e camadas sociais e lhes garantisse determinados privilégios."⁵⁵

A finalidade da educação por parte dessa elite visa a ascensão social e a construção de uma carreira. Essa característica pressupõe uma programação da vida dos indivíduos motivada por expectativas e intenções pré-definidas

⁵⁵ Ulrich HERRMAN, op. cit., p. 123.

quanto ao futuro. Daí uma pedagogia fundada em prêmios (promoção) e castigos (controle), não de forma deliberada ou transparente, mas institucionalizada, formalizada nos diferentes espaços pedagógicos marcados pelo esforço da auto-disciplina e auto-controle.

O investimento da "burguesia culta" na educação de seus filhos está, por sua vez, intimamente relacionado à reorganização de vida familiar. HERRMAN comenta que:

*"(...) O burguês culto não produz mercadorias, nem se ocupa da indústria, nem do comércio. Em consequência, sua forma de vida não é própria da família extensa, senão da família como se chama agora. O cabeça da família, para exercer sua atividade, abandona a casa ou a moradia e somente regressa depois de haver realizado o trabalho."*⁵⁶

Daí destacam-se dois processos: a especialização das funções familiares, com a ênfase do papel da mulher na educação dos filhos e a necessidade de uma adequada e rigorosa preparação destes para garantia do futuro, uma vez que não são herdeiros de bens materiais. A valorização da intimidade, da privacidade e do círculo familiar se dão num contexto de preocupações e investimento para o futuro onde sobressaem a carreira e a boa formação para o trabalho, por um lado, e por

⁵⁶ Ulrich HERRMAN, op. cit., p. 127.

outro a reputação social e a formação para a vida urbana, estabelecendo aí os contornos dos colégios burgueses.

HERRMAN afirma, ainda, que as características históricas sobre as quais se organizou a sociedade alemã, produziram uma ênfase maior na evolução, rechaçando insistentemente a revolução:

"Esta posição indica a aspiração dos ilustrados e reformadores alemães a alcançar seus objetivos unicamente no marco da ordem política e social estabelecida e em sua transformação gradual. O modelo, neste sentido, não foi França, senão Inglaterra."⁵⁷

Sem dúvida, a experiência inglesa, que serviu de modelo às elites alemãs, e apontou as possibilidades democráticas dos novos conhecimentos durante os séculos XVI e XVII, também foi a mesma que concretizou a "glória" através da conciliação de interesses nobres e burgueses, já no século XVII. Desde cedo a idéia de revolução se constituiu em traços negativos para boa parte dos pensadores ingleses.

Por outro lado, os investimentos na ciência provocaram o surgimento, digamos, também precoce dos conflitos inerentes às suas potencialidades. Os ilustrados se esforçaram por substituir a revolução pelo progresso e nesse aspecto construíram uma visão de mundo que pudesse ser aceita por

⁵⁷ Ulrich HERRMAN, op. cit., p. 131 (grifos meus).

todos, oferecendo uma tecnologia de desenvolvimento econômico capaz de assegurar o progresso sem necessidade de revoluções.

A concepção de educação inglesa e a forma como a escola se organiza estão estreitamente vinculadas entre si e têm um objetivo bastante definido: a produtividade. SMITH, já no primeiro capítulo de **Investigações sobre a natureza e causa da riqueza das nações**, de 1776, ao falar da divisão do trabalho e a produção de alfinetes, revela a eficácia ou não da educação do trabalhador em determinado ramo particular da produção.

É essa educação SMITH entende objetivamente como uma combinação de aspectos relativos à destreza de cada trabalhador, condicionamento a determinada tarefa, economia de tempo e habilidade na utilização de máquinas. Os seus pressupostos estão no cerne da produção capitalista e na própria história do avanço industrial inglês. Dessa forma, aponta para as potencialidades educativas do trabalho moderno, caracterizado pela multiplicidade de funções e exigências e onde a divisão do trabalho se torna imprescindível para a economia de mercado e para as possibilidades da democratização do consumo.

É nesse sentido que chama a atenção para a necessidade da divisão dos setores de produção, pois, segundo o autor, um trabalhador, mesmo habilidoso, pode se tornar indolente, desatencioso e desmotivado se obrigado a mudar de tarefa e ferramentas a todo momento. Daí o adiestramento para

uma única tarefa, não somente aumenta a sua destreza, como agiliza a produção e, principalmente, economiza tempo.

Nessa relação entre a divisão do trabalho e o tempo da produção, SMITH introduz a invenção das máquinas. A concentração em uma atividade específica permitiu aos homens agilizar a produção, encontrando formas mais rápidas de conseguirem os seus objetivos. Assim, as primeiras máquinas foram criadas pelos próprios trabalhadores. SMITH afirma em seu texto:

"(...) Um dos mais importantes progressos da máquina a vapor, desde que foi inventada, ficou portanto a dever-se a um rapaz que queria brincar com os seus companheiros e para consegui-lo necessitava reduzir o seu trabalho."⁵⁸

Se de um lado o tempo é o grande amigo dos patrões capitalistas, a consciência de seu controle, por parte dos trabalhadores, sempre foi a grande inimiga geradora de lutas que se arrastaram pelos séculos seguintes. Por outro lado, segundo SMITH, a dimensão política da especialização das ciências e a hierarquização dos saberes não são originárias do gênio humano, mas da crescente especialização do tempo pela invenção das máquinas que possibilita, por sua vez, o aperfeiçoamento racional e individual em cada ramo do saber.

⁵⁸ Adam SMITH, 1973: 17.

"No progresso da sociedade, a Filosofia ou a especulação filosófica torna-se como qualquer outra tarefa, a principal ou única ocupação de um tipo particular de cidadãos. Como qualquer outro trabalho, está também subdividido num grande número de tarefas particulares, cada uma das quais é atribuída a um grupo ou classe particular de filósofos, e esta subdivisão do trabalho na filosofia, como acontece nas outras atividades, aumenta a destreza destes homens e permite economizar tempo. Cada indivíduo torna-se mais sabedor na sua tarefa particular, produzindo maior quantidade de trabalho, e as ciências e as artes são assim consideravelmente aperfeiçoadas e aumentadas."⁵⁹

Adam SMITH, entretanto, tinha clareza sobre a interferência da divisão do trabalho na constituição da inteligência dos indivíduos. Discutindo o processo de aquisição das diversas habilidades necessárias à produção, afirma em relação aos camponeses que, apesar de serem mais grosseiros nas relações sociais por estarem afastados da cidade...

*"A sua inteligência, porém, devido a estar habituada a ter em conta um grande número de objetos, é normalmente muito superior à do mecânico cuja atenção apenas se prende normalmente, de manhã até a noite, à realização de uma ou duas operações muito simples."*⁶⁰

⁵⁹ Adam SMITH, op. cit., p. 17) (grifos meus).

⁶⁰ Ibidem, p. 110.

O que aparentemente pode ser uma ambigüidade acaba revelando a crença ilimitada de SMITH na melhoria de vida das pessoas através da competitividade. A divisão do trabalho aumenta a especialização que, por sua vez, estabelece competição no mercado dos salários. De outro lado, ao aumentar a produção, aumentam-se as chances de bem-estar geral.

Não obstante, é marcante a materialidade presente nas acepções de educação em SMITH, seja no sentido de gasto com a educação, seja na relação entre habilidade e salário. Seus pressupostos de educação são permanentemente confrontados com as características comuns em sua obra: investimento, tempo e retorno de capital e trabalho. O tempo e o dinheiro gastos na educação bem como o tipo de habilidade adquirida, embora não sejam circunstâncias únicas, influem efetivamente, combinados ou isolados, no salário dos indivíduos.

Dessa maneira, afirma que *"os salários do trabalho variam com o grau de dificuldade da sua aprendizagem e a despesa necessária para tal"*⁶¹. Da mesma forma que se investe numa máquina cara e dela se espera o retorno do capital pago, também o indivíduo que investiu caro na sua educação, espera através das habilidades adquiridas salários que compensem o seu investimento. SMITH está falando particularmente dos trabalhadores qualificados (mecânicos, artífices e manufactureiros) e das profissões liberais que requerem muito

⁶¹ Adam SMITH, op. cit., p. 50.

investimento na formação e têm seus altos salários justificados através do lugar conquistado na sociedade.

Por outro lado, SMITH critica o tempo excessivo gasto com a formação de profissionais, aumentando o seu custo. "*(...) A instituição de uma longa aprendizagem não serve efetivamente para formar jovens nas atividades industriais*"⁶².

Entretanto, sua crítica maior foi com relação à ausência de liberdade para circulação do trabalho e do trabalhador. Nesse aspecto, coloca dois impedimentos: o "*estatuto da aprendizagem*" que regula as corporações de ofício e a "*lei dos pobres*" no que toca às restrições de fixação dos trabalhadores. Para o autor, a sociedade não se desenvolve se impede a livre circulação do trabalho e do capital, de um emprego para outro e de um local para outro. Limitaremos aqui a discussão do primeiro impedimento.

A organização das corporações, segundo SMITH, restringia a competição, na medida em que estabeleciam um número reduzido de trabalhadores para dedicarem-se a determinada profissão, nem sempre bem executada, limitando o acesso a outra pela qual os trabalhadores poderiam estar interessados e inclusive poderiam fazer melhor. Combinados a isso, o longo tempo de aprendizagem e a demora na aquisição de salários. Os aprendizes, para se tornarem remuneráveis,

⁶² Adam SMITH, op. cit., p. 107.

gastavam o dobro do tempo da aprendizagem como artífices não remunerados. Segundo SMITH, é isso que os desmotiva.

Afirma ainda que:

*"Qualquer jovem concebe naturalmente uma aversão pelo trabalho que durante muito tempo não recebe qualquer recompensa por ele. Os rapazes que são educados como aprendizes pela caridade pública ficam normalmente nessa situação durante mais tempo do que é normal, tornando-se mais preguiçosos e perdendo quaisquer méritos."*⁶³

A aquisição de habilidades e experiências pode ser feita em menos tempo, com menos despesa e monotonia, caso o aprendiz fosse desde o princípio pago como artífice, assumindo a responsabilidade de sua aprendizagem. Um outro fator da inoperância das corporações estava na falsa crença de que disciplinavam os trabalhadores. SMITH aponta para uma dimensão disciplinar moderna e afirma:

*"(...) A disciplina real e efetiva que é exercida sobre um trabalhador não é a da corporação, mas a dos seus clientes. É o medo de perder o emprego que restringe as suas fraudes e corrige a sua negligência."*⁶⁴

⁶³ Adam SMITH, op. cit., p. 107.

⁶⁴ Ibidem, p. 112.

Não obstante, a construção dos pressupostos da educação moderna não é um projeto apenas pedagógico ou de educação escolar, mas está presente numa cultura de mercado mais ampla, de custos, gastos, investimentos, daqueles que vão arcar com o ônus. Da formação mais geral, que o iluminismo alemão reclamava, à perspectiva da formação para o trabalho, tão bem contemplada por Adam SMITH, o que está em questão é a própria objetivação da educação. A sua inserção no mundo urbano em toda a sua plenitude.

Com estudos em expansão, também as reformas de Pombal em Portugal, durante o século XVIII, trazem a marca dessa racionalidade⁶⁵. CARVALHO⁶⁶, em um estudo sobre as reformas pombalinas da instrução pública, mostra que o anti-jesuitismo português possuiu um sentido mais político e econômico que propriamente cultural. Referia-se às regalias e ao monopólio do ensino pelos jesuítas, característica que passa a incomodar não somente pelo acúmulo de bens imóveis, mas pela própria cultura que tal prática formava, seja na metrópole, ou no Brasil.

As intenções de Pombal diziam respeito à intenção de inserir Portugal no tempo da modernidade de acordo com as

⁶⁵ Luís Reis TORGAL (1988), historiador português, afirma a existência de lacunas no estudo desta temática devido principalmente à censura intelectual existente nos cinquenta anos de ditadura em Portugal, mas que, atualmente, é um foco historiográfico em expansão, aberto ao debate e a novas linhas de análise.

⁶⁶ Laerte Ramos de CARVALHO, 1978.

necessidades práticas das elites comerciantes em ascensão e das novas funções da nobreza. Seu caráter reformista está relacionado não propriamente ao combate dos jesuítas, mas as suas práticas mercantilistas, principalmente na colônia. Por outro lado, enfatiza a inserção dos colégios no mundo da ilustração, mas sem os excessos ateístas e materialistas.

É importante observar que essas mudanças, inclusive com interferências diretas na organização pedagógica brasileira, se darão em um contexto onde as colônias latino-americanas conhecem em sua experiência urbana a existência de uma "burguesia culta", afeita à retórica e à oratória, diretamente ligada à nobreza e usufruidora de cargos administrativos e burocráticos, como afirma RAMA:

*"Os séculos da Colônia mostraram reiteradamente a surpreendente magnitude do grupo letrado, que em sua maioria constitui a frondosa burocracia instalada nas cidades a cargo das tarefas de comunicação entre a metrópole e as sociedades coloniais, portanto girando no alto da pirâmide em torno da delegação do Rei."*⁶⁷

Essa dimensão caracteriza-se pela própria estrutura política na Europa que exigiu, por um lado, a consolidação de uma forte administração colonial, controladora do cumprimento das leis metropolitanas e, por outro, das práticas

⁶⁷ Angel RAMA, 1984: 43.

evangelizadoras dos elementos indígenas que, consideradas pessoas sem passado, suas mentes *tábula-rasas*, deveriam ser convertidos à civilidade. A combinação dessas tarefas acabou por fazer constituir nas colônias um número significativo de letrados indispensáveis ao projeto colonizador. Não obstante, com o avanço da urbanidade, a partir do século XVIII, verifica-se o destaque da presença cada vez maior de advogados e a intensificação das diferenças entre o mundo letrado e culto e o mundo desclassificado, pela crescente heterogeneidade de uma população. Sob o ponto de vista da língua, RAMA afirma que

*"No comportamento lingüístico dos latino-americanos ficaram nitidamente separadas duas línguas. Uma foi a pública e de aparato, que resultou fortemente impregnada pela norma cortesã procedente da península (...). A outra foi a popular e cotidiana, utilizada pelos hispanos e luso-falantes em sua vida privada e em suas relações sociais dentro do mesmo estrato baixo (...)."*⁶⁸

A experiência colonial deixará fortes traços da dimensão livresca na formação dos indivíduos que no Brasil persiste até início do século XX. Entretanto, a crítica que os pensadores liberais fazem, insistindo na racionalidade da aprendizagem, está enfaticamente presente nos argumentos dos republicanos brasileiros sobre as reformas da instrução, como veremos posteriormente.

⁶⁸ Angel RAMA, op. cit., p. 56.

As mudanças empreendidas por Pombal, no Brasil e em Portugal, caracterizam-se pela prática da censura a alguns filósofos através da "Junta da Previdência Literária", mas também pela busca de métodos mais racionais de aprendizagem, cuja marca a nosso ver foi mais profunda. Vários escritos⁶⁹ dão conta desse último aspecto, entre eles as **Cartas para a Educação da Mocidade**, do médico Antônio Ribeiro SANCHES (1760) e o **Verdadeiro Método de Estudar**, de Luiz Antônio VERNEY (1747) entre vários outros apontados por CARVALHO.

Em suas sugestões para a criação do Colégio dos Nobres SANCHES tinha em mente uma educação mais pragmática.

"(...) Parece que Portugal está hoje quase obrigado não só a fundar uma Escola Militar, mas de preferi-la a todos os estabelecimentos literários, que sustenta com tão excessivos gastos. O que se ensina e tem ensinado até agora neles é para chegar a ser Sacerdote e Jurisconsulto; e como já vimos (...) Não tem a Nobreza ensino algum para servir à sua pátria, em tempos de paz nem da guerra."⁷⁰

A idéia que se consolidará na reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, é formar o perfeito nobre no perfeito comerciante. A formação do negociante já tinha uma certa tradição desde 1760 nas Aulas de Comércio e de Náutica para os extratos da burguesia.

⁶⁹ Citado por Laerte Ramos de CARVALHO, 1984.

⁷⁰ Ibidem, p. 45.

Em VERNEY, cuja obra, segundo CARVALHO foi bastante polêmica na época, aparece com ênfase maior a necessidade de organização dos estudos no sentido mais moderno, principalmente na introdução de uma crítica à latinidade nos moldes jesuíticos. Nesse sentido, enfatiza a importância dos estudos de língua portuguesa e a reforma do ensino de latim por intermédio do português. O objetivo maior encontra-se na racionalidade do tempo, "*simplificar e observar a natureza e a duração dos trabalhos escolares*", e ainda

*"não se pode saber latim (não digo com toda perfeição, porque uma língua morta não se chega a saber bem, mas sabê-lo do melhor modo possível), sem alguma notícia da geografia e cronologia e das antiguidades, em que entram os costumes, a fábula, etc."*⁷¹

As críticas de SANCHES e VERNEY vão em direção à necessidade de uma escola que representasse a urbanidade, o progresso, a utilidade, a economia e com isso constitui-se uma nova perspectiva na administração escolar. Tal como em outros países, a necessidade de professores, de concessões de licenças para ensinar, de exames, de novos equipamentos escolares, tornam-se prementes.

⁷¹ Citado por Laerte Ramos de CARVALHO, op. cit., p. 69.

As escolas são alocadas no mapa da cidade de acordo com a sua importância e número de professores disponíveis, tal como havia ocorrido na França⁷²:

*"A distribuição destes estudos [aulas régias] foi feita com muito cuidado, de acordo com a dignidade e a situação das terras, o número de habitantes, o destino dos estudantes, a situação geográfica das localidades, e outras razões de igual natureza."*⁷³

Por outro lado, é criado o "Subsídio Literário" a partir do imposto sobre o vinho, aguardente e gado não somente para equipar as escolas com biblioteca, museus, gabinetes de física, jardim botânico, etc., mas também para o pagamento dos mestres. Essa nova relação atende às demandas sociais e políticas num momento em que a criação da escola útil respondia aos imperativos da Coroa. Na crítica de SANCHES ao modelo anterior percebe-se o sentido prático:

*"A causa por que a maior parte da nação aprende latim provém porque no reino há poucos estabelecimentos para ganhar a vida (...). Deste modo vão aprender latim porque o latim é o passaporte para entrarem no paraíso terrestre, onde se come sem trabalhar."*⁷⁴

⁷² Dominique JULIÁ, 1988.

⁷³ Citado por Laerte Ramos de CARVALHO, op. cit., p. 68.

⁷⁴ Ibidem, p. 140.

As escolas de latim roubavam o tempo precioso daqueles que precisavam investir suas energias no trabalho e na indústria, elementos indispensáveis para riqueza e progresso. São várias as críticas em relação ao tempo gasto nas escolas, com a dificuldade própria dos métodos e com o grande número de festas e feriados religiosos. O próprio SANCHES denuncia que, dos 109 dias letivos, menos de 90 poderiam ser considerados como curso. Destes 90, não se pode falar de aulas efetivas, devido à falta de disciplina, organização das classes, hábitos e rotinas obsoletas que reduziãam o ensino a quase nada em termos efetivos.

Nesse aspecto a Universidade de Coimbra e os Colégios são reorganizados tanto no sentido de atualização do latim, a partir da língua portuguesa, como do estabelecimento de novas cadeiras científicas, da distribuição do conhecimento ao longo dos cursos e da redução dos anos necessários à formação dos alunos.

As reformas pombalinas se estenderam ao Brasil em vários sentidos. No aspecto do anti-jesuitismo, a ênfase maior recaiu sobre o poder econômico exercido pela Companhia e o exagerado acúmulo de bens conseguidos, acarretando a proibição e fechamento dos colégios por ela mantidos. Contudo, a criação das aulas régias introduzidas pelo novo método, o de VERNEY, proporciona uma experiência moderna no tratamento da formação dos alunos.

O trabalho de CARVALHO⁷⁵ traz como apêndice algumas cartas e queixas de professores em relação aos problemas e dificuldades encontradas no exercício de sua profissão no Brasil. Tais queixas referem-se a confrontos com professores acostumados ao método antigo, mas também mostram insatisfações em relação às condições de trabalho. É na tensão exposta pelas práticas diferenciadas do ensino que tem lugar um jogo de acusação entre professores. Estes, na tentativa de justificar a lealdade ao imperador, transbordam em informações sobre o cotidiano de seu trabalho.

A manutenção de um professor régio só se justificava pela existência de alunos, caso contrário a aula era fechada. Daí a acusação recíproca, entre os professores, de "roubo" de alunos. A maioria parecia preferir os professores do método antigo, ou, como afirma a carta do diretor geral de estudos ao representante da Coroa em Pernambuco,

*"- Que um dos professores dos naturais, que se chama Francisco de Souza Magalhães, tem sido o mais especial nas petulâncias com que se tem oposto aos professores régios, dizendo mal deles por toda parte, e aos seus discípulos, desencaminhando-os das aulas régias para as suas, o que tem conseguido."*⁷⁶

⁷⁵ Citado por Laerte Ramos de CARVALHO, op. cit., p. 140.

⁷⁶ Ibidem, p. 195.

Por outro lado, o professor régio, Manoel da Silva Coelho, condenando o exercício dos "professores dos naturais" em uma outra carta, acusa a prática de relaxamento nas aulas e a constante permissão de folgas. Tal professor é alvo de várias queixas em relação à sua conduta por insistir no novo método e em relação à disciplina e ao rigor que impõem nas aulas. Embora releve a lealdade ao Imperador, Manoel da Silva, em um documento, reclama das condições gerais de trabalho assim expressando:

"(...) V. Exa. logo na próxima carta se lembrou de nos prometer a proteção, e consultar S.M. a esse respeito: porém desde então não temos disso notícia alguma. Nós temos firme e segura esperança na proteção de V.Exa. Julgo necessário repetir: que a que aqui nos arbitraram é muito pouco proporcionado aos gastos do país e decência, que S.M. mandou (ainda que nos defenda o gasto); se nos atendesse a esse respeito. Falta-nos o necessário para passarmos com a decência de vida. Até agora não pudemos comprar mais que um escravo (...) O Sr. General está muito bem informado nos gastos da terra (...) nós não pretendemos senão a equidade (...) Digo ultimamente, e o confesso com ingenuidade: que a não ser a honra e gosto grande que tenho no serviço do meu soberano e de V.Sa., certamente não me deteria aqui, ainda pelas maiores conveniências. Assim nos fazem crer as circunstâncias tristes em que vivo neste país (...)."⁷⁷

⁷⁷ Citado por Laerte Ramos de CARVALHO, op. cit., p. 208 (grifos meus).

A querela dos professores de Pernambuco nos revelam uma pequena faceta da entrada da modernidade pedagógica no Brasil no que diz respeito a novos métodos, à economia de tempo, pagamento e custeio de professores e à proporção entre professores e alunos para manutenção das cadeiras de instrução pública.

Ao final do século XVIII e início do século XIX, D. João VI, fiel à idéia de que "*da cultura das ciências depende a felicidade das monarquias*"⁷⁸, expede vários alvarás na intenção de racionalizar os processos educacionais no Brasil, estabelecendo algumas mudanças. De acordo com as impressões do vice-rei Luiz de VASCONCELOS, em 1786,

*"(...) era lamentável o estado das escolas de primeiras letras em todas as capitâneas do Brasil: poucas existiam e estas eram exercidas por homens ignorantes. Não havia sistema nem norma na escolha dos professores, e o subsídio literário não bastava para remunerá-los."*⁷⁹

São criadas em diferentes cidades brasileiras várias cadeiras de instrução das ditas ciências úteis, como: aritmética, geometria, trigonometria, desenho, anatomia, química e economia, além da orientação para maior rapidez nas

⁷⁸ Alvará de 28 de junho de 1759, citado por Moacyr PRIMITIVO, 1936: 14.

⁷⁹ Citado por Moacyr PRIMITIVO, op. cit., p. 31.

formas de aprendizagem. Em circular de 2 de setembro de 1797, registra-se:

*"S. Majestade é servido permitir que os Professores de Gramática Latina que lêem nas cadeiras estabelecidas nessa Capitania (Brasil) possam ensinar indistintamente pela Gramática que julgam mais fácil e útil (...)."*⁸⁰

Também nas legislações do período pré-republicano e nos relatórios dos Inspectores Ambulantes apresentados aos Presidentes das Províncias aparecem com realce as questões relativas a preocupações em torno de formas mais modernas e eficazes de ensinar. Afirmações como as seguintes são freqüentes na escrita dos inspetores⁸¹:

"O professor Manuel não está aparelhado para exercer o programa."

"Faltam aptidões para o ensino, à professora Antônia, cuja ignorância se panteia a primeira vista. Não compreende a higiene escolar, métodos de ensino e o mais não tem noções de pedagogia aplicada."

"Visitar a escola do velho Antônio, o qual ensina pelo silabário português, método pelo qual aprendeu há uns setenta anos."

⁸⁰ Citado por Moacyr PRIMITIVO, op. cit., p. 30 (grifos meus).

⁸¹ Tais citações foram retiradas do trabalho de ARROYO a respeito da organização do trabalho escolar no período aqui analisado. (Miguel ARROYO, 1985: 61)

Não obstante, coladas a essas preocupações, estão outras relacionadas ao custo da educação pública. Em relatório de 1835, do Presidente da Província mineira, Antônio Paulino Limpo de ABREU⁸² exigia a necessidade de concursos para professores de forma a provar sua competência, pois

"(...) é menos de lastimar que a fazenda pública disponha de somas tão consideráveis com a instrução pública sem que o aproveitamento corresponda aos sacrifícios."

E ainda é fixado nesse relatório o número mínimo de alunos para a manutenção pública das cadeiras de instrução elementar:

"(...) O governo estabelecerá escolas (...) do 1º grau em todos os lugares em que, atenta à população, puderem ter habitualmente freqüentadas por 24 alunos pelo menos."⁸³

As ênfases para a racionalização da escola pública e possível melhoria de sua qualidade nos anos iniciais do século XIX, não vão corresponder aos esforços das elites brasileiras e mundiais para efetivá-la. Outros fatores adiarão essa intenção e estão relacionados ao processo de organização política, social e econômica de diferentes países a partir de meados do

⁸² Citado por Moacyr PRIMITIVO, 1940: 64-65.

⁸³ Moacyr PRIMITIVO, op. cit., p. 613-614.

mesmo século. De qualquer forma, os problemas apresentados nessas décadas iniciais já ensejavam as contradições inerentes ao processo de modernização. PRIMITIVO, na conclusão de seu texto sobre a educação no período, realça aqueles relacionados aos "*(...) motins na Corte e revoltas nas províncias de Pernambuco, Ceará, Maranhão, Bahia, Minas, São Paulo de 1824 e 1848.*" Dessa forma, justifica:

*"O balanço dos esforços feitos em prol da educação tinha que sofrer embaraços e soluções precárias inerentes à sua incipiente e agitada política. A situação do Brasil, no caso da instrução popular, na primeira metade do século XIX não era superior nem inferior aos países do continente americano (...)."*⁸⁴

As experiências das décadas posteriores confirmarão as dificuldades para a modernização da escola e a ampliação quantitativa e qualitativa de seus serviços, expressas no crescente avanço das contradições sociais e políticas.

⁸⁴ Assim o autor prossegue a sua exposição: "*(...) A ação apostólica de Horácio Man nos Estados Unidos inicia-se em 1837. Antes, lá como nos países latino-americanos, a instrução mantinha-se em grande parte pelos institutos das confissões religiosas. A primeira Escola Normal para formação de mestres, a de Albany é de 1844. Mesmo na Europa os institutos normais eram raros: Dinamarca tinha dez escolas deste gênero; a Áustria dez. A França que cuidara cedo de uma Escola normal superior, tinha escolas normais parciais, anexas aos colégios reais de Paris. Victor Coussim assinalava em 1830 esta inferioridade do seu país em relação a Prússia com os seus seminários de mestres.*" (Moacyr PRIMITIVO, op. cit., p. 614) (grifos meus)

**FORMAÇÃO DE UM NOVO HOMEM - TENSÕES E DESAFIOS NOS
PROJETOS DE EXTENSÃO DA ESCOLARIDADE**

Em discurso proferido em 1892 na Escola Normal do Rio de Janeiro, o orador Alfredo GOMES fazia as seguintes afirmações:

"(...) Cumpre cuidar da instrução primária, torná-la obrigatória de modo que desapareça no mais breve prazo possível esse cancro latente e roedor das energias da nação - a ignorância das classes menos favorecidas (...) Instruamos o povo e ganharemos para sempre a causa da república livre e pacífica (...) o único meio de firmar em bases sólidas e inabaláveis a nossa querida república, é instruir o povo, fazê-lo ler, escrever, compreender os bens inestimáveis com que o doou a revolução de 15 de novembro (...) a maior de todas as misericórdias é - ensinar os ignorantes."⁸⁵

A ênfase na formação e educação de um novo homem, com diferentes enfoques e expectativas, esteve presente nos diversos discursos dos intelectuais e proprietários a partir do século XVIII e durante o século XIX, em todo o mundo ocidental. Até meados do século XVIII, a função social da escola esteve voltada para o atendimento de indivíduos diretamente ligados a negócios e assuntos das cidades, tendo inclusive, respaldo teórico de grande parte de seus

⁸⁵ Alfredo GOMES, 1892: 16 (grifos meus).

intelectuais, para que não se estendesse à sociedade em geral. A partir do contexto político e econômico das revoluções francesa e inglesa, percebe-se uma alteração significativa no enfoque dado à instituição escolar, enquanto espaço formador de amplas camadas da sociedade.

Tal modificação estará relacionada a diferentes argumentos que passam tanto pela necessidade de legitimar as novas situações políticas - os regimes da coisa pública, como pelas novas necessidades da indústria. Já no século XVII, Adam SMITH anunciava "(...) *um povo instruído e inteligente é sempre mais decente e disciplinado que um povo estúpido e ignorante*"⁸⁶. Por outro lado, os argumentos em torno da escolarização dos trabalhadores, a insistência de discipliná-los e moralizá-los se aprofunda no século XIX frente às lutas e movimentos populares em torno da democracia.

Buscou-se fazer da escola parte mais efetiva da cultura urbana, assim como nas reformas da cidade teve-se em mente propiciar um espaço proliferador dos novos hábitos e valores. Pode-se mesmo falar de uma tentativa de homogeneização cultural num contexto onde já predominavam formas heterogêneas de fixação material na cidade. Não foram poucos, portanto, os problemas encontrados para a instituição dessa nova função social da escola e se assemelhavam, sem dúvida, aos encontrados pelos reformadores urbanos.

⁸⁶ Citado por Anthony ARBLASTER, op. cit., 242.

Como já analisamos, a questão da incorporação da população às cidades mostrou ser uma questão tensa ao final do século XVIII e durante o XIX. As reformas de Paris e Viena, entre outras, não previam a incorporação das experiências, digamos, políticas dos habitantes dos subúrbios. Também na planta de Belo Horizonte os limites foram bem demarcados, numa rotina que se tornou comum. A racionalidade pragmática moderna é impensável sem a concomitante exclusão política em maior ou menor grau, de grande parte da população. Por sua vez, o projeto de homogeneização cultural buscou normatizar as mentes das populações, a par de suas diferenças materiais.

Tal objetivo nem sempre será bem digerido, como nos revelam as inúmeras manifestações sociais pela democracia e cidadania. Dessa forma, o movimento de delimitação dos diferentes espaços urbanos, da não incorporação dos subúrbios em seu conteúdo político, ou do estabelecimento *a priori* do lugar físico-social dos habitantes das cidades é solidário às discussões sobre a expansão da escolaridade básica e à delimitação do lugar sócio-cultural dos diferentes sujeitos sociais.

O argumento a ser desenvolvido neste item é que, da mesma forma que os gestores e reformadores da cidade não incorporam a experiência política dos trabalhadores em seus projetos, excluindo-os dos seus direitos mais legítimos, também os projetos da escola pública negaram a incorporação da experiência social de amplas parcelas da população. Nessa

perspectiva a escola se torna cada vez mais um símbolo de cultura urbana na sua dimensão excludente e repressora, ao invés de ser o espaço onde se divulgaria publicamente os saberes produzidos. Enquanto símbolo de cultura urbana unirá as formas de racionalização e hierarquização do conhecimento com os aspectos relativos à implementação da escola através de índices contábeis de gastos e produtividade.

As ênfases relativas à formação do novo homem não são coincidentes; perpassam pela tensão expressa nos pressupostos da formação do cidadão e do trabalhador. Como afirma OZOUF⁸⁷, é no contexto da Revolução Francesa que surge uma dimensão significativa que irá além da própria França: a necessidade de fixar os pressupostos revolucionários da liberdade e igualdade e de afirmar o rompimento com o passado, o antigo. Nessa perspectiva, a experiência da Revolução Francesa encarregou-se de reinventar o seu corpo político e o social, da mesma forma que as elites brasileiras enfatizaram a função pedagógica da República, para a formação do novo homem.

Não obstante, mesmo na França, definiram-se concepções diferentes dessa formação. Alguns defendem a idéia de que a própria experiência da revolução é regeneradora em si e por isso seus adeptos afirmam que *"não é preciso temer um retorno ao passado o homem regenerado não degenerará"*⁸⁸. Outra

⁸⁷ Mona OZOUF, 1989.

⁸⁸ Ibidem, p. 136.

concepção é a de que a regeneração não se fez por completo e aí têm lugar os entusiastas da educação como tarefa que deveria atingir as crianças na escola, bem como a família e os diferentes espaços sociais: "*O primeiro ensinamento da pedagogia revolucionária é então (...) nunca esquecer-se: o que supõe uma vigilância sem descanso nem reparos*"⁸⁹.

O que marca a segunda concepção de educação é ao mesmo tempo a vontade de terminar o empreendimento revolucionário e o medo surdo de que ele seja interminável. Dessa forma, a necessidade de reafirmar princípios, imprimir novos hábitos, faz dos espaços urbanos e escolares, em sua monumentalidade, exemplos de eloquência silenciosa dos quais os homens não pudessem escapar. Contudo, o que aproxima as duas concepções é a ausência de uma relação dialética entre as concepções do antigo e do novo. Se na primeira dimensão o antigo foi derrocado em função de um novo que se inaugura, na segunda perspectiva o antigo está ainda presente e precisa ser apagado mas nunca absorvido. Em ambas, afirma OZOUF, "*o velho mundo não dá à luz um mundo novo*" e, por dedução, os hábitos e costumes antigos devem ser apagados para dar lugar ao homem novo. Na suposição de um homem de passado apagado, a-histórico é que se plantam as possibilidades do homem de futuro ou, utilizando as afirmações feitas em 1892 pelo orador da escola normal do Rio de Janeiro: "*(...) que desapareça no mais breve*

⁸⁹ Mona OZOUF, op. cit., p. 144.

prazo possível esse cancro latente e roedor das energias da nação - a ignorância das classes menos favorecidas".⁹⁰

As conseqüências dessa concepção para o projeto da escola pública estará na idealização dos indivíduos a serem formados para a nova vida e junto com essa utopia, a concepção de que a educação em novos pressupostos, é a nova pré-condição para a inserção dos homens no mundo político e social. Cumpre eliminar as formas anteriores e outras novas, presentes e mais ameaçadoras.

A concretização de novos elementos na sociedade, tais como a propriedade privada, a máquina, a fábrica, o progresso, o Estado liberal, a racionalidade, tem como contraponto o surgimento dos movimentos operários e suas propostas alternativas, de organização da sociedade. O aprofundamento da desigualdade das riquezas provoca uma redefinição nas formas de entendimento da sociedade. Nessa redefinição sobressaem as propostas reformistas das elites que têm em comum a busca da unidade e harmonia social e de um novo consenso que possibilitasse a retenção dos avanços das idéias revolucionárias presentes principalmente entre os setores populares da sociedade. O objetivo é a garantia da ordem social.

FONTANA afirma, em relação a este contexto, que

⁹⁰ Alfredo GOMES, op. cit., p. 16.

*"(...) Esta nova base para o edifício social se fará no fortalecimento da idéia de nação, entendida como a comunidade dos homens que compartilham uma história e uma cultura, simbolizada por uma bandeira e um hino, e encarnada na pessoa do monarca constitucional - ou presidente da república, que tanto dá pra o caso - e as instituições de governo que compartilham com ele, em maior ou menor medida, o poder."*⁹¹

A concretização da unidade nacional se constitui com a redefinição das formas de inserção dos homens na sociedade. Deseja-se romper com a inserção "aleatória", "desorganizada" e "revolucionária" que a experiência dos motins, dos quebra-quebra de máquinas e das greves haviam revelado às elites. A construção de uma racionalidade oficial em detrimento da irracionalidade oficiosa encontra nos conhecimentos modernos o paradigma para a organização social e inserção dos pobres e trabalhadores na sociedade.

Dessa forma, os desafios postos para as elites do século XIX não dizem respeito apenas à expansão da escola, mas no modo como expandi-la, ou como tornar a razão moderna parte integrante da formação humana, sem contudo abalar a ordem estabelecida. Tais imperativos se revelam nas discussões da intelectualidade, nas formas concretas nas quais o conhecimento se organiza nas escolas e ainda na questão relacionada à sua administração. A modernidade pedagógica mostra sua verdadeira face na intenção de propagar

⁹¹ Josep FONTANA, 1982: 115.

homeopaticamente os conhecimentos e administrar prioridades de custos e gastos. Queremos dizer, com isso, que as discussões sobre uma pedagogia voltada para a formação geral e extensiva a todos, se vêem cada vez mais constrangida pelos pressupostos da razão enquanto libertadora do homem.

Em KANT encontramos um dos projetos mais expressivos de formação humana com ênfase na auto-determinação, na importância do uso da razão para a auto-orientação e a auto-moralidade necessárias à nova vida. Dessa forma, a construção da independência dos indivíduos combina propriedade e exercício da razão. Nessa junção o cidadão se faz, pois,

"A capacidade de votar caracteriza o cidadão. Para estar apto a votar, uma pessoa deve ser independente, mas ser um membro dela, isto é, por seu próprio arbítrio ser uma parte ativa da república. Essa qualidade torna necessária a distinção entre cidadãos ativos e cidadãos passivos (...). Essa dependência com respeito à vontade de outros e a desigualdade que ela envolve não são, de maneira alguma, incompatíveis com a liberdade e igualdade própria dos homens enquanto seres humanos (...) igualdade segundo a qual cada um é capaz de passar da cidadania passiva à cidadania ativa."⁹²

Também CONDORCET (1743-1794), um dos mais representativos intelectuais franceses, participa das discussões sobre a necessidade da instrução pública em fins do

⁹² KANT, citado por Régis de Castro ANDRADE, op. cit., p. 80 (grifos meus).

século XVIII⁹³ e aposta na diminuição das desigualdades "naturais" dos indivíduos como necessária à harmonia social. Enfatiza ainda a importância da razão enquanto fator de progresso da civilização e desenvolvimento da humanidade, embora sustente os princípios do direito da propriedade e livre comércio. Sua perspectiva evidencia uma certa distância em relação às questões democráticas, já que comunga com a opinião de que o povo, na sua irracionalidade, pode ser facilmente manipulado. Dessa forma, precisa ser educado para se adaptar ao exercício do poder político. Na sua concepção, como na maioria dos pensadores das Luzes, a capacidade humana do uso da razão, está fortemente associada ao acesso à riqueza e usufruto da liberdade.

Não foram poucos os que associaram as propostas de incorporação política da população através da educação. Entre estes, podemos citar ainda Mathew ARNOLD (1822-1888) que pregava a difusão dos valores civilizados como fator de moderação das brutalidades e militância das massas e Stuart MILL (1806-1873), que enfatizava a necessidade da educação antes da aquisição do direito de voto. MILL faz uma associação expressa entre o direito político e a instrução, e não com a propriedade. Na sua aceção, todos devem ter direito de voto, inclusive as mulheres, mas não em igualdade de proporção. Afirma mesmo:

⁹³ CONDORCET, 1943.

"Considero totalmente inadmissível que qualquer pessoa participe de eleições sem ser capaz de ler, escrever e, ainda juntarei, executar as operações comuns da aritmética. A justiça pede, mesmo quando o sufrágio não depende disso, que os meios de adquirir essas noções elementares estejam ao alcance de todos (...) Quando a sociedade não cumprir com este dever, tornando este mínimo de instrução acessível a todos, experimenta-se certa dificuldade na questão, mas é dificuldade que terá de suportar."⁹⁴

E conclui, de maneira enfática: "(...) o ensino universal terá de preceder a libertação universal".⁹⁵

O direito de voto, enquanto necessário à constituição do cidadão numa sociedade onde imperam profundas diferenças materiais, vai aos poucos se associando a uma concepção de acesso, ainda que mínimo, ao conhecimento. É no projeto de instrução pública de CONDORCET que evidenciam-se os constrangimentos inerentes ao desenvolvimento da ciência frente às relações de produção econômica e controle social. Na descrição do "Ensino Primário", afirma: "(...) ensina-se o que a cada indivíduo é necessário para guiar por si mesmo e gozar a plenitude dos seus direitos". Ao fixar o tempo do curso em quatro anos, justifica que:

⁹⁴ Stuart MILL, 1964: 117 (grifos meus).

⁹⁵ CONDORCET, 1943: 11.

"(...) Poderíamos também ser acusados, pelo contrário de estreitar demasiado o âmbito da instrução destinada à generalidade dos cidadãos. A necessidade porém de nos limitarmos a um só professor por cada estabelecimento, a de colocar as escolas perto da população escolar, os poucos anos que os filhos das famílias pobres podem consagrar ao estudo - obrigam-nos a encenar essa instrução em limites estreitos (...)."⁹⁶

A tensão posta pelas "possibilidades democráticas do conhecimento" e sua aplicação efetiva às escolas é perpassada pela racionalidade econômica, como fica evidente nesta afirmação de CONDORCET:

"(...) Mas seria fácil alargá-lo quando a melhoria das condições de vida do povo, a distribuição mais equitativa das fortunas, consequência necessária das leis, e os progressos dos métodos de ensino tenham feito chegar o momento oportuno, quando, enfim, a discriminação da dívida e dos gastos supérfluos permita consagrar a fins verdadeiramente úteis uma porção maior das receitas públicas."⁹⁷

Seu projeto de instrução, muito conhecido e de extrema importância para a organização escolar ocidental, distribui os níveis de ensino de acordo com a população ou com seus destinatários. Na hierarquização que vai do ensino primário ao ensino superior estaria a resposta às expectativas

⁹⁶ CONDORCET, op. cit., p. 7 (grifos meus).

⁹⁷ Ibidem, p. 17.

de se tornarem cidadãos ativos, independentes no uso de sua razão.

No Brasil, a partir das reformas empreendidas por POMBAL e com a expulsão dos jesuítas no final do século XVIII, aos poucos abrem-se os espaços para os discursos sobre a difusão da instrução pública. Num contexto de avanços na urbanização e novas experiências sociais em torno das lutas pela independência política, o ensino passa por reformulações sendo, inclusive, assentadas algumas cadeiras com professores pagos pelo rendimento do subsídio literário das capitânicas ou dos fundos da Universidade de Coimbra⁹⁸. Entretanto, é na Constituinte de 1823, através da criação da Comissão de Instrução Pública, que se tornam mais freqüentes os apelos à necessidade da instrução para a população livre. Os motivos, afirmava em 1840 o presidente da província mineira, José Cesário HORTA, era que

"(...) Há ainda a educação viciosa de algumas casas de família, ou seja, por descuido e indiferença de seus chefes ou

⁹⁸ O subsídio literário foi instituído para Portugal e suas colônias, em lei de 10 de novembro de 1772. No tópico II dessa lei, tem-se que: *"(...) mando que para a útil aplicação do mesmo ensino público, em lugar das sobreditas coletas até agora lançadas a cargo dos povos; se estabeleça, como estabeleço o único imposto, a saber: nestes reinos e ilhas Madeira, Açores, de um real em cada canastra de vinho; e de quatro réis em cada camada de aguardente; de 160 réis por cada pipa de vinagre; na América e África: de um real em cada carretel de carne da que se cortar nos açougues; e nelas e na Ásia, de dez réis em cada camada de aguardente das que se fazem nas terras, debaixo de qualquer nome que se lhe dê ou que dessas venha dar"* (Citado por Moacyr PRIMITIVO, 1936: 27).

pela triste necessidade de confiarem seus filhos aos cuidados dos escravos, que jamais poderão inspirar-lhe sentimentos generosos.⁹⁹

Dessa forma, com argumentos que passam pela formação de homens com novos predicados, necessários ao Estado em formação, aparecem em vários registros questões relativas à necessidade de organização mais satisfatória para a instrução pública. O costumeiro exercício da profissão através de aulas particulares não daria conta de consolidar o ideário de unidade nacional. O apelo à instrução e à boa formação de professores públicos faz o diretor geral da Instrução Pública, Antônio BHERING, afirmar, em 1851: "(...) Seria para desejar que, um só pensamento moral, um só pensamento religioso, um só pensamento político presidisse a educação da juventude". Por isso, assinala a necessidade da revisão das leis sobre instrução, dada a que "é de absoluta necessidade acomodá-las às circunstâncias de um país em tudo novo".¹⁰⁰

São várias as leis e discursos que acentuam a precariedade da instrução e a premência de formar um corpo de professores públicos solidamente preparados; pede-se também uma inspeção mais efetiva do trabalho desses professores tanto em relação à conduta moral, quanto à verificação e controle dos fins dados ao dinheiro do Estado. Em 1850, o presidente da

⁹⁹ Citado por Moacyr PRIMITIVO, 1940: 77 (grifos do autor)

¹⁰⁰ Ibidem, p. 88-89.

provincia mineira, Bernardino Jorge QUEIROZ, colocava suas dúvidas da seguinte maneira:

"Não sabemos do aproveitamento que tiveram os 584 alunos da escola secundária para avaliarmos se compensados estão os sacrifícios feitos pela provincia com esses onerosos legados dos tempos coloniais (...) nem dado ainda que dessas disciplinas assim ensinadas sem um centro de unidade e longe da ação do governo se colhesse o possível resultado; o que lucra a provincia com semelhante educação imperfeita? Aumentar a chusma de famílias pretendentes aos empregos públicos, deslocando assim numerosos braços que poderiam ser utilizados nos diversos ramos da industria."¹⁰¹

Alguns anos depois, em 1865, o desembargador Pedro Cerqueira LEITE dizia à Assembléia Provincial:

*"A provincia gasta 270 contos com o seu ensino, não sabe como eles são utilizados, que número de alunos aprovados saem de suas escolas, se cresce ou diminui a instrução de seus filhos."*¹⁰²

Os apelos a uma maior racionalização e controle de gastos acompanham no pensamento das elites brasileiras,, como na de outros países, a hierarquização do saber com finalidade bem demarcada. A **Memória da Instrução Pública**, elaborada por

¹⁰¹ Citado por Moacyr PRIMITIVO, 1940: 84-85 (grifos do autor)

¹⁰² Ibidem, p. 149.

Martim FRANCISCO e entregue aos membros da Constituinte de 1823 como forma de contribuir aos debates da organização do ensino, expressa bem essa preocupação:

"Divisão da instrução pública em três partes, deduzida de considerações sobre as diferentes idades do homem, sua capacidade natural e tempo que ele pode empregar em instruir-se e sobre os serviços de diversos graus que a sociedade exige de seus membros."¹⁰³

De qualquer modo, é forte a ênfase na necessidade da instrução em preparar os indivíduos para a nova realidade política, como afirmava em 1823 um dos representantes mineiros na Comissão de Instrução Pública, A.G. GOMIDE:

"(...) a instrução pública e difusão das luzes é o primeiro dever dos governos. Todas as virtudes cívicas e morais das nações se desenvolvem na razão de suas luzes."¹⁰⁴

Os apelos à organização e expansão da instrução pública, tanto no Brasil quanto como em outros países, guardadas suas diferenças, convergem para o argumento da necessária construção da unidade nacional, formação da opinião pública e de um corpo único de cidadãos que não meçam esforços

¹⁰³ Citado por Moacyr PRIMITIVO, 1940: 121 (grifos meus).

¹⁰⁴ Citado por Moacyr PRIMITIVO, 1936: 93.

para o desenvolvimento do progresso cultural/nacional e material do país. Nesse aspecto, percebe-se que se torna fundamental para um projeto amplo de escolarização o plantio de sementes culturais que contivessem os novos valores necessários à estabilidade política, quais sejam, a moralidade e a disciplina fundamentais não somente para o merecimento de um lugar na sociedade, mas principalmente para o trabalho, atividade eficazmente regeneradora dos indivíduos desprovidos de posses. Questões essas que, na concepção de grande parte das elites do século XIX, eram superiores às diferenças materiais, senão pré-requisitos para a aquisição da independência material.

Dessa forma, o projeto da escola pública, assim como os projetos urbanos, tem como função social "formar os cidadãos". Tal como a cidade, a escola se institui como sujeito ativo formador de novos homens, assumindo uma das tarefas mais árduas, segundo as elites - a de **educar os ignorantes**.

A desigualdade material, base da sociedade e essência da organização das Repúblicas, permanece inquestionável para grande parte das elites econômicas e políticas. O caráter privado da propriedade assume ideologicamente contornos públicos, já que se sua posse dependem as condições de ascensão social. Nessa lógica, a indústria nascente é considerada menos como lugar de expropriação do trabalho, do que fator de progresso, base da

subsistência da população e de seus proprietários - o industrial é o grande benfeitor social. A escola torna-se, através da hierarquização do conhecimento, base para a subsistência social e cultural, escamoteando seu lado de negação do saber a ser democraticamente ampliado.

Também a diferença das culturas e costumes dos diversos grupos sociais aparece como o elemento básico da desorganização da sociedade, constituindo-se no ponto central da conformação das relações entre elite e a maioria da população. Além dos mecanismos institucionalizados de exploração econômica, institucionalizam-se também mecanismos para difundir os novos valores e hábitos.

Não obstante, essa institucionalização da moral não é uma questão que surge como novidade no século XIX, na verdade as elites deste século utilizam-se das experiências anteriores para consolidar seus empreendimentos, amparados agora pelas ciências.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Ressalta-se que as "elites tradicionais" tinham na Igreja e na religião instrumentos de controle eficazes, principalmente na Inglaterra, através das práticas de ajuda e formação dos pobres não somente na aquisição dos conhecimentos religiosos mas também na formação de hábitos para o trabalho desde o século XVII.

H.C. BARNARD (1961), em um estudo sobre a educação na Inglaterra, fala da existência "*de uma sociedade para promoção do conhecimento religioso*", fundada em 1668, que cria escolas paroquiais para crianças para que estas tomem o hábito do comportamento e da ordem, bem como um outro tipo de escolas para os pobres, aquelas advogadas por LOCKE, as "workhouses" (casas de trabalho), cuja produção aí desempenhada pagariam as despesas da escola e as provisões dos alunos. Lembremos que, para LOCKE, como cita MAC PHERSON, a multiplicação dos desempregados era causada por "*nada mais do que relaxamento da disciplina e corrupção dos costumes*" (C.B. MAC PHERSON, 1979: 234).

A experiência da Revolução Francesa inaugurou sem dúvida uma era favorável à expansão da escolaridade com sua ênfase na formação do novo homem. A essa experiência agrega-se a da Revolução Industrial que deu o tom dessa formação, tanto na sua dimensão mais pedagógica de "educar as mãos", como no entendimento de sua administração.

Na Inglaterra a expansão da escola esteve profundamente associada à rápida expansão urbana e industrial. BARNARD¹⁰⁶ comenta que desde o primeiro "Factory Acts" (Leis Fabris), de 1802, sempre existiu uma referência à necessidade de provisão de escolas com instrução rudimentar para crianças trabalhadoras.

Há que se destacar que a terminologia francesa de "escola elementar, primária e secundária" não tem, a princípio, a sua correspondência na Inglaterra. A expansão da escola inglesa está relacionada diretamente à combinação do financiamento com a função. São elas, no nível elementar e

Também E.P. THOMPSON (1987: 58-59) lembra que "(...) a maioria dos homens e mulheres de posses sentiu a necessidade de pôr em ordem a casa dos pobres" e entre tantas soluções estavam as Escolas Dominicais onde encontram-se "os metodistas com sua ênfase renovada sobre a ordem e a submissão, a sociedade mais humana do bispo de BARRINGTON para a **Melhoria das Condições dos Pobres**, WILLIAM WILBERFORCE e Dr. JOHN BOWDLER, com sua sociedade para a **Eliminação do Vício e Encorajamento da Religião**". E, citando uma frase de BURKE de 1785, para este autor, assim se resumia a faceta moralizante do trabalho capitalista: "Paciência, trabalho, sobriedade, frugalidade e religião é o que se deve recomendar a eles: tudo mais é pura fraude" (E.P. THOMPSON, 1987: 58-59).

106 H.C. BARNARD, op. cit.

primário, as chamadas "escolas privadas", "escolas de caridade", "escolas de indústria" e "escolas dominicais".

Segundo BARNARD¹⁰⁷, estas últimas obtiveram grande sucesso espalhando-se por diferentes cantos da Inglaterra. Composta por homens da Igreja, sua ênfase recaía mais no conteúdo religioso e moral do que intelectual. Algumas vezes elas tinham atividades nos dias de semana, mas de forma a não afetar o horário nos dias de trabalho. Incluíam o aprendizado de algum ofício, sendo preferida pelos industriais em detrimento à escola diária.

No nível secundário aparecem as "public schools", a princípio freqüentadas por jovens pobres e que no final do século XIX ganham característica de colégio secundário. É interessante observar que a denominação "public" está muito mais relacionada à forma de manutenção que à origem social dos alunos que atendia. Em geral, estas são fundadas e mantidas por vários tipos de iniciativa privada, de comerciantes a religiosos.

Entretanto, a prática de não intervenção do governo na educação, aliada à satisfação com os resultados das escolas diárias baratas e escolas dominicais, alteram-se no decorrer do século XIX frente a circunstâncias que mostram necessidade da ingerência estatal. A nova fase pela qual passa a industrialização consolida a posição das elites proprietárias; também as formas de protesto popular abandonam os motins e

¹⁰⁷ H.C. BARNARD, op. cit.

buscam formas mais sistematizadas e organizadas de expressão de descontentamento tornando-se, através dos movimentos ludistas, cartistas e socialistas, cada vez mais uma ameaça política.

Os movimentos da multidão se constituem na consciência da impossibilidade de uma sociedade harmoniosa e ganham formas de organização permanentes. THOLFSEN, citado por RUDÉ¹⁰⁸, fala da reação burguesa a esses movimentos e da tarefa que se impõem para a ordenação de *"uma cultura coesa - uma estrutura de valores bem definida: instituições, papéis e rituais"*, possibilitando a alteração de uma *"cultura impregnada de tensão social por outra de valores comuns, internalizados e institucionalizados"*. Os alvos centrais são bem definidos:

"(...) a ética da melhoria e do progresso individual através do trabalho intenso, da disciplina do trabalho e da poupança - com a participação conjunta de trabalhadores e patrões, expressando metas comuns: a elevação moral das classes trabalhadoras como um objetivo permanente e o cultivo das virtudes pessoais e da salvação pessoal, inclusive abstinência total."¹⁰⁹

¹⁰⁸ George RUDÉ, 1980.

¹⁰⁹ THOLFSEN, citado por George RUDÉ, op. cit., p. 147.

Nesse contexto define-se na Inglaterra o processo moderno de regulamentação estatal da indústria a partir das "Factory Acts" (Leis Fabris) e como extensão, as formas de escolarização popular, o que nem sempre teve a adesão da maioria dos proprietários.¹¹⁰ Mas foi a partir da "Reform Act" (Lei da Reforma) de 1832 que a educação popular se impôs efetivamente como matéria de urgência. Aliás, foram anos agitados pelos movimentos populares na Inglaterra e pelo deslocamento territorial de várias indústrias:

"(...) marcada por uma nova e decisiva transferência para os novos distritos industriais de Midlands, Gales do Sul, Norte da Inglaterra e Clydeside; uma transferência temporária de Londres para Birmingham (...) e um incremento final e dramático do Sul rural (...)."¹¹¹

¹¹⁰ A lei de 1802 regulamentava o trabalho dos aprendizes enviados pelos orfanatos por autoridades públicas para serem empregados nas grandes fábricas de algodão e lã. Restringia as horas de trabalho a 12 por dia, proibia trabalho noturno, afirmava a necessidade da limpeza das instalações e instituiu uma cláusula onde algumas horas por dia as crianças deveriam ser instruídas nos três "Rs" (ler, escrever, contar). Embora o seu cumprimento não tenha sido eficaz, já apontava para uma lógica bem específica. As relações educação e trabalho vão se constituindo como predominantes na formação das classes pobres e trabalhadoras.

A partir do primeiro "Factory Act" várias iniciativas são tomadas na direção de extensão do ensino elementar como o "Projeto das Escolas Paroquiais de 1820" elaborado por BROUGHAN, solicitando o argumento e manutenção de mais escolas pelas manufaturas. A fundação da "Sociedade para Difusão do Conhecimento Útil", previa a popularização da ciência e conhecimentos gerais através de publicação de livros e folhetos a baixo custo. (H.C. BARNARD, 1961)

¹¹¹ George RUDÉ, op. cit., p. 135).

O avanço dos debates dizem respeito também à conquista do direito à participação no parlamento inglês por parte dos *"chefes de família com 10 libras de rendimento que passam a ter direito de voto"*. Crescem as discussões sobre a necessidade da expansão da instrução pública a partir de exemplos e iniciativas em outros países, e sob pressão de diversas manifestações sociais.

Em sessão parlamentar de 1833, ROEBUCK expõe sua opinião:

*"Em termos gerais, eu diria que obrigaria por Lei que cada criança na Grã-Bretanha e Irlanda, talvez dos 6 aos 12 anos de idade, fosse um aluno regular numa escola. Se os pais fossem capazes de dar, e de fato dessem às suas crianças em outra parte, educação suficiente, então eles não seriam obrigados a enviá-los para escolas públicas. Se, entretanto, eles forem incapazes ou relutantes em dar-lhes semelhante educação, então o Estado interferiria e supriria esta necessidade, obrigando os pais a enviá-los para as escolas do Estado."*¹¹²

¹¹² Citado por H.C. BARNARD (1961: 68).

A manutenção das escolas passa, a partir de 1832, a ser feita através da contribuição dos pais que tivessem condições de pagar, mas principalmente, pela criação de impostos voltados para seu financiamento. No mesmo ano é votada uma verba de 20.000 libras para construção de escolas, uma quantia relevante, expressando pela primeira vez um investimento efetivo do Estado. Nos anos seguintes, H.C. BARNARD denota a quantia de 100.000 libras (1846), e em 1946 ultrapassou 76.000.000 libras.

É necessário apontar que o dinheiro foi emitido em apoio a subscrições privadas, na prática a duas instituições privadas, à "Sociedade Nacional" e à "Sociedade de Escolas Britânicas e Estrangeiras". A

James KAY, outra personagem de expressão no meio educacional inglês, nomeado em 1835 para a "Comissão de Justiça dos Indigentes", afirma ao elaborar uma pesquisa sobre a condição de vida dos habitantes de Manchester, que a educação é a chave para a salvação da população pobre. Com esse intuito, "*(...) defende escolas, bibliotecas, institutos de mecânica, instrução em ciência e economia doméstica, como formas de ajudar os trabalhadores e ajudarem a si próprios*"¹¹³. Seu projeto propunha a substituição do antigo hábito de ir às tavernas pela freqüência às bibliotecas e escolas. Também MACAULAY entendeu a questão educacional como questão de segurança nacional, vendo nela a da ordem e da tranqüilidade aos proprietários membros da comunidade. Afirmava mesmo que "*as classes criminais são as piores educadas*".

preferência era para escolas localizadas em metrópoles e cidades e com acomodação para o mínimo de 400 alunos.

Neste aspecto H.C. BARNARD comenta que: "*(...) a concessão tendia a encorajar a construção de escolas em áreas comparativamente populosas, enquanto os mais pobres (...) e os distritos do país foram negligenciados. Nenhuma outra condição foi estabelecida. Nenhum outro padrão da escola foi exigido; não havia inspeção para verificar se as escolas eram adequadamente mantidas depois de terem sido construídas; nenhuma pesquisa foi feita quanto à eficácia da instrução que deveria ser administradas nelas. O esquema era obviamente designado como uma tentativa única, e embora a concessão fosse renovada nos anos consecutivos, as aplicações para uma assistência prolongada excedia os fundos que foram colocados à disposição*" (H.C. BARNARD, 1961: 70).

¹¹³ H.C. BARNARD, op. cit., p. 99.

Pode-se, portanto, concluir que os pressupostos da educação inglesa estiveram sempre associados ao trabalho.¹¹⁴

Uma variante da educação para os filhos dos trabalhadores, o sistema de ensino mútuo possui uma lógica econômica bastante definida. MANACORDA ressalta que segundo um dos inspiradores, *"o sistema é destinado a diminuir as despesas da instrução a abreviar o trabalho do mestre e a acelerar os progressos do aluno"*¹¹⁵.

As escolas monitoriais, que se alastraram por diversos países no século XIX, inauguram um novo sentido para a educação. Possuem uma racionalidade econômica e uma moral que passa primeiro pelo espaço físico ampliado, abrigando simultaneamente centenas de alunos supervisionados por apenas um professor, que orientava os monitores (alunos escolhidos pelo mérito). Depois, a racionalidade se dava pela economia de materiais, a tabuinha de areia onde os alunos escreviam com o

¹¹⁴ Nesse contexto ganham relevo também as práticas de BELL, um clérigo, e LANCASTER, um "quacker", na aplicação do ensino mútuo e monitorial durante as primeiras décadas do século XIX. Apesar das diferenças nas quais os dois desenvolvem o seu trabalho, a inspiração de ambos está assentada nas formas de organização do trabalho fabril.

O historiador BARNARD afirma que *"O ideal educacional deste tempo era treinar o pobre para uma pobreza honesta e laboriosa na qual reconhecesse o seu lugar e oportunamente apreciasse qualquer auxílio recebido (...). O projeto emergiu para prover a educação popular em larga escala e sobre um método que se adequasse com as idéias econômicas e industriais do período."* (H.C. BARNARD, op. cit., p. 57)

¹¹⁵ Mário Alighiero MANACORDA, 1989: 257.

dedo.¹¹⁶ A racionalidade moral, por sua vez, possui uma objetividade econômica comparável às cidades e às fábricas. Possibilita a instrução mínima num ritual que é pedagógico em si mesmo. A disciplina, a ordem, o mérito, a competição e a hierarquia se estabelecem, sem os excessos da coerção física, comum nos colégios do século XVIII.

A expansão das escolas populares destinadas à aprendizagem de ofício e habilitação para o trabalho é também significativa na França no início do século XIX. Cresce ainda o número das escolas maternas ou "salas de asilo" e a educação de adultos. Muitos destes empreendimentos eram financiados por industriais através de associações mantidas por eles, tais como a "Sociedade de Fomento à Indústria Nacional" e a "Sociedade para a Instrução Elementar".

¹¹⁶ As escolas monitoriais se caracterizavam em geral pela colocação do professor em um alto palanque de onde supervisionava toda a sala e os monitores, estes, por sua vez, supervisionavam os alunos. Aqueles que se sobressaíam passavam para os bancos dianteiros, os que regredissem, iam para os bancos traseiros. Os melhores seriam os monitores, cuja recompensa é o mérito. A orientação dada aos alunos é extremamente mecânica. MANACORDA, baseando-se no livro do pedagogo alemão, José HAMEL, mostra o caráter pedagógico do ritual e ressalta que "*A primeira classe aprende a escrever o alfabeto na areia e sob o ditado. As crianças sentam perante a mesa de areia com uma tabuinha do alfabeto. O monitor dá a ordem: Preparem-se! Todas as crianças colocam o indicador direito sobre a orla da mesa, olham para a tabuinha enquanto a mão esquerda fica apoiada sob o joelho. O monitor mostra uma letra com a vara, por exemplo, A, e diz: Façam AA! As crianças apóiam o braço esquerdo sobre a mesa e com o indicador da mão direita desenham a letra (...)*" (Mário Alighiero MANACORDA, op. cit., p. 260).

A introjeção dos gestos, o estímulo ao mérito e à competição, e a divisão do trabalho garantem a produtividade mental e moral mínima, necessária aos futuros trabalhadores.

A iniciativa destas sociedades para a criação das "escolas mútuas" assegurava rapidez e economia do ensino para os alunos e possibilitava o desenvolvimento do hábito de regularidade e ordem. LEÓN comenta que, entre 1815 e 1820, levantam-se na França mais de 1.000 escolas mútuas agrupando cerca de 150.000 alunos. Foram, segundo o autor, as bases da pedagogia moderna:

*"esforço de racionalização do ato pedagógico, a preocupação em propor aos alunos exercícios graduados e a preocupação por controlar sistematicamente o trabalho escolar."*¹¹⁷

No Brasil, as escolas de ensino mútuo são instituídas através da Lei de 15 de outubro de 1827:

*"Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que foram necessárias (...). As escolas serão de ensino mútuo nas capitais das províncias e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos (...)."*¹¹⁸

Apesar das diferenças entre países como Inglaterra, França e Brasil, eram muito nítidas as intenções das elites na instalação dessa forma de ensino: primeiro, a ênfase na

¹¹⁷ Antoine LEÓN (1973: 94).

¹¹⁸ Citado por Moacyr PRIMITIVO, 1936: 189.

educação moral das populações livres, que deveria ser retirada das mãos de escravos e de professores particulares, por serem suas práticas diferenciadas adversas à necessidade da nova situação política de unidade de pensamento, de comportamento e hábitos; segundo, a preocupação com formas mais baratas de ampliar essa educação. Entretanto, são diversas as queixas sobre o funcionamento inadequado das escolas de ensino mútuo, queixas que vão desde a ausência de edificações apropriadas, à falta de materiais e despreparo de professores.

Em setembro de 1832, o ministro Lino COUTINHO expediu aos presidentes da província o seguinte aviso:

*"Havendo chegado ao conhecimento da Regência o mau estado em que quase geralmente se acham logo em seu começo as escolas elementares de ensino mútuo que o Estado, com sacrifício não pequeno, tem procurado estabelecer e espalhar, a fim de meter na massa geral dos cidadãos a primeira e mais essencial instrução de ler e escrever, sem o que, se não pode dar melhoria de indústria e nem de moralidade, e isto talvez pelo pouco cuidado da parte das Municipalidades, a quem cumpre prestar uma escrupulosa atenção em negócio de tanta transcendência."*¹¹⁹

E em relatório de 1837, o ministro afirma ainda, que:

¹¹⁹ Citado por Moacyr PRIMITIVO, 1936: 193 (grifos meus).

"As escolas lancasterianas, tais como têm sido montadas, e na falta absoluta de um método razoável e uniforme de ensino para todas as escolas do Império, sem cartas apropriadas e nem compêndios escolhidos, bem pouco fruto nos tem dado até hoje; porque ainda com três anos de aturado ensino, os meninos não se acham capazes e prontos para progredirem em outros maiores estudos ou se aplicarem aos diversos misteres e ocupação da vida."¹²⁰

Em seu relatório, Lino COUTINHO refere-se constantemente à inexistência de um método de ensinar e de professorado com unidade de pensamento e formação que possibilitasse a educação dos alunos de forma coesa, única. Em 1936, COUTINHO afirma que:

"É lamentável o estado em que se acham as nossas escolas primárias, e mais lamentável ainda se se recorda o princípio de que em tais escolas é que se lançam as sementes da moral, costumes e bons hábitos que têm de formar o cidadão digno de merecer tal nome."¹²¹

Entretanto, mesmo no nível mundial, a experiência dos métodos de ensino mútuo ou monitorial, ainda que sendo eficazes na economia de gastos e na disciplinarização necessária e urgente das classes trabalhadoras, aos poucos se mostram ineficazes para o ensino e transmissão dos valores morais necessários para formar e manter uma nação. Exigia-se,

¹²⁰ Citado por Moacyr PRIMITIVO, op. cit., p. 194-195 (grifos meus).

¹²¹ Ibidem, p. 199 (grifos meus).

por exemplo, mais sistematicidade no ensino da língua nacional, da história da pátria, de seus heróis e seus feitos, de uma geografia que enfatizasse a exuberância da natureza nacional, de uma ciência que relevasse os inventos de seus gênios. Eram elementos imprescindíveis para a constituição de uma identidade comum que suplantasse as desiguais condições sociais.¹²²

A escola não perde o seu conteúdo eminentemente disciplinador, transmissor das noções de tempo, eficiência e competição necessárias ao mundo do trabalho. Contudo, a esses conteúdos são necessários acrescerem, de forma mais sistematizada, aqueles formadores da opinião pública.

¹²² Também no Brasil, as críticas às escolas mútuas vão se fazendo. Nos argumentos de seus críticos estão aspectos bem específicos de sua implementação no Brasil, em que se reclamava tanto das práticas administrativas e perniciosas herdadas do período colonial; da ausência de infra-estrutura (de prédios adequados, professores bem formados e inspeção mais rígida); da falta de disponibilidade dos governos em se responsabilizarem pela instrução, além de não serem eficazes ao fim proposto - a formação de um espírito nacional. Na fala do deputado Torres HOMEM em 1847, a crítica aparece da seguinte forma: *"Que admoestação, que direções fortes e fecundas podem ser dadas por monitores de 10 ou 12 anos, de modo que sejam aceitas por seus jovens companheiros? (...) Semelhante sistema era só próprio para o tempo e para as circunstâncias do país em que foi inventado (...) Era o sistema da máquina aplicado à instrução pública, a escola movia-se sobre o impulso de um principal motor, embora sem nenhum princípio de vida"* (Citado por Moacyr PRIMITIVO, 1936: 193).

**"UMA ESTRUTURA COESA - UMA ESTRUTURA DE VALORES BEM
DEFINIDA: INSTITUIÇÕES, PAPÉIS E RITUAIS"**

Ao longo do século XIX foram se constituindo sob diferentes tipos de pressão os pressupostos da escola pública: afastar os trabalhadores da criminalidade e dos bares, para formar o cidadão na independência da razão, habituá-lo ao trabalho. No novo homem civilizado, residia a expectativa de, como ressaltou THOLFSEN¹²³, alterar uma cultura de tensão social, por outra de valores comuns, internalizados e institucionalizados.

Exceções a esse universo de unanimidade aparecem em pensadores românticos como MICHELET, que critica as formas do trabalho industrial, estabelecendo uma relação mais próxima entre as condições materiais e a vida do pobre. Nesse enfoque há um forte apelo às teses rousseauianas de busca de coletividades como família e pátria, enquanto possibilidade do resgate da moral. Em sua obra *O Povo*¹²⁴, cuja idéia diretora era "o amor, o único construtor da cidade", há uma ênfase significativa na necessidade de se consolidar laços de solidariedade entre pobres e ricos, em função de um objetivo maior: a edificação da pátria.

¹²³ Citado por George RUDÉ, op. cit.

¹²⁴ Este trabalho, como já salientamos, teve as primeiras publicações em 1846 e a última em 1866. Cf. a edição brasileira de 1988.

MICHELET retoma, portanto, a família, a importância da mulher, do espaço doméstico, do gosto pela ordem, pelo trabalho honesto, a educação materna, como preparação para uma mãe maior - a pátria. Também, os espaços coletivos, o sentimento de devoção às coletividades, o desenvolvimento do amor ao próximo, independente de sua origem social, são constituintes das chances da renovação moral da sociedade.

Dessa forma, MICHELET faz a seguinte observação:

*"Aristóteles diz muito bem contra Platão: A cidade se faz não com homens iguais, mas com homens diferentes. E eu acrescento: Diferentes mas harmonizados pelo amor, dia a dia mais parecidos. A democracia é o amor na cidade, e a iniciação."*¹²⁵

A amizade, o desinteresse, a inocência, segundo o autor, socializam os habitantes da cidade, pois:

*"Se Deus colocou em algum lugar o modelo da Cidade política foi certamente na Cidade moral, isto é, na alma humana (...). A Pátria e a Cidade, longe de se oporem à natureza, constituem para a alma do povo que aí habita o único e todo poderoso meio de realizar a própria natureza."*¹²⁶

¹²⁵ Jules MICHELET, 1988: 176.

¹²⁶ Ibidem, p. 197.

A formação da nova moralidade humana passa, portanto, pelo cultivo dos sentimentos bons e naturais no ser humano; formar o ser é central nos argumentos de MICHELET:

*"Que a criança creia nas coisas que poderá, feita homem, comprovar pela razão. Criar uma criança raciocinante, polemista, crítica é coisa insensata (...). Criar uma criança erudita é coisa insensata (...). Antes de JUNTAR, de acumular, é preciso SER."*¹²⁷

Não obstante, foram as influências liberais e positivistas que se fizeram mais presentes na organização das escolas e no pensamento educacional do final do século XIX, inclusive entre as elites brasileiras, particularmente durante o período de instalação da República. Para os trabalhadores que tiveram expropriadas as suas propriedades e também o seu saber fazer, o treinamento para o trabalho industrial tornava-se uma exigência econômica e moral. Sob esse aspecto as escolas infantis que surgem lado a lado com os liceus de artes e ofícios e os institutos agrícolas, tornam a educação das palavras apenas um acessório para a educação dos fatos e das coisas. A elite intelectual foi extremamente enfática no sentido de tornar a moralidade dos costumes o cerne das questões sociais.

¹²⁷ Jules MICHELET, op. cit., p. 199.

Augusto COMTE, na sua principal obra **Discurso sobre o espírito positivo**, tem na moral o alvo principal enquanto detonador do progresso. Para ele os problemas da sociedade não estavam na ordem material, a crise moderna provinha de uma *"profunda anarquia intelectual e moral"*¹²⁸. Ordem e moralidade se associam dado que a desordem é fruto da anarquia dos costumes e valores, resíduos do mundo metafísico e teológico. COMTE vê maiores possibilidades para a formação dos proletários na medida em que não foram totalmente influenciados pelo espírito metafísico e pela *"cultura dos letrados"*. Os pobres estão mais disponíveis para uma *"renovação filosófica"*. Tal renovação não deveria passar pela cultura letrada que inspira as *"utopias subversivas"*, pois,

*"(...) se tornaria muito mais perigosa se estendêssemos aos proletários, em quem desenvolveria, além da aversão pelas ocupações materiais, exorbitantes ambições."*¹²⁹

A *"renovação filosófica"* viria por outra via, confirmando ou inspirando o gosto pelos trabalhos práticos,

"quer enobrecendo seu caráter habitual, quer amenizando suas penosas conseqüências. Conduzindo aliás, a uma sadia apreciação das diversas posições"

¹²⁸ Auguste COMTE, 1990: 55.

¹²⁹ Ibidem, p. 85.

*sociais e das necessidades correspondentes, dispõem a sentir que a felicidade real é compatível com todas e quaisquer condições, contanto que sejam desempenhadas honrosamente e aceitas suficientemente.*¹³⁰

A racionalidade do século XIX coloca as classes pobres em disponibilidade para os efeitos da ciência, através da escola, das máquinas, das transformações urbanas e das práticas médicas. O argumento é a irracionalidade, a incapacidade natural ou adquirida de participar do banquete social. Ou, como enfatiza COMTE, o problema dos pobres é a sua "incapacidade mental" de saber o que é "bom para eles".

Também entre os liberais, como já vimos, o apelo à necessidade de instrução nacional é bastante presente, na perspectiva de conter a anarquia, e fazer com que todos os indivíduos usufruam plenamente de seus direitos.¹³¹ A difusão dos valores civilizados por toda a sociedade teria como função coagir as militâncias de massa; o povo deveria ser educado antes de adquirir o direito de voto.¹³² Na verdade, o assentamento dos preceitos de liberdade de opinião e expressão exigia que as opiniões tivessem uma certa homogeneidade e que as dissonâncias não afetassem a estabilidade política.

¹³⁰ Auguste COMTE, op. cit., p. 85.

¹³¹ Cf. Anthony ARBLASTER, 1987: 274, citando Mathew ARNOLD.

¹³² Ibidem, p. 277, citando Stuart MILL.

Apesar das divergências entre positivistas e liberais nos países europeus e no Brasil em relação às formas da educação, ambas as concepções de sociedade se aproximam quanto à crença de que é preciso educar os ignorantes e que o trabalho é fonte altamente regeneradora. Dessa forma, as duas concepções são fortemente marcadas pela idealização dos indivíduos ou do homem novo a se constituir na idéia de harmonia social.

É através de um trabalho de Aarão REIS, o planejador da capital, que analisaremos a influência do positivismo na questão educacional no Brasil.¹³³ Estando REIS mais próximo do positivismo heterodoxo, defende amplamente a instrução como necessária para concretização real do direito de voto, além do estímulo da iniciativa particular e da descentralização do ensino.¹³⁴ Para o autor, a questão do monopólio do ensino nas

¹³³ No Brasil, sabemos que essa concepção se estabelece sob diferentes matizes, e tal diferenciação diz respeito basicamente às combinações ou não com alguns itens do liberalismo. São expressão do positivismo mais ortodoxo aqueles indivíduos ligados ao Apostolado Positivista como Miguel LEMOS e Teixeira MENDES e numa dimensão mais heterodoxa, intelectuais como Alberto SALES que combina tanto o liberalismo como o evolucionismo spenceriano e do qual Aarão REIS estará mais próximo. Para análises mais detalhadas, ver Maria Stella BRESCIANI (1993), Antônio PAIM (1981), Luís Washington VITA (1965), entre outros.

¹³⁴ O seu trabalho que aqui analisamos, **A instrução superior no Império**, consiste na organização de uma coletânea de artigos publicados no jornal **O Globo**, de 7 de abril a maio de 1875, em torno de um discurso muito presente neste período, que diz respeito à criação de universidades no país. Colocando-se contra (não porque se indispusessem em relação à difusão das ciências, até pelo contrário, argumentava sua necessidade inclusive com críticas severas em relação às Escolas Politécnicas), afirmava que, na verdade, o Estado precisava antes de fundar universidades, estruturar os outros níveis de ensino, além de ensejar a formação competente de professores em métodos mais

mãos do estado configura-se em um grave problema da instrução elementar submetida à estrutura política imperial dada a ausência de iniciativa privada.

*"Assim, pois, pensamos que o governo, quanto à Instrução Pública, exerce um monopólio natural, filho tão somente da falta de iniciativa particular nesta matéria, monopólio que irá desaparecendo à medida que a iniciativa particular se for desenvolvendo e a caridade e beneficência privadas forem substituído a caridade e beneficência públicas."*¹³⁵

Embora não desconsidere a iniciativa oficial no ensino, não acredita ser uma tendência positiva, devendo inclusive desaparecer aos poucos, cedendo lugar para a descentralização gradativa nos municípios e, principalmente, para a livre concorrência. Segundo Aarão REIS, um dos vícios da administração colonial fora a coibição da "iniciativa individual", o que impediria a propagação do ensino particular. Pensa, portanto, que deveria ser iniciativa do governo, não somente baixar leis e decretos de implementação da liberdade de ensino, mas fazer uma propaganda enérgica e patriótica para que o empreendimento particular entrasse nos costumes do cidadão, pois,

racionais e modernos, de acordo com o desenvolvimento da ciência no seu estágio mundial (Aarão REIS, 1875).

¹³⁵ Aarão REIS, op. cit., p. 111.

*"Ninguém contesta os benefícios que encerra a livre concorrência em todos os sentidos, e principalmente em matéria de instrução popular. Quando as escolas se fazem concorrência, eleva-se sobre modo o nível do ensino, e no país, onde mais completo for o domínio da concorrência, mais elevado será o ensino, mais sólida a instrução e mais prezada a ciência."*¹³⁶

Como conseqüência da inoperância administrativa do ensino no período imperial, REIS FILHO aponta ainda a ausência de uma racionalidade mais moderna nos métodos de ensino e de estudo, além da falta de maior oportunidade de formação em diferentes tipos e graus da educação que qualificassem realmente para o trabalho, desde o mais simples operário até engenheiros, advogados e médicos. Seu discurso centraliza-se no mestre e no método, tanto em relação à instrução elementar como ao ensino superior:

"É realmente digna de louvor que a intenção do governo mandando levantar palacetes para a instrução primária; a criança, educada em tais escolas, habituase a grandes idéias, à grandeza de seu país (...) É fora de dúvida que os móveis apropriados são da maior conveniência para boa higiene da infância. Mas tudo isso não deixa de ser accidental. O que é essencial em uma escola de instrução primária é, como já dissemos: - o mestre e o método."¹³⁷

¹³⁶ Aarão REIS, op. cit., p. 67.

¹³⁷ Ibidem, p. 15.

É interessante observar que nessa passagem o engenheiro e o educador se encontram. Como vimos, as simbologias das edificações monumentais da cidade de Belo Horizonte também possuíam a função de fazer os habitantes perceberem a grandeza da Pátria e do progresso que ela propiciava. As concepções de mestre e método, como fatores primordiais de ensino, dizem respeito à própria idealização dos indivíduos a serem formados: característica também comum entre os republicanos liberais, e muito presente até hoje na pedagogia e nos cursos formadores dos profissionais de ensino.

A ênfase no professor é forte por ele ser o exemplo a ser seguido por aqueles que a princípio são ignorantes. Segundo Aarão REIS, tal modelo deve se basear em uma perfeita conduta moral e na detenção de determinados conhecimentos fundamentais, além do que for necessário para o incentivo da profissão, entre outras coisas, o pagamento de bons salários. Coloca também como condição imprescindível que o ofício seja exercido por mulheres.

*"Em uma palavra; o mestre deve ser -
mulher. Enquanto não se entregar às
mulheres o ensino primário, será
improficua qualquer reforma deste ramo de
estudos."*¹³⁸

¹³⁸ Aarão REIS, op. cit., p. 16. Em relação à ênfase na mulher, como responsável pela educação, há uma estreita vinculação com a concepção positivista de sociedade. José Murilo de CARVALHO, em seu texto sobre o imaginário da República no Brasil, afirma: "Na escala dos valores positivistas, em primeiro lugar vinha a humanidade, seguida pela pátria e pela família (...). A mulher representava idealmente a

Quanto ao método, e de acordo com as tendências mundiais, REIS FILHO enfatiza que deve ser o "natural", apoiado na prática e não na repetição das cartilhas e tabuadas. Como consequência, propiciar ao aluno desenvolver a razão e a inteligência através da análise e observação de forma mais racionalizada e em menos espaço de tempo.

Na defesa da descentralização do ensino, Aarão REIS pleiteia a favor do estímulo da livre concorrência e à diversificação de opções de instrução voltada para a formação do cidadão: "*(...) reforme-se radical e completamente o ensino primário no que há de essencial - o mestre e o método - e então o direito de voto será uma realidade (...)*"¹³⁹. Em conclusão, afirma ainda que "*o nosso mais ardente desejo é a reabilitação da instrução pública d'esta terra, dando ao ensino um cunho inteiramente nacional (...)*"¹⁴⁰.

Não obstante, embora a idéia da difusão da unidade nacional no Brasil já viesse sendo elaborada desde os tempos do Império, é com a instalação da República que essa perspectiva vai-se consolidar de forma mais efetiva. O fim da

humanidade. COMTE julgava que somente o altruísmo (palavra por ele criada) poderia fornecer a base para a convivência social na nova sociedade sem Deus. A mulher era quem melhor representava esse sentimento, daí ser ela o símbolo ideal para a humanidade. O símbolo perfeito seria a virgem-mãe - por sugerir uma humanidade capaz de se reproduzir sem a interferência externa." (José Murilo de CARVALHO, op. cit., p. 81)

¹³⁹ Aarão REIS, op. cit., p. 18 (grifos meus).

¹⁴⁰ Ibidem, p. 77.

escravidão e a plena instalação do trabalho livre faz com que seja uma nação inteira a ser educada, uma população apta à cidadania.

Os republicanos liberais e positivistas tecem suas críticas à educação imperial - decadente, inoperante, clientelista e extremamente academicistas - propondo que tudo deveria ser reformado: a escola, os mestres, os métodos, reformas necessárias à nova realidade:

*"O regime republicano é o regime dos negócios, porque é o regime do trabalho. E a riqueza só é legítima e respeitável, só é fecunda e criadora quando é produto do trabalho."*¹⁴¹

Em Minas Gerais, como em outros estados brasileiros¹⁴², o ideal liberal de educação vai aparecer nas reformas de ensino,, nos discursos políticos e nas escritas dos Inspectores Ambulantes. Nessas fontes documentais encontram-se destaques quanto à necessidade de uma sólida organização para a instrução pública: criação da "escola nacional", renovação do professorado, implantação dos conhecimentos modernos que habilitem o homem ao trabalho e métodos adequados. Entretanto, é notório o fato de aceitarem

¹⁴¹ BOCAIUVA (1889), citado por Reynaldo Carneiro PESSOA, 1973: 146.

¹⁴² Conferir, entre outros, o trabalho de Casemiro dos REIS FILHO (1981) que discute as propostas liberais para a instrução pública em São Paulo.

como tarefa do Estado criar e manter escolas, admitindo a legitimidade da ação legislativa no campo da educação, coerente ao princípio liberal de possibilitar para todos oportunidades iguais de educação. Não obstante, tal princípio aparece mais como declaração de intenção do que propriamente responsabilidade da qual não se pode fugir, como sugerem as medidas legais tomadas pelas elites.

No Regulamento de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais, Decreto 655 de 17 de outubro de 1893, registram-se previsões para subvenções às escolas particulares, inclusive com critérios específicos, entre eles, a existência de mais de dez alunos pobres freqüentes e professores com idoneidade.¹⁴³ As limitações das propostas liberais se desdobram em múltiplas formas, como pode-se verificar no enunciado dos artigos 13 e 14 do mesmo Decreto:

¹⁴³ Tais critérios estão regulamentados no Artigo 6º do Decreto:

"Os estabelecimentos particulares de ensino poderão ser subvencionados pelo Estado, tendo preferência:

I. As escolas de instrução primária situadas em lugares onde não houver escola pública.

II. Estabelecimentos de ensino técnico.

III. Os jardins de infância dirigidos por senhoras para educação de crianças de 3 a 7 anos..

IV. Os asilos de educação de cegos, surdos-mudos.

V. As escolas de trabalho manuais (...), os institutos salesianos e outros." (Regulamento de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais, 1893)

"Art. 13. Os pais, tutores, patrões e protetores são obrigados a fazer com que os meninos sob sua autoridade e em idade escolar freqüentem a escola pública primária do Estado, matriculando-os no prazo de vinte dias, contados do dia 16 de janeiro de cada ano."

No artigo seguinte, a obrigação dos responsáveis pelas crianças pode ser cotejada com a desobrigação do Estado:

"Art. 14. Ficarão isentados da obrigação constante do artigo anterior os responsáveis que, perante o inspetor escolar, provarem qualquer das condições seguintes, relativas aos seus filhos ou protegidos:

I. Matrícula e freqüência do menino em escola municipal ou particular.

II. Aprendizado no seio da família.

III. Posse de certificado, provando que o mesmo obteve aprovação no respectivo curso primário.

IV. Existência de moléstia contagiosa no menino.

V. Incapacidade física ou mental do menino.

VI. Residência fora do perímetro escolar.

VII. Dificuldade permanente dos meios de comunicação.

VIII. Indigência. ¹⁴⁴

¹⁴⁴ Regulamento de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais, 1893.

Esses itens nos mostram o esforço do Estado em criar critérios de exclusão, e nos indicam que o discurso de seus representantes se sustenta na concepção individualizante de sociedade. Os pais são obrigados, têm o dever de enviar os filhos à escola, mas pobreza, doenças e condições precárias de moradia se constituem em impedimentos individuais e não sociais, para o acesso à escola. Legalmente, o Estado formaliza o direito à instrução; concretamente, as populações devem resolver os obstáculos para o seu ingresso nela.

Também na percepção dos liberais mineiros, como dos positivistas e do pensamento educacional brasileiro em geral, era necessário "descentralizar" o ensino no que toca às decisões políticas. Nesse aspecto o Regulamento de 1893 cria o "Conselho Superior"¹⁴⁵, com o objetivo de normalizar as ações relativas à instrução pública, tendo como função desde emitir pareceres relativos a métodos e processos de ensino, até outros como estudar e opinar sobre programas, livros didáticos, regimentos internos de estabelecimentos do ensino do Estado, planejar a construção de escolas públicas e julgar concursos. Vale ressaltar que a concepção de descentralização das decisões a respeito da educação é mais no sentido burocrático e possui característica não propriamente de

¹⁴⁵ Este conselho era composto por representantes de estabelecimentos de ensino da capital (Ouro Preto): Reitor do Externato do Ginásio Mineiro, Diretor da Escola Normal, inspetor municipal, além de representantes do magistério primário público, particular e secundário. (Regulamento de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais, 1893)

democratizar a sua discussão, mas reforçar a centralização dos debates nas elites políticas e intelectuais. É o caso, por exemplo, da ampliação das funções dos Inspectores Ambulantes, cujas visitas às escolas tinham o fim de verificar a ação dos professores; as condições do lugar onde se ensinava; a frequência dos alunos; o provimento de materiais, acrescido do poder de concederem licenças aos professores até 30 dias, com metade dos vencimentos, e até dois meses sem vencimento algum.

Dessa forma, evidencia-se a aproximação entre racionalizar e controlar: as elites descentralizam as questões burocráticas e centralizam as decisões políticas em torno das formas a serem tomadas pela nova educação pública.

Combinar formação moral para o trabalho e para a cidade torna-se uma tônica constante para diversos intelectuais, que propugnaram a necessidade de "fabricar" um povo enquanto corpo político no qual a república, o regime das coisas públicas, deveria se legitimar. Daí a ênfase na necessidade de unidade em sua formação, já que, segundo Tobias BARRETO,

"Um povo instruído está necessariamente senhor de todas as garantias da ordem e de progresso; o primeiro papel da ciência consiste precisamente em derramar por todas as camadas uma imensa soma de idéias e de opiniões uniformes, de modo a tornar

espontâneo em cada indivíduo o respeito à lei, o amor à legalidade social.¹⁴⁶

Também o Inspetor Ambulante mineiro, Estevan de OLIVEIRA, em relatório apresentado à Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, em 1902, enfatiza a necessidade da formação do povo de forma unificada em três campos básicos: a educação física, educação moral e cívica e educação intelectual. Na seqüência, tais tipos de formação atendem aos seguintes objetivos:

*"(...) preparo de homens fortes e sadios que restituam ao Estado em seu trabalho e vigor físico, quanto com eles dependem (...). Formação do caráter na escola ou compreensão da dignidade humana, do valor que cada homem deva dar à sua individualidade (...) Formação do vigor mental do homem na escola, pelo desenvolvimento gradual e progressivo das faculdades inteligentes (...)."*¹⁴⁷

146 RAMA, discorrendo sobre o destaque da educação durante o século XIX nas cidades modernizadas latino-americanas e sob os regimes políticos republicanos, faz a seguinte afirmação, em relação ao liberal Simon RODRIGUEZ, onde este "(...) raciocina que as repúblicas não se fazem com doutores, com literatos, com escritores, mas com cidadãos, tarefa duplamente urgente numa sociedade que a colônia não havia treinado para estes fins: 'Nada importa tanto como ter POVO': formá-lo deve ser a única ocupação dos que se identificam com a causa social" (Angel RAMA, op. cit., p. 71) (grifos meus).

147 **Reforma do Ensino Público Primário e Normal em Minas.** Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, em 3 de agosto de 1902. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902: 4.

Como vimos, a relevância dada nos diferentes discursos em relação à necessidade de tornar a cultura das escolas efetivamente integrada à cultura urbana acentua muito mais o aspecto simbólico da escola enquanto monumento, palácio onde os habitantes pudessem fixar em suas mentes as possibilidades de progresso que a "grandeza da ciência" traria, do que a função propriamente pedagógica de núcleos propagadores de conhecimento.

Essa tensão pode ser observada em dois aspectos. O primeiro na reestruturação dos currículos, na indicação de novos livros didáticos e na ênfase dada a métodos e técnicas de ensino e, principalmente, à centralidade na formação dos professores. O segundo, na forma como a concepção individualizante de sociedade é imprimida ao tratamento dos problemas da educação, ao responsabilizar pais, professores e alunos pela ineficácia do ensino.

No Relatório de 1902, apresentado por Estevan de OLIVEIRA, há registro de um pensamento comungado pelas elites intelectuais da época:

"Quem diz resolver o problema do ensino primário ou antes e muito mais propriamente aliás, diz lançar os fundamentos de uma racional organização, para seu ulterior desenvolvimento coordenado, o que implica dizer necessariamente, como idéias primárias concebidas a priori: a) Fundação da escola. b) Formação do Professorado.

*Ora, se a fundação de escola significa - criar institutos de ensino primário, em que tudo seja previsto desde a higiene até as menores regras em particularidades pedagógicas, a formação do professor quer dizer - preparar pessoal técnico competente para a execução de um plano logicamente traçado de antemão (...).*¹⁴⁸

O Inspetor prossegue o seu argumento desenvolvendo três itens que dizem respeito à "higiene escolar": formação física do aluno, necessidade de mobiliário e prédios adequados que prevenissem doenças e moléstias; à "higiene moral": regras e preceitos pedagógicos que levassem a criança à compreensão racional de seus deveres para com a sociedade e o Estado e à "higiene mental":

"a) Sistematização de processos pedagógicos que antes fortalecem a inteligência infantil do que a sobrecarreguem e a atrofiem com os coordenados males de MEMÓRISE e da indigesta carga de definições teóricas.

b) Utilização inteligente de fator do mundo externo, que proporcionem à criança crescente interesse na aquisição de novos conhecimentos.

¹⁴⁸ Reforma do Ensino Público Primário e Normal em Minas. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, em 3 de agosto de 1902. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902: 3-4.

c) *Primeira aprendizagem: leitura e escrita, noções de cálculo, língua materna.*¹⁴⁹

Entretanto, as formas de propagação da "grandeza das ciências" se dá através da hierarquização do conhecimento distribuído tanto em etapas como nos diferentes tipos de escola, determinados pela sua localidade e número populacional. O artigo 88 da Reforma de 1892, regulamentada em 1893, estabelece as diferenças - escolas rurais: leitura, escrita, língua pátria, aritmética, moral e cívica, higiene, trabalhos manuais; escolas distritais: as mesmas matérias acrescidas de outros conhecimentos matemáticos, geografia de Minas e do Brasil, noções de história de Minas e do Brasil; escolas urbanas: os mesmos programas com maior conteúdo, gramática portuguesa, leitura e elocução, noções de geografia geral e ciências físicas e naturais, leitura e explicação da Constituição Federal, cantos de hinos patrióticos, ginásticas e evoluções militares e economia doméstica para as meninas.¹⁵⁰ Concentram-se nas escolas distritais e principalmente nas escolas urbanas os conhecimentos necessários para a formação do novo homem, a ser incorporado na cidade. Também destaca-se a importância de livros didáticos adequados, escolhidos pelos

¹⁴⁹ **Reforma do Ensino Público Primário e Normal em Minas.** Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, em 3 de agosto de 1902. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902: 5.

¹⁵⁰ Paulo Krüger MOURÃO, 1962: 28.

Inspetores Ambulantes e Conselhos Escolares (centrais ou distritais).¹⁵¹

Por outro lado, acentua-se constantemente a importância dos mestres e métodos enquanto garantia para a formação dos cidadãos, como pode-se perceber nas observações de 1899, feitas pelo Inspetor Ambulante Domiciano VIEIRA em relação a dois professores. O primeiro, Sr. Claudiano Cândido JARDIM, regente de uma cadeira distrital de Santo Antônio do Rio Acima, é descrito em sua prática e sua pessoa como:

"(...) cidadão de pequenas habilitações intelectuais, mestre escola atrasadão, rotineiro; ensina a ler, escrever e contar. Seus alunos apresentam pouco aproveitamento, lêem mal, sem pontuação, cantarolando; não conhece outro método de ensino a não ser a soletração cantarolada. Os alunos aprendem a tabuada cantando, fazem contas cantando, tudo naquele tom monótono, horrível, de que usavam os mestres régios do tempo de D. João VI. As aulas formam um berreiro intolerável (...) Os alunos comparecem à aula (coisa singular), limpinhos, todos descalços, sem palitot. Cumprimentam ao entrar e sair da escola, beijando a mão do professor e dizendo: são Cristo, seu mestre. Assim

¹⁵¹ Nesse aspecto observa-se que um dos critérios utilizados pelos Inspetores Ambulantes para avaliar a qualidade do ensino ministrado na escola eram os tipos de livros que os professores utilizavam. Embora houvesse orientação para que o Estado os doasse, em geral o professor era responsabilizado por não tê-los. Nos diferentes relatórios no ano de 1899, escrito pelos inspetores, há referências positivas a alguns manuais: livros de leitura de Felisberto CARVALHO e Hilário RIBEIRO,; **Coração**, de AMICIS; Gramática de ABÍLIO, João RIBEIRO e Thomas BRANDÃO; Geografia de APOLLO; História do Brasil de LACERDA; Aritmética de TRAJANO; Desenho e Caligrafia de OLAVO.

*também queriam me fazer igual
cumprimento.* ¹⁵²

Em relação ao outro professor, Sr. Diniz Augusto de Araújo VALLE, regente de cadeira urbana em Vila Nova de Lima, as impressões são outras. Descrito como o melhor professor inspecionado, VIEIRA destaca o mobiliário da classe, o método e os livros modernos de que se utiliza, e mais:

"(...) Acompanha o movimento educacionista de outros Estados e pede a criação de Grupos Escolares, onde se faz a divisão do trabalho pelo corpo docente e mostrou-se conhecedor das vantagens daí provenientes." ¹⁵³

Sem dúvida, a racionalidade da administração do trabalho nas escolas voltou-se principalmente para a transformação das classes isoladas em grupos escolares e também para a reorganização das escolas normais, no argumento de que da boa formação e esforço do professor dependerá o bom desempenho da instrução pública. Em relação aos grupos

¹⁵² Não obstante, apesar das referências negativas feitas pelo Inspetor, o mesmo que afirma ser o professor "*bem conceituado no lugarejo onde mora (...)*", repete adiante: "*É um ótimo professor na opinião dos tabareos de Santo Antônio (lugar atrasado!)*" e acentua a frequência razoável, entre 18 e 22, para um total de 30 matriculados. Essas observações demonstram que as relações entre atraso e progresso elaborado pelas elites intelectuais, confirmam, entre outras coisas, a utilização larga de estereotípias negativas para análises das relações sociais das populações pobres e trabalhadoras. (Relatório do Inspetor Ambulante Domiciano VIEIRA, 1899)

¹⁵³ Relatório do Inspetor Ambulante Domiciano VIEIRA, 1899.

escolares, os benefícios eram colocados da seguinte forma, em 1902, pelo inspetor Estevan de OLIVEIRA:

*"O grupo escolar de hoje, sob o influxo de uma nova compreensão pedagógica-administrativa, não é mais a reunião de escola, mas a escola coletiva (...). O fim do grupo escolar é substituir os institutos isolados pelos coletivos, porém como criação à parte, distinta (...). Ora se a formação e fundação desses institutos coletivos se devesse firmar, simplesmente no agrupamento de escolas singulares em uma única (...). chegar-se-ia a este inevitável absurdo: aproveitamento de mais professores, de pedagogos incompetentes (...)."*¹⁵⁴

Em Minas Gerais, e mais propriamente na nova capital, a instalação dessa nova organização escolar acontece no governo de João Pinheiro através da reforma de 1906. No artigo 70 a lei expressava que aos grupos escolares seria dada *"a organização mais adaptada aos intuítos de sua instituição"*¹⁵⁵. Tais intuítos estarão relacionados à própria monumentalidade expressa na necessidade de um povo instruído e regenerado para a nova vida, senão para a mais nova cidade da

¹⁵⁴ Citado por Miguel ARROYO, op. cit., p. 127. Ressaltam-se outras experiências em torno da criação dos grupos escolares como em São Paulo, através da reforma de ensino de 1892. REIS FILHO (1981) mostra que esta nova organização concretiza a função hierarquizadora da escola através da graduação do ensino, divisão do trabalho escolar, mecanismos de seleção e criação de padrões de exigência escolar para cada série do curso, determinando inúmeras e desnecessárias barreiras à continuidade do processo educativo.

¹⁵⁵ Paulo Krüger MOURÃO, op. cit., p. 97.

república: Belo Horizonte. Tal empreendimento estará representado nas diversas simbologias modernas: prédios imponentes e bem localizados, currículos atualizados e ampliados, métodos adequados, mas também na distinção do emprego do tempo destinado às atividades escolares com rigorosa distribuição¹⁵⁶, no controle do trabalho dos professores, além da hierarquização de seus salários¹⁵⁷.

É do mesmo período a instalação, em 21 de março de 1907, da Escola Normal da Capital (atual Instituto de Educação), através do Decreto 1960 de 12 de dezembro de 1906; portanto, no nono aniversário da capital. A função social desse estabelecimento se define na sua instituição como modelo da nova cultura urbana para futuros professores, como também para os professores que não tinham acesso ao estabelecimento - aqueles que nos escritos dos Inspetores eram "*cidadãos de*

156 Registram-se em Belo Horizonte, no ano de 1910, apenas três grupos escolares com as seguintes denominações e direções: "Primeiro Grupo Escolar da Capital", Profª "Helena PENA"; "Segundo Grupo Escolar da Capital", Profª Maria G.L. ANDRADE e "Terceiro Grupo Escolar da Capital", Profª Ana Guilhermina Cândida de CARVALHO. (Secretaria do Interior, 1910) Ressaltã-se que em 1912, segundo dados de Alfredo Moreira PINTO (1913), a população de Belo Horizonte era de 38.822 habitantes. Em relação à distribuição do tempo escolar para os grupos escolares mineiros a sua descrição pode ser encontrada em Paulo Krüger MOURÃO, 1962 : 99.

157 Embora já houvesse tal hierarquização desde o tempo do Império, as diferenças vão se ampliando com a diferenciação qualitativa das escolas. A reforma de 1906 estabelece que um professor normalista de classe rural perceberia 1:200\$000 e de grupo escolar 2:000\$000 (Paulo Krüger MOURÃO, op. cit., p. 158)

pequenas habilitações intelectuais, mestre-escola atrasado, rotineiro"¹⁵⁸, ou aos que

"habitua-se a não prestar a devida atenção ao exercício do magistério, tornando-se muitas vezes dissídeos e remissivos no cumprimento de seus deveres (...)"¹⁵⁹.

Destinavam-se esses estabelecimentos a:

"(...) dar educação intelectual, moral e prática, necessária e suficiente para o bom desempenho dos deveres do professor primário."¹⁶⁰

Entretanto, apesar do realce dado às escolas normais, é significativa a redução das disciplinas no currículo, especificamente aqui, entre os anos de 1892 e 1906, bem como o número de escolas existentes para a qualificação do professorado.¹⁶¹

¹⁵⁸ Relatório do Inspetor Ambulante Domiciano VIEIRA, 1899.

¹⁵⁹ Relatório do Inspetor Ambulante Augusto FREIRE, 1895.

¹⁶⁰ Paulo Krüger MOURÃO, op. cit., p. 148.

¹⁶¹ Na Reforma Afonso Pena de 1892, registram-se 21 disciplinas no currículo; na de 1906, são reduzidas para 14, acrescidas algumas delas da expressão "noções elementares de". Em relação aos números de 1906 a 1959, o número de escolas normais oficiais em Minas Gerais girou em torno de 30. (Cf. Paulo Krüger MOURÃO, op. cit.)

De qualquer modo, ao longo das décadas republicanas, tornou-se prática comum por parte das elites responsabilizar individualmente o professor pelo fracasso do ensino elementar. Tais referências estão em vários discursos:

"Depois é de vós, do professorado inteligente e prático conhecedor dos processos modernos de educar (...) que vai depender a grande transformação social que desejamos."

Ou ainda:

*"(...) nas escolas em que a frequência é muito reduzida, há outros motivos que não é costume revelar e que se nos afiguram de grande peso: falta de interesse, falta de trabalho, falta de dedicação do professor."*¹⁶²

Na verdade, o destaque dado à necessidade de modernização da escola não acompanha o interesse das elites em concretizá-la com real qualidade. Daí, suas justificativas de insucesso escolar se remeter à população; não somente aos professores, mas também a pais e alunos, como se vê na seguinte observação do inspetor VIEIRA, em 1899, em sua visita às escolas da localidade de Nova Lima:

¹⁶² Em épocas diferentes e na seqüência, essas citações são de a Carneiro LEÃO (1918) e Firmino COSTA (1928).

*"(...) a população compõe-se em grande parte de operários que mal compreendem a necessidade de se esforçar pela educação dos filhos; logo que as crianças aprendem a ler, escrever e contar os pais os retiram da escola para empregá-los nos trabalhos rurais ou rústicos (...)."*¹⁶³

Também o inspetor Estevan de OLIVEIRA, no mesmo ano, afirma ser

*"(...) Uma das razões pelas quais se não encontram em as nossas escolas urbanas alunos bem preparados nas diversas matérias do curso é a retirada deles efetuada pelos próprios pais que se julgam satisfeitos com os primeiros rudimentos da instrução primária adquirida pelos filhos. Ler, escrever e fazer em abstrato as quatro operações (...) eis o supremo ideal das populações do interior, ainda mesmo nas cidades (...)."*¹⁶⁴

As condições de trabalho das famílias são tomadas isoladamente do seu contexto. Dessa forma, justificam-se também os tipos diferenciados de ensino¹⁶⁵: ao povo rústico, ensino rústico, escolas rústicas e professores rústicos. Não obstante, as referências para essas denominações são modernas

¹⁶³ Relatório do Inspetor Ambulante Domiciano Rodrigues VIEIRA, 1899.

¹⁶⁴ Relatório do Inspetor Ambulante Domiciano Rodrigues VIEIRA, 1899.

¹⁶⁵ Há uma reciprocidade política nessas diferenciações. Aos três tipos de escola (rural, distrital e urbana) correspondem três currículos diferenciados e distinções na exigência de formação dos professores (não normalistas e normalistas). Ressalta-se que apenas nos grupos escolares era obrigatório o título de normalista para professores. (Paulo Krüger MOURÃO, op. cit.)

- na concepção individualizante e meritocrática de sociedade é dever da população, independente de suas condições materiais de vida, esforçar-se por um melhor lugar na sociedade.

A perspectiva formadora dos projetos da escola pública, não se assemelharam à cidade apenas na dimensão pedagógica das hierarquias e constrangimento das possibilidades democráticas da ciência, mas também se aproximou do discurso racionalizador da modernidade no cômputo de gastos e retorno financeiro, para o qual as elites políticas estarão sempre atentas.

É nesse sentido que, por exemplo, o Inspetor Ambulante Estevan de OLIVEIRA faz a seguinte análise, citando SPENCER:

"(...) A primeira condição de sucesso do mundo é ser um bom animal, e a primeira condição de prosperidade nacional é que a nação seja formada por bons animais (...) não mais se tem em vista, senão se justificarem despesas públicas a fim de que através da escola, seja o Estado provido de bons animais, para seu futuro engrandecimento."¹⁶⁶

Prover a cidade de "bons animais" passa pela necessidade de se garantir o empreendimento de gastos públicos através de retornos cada vez mais efetivos. O que, de uma

¹⁶⁶ Reforma do Ensino Primário..., 1902: 25. A citação que OLIVEIRA faz é do texto de SPENCER publicado em 1861, **Essays on Education** (Cf. Herbert SPENCER, 1949: 117-118) (grifos meus).

certa forma, constitui também referência para os gastos e os momentos adequados para que se realizem.

Queremos dizer, com isso, que os argumentos em torno da necessidade de extensão da escolarização, tal como se colocou em finais do século XIX, vão além de uma relação entre a escola pública e os problemas de uma população ignorante e irracional a ser educada e formada ou de um país repleto de tensão social. Constitui-se mesmo enquanto espaço institucional que se define por regras formais expressas na oferta de vagas e seus respectivos custos, nas condições de financiamento e construção de prédios, equipamentos e materiais escolares, e na organização do trabalho dos diferentes profissionais envolvidos com a instituição. Nesse sentido, as escolas ampliam a sua função social não somente ao institucionalizar um tipo de saber necessário às novas regras sociais, como institucionaliza as condições de acesso ao seu local, reordenando de forma racionalizada os espaços de transmissão dos conhecimentos.

Tal perspectiva se reflete na distribuição do conhecimento em doses homeopáticas por séries diferenciadas, como estipulado nas reformas de ensino e nas condições de acesso à escola. No Regulamento de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais, de 1893, a diferenciação de tipos de escola corresponde à diferenciação, na quantidade legal da frequência exigida para a sua manutenção, no nível de

qualificação dos professores e os correspondentes salários, como podem ser observados na tabela abaixo:

Tipos de Escola	Frequência Exigida	Tipos de Qualificação dos Professores	Vencimento dos Professores
Rurais	15	Não normalista	1.000\$000
		Normalista	1.200\$000
Distritais	20	Não normalista	1.100\$000
		Normalista	1.400\$000
Urbanas	25	Não normalista	1.300\$000
		Normalista	1.800\$000

FONTE: Regulamento de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais. Decreto nº655, de 17/10/1893. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1893.

A mesma hierarquia repete-se na distribuição da verba pública para diferentes escolas com custos divididos em quatro classes, de acordo com tipos de equipamentos e quantidade de salas:

"Art. 184.

A. Para as escolas urbanas serão construídos (...) os seguintes prédios:

Dois de primeira classe - custo máximo de 50:000\$000 cada um.

Cinco de terceira classe - custo máximo de 34:0000\$000.

Dez de terceira classe - custo máximo de 20:000\$000.

Treze de quarta classe - custo máximo de 10:000\$000.

B. Para as escolas distritais:

Dez de primeira classe, custo máximo de 10:000\$000.

Quinze de segunda classe, custo máximo de 8:000\$000.

Trinta de terceira classe, custo máximo de 6:000\$000.

*Cinquenta de quarta classe, custo máximo de 4.000\$0000.*¹⁶⁷

A escola, enquanto instituição, define as condições de acesso ao saber, por meio de um sistema hierárquico de estabelecimentos melhores ou piores, com vencimentos maiores ou menores para os professores; estabelece também uma relação institucional com a população escolarizável, na qual a educação, antes de um direito, torna-se um dever de todos para com a nação. Quando a população não cumpre esse dever, o Estado se desincumbe de sua manutenção como prevê o Art. 54 do Regulamento:

"Parágrafo primeiro: Será suspenso o ensino na escola, cuja freqüência durante um semestre seguido, foi inferior à exigida neste regulamento; e se as causas que motivarem a falta de freqüência perdurarem durante doze meses seguidos será suprimida a cadeira, salvo se a falta de freqüência for determinada por epidemia.

*Parágrafo segundo: Poderá ser o ensino restaurado pelo governo, desde que desapareçam as causas que motivaram a falta de freqüência e desde que a cadeira não tenha sido suprimida.*¹⁶⁸

¹⁶⁷ Regulamento de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais. Decreto nº655, de 17/10/1893. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1893.

¹⁶⁸ Regulamento... 1893: 14.

A ausência de escolaridade enquanto componente do precário cotidiano da "cidade das provisoriiedades" torna-se parte das condições permanentes da vida suburbana e constitui elemento simbólico poderoso para nela fixar a imagem de espaço de perversões perigoso para as áreas urbanas civilizadas. Num contexto onde as pessoas são responsabilizadas individualmente por suas "atitudes irracionais" forma-se também a perspectiva de fazer da educação um dever individual e imperativo necessário às novas regras civilizadas. Dessa forma, o Estado passa a premiar as iniciativas que considera eficazes em detrimento de outras, cujo gasto não compensa. Como sugere o Inspetor Ambulante mineiro, Augusto Freire de ANDRADE, em seu relatório de visitas a escolas privadas, em 1895:

*"Cumpre assinalar a grande freqüência que encontrei nestas escolas, o que bem demonstra a necessidade de serem substituídas por escolas mantidas pelo Estado, não só por ser de equidade, como para manter a uniformidade do ensino primário."*¹⁶⁹

Pode-se falar então que, ao organizar e hierarquizar o saber a educação escolar duplica as concepções de reforma urbana com a nítida delimitação dos espaços urbanos (da civilização) e suburbanos (da barbárie). Dessa forma, a escola se legitima mais com as características de um investimento

¹⁶⁹ Relatório do Inspetor Ambulante Augusto Freire de ANDRADE, 1895 (grifos meus).

privado do que como coisa pública. Isso no que diz respeito à apropriação do saber produzido socialmente, pelos agentes estatais - professores e órgãos burocráticos da escola, secretarias e serviços de inspeção que impõem currículos e normas subordinados aos interesses particulares; e também, enquanto espaço de alocação de verbas públicas, com as licitações para edificação de prédios escolares ou fornecimento de equipamentos. Essa dimensão privada do sistema público de ensino não oferece à elite proprietária o acesso ao saber, mesmo porque ela dispõe da alternativa dos colégios particulares, mas abre-lhe as vias formais e legais de utilização privada da criação de órgãos públicos.¹⁷⁰ Entretanto, impondo sua racionalidade para o entendimento dos limites entre civilidade e barbárie que as formas de apropriação da dimensão pública pelas elites se fizeram com mais ênfase. O Estado encarregou-se de formalizar a organização das escolas e da cidade, restando aos indivíduos não cumpridores de seus deveres de escolarização e de trabalhadores honestos as medidas da repressão policial.

¹⁷⁰ Nos registros, regulamentos e ofícios encontram-se vários pedidos de abertura de concorrência para construção de prédios escolares e fornecimento de materiais. Na falta de concorrência, aparecem as práticas de favorecimento direto às elites proprietárias de conveniência política para o Estado, como podemos perceber no Art. 184, do Decreto 655 de 17/10/1893: "O fornecimento de mobília, cuja escolha e aquisição o governo incumbirá a pessoa competente, realizar-se-á para cada casa de escola, apenas terminada a respectiva construção, entendendo-se por mobília, além dos bancos, carteiras, mesas, armários, cadeiras de professor, etc. (...), lousas e pedras para demonstrações (...) mapas (...)". (Regulamento..., op. cit., 1893: 43) (grifos meus).

O Inspetor Ambulante Domiciano Rodrigues VIEIRA fez, em 1899, os seguintes comentários em relação à localidade de distrito de Pau Grosso, pertencente à fazenda do Rótulo¹⁷¹:

"(...) aquele distrito está fora da comunhão social. Ali não há garantias nem de vida, nem de propriedade (...) não é só a instrução primária que precisa ser cortada pela exigência de economias. Não só os professores sem habilitação e as escolas sem freqüência, que estão gangrenando as finanças do Estado. A vadiagem, as grandes fazendas que tenho visto abandonadas, por falta de trabalhadores e as aldeias e arraiais, cheias de vagabundos, demonstram que o maior mal é a falta de repressão ao crime, a falta de polícia, à mercê das autoridades judiciárias e criminais."¹⁷²

Na cidade, as responsabilidades da precariedade de vida são repassadas aos habitantes; na escola também a precariedade do ensino vai ser imputada ao desinteresse de alunos e professores; sempre uma questão de opção individual. Entre uma escola que "gangrena as finanças do Estado" e uma população vadia que precisa ser moralizada, o recurso policial ainda fala mais alto.

Em outra localidade, o município de Santa Luzia do Rio das Velhas, o Inspetor VIEIRA assim conclui seu relatório:

¹⁷¹ Conferir no capítulo três deste trabalho a citação de um abaixo assinado dos moradores dessa localidade.

¹⁷² Relatório do Inspetor Ambulante Domiciano Rodrigues VIEIRA, 1899 (grifos meus).

"Quarenta escolas, das quais trinta não prestam (...) Acabai com essas escolas inúteis (...) Não há mais sagrado que o dever de se ministrar a instrução primária, faltosa de educação cívica e do caráter nacional (...) fundamento da civilização nacional; mas por isso mesmo é que é preciso acabarem-se essas escolas que constituem o escárnio da nossa instrução e da nossa educação (...) Acabai com essas escolas, Exmo. Sr. ou passai para os municípios, pois estão gozando dos bônus da autonomia sem receberem o ônus." ¹⁷³

Certamente transformar uma cultura carregada de tensão social em cultura coesa não se dá sem conflitos. Ao se tornar instituidora das formas de acesso ao saber, a escola institui também as regras do não saber. As constantes queixas dos inspetores sobre a baixa frequência de alunos e o despreparo dos professores não são acompanhadas pelo empenho das elites em tornar viável o acesso à escola. Define-se, assim, a sua função social na virada do século, sobretudo como símbolo de uma cultura nacional, com rituais e papéis bem definidos: importa mais "separar o uivo dos lobos do ruído das rodas" do que tornar público o conhecimento.

Sabemos que a precariedade das escolas, registrada pelos inspetores ao final do século, prolonga-se pelas décadas seguintes. Demonstra em termos concretos os limites e contradições da modernidade propalada pelas elites.

¹⁷³ Relatório do Inspetor Ambulante Domiciano Rodrigues VIEIRA, 1899 (grifos do autor).

Em Santo Antônio do Rio Acima a aula funciona

"em uma sala térrea do casebre de propriedade do professor, a sala tem 13 metros quadrados de área, com uma porta e uma janela, é caiada, sem forro e muito pobre, apesar de limpa."

A mobília consta de *"uma mesa, quatro bancos toscos e nada mais, nem um quadro, nem uma pedra (...)"*. Segundo o inspetor, essa *"escola é o tipo mais perfeito do atavismo do ensino primário brasileiro"*¹⁷⁴.

No município de Lima Duarte em uma cadeira urbana com 77 alunos matriculados, o mesmo inspetor atesta que apenas 40 estão efetivamente frequentes e que a capacidade da sala não vai além de 30. É ainda:

*"Desprovida inteiramente de mobília apropriada, nesta escola sentam-se os alunos, durante as quatro horas das lições em bancos toscos, sem encostos (...)"*¹⁷⁵.

Os relatos são semelhantes aos de outro inspetor, Augusto FREIRE, em 1895:

"As escolas de ambos os sexos dos distritos ou a Passagem e Sumidouro estão desprovidos de toda e qualquer mobília e

¹⁷⁴ Relatório do Inspetor Ambulante Domiciano Rodrigues VIEIRA, 1899.

¹⁷⁵ Ibidem.

*de livros didáticos. Não possuem nem classes [mesas], nem bancos, o que muito prejudica os trabalhos escolares (...) a escola da rua de Barão de Ouro Branco da capital, regida pela professora D. Júlia Paraíso (...) à míngua de modéstia, encontrei os meninos sentados em caixões que servem para o transporte de querosene, que lhes servem não só de mesa para escrever como de assento.*¹⁷⁶

Da mesma forma como nas reformas urbanas, as reformas escolares, na ênfase à monumentalidade da ciência e técnicas modernas, expôs precariedades ainda muito presentes neste final de século. Ao mesmo tempo, nos destaques da meritocracia, produziu quesitos para o acesso a equipamentos mais permanentes: o esforço individual no trabalho e no estudo. Entretanto, as formas de luta a esse acesso são geradoras de tensões. Em pedidos de pais às autoridades para abertura de escolas, há uma clareza de consciência de direitos que não faziam parte dos pressupostos teóricos e práticas das elites:

"os abaixo-assinados residentes nesta Freguesia (...), compreendendo que é de máxima importância ou necessidade, a criação de uma cadeira de instrução primária no lugar denominado São José da Gama e por terem pleno conhecimento que existe ali número legal de crianças que tem absoluta falta de recursos para virem frequentar as aulas da rede da Freguesia, vem pedir a sua Exa. A criação da dita

¹⁷⁶ Relatório do Inspetor Ambulante Domiciano Rodrigues VIEIRA, 1899.

cadeira (...)". (Seguem-se 72 assinaturas)¹⁷⁷

Nesse registro surgem nítidos desencontros entre a dimensão da escola como dever e a escola como direito. Retomando os argumentos de NUNES¹⁷⁸, as carências sociais são produzidas através das ações dos sujeitos mediatizados pela prática social. Podemos então colocar a hipótese de que as carências de conhecimento, produzidas nas práticas sociais dos trabalhadores, informam a sua relação com a realidade social e apontam para pressupostos mais concretos do "fazer-se cidadão" - a exigência da escola de qualidade, como direito:

"Nós abaixo-assinados, habitantes do Distrito de Passagem, município da cidade de Mariana, (...) vimos à vossa presença pedir a criação de uma escola para o sexo feminino. Nesta povoação existe uma cadeira de sexo masculino que, por necessidade, tornou-se mixta com a frequência de 63 alunos de ambos os sexos. Apesar da dedicação e assiduidade da professora atual, não pode ela aceitar mais alunos e desenvolver o ensino como é mister, do que resulta a não admissão de outros que estão na idade escolar. Somos pais de família e suplicamos as providências que dareis certamente para ser satisfeita tão instante necessidade."
(Seguem-se 55 assinaturas)¹⁷⁹

¹⁷⁷ Secretaria do Governo, 1890-91.

¹⁷⁸ Edison NUNES, 1984.

¹⁷⁹ Secretaria do Governo, 1890-91.

Em outro registro, a consciência se estende às condições de vida e trabalho, aproximando pais e professores:

*"Os abaixo assinados pais de família, residentes na circunscrição da escola primária do Manja Léguas, declaram que nunca deixaram de observar na pessoa do Professor Feliciano Franco falta de cumprimento de seus deveres, tendo sempre a sala de aula franca a seus alunos e que se ultimamente tem havido falta de freqüência, é essa motivada pela carestia de mantimentos, por que tem passado o nosso Estado e principalmente nesta zona, onde toda população é pobre e por isso ficam os pais de família obrigados pela necessidade, a empregar seus filhos na lavoura (...)."*¹⁸⁰

O documento continua pedindo a instalação de uma escola mais próxima que permita o acesso e freqüência dos seus filhos e é seguido de sessenta assinaturas. A mesma pedagogia que no século XIX enfatizou a necessidade de extensão da escolaridade para formar trabalhadores na "opinião pública nacional", usando métodos que incorporassem a experiência prática à ciência, depara-se com o conteúdo político da experiência social dos trabalhadores. As elites intelectuais e políticas, ao excluírem essa experiência da organização do trabalho nas escolas, dos currículos escolares e das formas de planejamento das cidades, são por elas constrangidas. Tornam-se esses espaços expostos a uma dimensão de tensões e

¹⁸⁰ Documento anexo ao relatório do Inspetor Ambulante Augusto FREIRE, 1895.

conflitos que desconstrói, tanto para a cidade quanto para a escola, os pressupostos moralizadores e disciplinadores.

Na fala de Rui BARBOSA, em discurso pronunciado no Senado, em 1919, suas preocupações confirmam essas contradições:

"Enquanto as revoluções eram políticas, tinham praias que as circundavam e lhes punham raias visíveis. Depois que se fizeram sociais (e sociais são hoje todas), todas beiram esse Mar tenebroso cujo torvo mistério assombra de ameaças as plagas do mundo contemporâneo. Quem se poderia responsabilizar, hoje, por um movimento popular, uma vez solto?"¹⁸¹

O projeto civilizador do século XIX implicou na sobreposição dos conceitos de moralidade e cidadania. Por outro lado, o debate em torno da aquisição de novos hábitos pela população veio da realidade da maquinaria do aprofundamento dos contrastes materiais, mas também dos movimentos sociais. ENGELS, analisando a vida da população trabalhadora na Inglaterra, suas misérias e formas de luta, comenta que:

"As grandes cidades são os centros do movimento operário. Foi aí que os trabalhadores começaram a refletir na sua situação e lutar; foi aí que se manifestou em primeiro lugar a oposição entre proletariado e burguesia; foi delas que

¹⁸¹ Rui BARBOSA, 1978: 340.

sairam as associações operárias o cartismo e o socialismo."¹⁸²

A necessidade de educar os homens redefinindo os espaços físicos em que eles se encontram veio em auxílio e com a mesma tônica das reformas escolares. Tornar a cidade universal, incorporando a ele minimamente as populações pobres, e ao mesmo tempo evitar um acesso político de qualidade quanto às decisões e desígnios a serem tomados, foi o grande desafio dos urbanistas. Também os discursos em torno da necessidade de extensão da escolarização, no elementar, no saber mínimo necessário às regras sociais, se colocavam frente a uma cultura de tensão social que, em maiores ou menores proporções, foram caracterizando as sociedades capitalistas de virada de século.

¹⁸² Friedrich ENGELS, 1985: 142.

CONCLUSÃO

*"Quem se poderia responsabilizar, hoje,
por um movimento popular, uma vez,
solto?"¹*

¹ Rui BARBOSA, 1947.

A preocupação de Rui BARBOSA, em 1919, retrata as tensões do processo de constituição da modernidade. Contudo, não é original; remete às experiências históricas anteriores que, sob formas diferenciadas, demonstraram uma forte contradição entre a formalidade jurídica, imposta pelas elites intelectuais e proprietárias às relações entre cidade, cidadania e educação e as práticas sociais das populações pobres e trabalhadoras se formando como sujeitos ativos nesse processo. O "movimento popular solto" deslocou as relações entre cidade, cidadania e educação do campo jurídico para o campo político.

O contexto do final do século XIX, estudado nesta pesquisa em específico, é o lugar da produção do acirramento de conflitos ainda não resolvidos para as elites deste século: Como situar as camadas trabalhadoras na nova era da modernidade? Como substituir o potencial político que as manifestações populares inspiraram por uma prática de harmonia e coesão nacional? De que forma implantar a civilidade entre essas populações? Evidenciam-se nessas questões a elaboração de uma concepção de tempo histórico impregnada de pedagogismo - a história como lição, sinalizadora do futuro, das verdades, do progresso. O tempo novo da história buscou ser o tempo educador de braços e mentes. A intenção de passar a limpo a história, calcada em superstição e atrasos, com novas letras e novos espaços físicos, também proporcionou a produção de novos

paradigmas em torno dos quesitos para o acesso à escola (saber) e à cidade (propriedade).

É na relação com esse tempo que se procurou problematizar o processo de constituição da função social da cidade e da escola no contexto da modernidade em construção. Ancorado no espetáculo das possibilidades da nova ciência e das técnicas, o processo de reestruturação e redefinição da cidade e da escola deixou entrever os limites políticos de sua plena efetivação.

Inserida nessa proposição, a construção da nova capital mineira, Belo Horizonte, foi um empreendimento notório nos anos iniciais da República. O seu destaque ficou por conta das possibilidades que as elites quiseram demonstrar de implementar o novo, enterrar o passado e semear o futuro, pôr em prática os elementos constituintes da modernidade: novas relações de propriedade, novas relações sociais, novos processos educativos - fazer da cidade e da escola espaços ativamente formadores de homens e mulheres, em detrimento do potencial político das suas práticas sociais, nos quais os diferentes sujeitos se educam.

Na eficácia da técnica buscou-se neutralizar a dimensão política que o empreendimento ensejava. Já na longa discussão que se travou em torno da escolha da localidade a ser construída a nova cidade houve a sinalização para a trajetória de uma elite que se consolidava nesse processo através de argumentos solidamente elaborados no seu tempo:

fazer da cidade espaço de circulação de produtos, estabelecer novas relações contratuais, efetivar os requisitos para a condição de cidadania através de novas práticas de aquisição da propriedade e da constituição do ser proprietário. Essas características revelaram a universalidade do empreendimento em torno da concepção e prática liberal de sociedade - os engenheiros e os técnicos nacionais em sintonia com as elites mundiais foram se organizando ao redor de uma temática comum: resolver os problemas e conflitos da sociedade a partir da normalização e racionalização das relações sociais.

A escolha do sítio de Belo Horizonte, entre outras localidades, para a construção da capital materializa essa intenção; no pensamento de Aarão REIS, o planejador da capital, a especificidade da escolha dessa localização estava em se caracterizar como portadora de um futuro em potencial, no projeto urbano cabia um projeto de cultura e de cidadania. Um local aparentemente "sem passado": ausência de indústrias, inexistência de uma classe operária constituída, presença de número significativo de terrenos devolutos, população de hábitos provincianos, vias de transportes a serem executadas. Portanto, tudo por ser edificado, o que abria plenos espaços para a expansão das novas regras privatistas.

Além do mais, Belo Horizonte, por suas características, possibilitava a realização pedagógica da cidade: transformar uma população ignorante, irracional, de práticas sociais arcaicas em uma população racional e

civilizada. Na ênfase dos procedimentos modernos sobressaíram as práticas contrárias e, portanto, alvo de estigmas e estereotipagens por parte das elites.

De outro lado, os acontecimentos ocorridos durante a construção da capital são reveladores de tensões políticas: o projeto de cidadão e de cultura expresso no projeto da cidade não se confirmaria com tanta eficácia - face às manifestações de descontentamento das populações não proprietárias - a cidade assume contornos de monumentalidade e simbologias. Os novos conhecimentos propalados pelas elites não se mostraram tão eficazes para resolver os conflitos sociais e nem mesmo para constituir bons cidadãos e trabalhadores; dessa forma, num contexto em que se propunha a República como condição libertadora das práticas autoritárias do passado, a força policial e a repressão social se colocam como árbitros no processo de estabelecimento de direitos.

Os argumentos da propaganda republicana em torno da ampliação dos direitos políticos necessários à gestão democrática da coisa pública vão se vendo constrangidos pelas potencialidades políticas implícitas nas diferentes manifestações de insatisfação por parte das populações, alterando a perspectiva de direitos para a de deveres, enquanto possibilidade única de fixação da dimensão privatista da propriedade. Esse fato decorre de uma concepção e prática individualizante e meritocrática da sociedade, base dos pressupostos liberais no qual, a mercadoria - elemento fundante da noção

moderna de propriedade e das formas novas de organização do trabalho - não se realizaria de outra maneira.

Os diferentes projetos de reordenação das cidades a nível nacional e mundial buscaram a efetivação desses princípios. Em Belo Horizonte, especificamente, tem-se combinado o exercício de esquadriñar os lotes urbanos, com novos valores contábeis e a prática de estabelecimento de lugares sociais e culturais demarcados. Reforçando a concepção meritocrática, o acesso à cidade (propriedade) e à cultura moderna (escola) aparece como prêmio individual para aqueles que convergirem esforços no sentido da conquista da independência material; a aquisição da cidadania se configura antes que um direito, um dever de todos para a consolidação do "bem comum", combinando os princípios liberais do individualismo com os princípios positivistas da harmonia.

Nesse aspecto destoam na planta da cidade a efetivação de duas formas diferenciadas de alocação da população: a "cidade de privilégios", com arruamentos modernos, infra-estrutura urbana, edificações suntuosas, população proprietária e civilizada, identificada principalmente pelos comerciantes e funcionários públicos e a "cidade de provisoriiedades", de recorte irregular, da ausência de equipamentos modernos, das cafúas e casebres, habitada pelas camadas "mais ínfimas da sociedade", de hábitos grotescos - um problema para as elites políticas e um temor em potencial para a área urbana racionalizada. A ciência e

técnicas disponíveis para a modernização do espaço urbano não se estendeu à zona suburbana e, dessa forma, consubstancia-se um pensamento comum entre as elites: a degradação urbana não é consequência do planejamento da cidade ou de sua nova função social de constituir proprietários; é, antes, parte de uma cultura de classe que possui em sua própria constituição o potencial de incivilidade e irracionalidade.

A perspectiva pedagógica da cidade, de fazer destes indivíduos homens e mulheres portadores de características modernas, vai se realizar no plano dos deveres destes para com a cidade. De seu comportamento dependerá o acesso a direitos destacando, assim, a característica monumental e simbólica da cidade. A importância dos edifícios, a higiene urbana, os hábitos civilizados dos habitantes, os arruamentos e parques vão se constituindo em referências para as "práticas atrasadas" daqueles marginalizados física e culturalmente da cidade.

Não obstante, o confronto da intenção educadora e repressora dos novos reordenamentos urbanos com as práticas sociais dos não proprietários demonstra as limitações dos argumentos das elites proprietárias. As diferentes queixas e formas de descontentamento daquelas camadas sociais com relação ao atraso de pagamentos de salário, às insatisfações pelas desapropriações, às reivindicações por equipamentos urbanos, em menor ou maior proporção são expressões de uma população cujas ações, mediatizadas por suas práticas sociais

concretas, vão se formando enquanto sujeitos ativos que interferem no projeto da cidade estabelecendo outras noções de bem público e de cidadania. Diferentemente da concepção de cidade - sujeito ativamente educadora são os sujeitos-indivíduos que "educam" a cidade, estabelecendo limites às formas de expansão desenfreada das novas relações de mercado e, por isso, confirmam as preocupações de BARBOSA: pelo "movimento popular solto", quem se responsabilizaria?

A problemática das diferentes manifestações sociais, presente a nível mundial nas sociedades ocidentais deste século XIX, é constituída a partir de um conflito inevitável, expresso pela dimensão privatista da sociedade: os indivíduos alijados de suas propriedades têm a sua ação caracterizada como dependente - a dependência material produz dependência das consciências. Por outro lado, é a dependência material fundamental nas novas relações de classe, torna-se portanto necessária a educação das mentes: as consciências precisam ser renovadas para a nova época, independentes do passado e do tradicionalismo; precisam ser formadas para o individualismo e a meritocracia e, por isto, para o esforço no trabalho através da aquisição de hábitos de auto-orientação e auto-moralidade.

A discussão da cidadania na concepção das elites é deslocada da organização material dos não-proprietários para a ênfase na organização mental, cujo trabalho, aliado aos conhecimentos mínimos necessários à socialização moderna, possui fonte altamente regeneradora. As elites intelectuais,

com o objetivo de fazerem os trabalhadores se "guiarem por si mesmos", pressupunham uma sociedade sem "movimentos soltos", tencionavam fazer com que as pessoas entendessem e aceitassem o seu lugar físico e cultural na sociedade. O esforço individual dessas pessoas constitui, no seu conjunto, o ideal de uma nação, de uma República - esse o "verdadeiro movimento popular", unificado em torno de um ideal comum - a ordem e o progresso.

Na perspectiva de elaboração das consciências para esses ideais comuns terão lugar privilegiado as escolas enquanto local de difusão do saber universal. A discussão da ampliação do ensino teve início efetivo no final do século XVIII, no contexto das revoluções burguesas, se aprofundando no século XIX frente à necessidade básica de expandir os saberes necessários à formação da identidade pública e à socialização no trabalho, em resposta às formas nas quais as populações não proprietárias estavam se organizando e se manifestando.

Nesse aspecto a escola guarda similitude com os projetos urbanos: também nela o potencial dos conhecimentos modernos é estrangido frente ao potencial político das experiências sociais. Não é diferente que a escola se configure como lugar repressor dessas experiências em detrimento do estabelecimento de formas específicas de comportamento social a partir do modelo de homem moderno regenerado. As concepções urbanistas predominantes

objetivaram moldar a cidade (escola) às novas necessidades modernas dos indivíduos. O pensamento educacional quis moldar os indivíduos à escola (cidade), uma combinação cuja essência esteve na busca da consolidação da homogeneização cultural e equilíbrio social.

Entretanto, dadas as características da sociedade capitalista, o pressuposto da harmonia parte da formalidade jurídica onde "todos são iguais perante a lei" e não propriamente da realidade material inscrita nas relações sociais. Dessa forma as mesmas contradições urbanas são postas para a organização escolar - a hierarquização da ocupação da cidade corresponde à hierarquização do acesso ao saber, materializadas na própria organização curricular das diferentes áreas do conhecimento. A intenção de formar o novo homem também se reveste de símbolos - a hierarquização dos saberes na escola busca realizar o princípio democrático liberal favorecendo tanto aqueles que, no entender das elites, não se interessam pelos estudos, como aqueles que, por seu mérito, se destacam na sociedade. Ao mesmo tempo, é local simbólico de garantia dos saberes mínimos necessários respaldados pela ciência moderna. Portanto, modelo para a participação na sociedade.

Também a aproximação com os projetos urbanos está presente no caráter de monumentalidade que a escola assume: a grandeza das ciências e das técnicas como marco divisório do mundo culto e bárbaro, local de difusão do saber moderno em

detrimento do saber produzido nas experiências sociais; as próprias construções imponentes dos prédios escolares objetivam ser ponto a ser fixado para aqueles que não se esforçam por estarem lá. A monumentalidade se fortalece ainda frente à profunda precariedade na qual estava instalada a grande maioria das escolas de ensino elementar nas redondezas da nova capital mineira e ao esforço na construção de grupos escolares bem equipados e centrais. Dessa forma, também a "escola de precariedades" e a "escola de privilégios" antes de se apresentarem como expressão de tensões sociais, constituem-se enquanto concepção das elites, amostras vivas da irracionalidade da qual as populações pobres e trabalhadoras são portadoras.

Nesse aspecto ganha ênfase a responsabilização dos acertos e erros da efetivação da instrução pública pelas populações: a boa escola depende da capacidade de pais, alunos e professores assimilarem a modernidade. Na mesma rota da cidade, também a precariedade das condições de acesso ao saber esteve justificada pelos hábitos atrasados da população.

Uma outra característica esteve relacionada ao entendimento da escola, na perspectiva privatizante, sob diferentes aspectos. As reformas republicanas de instrução pública, os esforços na consolidação de um modelo de ensino, na organização dos currículos escolares ou na formação de professores estiveram voltados antes de mais nada para interesses privatistas com o objetivo de socializar o novo

homem para o mundo do trabalho. É nessa mesma inspiração, inclusive, que têm início as discussões em torno da reorganização do trabalho pedagógico através da reunião de escolas isoladas em grupos escolares. Se de um lado cumpre a simbologia de monumento do saber, porque racionalizado, de outro sinaliza para o controle mais efetivo dos custos e gastos com a instrução.

Na verdade, os índices contábeis são fortes componentes na estruturação da instrução pública e parte da centralização no Estado dos processos de ofertas de vagas adequados às necessidades da cidade. Nos registros dos Inspectores Ambulantes mineiros essa discussão é bem precisa - as vagas não somente devem acompanhar o desenvolvimento das localidades como também devem fazer jus aos gastos do Estado, caso contrário eram fechadas. Também na hierarquização dos salários dos professores a preocupação contábil é relevante. Com o estabelecimento da Escola Normal da Capital formadora de professores normalistas, as elites políticas justificam a diferenciação salarial pela diferenciação de esforço; o salário ampliado do normalista em função do não normalista é prêmio para quem se esforçou nessa posição - um prêmio questionável em função do pequeno número de escolas normais existentes no Estado. As tensões vão se fazendo presentes: aos professores e alunos esforçados, escolas centrais e equipadas; aos acomodados, a precariedade.

Finalmente, aproximando a dimensão privatista da dimensão contábil, ressalta-se ainda a benevolência do Estado para a instalação de escolas particulares, facilitando amplamente a sua efetivação. Em Belo Horizonte, as escolas particulares do início do século se edificaram em zonas nobres e centrais e em terrenos do Estado; mais um esforço na consolidação de monumentalidade do saber através da imponência de seus prédios. E ainda resta considerar que a construção de prédios escolares públicos demanda participação da iniciativa privada através de favorecimentos diretos a empreiteiros, construtores e fabricantes de mobiliário escolar.

Não obstante, a aproximação maior entre a cidade e a escola se dará em outra via. Diz respeito basicamente ao fato de que os mesmos sujeitos que interferem no projeto urbano apontando, no mínimo, para a precariedade de sua formulação, interferem também nos projetos escolares e pedagógicos. Nesse sentido, as populações "educam" as escolas. Sob formas diferenciadas e a par da ênfase das elites em elaborar nos indivíduos a consciência de deveres vão mostrando que o acesso ao conhecimento é um direito e que são portadoras de experiências sociais ameaçadoras ao cumprimento do projeto das elites. Passado quase um século de inauguração da nova capital e das primeiras iniciativas escolares, as elites não conseguiram se desfazer do incômodo presente no potencial político das experiências sociais. Neste final de século continuam fazendo a mesma indagação que Rui BARBOSA fazia em

seu início. Tal constatação demonstra que as tensões presentes entre a busca da harmonia social e as contradições materiais nas quais se caracterizam as relações sociais, são reflexos de que a formalidade que se pretendeu dar aos processos de acesso à cidade (propriedade) e à escola (saber) continua sendo permanentemente ameaçada.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- ABBAGNAMO, N., VISALBERGHI, A. História de la pedagogia. México: Fondo de Cultura Economica, 1987.
- ABRANCHES, Dunshee de. Governos e congressos da república dos Estados Unidos do Brasil (1889-1917). São Paulo, v. 1/2.
- ANDRADE, Régis de Castro. Kant: a liberdade, o individuo e a república. In: WEFFORT, Francisco (org.). Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 1991. Vol. 2, cap. 3, p. 47-100.
- ARBLASTER, Anthony. The rise and decline of western liberalism. New York: Basil Blackwell, 1987.
- ARIES, Philippe. El niño y la vida familiar en el Antigo Régimen. Madrid: Taurus, 1987.
- ARIES, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIES, P., DUBY (org.). História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Vol. 3, introdução, p. 7-20.
- BARBOSA, Francisco Assis. João Pinheiro, documentário sobre sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. A verdade sobre a história de Belo Horizonte. Belo Horizonte: FIMAC, [s.d.].

BARNARD, H.C. A history of english education (from 1760). London: University of London Press Ltd., 1961.

BARRETO, Abílio. Belo Horizonte, memória histórica e descritiva, história média. Planejamento, estudo, construção e inauguração da nova capital (1893-1897). Belo Horizonte: Rex, 1955.

BENJAMIN, Walter. Sociologia. São Paulo: Ática, 1991.

BEN AM, Jeremy. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1992.

- CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CARVALHO, Jose Murilo. A formação das almas, o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. As reformas pombalinas da instrução pública. São Paulo: Saraiva, EDUSP, 1978.
- CHÂTEAU, Jean. École et education. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1959.
- CHOAY, Françoise. O urbanismo, utopias e realidades. Uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- COMENIUS, Jean Amos. Didática magna. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.
- COMTE, Auguste. Catecismo positivista. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

- COMTE, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- CONDORCET. Instrução pública e organização do ensino. Porto: Livraria Educação Nacional Ltda., 1943.
- CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- DICTIONNAIRE Universal des Noms Propres. Alphabétique et analógique. Paris: Le Robert, 1989.
- DIDEROT. O sobrinho de Rameau. Trad. Marilena Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Vol. XXIII. (Coleção Os Pensadores)
- DUARTE, Regina Horta. A imagem rebelde, a trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1991.
- DURKHEIM, Émile. A divisão do trabalho social. Lisboa: Presença, 1989.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

- DUTRA, Eliane de Freitas. Caminhos operários em Minas Gerais. São Paulo: Hucitec, 1988.
- ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1985.
- ENQUITA, Mariano F. A face oculta da escola, educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FARRET, Ricardo Libanez et al. O espaço da cidade, contribuição à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985.
- FONTANA, Josep. História: análisis del pasado y proyecto social. Barcelona: Critica Grijalbo, 1982.
- FÔSCOLO, Avelino. A capital. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.
- FRIEIRO, Eduardo. Prefácio. In: FÔSCOLO, Avelino. A Capital. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.
- GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle (org.). História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Vol. 4, p. 325-411.

- HAMILTON, Alexander. Dos defeitos da confederação atual. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma. A modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HARDMAN, Francisco Foot, LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil. São Paulo: Ática, 1991.
- HILL, Christopher. Las origens intelectuales de la revolución inglesa. Barcelona: Ed. Critica, 1980.
- HILL, Christopher. O mundo de ponta cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HILL, Christopher. Os pobres e o povo na Inglaterra do século XVII. In: KRANTZ, Frederick (org.). A outra história, ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 34-53.
- HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- HOBSBAWN, Eric J. A era do capital, 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- HOBSBAWN, Eric J. Bandidos. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1975.
- HOBSBAWN, Eric J. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- HOBSBAWN, Eric J. Mundos do trabalho, novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBSBAWN, Eric J. Os trabalhadores, estudo sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- JONES, G. Stadman. Outcast London. A study in the relationship between classes in victorian society. London: Clarendon Press Oxford, 1971.
- KAWAMURA, Lili Katsuco. Engenheiro: trabalho e ideologia. São Paulo: Ática, 1981.
- KRANTZ, Frederick (org.). A outra história, ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- LAMOUNIER, Bolívar (consultoria). Federalistas, vida e obra. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- LE GOFF, Jacques (org.). A nova história. Coimbra: [s.ed.], 1990.

- LEON, Antoine. De la revolución francesa a los inicios de la tercera republica. In: DEBESSE, M.Y., MIALARET, G. Historia de la pedagogía - II. Barcelona: Oikos Tau, 1974. p. 83-132.
- LE RIDER, Jacques. A modernidade vienense e as crises de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- LENHARO, Alcir. As tropas da moderação. O abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1848). São Paulo: Símbolo, 1979.
- LERENA, Carlos. materiales de sociología de la educación y de la cultura. Madrid: Grupo Cultural Zero, 1985.
- LINS, Ivan. História do positivismo no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MacPHERSON, C.B. A democracia liberal, origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MacPHERSON, C.B. A teoria política do individualismo possessivo, de Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MADISON, James. Utilidade da união como preservativo contra as facções e insurreições. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. Belo Horizonte, um espaço para a república. [s.n.t.], 1989.

MANACORDA, Mário Alighiero. História da educação. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. O capital (crítica da economia política). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975. Livro I, v. II.

MEMÓRIA da Economia da Cidade de Belo Horizonte - BH 90 anos. Belo Horizonte: BMG, 1987.

MICHELET, Jules. O povo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MILL, John Stuart. Considerações sobre o governo representativo. São Paulo: Ibrasa, 1964.

MINAS GERAIS, Assembléia Legislativa. Conselho de Informação e Pesquisa. As constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947; uma análise histórica. Belo Horizonte: [s.ed.], 1989.

MONTEIRO, Norma Góes. Imigração e colonização em Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

- MOORE JR., Barrington. Injustiça, as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo da república. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisa Educacional de Minas Gerais, 1962.
- NEERDELL, Jeffrey D. Belle époque tropical. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEN, Ruben George. Urbanização e mudança social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.
- OZOUF, Mona. L'homme régénéré. Essais sur la Révolution Française. Paris: Gallimard, 1989.
- PAIM, Antônio (org.). O apostolado positivista e a república. Brasília: EDUSP, 1981.
- PERROT, Michelle (org.). História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In: PERROT, Michelle. História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Vol. 4, p. 307-323.
- PERROT, Michelle. Os excluídos da história. Operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESEZ, Jean-Marie. A história da cultura material. In: LE GOFF, Jacques (org.). A nova história. Coimbra: [s.ed.], 1990. p. 110-143.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro. A idéia republicana no Brasil através dos documentos. São Paulo: Alfa Omega, 1973.
- PINKNEY, David. Napoleon III and the rebuilding of Paris. Princeton: Princeton University Press, 1972.
- PINTO, Alfredo Moreira. Monografia de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913.
- PRIMITIVO, Moacyr. A instrução e a república. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- PRIMITIVO, Moacyr. A instrução e as províncias (1834-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

PRIMITIVO, Moacyr. A instrução e o império (1823-1853). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMA, Angel. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1984.

REIS FILHO, Casemiro dos. A educação e a ilusão liberal. São Paulo: Cortez, 1981.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM -- 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG-PROED, 1982.

ROCHE, Daniel. Cidade. In: LE GOFF, Jacques (org.). A nova história. Coimbra: [s.ed.], 1990. p. 89-94.

RODRIGUES, José Carlos. Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou Da educação. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- RUDÉ, George. A multidão na história - estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SCHORSKE, Carl E. Viena fin-de-siècle, política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SENNETT, Richard. O declínio do homem público. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SMITH, Adam. Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Trad. Cary e Nogueira. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Vol. XXVIII. (Coleção Os Pensadores)
- SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- SPENCER, Herbert. Essays on education, etc. London: J.M. Dent e Sons Ltd., 1949.

TAFURI, M. Projeto e utopia. São Paulo: Perspectiva, [[s.d.]].

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. II.

THOMPSON, E.P. Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Ed. Crítica-Grijalbo, 1979.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América, o antigo regime e a revolução. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

TOCQUEVILLE, Alexis de. Democracia na América. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

TORRES, João Camilo de Oliveira. História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Lemi, 1980.

VARELA, Júlia. Modos de educación en la España de la contrarreforma. Madrid: La Piqueta, 1983.

VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VERGER, Jacques. As universidades na idade média. São Paulo: UNESP, 1990.

- VIEIRA, Maria Auxiliadora de M. A estrutura urbana da região metropolitana de Belo Horizonte - diagnóstico e prognóstico. Belo Horizonte: [s.ed.], 1986. (Mimeo.)
- VITA, Luís Washington. Alberto Sales, o ideólogo da república. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- VOLTAIRE. Cartas inglesas. Trad. Marilena Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Vol. XXIII.
- WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 68-89.
- WEBER, Max. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- WIRTH, John D. Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. O fiel da balança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- WOOD, Ellen Malksins. O estado e a soberania popular no pensamento político francês: uma genealogia da "vontade geral" de Rousseau. In: KRANTZ, Frederick (org.). A outra história, ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 80-104.

ARTIGOS

ALBANO, Celina et al. A cidade na praça: poder, memória, liberdade. VII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Águas de São Pedro (SP): [s.ed.], 1985. (Mimeo.)

BARBOSA, Francisco de Assis. Minas e a constituinte de 1890. SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS FAFICH-CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 91-113.

BARBOSA, Getúlio Vargas. Notas sobre o sítio e a posição de Belo Horizonte. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 17, p. 11-28, dez. 1967.

BARBOSA, Rui. Um hino a Belo Horizonte. Revista Social Trabalhista, Belo Horizonte: Veloso e Cia., p. 212-213, 1947.

BASTOS, Tocary Assis. O positivismo e a realidade brasileira. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, 1965.

BRESCIANI, Maria Stella M. Carlyle: a revolução francesa e o engendramento dos tempos modernos. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 101-112, mar./ago. 1991.

- BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão e a política nos projetos republicanos no Brasil: 1870-1910. Departamento de História - UNICAMP, [s.d.]. (Mimeo.)
- BRESCIANI, Maria Stella M. O liberalismo e o século XIX. Campinas, UNICAMP, p. 1-19, jul. 1991. (Mimeo.)
- BRESCIANI, Maria Stella M. Permanência e ruptura no estudo das cidades. Departamento de História, IFCH - UNICAMP, p. 1-32, novembro 1990. (Mimeo.)
- BRESCIANI, Maria Stella M. Perplexidade política a certeza científica. Uma história em quatro atos. Departamento de História, IFCH - UNICAMP, p. 1-21, março 1990. (Mimeo.)
- BRESCIANI, Maria Stella M. Século XIX: a elaboração de um mito literário. História: Questões e Debates, Curitiba, v. 7, n. 13, p. 209-244, dez. 1986.
- CHALLOUB, Sidney. A guerra contra os cortiços: cidade do Rio, 1850-1906. Primeira Versão - IFCH - UNICAMP, n. 19, p. 3-48, 1990.

COCHART, Dominique. As multidões e a comuna. Análises dos primeiros escritores sobre a psicologia das multidões. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 113-128, mar./ago. 1991.

COSTA, Beatriz, PEREIRA, Jesse A. Estudo monográfico de Belo Horizonte. Revista da UFMG, Belo Horizonte, n. 17, p. 47-68, dez. 1967.

FARIA, Maria Auxiliadora, GROSSI, Yone de Souza. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. V SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS - FAFICH - Centro de Estudos Mineiros, Belo Horizonte: UFMG/PROED, p. 165-213, 1982.

FARIA, Maria Auxiliadora. Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política (uma abordagem histórica). Revista do Departamento de História, Belo Horizonte: UFMG, n. 1, p. 26-43, nov. 1985.

FRITSCH, Lilian, PECHMAN, Sérgio. A reforma urbana e seu acesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 139-196, set. 1984/abr. 1985.

GRANDMAISON, Oliver Le Cour. Passive citizens or the reasonless poor during the French Revolution, 1789-1791. The languages of Revolution. Quaderno II, Milão: Mannucci, 1988.

GUIMARÃES, Berenice Martins. O processo de ocupação do solo e a questão da moradia para a classe trabalhadora em Belo Horizonte 1897/1920. XII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu (MG), 1989. p. 1-44. (Mimeo.)

HAMILTON, David. Sobre as origens dos termos classe e curriculum. Teoria e Educação, Dossiê: História da Educação, Porto Alegre, n. 6, p. 33-52, 1992.

HERRMAN, Ulrich. Educación y formación durante la ilustración en Alemania. Revista de Educación, Madrid, número extraordinário, p. 119-132, 1988.

JULIÀ, Dominique. Educación e ilustración en Francia. Los cambios del sistema educativo en Francia en el siglo XVIII. Revista de Educación, Madrid, número extraordinário, p. 69-98, 1988.

MARSON, Adalberto. Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais. Jogos de Política - Imagens, Representações e Práticas, São Paulo: ANPUH, Marco Zero/ FAPESP, p. 31-49, [s.d.].

- NUNES, Edison. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 17, p. 67-92, jun. 1989.
- O CONGRESSO Agrícola Comercial e Industrial de 1903. Fundação João Pinheiro. Análise e Conjuntura, v. 11, n. 5-6, p. 121-220, maio/jul. 1981.
- PETITAT, André. A escola e a produção da sociedade. Revista Educação e Realidade, v. 14, n. 2, p. 21-39, jul./dez. 1989.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte: UFMG, n. 39, p. 130-161, jul. 1974.
- SCHWARTZMAN, Simon. A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: ANPOCS, Vértice, v. 5, n. 2, p. 47-66, out. 1987.
- TORGAL, Luís Reis. Ilustración y educación en Portugal. Perspectivas históricas. Revista de Educación, Madrid, número extraordinário, p. 59-68, 1988.

VASCONCELOS, Sylvio de. Pequena apreciação, talvez injusta, sobre a arquitetura em Belo Horizonte. Revista Social Trabalhista, p. 169-170.

YOUNG, Robert E. La crise de la educación actual: Habermas e el futuro de nuestros filhos. Revista de Educación, v. 1, p. 7-31, ene./abr. 1990.

DISSERTAÇÕES E TESES

- ADELMAN, Jeffry. Urban planning and reality in republican Brazil. Belo Horizonte (1890-1930). Michigan: [s.ed.], 1974.
- ANDRADE, Carlos Roberto M. de. A peste e o plano: o urbanismo sanitaria do engenheiro Saturnino de Brito. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1992. (Dissertação, Mestrado)
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. Ordem pública e desviantes sociais em Belo Horizonte (1897-1930). Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG, 1987. (Dissertação, Mestrado)
- CHALLOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, 1989. (Tese, Doutorado)
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Cidadania republicana e educação: uma questão democrática no governo provisório do Marechal Deodoro no Congresso Constituinte de 1890-1891. Belo Horizonte: Faculdade de Educação - UFMG, 1991. (Tese, Concurso para Professor Titular)

LE VEN, Michel Marie. As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914). Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG, 1977. (Dissertação, Mestrado)

LE MOS, Celina Borges. Determinantes do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Departamento de Sociologia e Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG, 1988. (Dissertação, Mestrado)

LOPES, Myrian Bahia. Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana na cidade do Rio de Janeiro (1850/1920). Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, 1988. (Dissertação, Mestrado)

MELO, Ciro F. de Castro Bandeira. Pois tudo é assim... Educação, política e trabalho em Minas Gerais (1889-1907). Belo Horizonte: Faculdade de Educação - UFMG, 1990. (Dissertação, Mestrado)

NAXARA, Maria Regina Capelari. Estrangeiro em sua própria terra, representações do trabalhador nacional 1870-1920. Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1991. (Dissertação, Mestrado)

OSÓRIO, Paulo. La création de Belo Horizonte, jeu et enjeu politiques. Grenoble: Université des Sciences Sociales de Grenoble, 1981.

SILVA, Regina Coeli Machado. Emergência do mineiro em época de transição (1870-1889). Projeções de um devaneio há muito fundado. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG, 1989. (Dissertação, Mestrado)

FONTES UTILIZADAS

COLETÂNEA de Assuntos Mineiros. Manifesto dirigido aos mineiros por Afonso Pena em 1893, v. 8, n. 1, [s.d.].

DIAS, Padre Francisco Martins. Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Typ. de Belo Horizonte, 1897.

ESTADO DE MINAS GERAIS, Comissão D'Estudo das Localidades para a Nova Capital. Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Afonso Pena pelo Engenheiro Civil Aarão Reis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

GOMES, Dr. Alfredo. Discurso na Escola Normal do Rio de Janeiro em homenagem ao diretor Dr. Joaquim Abílio Borges. Rio de Janeiro, 1892.

LIMA, Joaquim Ramos de. Almanack da Cidade de Minas. Imprensa Oficial, 1900.

LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da capital. Apontamentos históricos Belo Horizonte, [s.d.].

MINAS GERAIS, Comissão Construtora da Nova Capital. Revista Geral dos Trabalhos. Rio de Janeiro, 1895-1896. 2 volumes

MINAS GERAIS, Congresso. Annaes da Constituinte de 1891. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. Grupos escolares, Relatórios. Belo Horizonte, 1910.

OFÍCIOS E REQUISIÇÕES da Colônia do Barreiro expedidos ao Secretário da Agricultura e Inspetor de Terras e Colonização. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895.

OURO PRETO. Instrução relativa à repressão da vadiagem. Art. 200. Imprensa Oficial, 1894.

PENNA, Gustavo. Imigração chinesa para o Estado de Minas Gerais. Juiz de Fora: Typografia Pereira, [s.d.].

PINTO, Alfredo Moreira. Monografia de Belo Horizonte (1901). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

RASCUNHOS de Ofícios .Dirigidos às Finanças e Diversos. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Cidade de Minas: Imprensa Oficial, 1898.

REFORMA do Ensino Público Primário e Normal em Minas.
Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretário do Interior do
Estado de Minas Gerais, em 3 de agosto de 1902. Belo
Horizonte: Imprensa Oficial, 1902.

REGULAMENTO de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais.
Decreto nº 655 de 17 de outubro de 1893. Ouro Preto:
Imprensa Oficial, 1893.

REGULAMENTO para a Comissão Construtora da Nova Capital do
Estado de Minas Gerais. Ouro Preto: Imprensa Oficial, julho
de 1895.

REIS, Aarão Leal de Carvalho. A instrução superior no império.
Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1875.

RELATÓRIO do Inspetor Ambulante Augusto Freire de Andrade,
1895.

RELATÓRIO do Inspetor Ambulante Domiciano Rodrigues Vieira,
1899.

RELATÓRIO do Inspetor Ambulante Estevan de Oliveira, 1899.

SECRETARIA DO GOVERNO. Atos do governo do Estado referentes à
instrução pública. Belo Horizonte, Seção Estadual, 1890-91.

JORNAIS

A CAPITAL. Belo Horizonte, Minas Gerais, 12 de agosto de 1897.

A CAPITAL. Belo Horizonte, Minas Gerais, 15 de outubro de 1896.

A CAPITAL. Belo Horizonte, Minas Gerais, 21 de abril de 1897.

A CAPITAL. Belo Horizonte, Minas Gerais, 21 de dezembro de 1897.

A CAPITAL. Belo Horizonte, Minas Gerais, 24 de julho de 1897.

AURORA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 5 de janeiro de 1897.

JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Ano 1, N. 10, 14 de dezembro de 1899.

JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Ano 1, N. 13, 17 de dezembro de 1899.

JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Ano 1, N. 14, 19 de dezembro de 1899.

JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Ano 1, N. 19, 24 de dezembro de 1899.

JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Ano 1, N. 2, 5 de dezembro de 1899.

JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Ano 1, N. 21, 27 de dezembro de 1899.

JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Ano 1, N. 3, 6 de dezembro de 1899.

JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Ano 1, N. 4, 7 de dezembro de 1899.

JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Ano 1, N. 5, 8 de dezembro de 1899.

JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Ano 1, N. 6, 9 de dezembro de 1899.

JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Ano 1, N. 8, 12 de dezembro de 1899.

O CONTEMPORÂNEO. Sabará, Minas Gerais, 30 de outubro de 1893.

O CONTEMPORÂNEO. Sabará, Minas Gerais, 6 de maio de 1894.

TELA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 21 de abril de 1898.